

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Homenagens do Legislativo:
uma etnografia dos processos simbólicos do estado**

Danilo César Souza Pinto

São Carlos, janeiro de 2013

Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado

Danilo César Souza Pinto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar como requisito para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Dr. Piero de Camargo Leirner

São Carlos, janeiro de 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P659hL Pinto, Danilo César Souza.
Homenagens do legislativo : uma etnografia dos
processos simbólicos do estado / Danilo César Souza Pinto.
-- São Carlos : UFSCar, 2013.
237 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2013.

1. Antropologia social. 2. Etnografia. 3. Política. 4. Estado.
5. Homenagem. I. Título.

CDD: 306 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Danilo César Souza Pinto

17/01/2013

Prof. Dr. Piero de Camargo Leiner
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani
Universidade de São Paulo / USP

Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 17/01/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Piero de Camargo Leiner
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani
Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Coordenador do PPGAS

À minha mãe e meu pai.

- Vamos escrever à Don'Ana do Janjão, da Panela-Cheia! Carta grande, palavreado escolhido. E outra para o bobo do marido... Mas não bota nada de que ele é bobo, aí, não, hein!?...

- Carta simples, Tio Emílio? Só para cumprimentar?

- Não. É avisando que eu troquei duas imagens para a capelinha do Retiro. Santa Ana e São João... E, como foi em honra deles dois, que são meus amigos, faço questão de que eles sejam os padrinhos!... Põe, na carta, que eu considero muita honra. Vou fazer festa: música, missa cantada, o diabo!

Maria Irma, sem pestanejar, me explica: Don'Ana do Janjão e Janjão da Don'Ana são respectivamente esposo e esposa, e, pois, coproprietários da fazenda da Panela-Cheia. Janjão da Don'Ana é um paspalhão, e não conta. Mas Don'Ana do Janjão é uma mulher-homem, que manda e desmanda, amansa cavalos, fuma cachimbo, anda armada de garrucha, e chefia eleitorado bem copioso, no município nº 3.

- Mas, meu tio, essa graciosa homenagem vai render-lhe pouco serviço... Os eleitores de Don'Ana de Janjão sendo de outro município...

- Ora, que ideia, meu sobrinho! Então você pensa que é só por interesse que a gente agrada as pessoas de quem a gente gosta?... E mesmo que fosse... Mesmo que fosse, tem muita gente, da banda de cá das divisas, que morre para obedecer à minha comadre Don'Ana...

- Comadre?

-Uê! Pois não vai ser?... Ela mais o marido, que é muito boa pessoa, não vão batizar as imagens que eu mandei vir para a capelinha? Pode escrever, pode pôr na carta: "Minha ilustríssima e prezada comadre..." e na outra: "querido e estimado compadre Coronel Janjão". Ele não é coronel nenhum, mas não faz mal... Muito distinta, a comadre Don'Ana... É capaz de querer fazer com a gente um trato por fora: ela manda o pessoal dela por aqui votar comigo, e eu faço o mesmo com o povinho que tenho por lá, no Piau...

- Falo nisso, na carta, tio?

- Nada. Por enquanto, nada... Mas, capricha, mesmo... Pergunta como é que vai o Juquinha...

Guimarães Rosa. Sagarana.

Agradecimentos

Após 11 anos de Universidade Federal de São Carlos, é com muita saudade e gratidão que me refiro a essa instituição. Com certeza, ela já é parte de mim. Agradeço a todos os professores que passaram por minha formação. Ao Igor, pela participação na qualificação e na banca; ao Kike, por estar presente em todos os momentos-chave (primeiro ano de faculdade, bancas de monografia, dissertação e tese). Em caráter muito especial, ao Piero, orientador e amigo. Agradeço a sua indispensável contribuição para minha formação, além da confiança e liberdade para trabalhar a mim dispensada. Sem dúvida, não teria alcançado este momento sem a sua generosidade intelectual. Publicamente, reconheço minha dívida.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por tornar possível tanto minha pesquisa de mestrado como esta. Muito obrigado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento do Estágio de Doutorado. E meu agradecimento ao professor João de Pina-Cabral pela acolhida na triste e adorável Lisboa.

Não posso deixar de mencionar os amigos que fiz em São Carlos. Como são muitos, deixo uma menção às duas Casas que nos representam: a República Popular de Marissales e a minha eterna e querida República Barravento. Em especial, menciono meu amigo, o antropólogo Antonio Guerreiro Júnior, que reviu com muito carinho este trabalho, como também ao Carlos Eduardo Costa (Caê), interlocutor de todas as horas. Agradeço aos meus antigos e sempre atuais companheiros de Bragança.

Obrigado às minhas irmãs, Bruna e Daniele, que acompanharam tudo desde sempre. Minha eterna e intensa gratidão a meu pai e a minha mãe. Ela infelizmente me deixou no meio dessa caminhada acadêmica. Só tenho a dizer que a saudade dilacera o peito. Muito obrigado por tudo, mãe.

Etnografia - Política – Estado – Câmara Municipal - homenagens

Esta tese trata de uma prática corriqueira realizada pelo estado: as homenagens públicas, tais como as entregas de honrarias e a denominação de logradouros. A partir de uma etnografia realizada junto a três câmaras legislativas, investigou-se a dinâmica dessas homenagens, os atores e elementos envolvidos. Observou-se desde os trâmites burocráticos até os aspectos entendidos como os “mais políticos”. Uma característica significativa desses processos é que eles são tratados pelos próprios políticos como um trabalho irrelevante. Não obstante, os dados etnográficos mostram que essas atividades constituem a maioria dos projetos apresentados pelos parlamentares. Nas entrevistas realizadas com parlamentares, funcionários burocráticos e representantes de ONGs “fiscalizadoras” dos políticos, nota-se um sobressalto de certas categorias nativas para pensar essas práticas, tais como *acordo* e *agrado*. Esses termos parecem mostrar um caminho de interpretação para o elevado número de homenagens. Assim, há um grande acordo pré-estabelecido nas câmaras para que as homenagens *sejam aprovadas*, por servirem como *agradados* às bases eleitorais potenciais ou atuais. A tese tenta demonstrar as sutilezas e detalhes inscritos nesses processos de homenagens públicas.

Ethnography – Politics – State – City Council – homages

This thesis approaches an ordinary practice by the State: public homages, like medals of honor, honorific titles and denomination of public areas. From an ethnographic research of three municipal Legislative Councils, the dynamics of these homages, the actors and factors involved were investigated. It was observed both the bureaucratic and "political" aspects of such homages. An important characteristic of these processes is that they are treated by the politicians themselves as an irrelevant assignment. However, the ethnographical data shows that these activities constitute the majority of projects presented by the council-men. In the interviews granted by council-men, officers and NGO's members that "observe" the politicians, central terms to think about these practices, such as *agreement* and *blandishment* were noted. These terms seem to show a way of interpretation for the high number of homages. There is a pre-established agreement in the Councils to let the homages *pass*, because they are usually approved as *blandishments* to a potential or actual electorate. This thesis tries to show the subtleness and the details involved in such cases of public homage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA I.1: JANO BIFRONTE.....	39
--------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1: DATAS COMEMORATIVAS DO DISTRITO FEDERAL.....	88
TABELA 2.2: HOMENAGENS DAS TRÊS CASAS LEGISLATIVAS.	89
TABELA 2.3: PROPOSIÇÕES DE HOMENAGENS APRESENTADAS PELOS DEPUTADOS DISTRITAIS (JAN/2011- JULHO/2011).....	103
TABELA 2.4: COMPARAÇÃO ENTRE LILIANE RORIZ (PRTB) E REJANE PITANGA (PT).....	104
TABELA 3.1: TÍTULOS CONCEDIDOS PELOS VEREADORES LEONEL BRIZOLA NETO E CARLOS BOLSONARO NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2010 DA CMRJ.	130

SUMÁRIO

PREÂMBULO	10
I. INTRODUÇÃO	13
i. O estado e a laudação	13
ii. A Antropologia e os estudos sobre a política.....	23
iii. A Antropologia e as pesquisas sobre o estado	28
iv. <i>As Homenagens: traduções e purificações</i>	35
Capítulo 1 - CONTATOS E ACESSOS: PESQUISANDO ENTRE POLÍTICOS	43
Capítulo 2 - O ACORDO DOS PARLAMENTARES	64
2.1 As homenagens das três Casas legislativas.....	74
2.2 <i>O acordo</i> como código de conduta	90
Capítulo 3 - A MICROPOLÍTICA DAS HOMENAGENS.....	109
3.1 A criação do vereador na homenagem	126
3.2 A Antropologia da homenagem e o contraste dádiva/mercadoria	133
Capítulo 4 - AS HOMENAGENS “ETERNAS”: OS NOMES NOS LOGRADOUROS.....	140
4.1 A denominação dos logradouros <i>em ação</i>	156
Considerações finais – A INVENÇÃO DO PÚBLICO	172
Referências bibliográficas.....	192
Apêndice A: A Oficialização dos nomes dos logradouros em São Paulo	208
Anexo A: As proposições dos vereadores cariocas.....	225
Anexo B: Propaganda que evoca a denominação de logradouros.....	237

PREÂMBULO

Em meados de 2008, foi entregue o Título de Cidadã Paulistana a uma compositora musical que há muito migrou do Nordeste para São Paulo, onde sua carreira fora construída. A entrega aconteceu na Plenária 1º de Maio, marcada para começar às 19h30min. Logo na entrada, havia duas recepcionistas em uma mesa, com dois cartazes indicando a recepção separada de autoridades e convidados. De fato, não houve essa diferenciação no local. Antes do início da sessão, um vereador e a homenageada deram entrevistas à TV Câmara, que registrou tudo. Ela disse se sentir muito orgulhosa pela homenagem: “Quando cheguei em São Paulo, pensei, nunca mais vou embora daqui. O coração já era paulistano há muito tempo”. Ele, por sua vez, justificou e estendeu a homenagem a todo povo nordestino da cidade, durante a entrevista.

A homenageada tirou muitas fotos, com parentes e convidados. Todos ali presentes, umas 50 pessoas, aparentemente, conheciam-se – e os que ainda não, eram apresentados pela homenageada ou por seus familiares. Exceção feita a mim, que não conhecia ninguém, embora tivesse familiaridade com o trabalho da galardoada. Enquanto ocorria essa homenagem, concomitantemente, havia outras homenagens sendo realizadas na Câmara Municipal. Em outra sala, o Movimento Negro da cidade também era agraciado. A cerimônia sofreu um atraso de uma hora e durou quarenta e cinco minutos, sendo seguida de um pequeno e simples coquetel de comemoração no *hall* da plenária.

Na abertura da solenidade, a mestre de cerimônia saudou a todos os presentes e identificou o nome do vereador autor da homenagem e a pessoa que a recebeu. Posteriormente, descreveu a composição da Mesa. Neste caso, ela fora composta por três radialistas, um dono de casa de shows e uma personalidade ligada à “divulgação da cultura nordestina”. O presidente da sessão solene (autor da homenagem) e a laureada também foram convocados. Todos foram recebidos com palmas.

O presidente foi o primeiro a falar declarando aberta a sessão (“Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”), descrevendo a homenagem e lendo a legislação que a autoriza. Tudo como dentro do protocolo. Após declarada a abertura, ouviu-se o hino nacional. O seguimento da sessão foi dado com a leitura pela mestra de cerimônias das personalidades que compareceram – neste caso específico, a maioria dessas pessoas eram cantores e cantoras. Acusou-se também o recebimento de inúmeras e infundáveis mensagens

de várias autoridades (governador, alguns vereadores, o presidente da câmara, prefeito, secretários de governo, deputados e etc.).

Todos os componentes da Mesa encomiaram a homenageada, sempre se referindo ao fato de mais uma nordestina ter “vencido em São Paulo”. Todos agradeceram a Deus, ao vereador que propôs a homenagem e à câmara municipal. Um gabou-se por tê-la “descoberto”; outro se vangloriou por também já ter recebido a homenagem e por ser defensor e divulgador da cultura brasileira, nordestina e paulistana; outro se jactou por receber semanalmente cantores nordestinos em seu estabelecimento. Todos citaram outros artistas nordestinos de renome e dois se ativeram a falar, exclusivamente, sobre a homenageada: estes foram os oradores que menos falaram. O penúltimo a se pronunciar foi o vereador. Ele leu uma breve biografia da agraciada, comentando seus maiores feitos como artista. E, por fim, frisou que, quando da propositura da homenagem, houve aprovação por unanimidade pela câmara – o que, sabemos ocorrer sempre, pois essas são objeto de *acordo*¹ dos vereadores.

Depois do discurso do propositor, a mestre de cerimônia convocou este e a homenageada para que, no centro do plenário, ele entregasse o símbolo da homenagem a ela: o pergaminho do Título de Cidadã Paulistana e um buquê de flores. Ambos foram saudados com palmas. Ela recebeu a placa e as flores. Os parentes dela também foram chamados para uma foto oficial junto ao vereador. Conforme estes vão chegando para foto, a homenageada, por iniciativa própria, vai os apresentando. Fotos. Palmas. Uns músicos se levantaram na plateia, pediram a atenção e – quebrando o protocolo – cantaram uma das músicas de maior sucesso da compositora.

“Convidamos para o seu pronunciamento, a mais nova cidadã paulistana, a cantora...” - com esses dizeres, a mestre de cerimônia chamou a homenageada para seu discurso. Visivelmente emocionada, ela iniciou seu pronunciamento agradecendo a todos. Logo, derramou lágrimas e perdeu a fala. Tentou prosseguir, mas não conseguiu. Recebeu acalorado aplauso. Retomou uma citação de um compositor nordestino e estendeu a homenagem ao povo de sua região natal. Lendo, falou de sua terra e da vinda para São Paulo. Recordou de muitas pessoas que passaram por sua vida e que a ajudaram, muitas das quais já falecidas. Também exaltou e enalteceu a cidade que a recebera e que ora lhe prestava

¹ *Acordo* é uma categoria nativa que será melhor trabalhada adiante. Categorias nativas, expressões estrangeiras e conceitos analíticos empregados na análise serão grafados em itálico. No decorrer da tese muitos termos comuns ao se tratar do estado, como no caso do conceito de coisas públicas (*res publica*), aparecerão em itálico. Pode parecer uma profusão de categorias nativas não trabalhadas devidamente na etnografia, contudo essa profusão assim como o tratamento do estado com inicial minúscula relaciona-se com o intuito de tratá-los de forma ‘deshipostasiada’, não reificada. Um dos objetivos da tese é tratar esses conceitos muito populares relacionados ao estado sempre de forma êmica.

homenagem. Citou a diversidade da cidade, “a miscelânea de culturas”. Elogiou a hospitalidade acolhedora dos paulistanos e exaltou sua própria coragem para migrar. Finalizando, agradeceu a várias pessoas, em especial, ao vereador, e disse:

Só tenho a agradecer a São Paulo. Me sinto paulistana por tudo o que me foi ofertado. E receber esse título só vem ratificar a minha gratidão e o meu amor por esta cidade. (...) Obrigada São Paulo e muito obrigada a todos.

O vereador, presidente da sessão, agradecendo a todos declarou o encerramento. As pessoas aplaudiram. A homenageada recebeu os cumprimentos de algumas pessoas. Aproveitou e apresentou umas a outras: parentes a radialistas, parentes ao vereador. Isto se prolongou até o *hall* de entrada onde foi servido o coquetel. Lá, mais cumprimentos e mais apresentações. O vereador conversa com todos. Sorri. A família está visivelmente orgulhosa de sua ilustre representante. Muitos abraços e alguns petiscos.

I. INTRODUÇÃO

i. O estado e a laudação

Várias instituições do estado¹ concedem homenagens públicas. Executivo, legislativo e judiciário (bem como as forças armadas) possuem expedientes e formas de condecorar pessoas e instituições. Há um rol extenso de possibilidades: medalhas, títulos honoríficos e diplomas são os tipos mais comuns. Esta tese tem por objetivo entender, a partir de uma etnografia, o que representa, significa e agencia esta prática muito difundida pelo poder público. Diversas instituições estatais adotam alguma espécie de homenagem, construindo uma história particular. O foco desse estudo se concentra naquelas realizadas pelo poder legislativo, uma vez que ele é visto por alguns levantamentos e pela opinião pública como o poder que mais as concede².

Nota-se que a prática de condecorações públicas via medalhas e títulos é antiga e foi sendo ressignificada. O rei de Portugal (D. José, no século XVIII) utilizava-se do expediente para agradecer e homenagear aqueles (militares, políticos, escritores, artistas, diplomatas, banqueiros, industriais e comerciantes) que prestavam serviços à Coroa. Também não deixava de ser uma forma de arrecadação, pois os títulos hereditários eram concedidos por meio das Cartas de Mercês, pelas quais os nobres deveriam pagar ao cartório de nobreza. No Brasil, isto também foi largamente utilizado por D. Pedro II, principalmente após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), como uma espécie de compensação política. Essa versão brasileira de nobreza ainda tinha a peculiaridade, em um contexto de aburguesamento, de exaltar a virtualidade e a ascensão pessoal (cf. Schwarcz, 1998: 192). De outro lado, observa-se no âmbito militar o uso de condecorações, como as medalhas, que são traduzidas em pontuação no mérito que classifica cada militar em uma fila hierárquica (Leirner, 2001). Já os vereadores brasileiros, no atual contexto, inventam e distribuem condecorações como forma de *agrado e contentamento*³. As homenagens vêm sendo ressignificadas durante o período

¹ Ao longo da tese, refiro-me a estado (inicial minúscula) e não a Estado (inicial maiúscula), pois, como será esclarecido nesta Introdução, isto se relaciona com a forma como ele e suas instituições, como legislativo e executivo, serão lidos e tratados. Naturalmente, quando se tratar de citação, manterei Estado (inicial maiúscula), quando for o caso.

² Veremos no capítulo 2 o embasamento desse juízo.

³ Essas categorias nativas serão trabalhadas no capítulo 2.

democrático (desde 1985). Os parlamentares estão “aprendendo” a usá-las de várias formas, as quais serão descritas na tese.⁴

Especificamente, trata-se de olhar para as homenagens de três *Casas*⁵ legislativas: a Câmara Municipal de São Paulo, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Entende-se por homenagens desde a concessão de honorarias, como títulos e medalhas, passando pela instituição de datas comemorativas até a denominação de logradouros públicos. Uma melhor, mais acurada e etnograficamente embasada definição será encontrada quando tratarei da pesquisa de campo. Entretanto, para melhor entender o que se pretende nesta tese, faz-se necessário uma inserção teórica do objeto em sua relação com os estudos antropológicos sobre o estado e a política.

Muitos esforços de antropólogos têm sido realizados para entender o que seria o estado. Discussões sobre sociedades com estado em contraposição às sociedades sem este podem ser encontradas desde o debate iluminista sobre o estado de natureza, onde o contrato primitivo instauraria o estado e a sociedade. Filósofos tão diversos como Locke, Rousseau e Hobbes podem ser localizados dentro deste campo de discussão. Entretanto, a antropologia, mediante textos evolucionistas como os de Maine e Morgan, marcou teoricamente uma divisão, que diferencia sociedades mais pautadas por laços de parentesco e de sangue em contraste a sociedades do território e da propriedade privada. De certa forma, essa divisão entre duas formas de sociedade, as estatais e as não estatais, modelou uma grande parte do debate antropológico sobre o tema⁶.

Com o transcorrer do debate, a questão da descrição de como funcionam as variadas formas de estado foi, de certo modo, substituindo as discussões sobre sua origem, uma vez que com uma série de críticas dirigidas ao problema da divisão, foi ficando cada vez

⁴ Também é referido por homenagem uma das fases da Cerimônia de Vassalagem que ocorria durante o período medieval, onde o vassalo garantia fidelidade e trabalho em troca de proteção e um lugar no sistema de produção feudal. A homenagem é a fase verbal do ritual, onde o vassalo exprime sua vontade de se tornar homem do senhor, colocando suas mãos entre as dele em sinal de submissão (cf. Le Goff, 1993). Note-se que, nesses casos, trata-se de homenagem de um ‘inferior’ para o ‘superior’, diferentemente das homenagens públicas aqui tratadas, nas quais ocorre o inverso: é o estado prestando homenagem.

⁵ Os parlamentares se referem às câmaras como *Casas*. O termo casa claramente refere mais ao universo privado que ao público, o que demonstra desde já o caráter misturado e híbrido das instituições do estado. Referiremos à *Casa* (inicial maiúscula) pois exprime com mais proximidade o sentimento de coesão, unicidade e coerência que os agentes querem denotar, ainda que, assim como o estado (inicial minúscula), o mais correto fosse *casa*, devido à multiplicidade de agentes e pontos de vista nela implicados.

⁶ Desde autores neoevolucionistas como Steward (1955), que tentou reconstituir uma espécie de trajetória de formação do estado que se iniciaria com bandos de caçadores e coletores, tendo no processo de irrigação um importante impulso na formação estatal, ou Fried (1967), segundo o qual, o acesso desigual aos meios de produção de recursos básicos permite o entendimento da formação do tipo estatal; até autores como Godelier (1984) que procuraram reintroduzir uma noção de troca entre dominantes e dominados, pois estes consentiriam a sujeição em troca de proteção por aqueles que controlam o sobrenatural.

mais difícil discorrer sobre uma categorização que partilhe rigidamente o estado do não estado. Claessen e Skalnik (1978) defendem que há características dos estados tradicionais (Early States) que se assemelham muito aos das sociedades não estatais: a política e o parentesco estão demais imbricados, e as conexões de reciprocidade e distribuição permanecem predominantes, pois todas as categorias de sujeitos provêm o soberano com bens e serviços em troca de proteção, ordem e benevolência. Como veremos, não são apenas nesses estados prístinos que o parentesco e a reciprocidade aparecem interligados.

Outra forma dos antropólogos olharem para o estado e da qual, em certo sentido, esta tese se aproxima, é a leitura realizada sobre algumas dinastias, principalmente as africanas, por meio de seu complexo de rituais e seus elementos simbólicos e ideológicos. Estas são abordadas tendo em vista o processo de sacralização dos soberanos nos mais diversos contextos: os ritos de entronização, os interditos ligados à pessoa real, as representações ligadas ao incesto real e a tradição do regicídio ritual, que evocam a associação entre o poder político e práticas que conectam o soberano com a ordem cósmica e os poderes sobrenaturais participantes desta ordem. Assim, De Heusch (1985) pontua que o poder no idioma das realezas sagradas africanas se separa do cotidiano das pessoas comuns mediante vários expedientes, entre eles, o sacrifício ritual, que renova periodicamente o mundo, e as transgressões culturais, como o incesto cometido pelo soberano que o diferencia das pessoas comuns.

Esses “rituais de estado”, quando pensados nas sociedades modernas do Ocidente, podem ser tomados como uma espécie de religião de estado, que relaciona toda uma gama de rituais e crenças a dispositivos de poder. É nesse sentido que Rivière (1989) busca elaborar a noção de liturgia política. Diferenciando o sagrado (uma espécie de universal mental e componente fundamental dos ritos) do religioso, o autor tenta demonstrar que há toda uma sacralidade nas cerimônias promovidas por instituições estatais, que trabalham a divisão entre os que têm contato com o sagrado, podendo falar em nome do coletivo, e aqueles a quem ele está interdito – numa perspectiva claramente durkheiminiana, onde este aspecto equivale à sociedade. “O sagrado moderno é o domínio do preservado, do reservado, da autoridade imperativa, do assim dito legítimo indubitável”. (ibid: 153) Como exemplo emblemático, ele utiliza as entronizações reais desde a Idade Média até a Revolução Francesa, onde os símbolos religiosos são substituídos por emblemas nacionais, o “Viva o Rei” sendo substituído pelo “Viva a Nação”, e a benção das estátuas de santos pela

inauguração de bustos dos heróis revolucionários⁷. Diante do contexto do estado-nação, a partir do século XIX, essas liturgias ganharam contornos e ímpetos nacionalistas:

À nação está ligada a ideia de pátria, terra dos pais, assim reconhecida em virtude de diversos fatores históricos que forjaram uma tradição comum e uma comunidade psicológica. Com a exaltação do patriotismo na segunda metade do século XIX desenvolveu-se na Europa uma linguagem simbólica e cultural com vistas a fixar as identidades nacionais através dos signos utilizados pelas liturgias: bandeira, hino nacional, divisas, homenagens aos mortos, protocolos... A simbólica se atribui efetivamente lembranças gloriosas e dolorosas do passado e sublinha a permanência de valores compartilhados: liberdade, fraternidade, trabalho, família, civismo, devotamento, além dos pais fundadores (...) mais ou menos mitificados pela lenda, uma série de grandes figuras é objeto de veneração na medida em que souberam vencer o inimigo, obter a paz, ou manter a honra nacional. (ibid: 106)

Estes processos de invenção de liturgias políticas foram tratados por outros autores de formas diversas. Os ritos do estado também podem ser lidos como produtores de História⁸ e Tradição, uma vez que muitas das justificativas oficiais sobre as formalidades e os motivos rituais se encontram na celebração de certos personagens e fatos tidos como historicamente relevantes. Hobsbawn & Ranger (1997 [1983]) cunharam o termo “tradição inventada” para interpretar um fenômeno muito comum em movimentos sociais, religiosos e, principalmente, estatais. Tal tradição inventada utilizaria a História (a seleção de certos fatos, momentos oportunos) para legitimar ações de algumas elites e como cimento de coesão grupal. Sendo assim, toda uma simbologia que entraria para o domínio da tradição de determinados grupos seria acionada para dar conta de outras invenções, como a identidade, por exemplo. A meu ver, esta análise tem muitos problemas, pois faz uma distinção entre tradições genuínas e inventadas,⁹ segundo a qual estas forjariam um passado artificial. Esta divisão negligencia o fato de todo passado ser inventado, ou seja, ser uma fabricação ativa de determinados agentes e elementos – lembram-se algumas coisas para esquecer-se de outras,

⁷ As liturgias, segundo o autor, também teriam um papel de seguro, de tranquilização diante de situações de grande conflito e instabilidade política, como após uma revolução, a independência ou em regimes totalitários, sendo utilizados como forma de construir a nação, legitimar o poder e mobilizar os cidadãos. Também guardam aspectos teatrais e formalismos, como a ordem hierárquica das intervenções que regula as interações, carregando uma ilusão de unanimidade e “servindo para transmitir a mensagem de que certas coisas são inquestionáveis, ou não devem ser postas em dúvida (o sagrado moderno), ressaltando assim o controle dos homens sobre assuntos sociais e o controle de uns sobre os outros.” (Rivière, 1989: 126).

⁸ Herzfeld (2001 [1987]) contrasta no vocabulário grego “história em geral”, um instrumento da ideologia do estado, com *istories* (ou histórias, no plural), que remetem a desarmonia social, formas não reificadas, generalizadas e naturalizadas de se falar sobre história. Esta diferença marca o que penso ser a História e a Tradição inventadas oficialmente.

⁹ Ibid.: 16.

de acordo com o contexto e com sentido que se quer dar ao passado, a História ou a Tradição. Não obstante esse grave problema de princípio, que diferencia equivocadamente tipos de tradição e reifica o conceito de identidade e de História, os autores atentam para pontos importantes das formas como o estado, movimentos sociais, grupos organizados operam uma leitura do passado. Ou seja, embora seus pressupostos do ponto de vista antropológico não tenham sustentação, o livro de Hobsbawn & Ranger (1997 [1983]) chama atenção para fenômenos que merecem um cuidado etnográfico.

Os autores definiram tradição inventada como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade com relação ao passado. Alias, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (ibid.: 9)

Essas práticas laudatórias tentam se impor como uma fórmula fixa a ser repetida, formalizadas, ritualizadas e sacralizadas, utilizando elementos “antigos” na elaboração da tradição. Nesse sentido, muitos símbolos foram inventados para invocar certa continuidade histórica, remetendo a um passado antigo e a uma identidade presente. Os autores citam os hinos nacionais, dos quais o britânico parece ser o mais antigo (1740); as bandeiras, muitas das quais são influenciadas pela tricolor francesa; ou ainda outros símbolos como a Marianne francesa, o Michel alemão e até o Tio Sam estadunidense. Além desses emblemas muito conhecidos, há outros símbolos acionados no que se poderia chamar de vida pública¹⁰, como a invenção de cerimônias, comemorações como o Dia da Bastilha, criado em 1880, ou a produção em massa de monumentos, que pode ser ilustrada pela “estatuomania francesa”¹¹ – a proliferação de estátuas pelas cidades e comunas rurais, tendo por mote Marianne (símbolo da República) e outras figuras consideradas como heróis do patriotismo nacional. As datas comemorativas também são símbolos desse processo inventivo, como os feriados estadunidenses: a Revolução (4 de julho), o Dia de Ação de Graças, que embora seja um feriado religioso é emblema da tradição protestante; e o Dia de São Patrício, que incorpora os imigrantes nesse processo identitário e festivo.

Ainda nesta ordem de problemas, Handler (1988) analisa como a partir da vitória do Partido *Québécois* nas eleições de 1976, no Quebec, começa-se a construir como

¹⁰ Ibid.: 20

¹¹ Ibid.: 280.

política de estado as formulações sobre o nacionalismo de Quebec, no interior do estado-nação canadense, em contraposição ao Canadá anglófono. Enfatizando toda uma política que buscava resgatar a “Nova França Católica”, por meio de uma ideologia nacionalista (isto é, baseada em fronteiras, continuidade e uma homogeneidade abarcando a diversidade), as políticas de estado do Quebec passaram a valorizar a língua francesa em detrimento da inglesa e a realizar um “resgate” das danças folclóricas, como emblemas de uma identidade nacionalista quebecóis. Na busca pela “pureza” e pela necessidade das instituições estatais preservarem a “legítima cultura nacional”, o estado promoveu as danças que acabaram por se tornar uma mercadoria turística da província canadense, transformando a busca pela origem em uma importante fonte de renda. Handler mostra que a despeito da não unanimidade acerca da identidade *québécois* e dos planos de futuro para a província francófona, toda uma imagem de resgate da tradição e da identidade foram construídos como se fossem unanimidades nacionais. Ao resgatar e instrumentalizar essa tradição, toda uma indústria do turismo cultural foi reforçada, e o nacionalismo, como ideologia da homogeneidade, como construção de uma realidade identitária natural, tentou a todo custo (às vezes com menos, às vezes com mais sucesso) encompassar a diversidade. O esforço deste autor é demonstrar que não somente o conteúdo dessa invenção da tradição é cultural, como a própria forma de invenção, a homogeneidade, a continuidade e a limitação também são culturais, são desdobramentos do pensamento ocidental sobre a individualidade e identidade como naturalmente dados¹².

Outro autor que se debruça sobre temática similar é Anderson (1991 [1983]), que faz uma reconstituição histórica da origem do nacionalismo (com sua concomitante invenção de cerimônias e símbolos) levando em conta sistemas culturais que o precederam e contra os quais se constituiu, como as comunidades religiosas com a sacralidade do latim e os reinos dinásticos. Para ele, o surgimento da imprensa e a valorização da linguagem vernacular diante do latim - assim como as dinastias pensadas como centrípetas, cujos monarcas ocupavam o centro, segundo uma lei cosmológica e divina - formam antecedentes importantes contra os quais emergiu a ideia de nação, uma comunidade imaginada cujos membros partilhavam uma essência comum (principalmente a língua). Contra um hipostasiamento da ideia de nação, que deve ser pensada como equivalente ao parentesco e a religião, Anderson propõe a seguinte definição:

é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até os membros da

¹² Para maiores detalhes sobre essa abordagem, cf. Handler (1994).

mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem de uma comunhão.” (ibid: 25)

Criticando Gellner (1964), que pensa a nação como a invenção enquanto falseamento da realidade, isto é, o nacionalismo como um inventor de nações que não existem, Anderson vê essas comunidades enquanto imaginação e invenção, não sendo distinguidas pelo critério falso/verdadeiro, e sim pelo modo como são imaginadas. No limite, ele pensa qualquer comunidade (inclusive as aldeias com poucas pessoas) como comunidades imaginadas. A imaginação não é um falseamento, mas uma invenção que opera na realidade, inclusive, utilizando-se de uma ferramenta poderosa: a História. Fazendo uso dela no processo de construção nacional, os mortos “puderam falar”, embora não dissessem qualquer coisa, mas demonstraram certa continuidade no tempo, de algo que vem de um passado longínquo, conectando-se com o presente e projetando-se no futuro. E nessa seleção de eventos lembrados (e, por decorrência, esquecidos) narraram-se “suicídios exemplares, os martírios pungentes, os assassinatos, as execuções, as guerras e os holocaustos. Mas, para alcançar o objetivo narrativo, essas mortes violentas tiveram de ser lembradas/esquecidas como ‘nossas’.” (ibid: 268)

Trato as homenagens públicas como formas de inventar a História. Utilizo o termo invenção da mesma forma que Wagner (2010 [1975]) o faz. Invenção é um aspecto intimamente relacionado a toda ação humana. Invenção é cultura, mediante o rearranjo das convenções culturais. Ainda que Wagner utilize o termo invenção de forma mais abrangente para dar conta da ação humana, gostaria de enfatizar que esses processos de construção de uma História e memória nacionais também recorrem a processos inventivos, ainda que essa forma inventiva desapareça nos documentos oficiais (ditos “históricos”) que contarão sobre a História, a memória, a laudação. Nesse sentido, a História e as homenagens são inventadas mediante articulação de elementos convencionais que devem fazer sentido nesse processo de invenção contínua do estado-nação.

Palavras como “invenção” e “inovação” são frequentemente utilizadas para distinguir atos ou ideias originais, ou coisas criadas pela primeira vez, de ações, pensamentos e arranjos que se tornaram estabelecidos ou habituais. Tal distinção oculta uma pressuposição quanto à natureza “automática” ou “determinada” da ação ordinária, quase como ocorre com noções deterministas. Ao estender o uso de “invenção” e “inovação” a toda uma gama de pensamentos e ações, pretendo contrapor-me a essa pressuposição e afirmar a realização espontânea e criativa da cultura humana. (ibid: 77)

Todas as formas de homenagem que serão descritas são tidas por diversos agentes do estado como contribuidoras na formação de uma História oficial, uma vez que ficam “cristalizadas” em documentos oficiais e podem (ou não) serem acionadas para contar Histórias das cidades, da nação, de um governo ou do poder legislativo. Exemplo dessa prática e de leitura semelhante pode ser encontrada em Schwarcz (1989), onde a autora, debruçando-se sobre a criação e atuação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mostra-o idealizado e trabalhando para a construção de uma história nacional e patriótica, elegendo suas elites, seus fatos históricos, suas comemorações. Por intermédio de uma lógica comemorativa e de uma prática laudatória, o Instituto tinha uma atuação prática na produção de monumentos, medalhas de mérito e toda uma simbologia, que ia desde hinos e lemas até uniformes próprios. “Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Lembrar para comemorar, documentar para festejar.” (ibid: 9)

Analisando fenômenos semelhantes ao de Schwarcz, com metodologia e pressupostos muito próximos ao que penso ser uma antropologia que trata da invenção da História, Castro (2002), em seu livro “A Invenção do Exército Brasileiro”, cujo interessante título ilustra bem o que quero dizer, mostra como o processo de construção da História e da memória por organizações do estado utiliza-se de uma simbologia de monumentos, homenagens e datas comemorativas. Ele demonstra como foram sendo inventadas datas, estátuas, nomes de prédios públicos e honrarias, num processo que substituiu, ou englobou, o culto ao General Osório pelo culto ao Duque de Caxias.¹³ O livro mostra como vão sendo construídos esses símbolos, “as batalhas da memória” - o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. O que essas construções suscitam são a impressão de permanência, de algo tradicional, que sempre existiu. Tais processos deflagram uma vinculação a um passado que se deve exaltar, ainda que uma análise cuidadosa demonstre todo seu caráter contextual e, provavelmente, provisório – condição que já havia sido observada por Hobsbawm & Ranger¹⁴, embora eles não lessem a invenção da mesma forma que Schwarcz e Castro, aos quais procuro me aproximar.

¹³ Nos últimos decênios do século XIX, a principal comemoração militar brasileira era o aniversário da Batalha de Tuiuti (24/05/1866) e o General Osório (1808-1879), comandante das forças nacionais, o principal herói. Somente a partir de 1923 é que o Duque de Caxias (1803-1880) se torna o Patrono do Exército, com culto oficial, sua data de nascimento se converteu em Dia do Soldado. Esta substituição de heróis ocorreu devido ao investimento das elites militares das primeiras décadas do século XX: de um herói de guerra para um estrategista e “pacificador”.

¹⁴ “(...) as nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses.” (op. cit.: 22)

A propósito, as câmaras municipais são grandes concentradoras de monumentos a esses heróis. Se o estado é um grande produtor de heróis e símbolos de identidade, de processos de identificação, é notável que nas câmaras municipais há um grande número desses símbolos expostos. Comparando as sedes dos legislativos do Rio de Janeiro e de São Paulo,¹⁵ percebe-se que o prédio e o entorno carioca produzem um adensamento desses símbolos - processo do qual o legislativo paulistano não escapa, com as suas inúmeras fotos de ex-presidentes e placas com lemas ufanistas. O interior do legislativo carioca, por ser um prédio mais antigo e pelo fato de o Rio de Janeiro já ter sido capital do país, possui um acervo de grandes pinturas e esculturas, que retratam (exaltam) alguns “momentos-chave” da História Nacional: a República, a Abolição da escravidão, seus heróis, Pedro Ernesto¹⁶ (busto), etc. Há ainda uma placa na entrada da plenária carioca com os dizeres “Não há religião sem Deus, nem Pátria sem bandeira.¹⁷”, bem ilustrativa do processo de monumentalização operado pelo estado, produzindo heróis e fatos do passado como emblemas de uma identidade, ou de um espírito nacional ou de grupo, reificando acontecimentos, apagando os processos de construção, causando a impressão de permanência, de tradição, de legado histórico.

É nesse sentido que a concepção wagneriana de invenção deve ser retida em uma leitura sobre as homenagens, processos de conversão do artificial (produzido) em inato (dado) – um apagamento do processo presente de construção da História. O estado trabalha para operar versões únicas. É um instrumento poderoso de unificação (como bem mostra Herzfeld, em seu *Cultural Intimacy*, 2005 [1997]). Ainda que todos esses instrumentos de recordação e memória pareçam ser o oposto do novo - o tradicional -, há que se resgatar todo o processo inventivo daquilo que está gravado “na pedra da lei”, nos documentos oficiais. Também não posso deixar de mencionar, como bem atenta Herzfeld (ibid: 47), que não só o estado, mas “a própria vida social consiste em processos de reificação e essencialismo assim como em desafios a esse processo” e que desconfiar destes processos na teoria social, não deve obscurecer a percepção de sua presença disseminada. Assim, se há uma invenção da memória que opera na vida cotidiana de acordo com uma economia do que se deve lembrar e, por consequência, esquecer, não posso deixar de frisar que o estado opera essa

¹⁵ Não cito o legislativo distrital, pois no momento em que fiz minha pesquisa de campo em Brasília (primeiro semestre de 2010), a Câmara ocupava uma sede provisória.

¹⁶ Personagem muito lembrado na História contada no Rio de Janeiro e que dá nome a comendas, logradouros e equipamentos públicos. Tratarei desse personagem com um pouco mais de detalhes no capítulo 1.

¹⁷ Frase atribuída a Coelho Neto (1864-1934), escritor e político brasileiro – um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

essencialização da memória construindo-a como eterna e perene em documentos escritos, com valor de verdade, fé pública, *veredictos*, ainda que o olhar da tese sobre esses processos o mostrem o quão transitórios são.

Além desse resgate do aspecto inventivo da História e da memória, deve-se levar realmente a sério o aspecto cerimonial do estado. Como o objeto desse estudo são as homenagens públicas propostas e executadas pelos parlamentares, essas homenagens devem ser vistas em seu caráter positivado. Geertz (1991 [1980]), na sua interpretação sobre o estado negara da Indonésia pré-colonial, tem reflexões importantes a esse respeito. Na maioria das análises, a dramaturgia ou liturgia do estado é vista como exterior ao poder, como epifenômenos do poder estatal, como mecanismos que servem à dominação. Nessas abordagens, tais aspectos semióticos do estado são tomados como uma superestrutura, artifícios mais ou menos astutos, mais ou menos ilusórios, que facilitam os objetivos mais prosaicos do governo. Geertz quer tratar as teorias políticas modernas sobre o poder e seus corolários (a coerção, a violência, a sujeição) como um ponto de vista, uma concepção possível do que é a política e do que é o poder. Olhando para outras tradições, outros pontos de vista sobre o poder, a política e o próprio estado surgem. Os estados negaras indonésios, em sua constante formação e dissolução, fragmentação e integração, eram, segundo a interpretação de Geertz sobre a teoria política nativa, uma estrutura de pensamento, e a tarefa antropológica seria a elaboração de uma poética do poder,¹⁸ ao invés de uma mecânica.

A natureza expressiva do Estado balinês foi notória ao longo de toda a sua história conhecida: e isto porque não se inclinou para a tirania, por incapacidade de levar a cabo uma concentração sistemática de poder, nem tampouco para a governação, a qual exerceu de forma hesitante e indiferente, mas antes para o espetáculo, para a cerimônia, para a dramatização pública das obsessões dominantes da cultura balinesa: a desigualdade social e o orgulho do *status*. Tratava-se de um Estado-teatro no qual os reis e os príncipes eram os empresários, os sacerdotes encenadores, e os camponeses atores, equipe cênica e público. As espetaculares cremações, limagens de dentes, consagrações dos templos, peregrinações e sacrifícios de sangue mobilizando centenas e mesmo milhares de pessoas e grandes quantidades de riquezas, não eram meios para fins políticos: eram os próprios fins, aquilo para que o Estado servia. O cerimonialismo da corte era a força motriz da política da corte; e o ritual de massas não era um dispositivo de apoio ao Estado; pelo contrário, era o Estado, mesmo no seu último suspiro, que era um dispositivo para a realização do ritual de massas. O poder servia a pompa e não o contrário. (ibid: 25)

¹⁸ Ibid.: 156.

Mediante a fabricação do rei como centro luminoso do mundo, o estado balinês era construído. A cerimônia estatal era o motor da construção do estado. Os rituais edificavam em termos de drama e decoração um padrão de perfeição que o mundo deveria imitar, por meio de analogia política, posto que eles já eram imitações da ordem cósmica e divina. Por meio de imitações/ativações o rei imitava Siva (a divindade), o povo via o rei como forma exemplar a ser imitada, o estado como sua ativação e assim sucessivamente, até o estado ser a forma exemplar e a sociedade sua ativação, a sociedade ser forma exemplar e o sujeito tentar ser sua ativação.¹⁹ A extravagância dos rituais era a medida da sacralidade do rei e, principalmente, a medida do bem-estar do reino.

De acordo com esta leitura de Geertz e, como veremos, ao contrário de uma parte da teoria política nativa das homenagens, a dramaturgia não é um aspecto exterior. Ela não opõe o estético ao prático, o místico ao mundano, o decorativo ao substancial. As expressões do estado-teatro foram apreendidas como teoria, e o simbólico não foi oposto ao real ou prático. Este tipo de abordagem constrói outra forma de olhar para os rituais de estado. Ao tratar das homenagens públicas, observaremos que, a despeito de sua propalada “irrelevância”, verifica-se sua presença intensa no cotidiano (ainda que os próprios nativos elaborem em alguns momentos algo parecido com a teoria política moderna sobre o poder como “simbólico” ou algo menos importante). Esta abordagem positivada serve como pano de fundo para essa tese sobre as homenagens públicas. Ao atentar para o que os parlamentares e outros agentes políticos têm a dizer sobre elas, vê-las-emos como uma base conceitual para a elaboração de uma teoria política sobre o estado e seu funcionamento, e não como uma superestrutura enganadora do que realmente seria o poder. Tratarei as homenagens, os processos simbólicos do estado, como um ponto de vista sobre este. Outros são igualmente legítimos, mas as homenagens públicas das *Casas* legislativas marcam um ponto de vista sobre o laudatório e cerimonial. É a partir deste ponto de vista que abordarei o estado.

ii. A Antropologia e os estudos sobre a política

Toda esta riqueza de informações trabalhada por esses autores é inspiradora para se pensar questões associadas ao estado moderno, tais como seus ritos, sua simbologia, e toda uma outra gama de processos oficiais carreados por agentes investidos de poder. Ao

¹⁹ Ibid.: 137.

invés de questionar obsessivamente sobre uma suposta origem do estado, interessa-me, por meio da descrição etnográfica, discorrer como, em contextos muito específicos, ele mobiliza uma série muito rica de símbolos mediante a linguagem do oficial. É nesta problemática que se inserem as homenagens públicas, tais como concessão de títulos, medalhas e denominações de logradouros públicos. O interesse deste trabalho concentra-se nos processos simbólicos do estado.

Se, de um lado, questões antropológicas relacionadas ao estado e suas práticas rituais e laudatórias suscitaram teorias e etnografias, há toda uma subárea na antropologia dedicada a estudos que uma pesquisa sobre as homenagens públicas realizadas pelos políticos não poderia deixar de mencionar. Trata-se da antropologia política e seus desdobramentos.

Foi com a publicação de “African Political Systems” em 1940, organizado por Fortes e Evans-Pritchard, que os estudos em antropologia política ganharam corpo como uma subárea de estudo. A preocupação fundamental dessas primeiras investigações era entender a organização social de povos nos quais a política não se manifestava por intermédio de estruturas formais como o estado - isto é, a tarefa deste subcampo da antropologia seria entender a organização política nas sociedades sem estado. Nesses estudos, a sociedade é vista como uma totalidade em equilíbrio “homeostático”, no que se refere a sua estrutura e funcionamento. A abordagem desenvolvida pelos ingleses, voltados principalmente para as sociedades africanas, tinha o intuito de compreender como sociedades sem uma estrutura política formal se organizavam e mantinham-se coesas. Uma resposta exemplar a essas indagações foi dada por Evans-Pritchard (2002 [1940]), em sua clássica monografia sobre os Nuer do Sudão. Esse estudo mostrou que o parentesco, operando por meio de oposições complementares de fissão e fusão, era a chave de entendimento para a organização política desse povo. Diante da falta de estado, o parentesco cumpria a função de instituição política, constituindo autoridades e dando coesão à organização social, definindo coletivos e lealdades.

Criticando a ênfase no equilíbrio dada pelos antropólogos estrutural-funcionalistas, Leach (1996 [1954]), em sua monografia sobre os Kachin da Alta Birmânia, demonstra que uma leitura diacrônica pode complexificar e perturbar o equilíbrio tal como visto pelo estrutural-funcionalismo. Sociedades cujas culturas e línguas são heterogêneas podem apresentar modelos instáveis de organização política. Os Kachin, por exemplo, oscilavam entre modelos mais horizontais (igualitários) e modelos mais hierárquicos de organização. Essas críticas fizeram com que, a partir da década de 60, as análises em antropologia política e relações de poder acabassem por se historicizar – um desdobramento

também do contexto pós-colonial. Gluckman (1963) e a Escola de Manchester interrogaram-se sobre o papel do conflito e da instabilidade, como nas rebeliões nos estados africanos, por exemplo. Nestes casos, os conflitos seriam elementos inerentes aos sistemas políticos. Já Balandier (1969 [1967]), retomando um corolário marxista, procurou resgatar a política como marca da história. De acordo com sua leitura, ela seria o lugar privilegiado das tensões e contradições de determinada formação social. Ainda dentro de uma problemática sobre o que seria o político, Bailey (1980), em sua etnografia sobre a Índia, pretendeu encontrar uma dada universalidade que caracterizaria o comportamento político, menos em regras normativas e mais em regras práticas. Em uma coletânea, Swartz, Turner e Tuden (1966), tratando a política como uma forma de jogo, definiram a antropologia política como o estudo dos processos implicados nas escolhas e realização de objetivos públicos mediante o uso diferencial do poder pelos membros dos grupos.

Ainda de certa forma compartilhando desse debate, há os estudos americanos que, a partir da década de 1980, dão maior atenção às relações de poder e menos às instituições políticas. Esses estudos tratam o poder como um componente importante das relações sociais em geral: as relações sociais seriam marcadas por desigualdades de poder, e caberia à antropologia pensar sobre estas. A gama de estudos que pode ser elencada nessa perspectiva é ampla²⁰. O estudo das práticas sociais e seu embricamento com as relações de poder pode ser observada nas mais diversas formações sociais, inclusive na sociedade do próprio observador e também naquelas onde a “questão colonial” tem um importante peso. Temas como dominação, resistência, luta e conflito substituem o sistema político, a coesão e a função das análises britânicas. Se a antropologia política tinha por principal referencial teórico o estrutural-funcionalismo, esses estudos sobre as relações de poder tem como pano de fundo as questões e reflexões levantadas pelo marxismo, principalmente as ideias de Gramsci sobre hegemonia²¹.

²⁰ Caldeira (1989) aborda, mesmo que tangencialmente, os estudos sobre relações de poder desenvolvidos pela antropologia americana. J. Vincent (1990) escreveu uma importante obra panorâmica sobre as abordagens que a antropologia vem realizando sobre a política. Neste campo de estudos podem ser classificados as leituras que levam em conta o “sistema mundial”, ou uma teoria geral da ordem capitalista que, inspiradas em obras como a de Wallerstein (1974), realizam análises dos contextos locais a partir do panorama geral de organização da economia mundial. Este é o caso, por exemplo, de Eric Wolf em “Europe and the People Without History” (1982), em uma tentativa de construir uma análise levando em conta o sistema capitalista mundial, mostrando que nesse sistema há ganhadores e perdedores. Desnecessário dizer que os povos sem histórias são os perdedores do ponto de vista de Wolf, pois ele não consegue “positivar” o ponto de vista desses perdedores, que aparecem o tempo todo em sua condição de subjugação à lógica europeia. A eles não é permitida a história, tanto por parte dos dominadores europeus como por parte de Wolf.

²¹ Por exemplo, Gramsci, 1978.

Na mesma década, trabalhando em outra chave e discorrendo sobre a dimensão propriamente política do estado moderno, Pourcher (1987) realizou uma etnografia sobre os “homens notáveis” do departamento de Lozère, e Abélès (1989) fez o mesmo sobre a política em um departamento (estado) francês. Ao olhar sobre a transmissão das funções políticas, as relações matrimoniais e de parentesco e suas relações com o estado, mostraram como existem verdadeiras dinastias de elegidos. Revelaram também como a *representação política*²² mobiliza todo um conjunto de redes informais com as quais devem contar as estratégias individuais da “tribo dos políticos” - como Abélès designa seus nativos. Lidando com outra dimensão, Herzfeld (2005 [1997]) pontua que o estado expropria a linguagem de parentesco e do localismo de forma paradoxal. Mesmo que todo o discurso do estado-nação seja construído contra a linguagem do parentesco, cuja ideia de nação está para além das famílias e situada na dimensão do *bem público* e do espírito nacional, toda uma retórica do sangue e de patrilinhagem desempenha um papel importante nas imagens comuns à maioria dos nacionalismos europeus.²³ Estes estudos se situam no que se pode classificar como estados modernos e centrais, e demonstram como as relações entre o moderno e o tradicional, a lei e o sangue se misturam. É nesse sentido que uma antropologia política se liga a uma antropologia do estado, e que este trabalho, por tratar das homenagens dos legislativos, tenta construir uma interface entre antropologia do estado e antropologia política.

No contexto da antropologia brasileira, na década de 90 ganha fôlego o debate antropológico sobre a política. Discutindo com essa antropologia política e de relações de poder citadas até aqui e, principalmente, com a ciência política produzida no Brasil, foi realizado um seminário em 1994 na UFRJ, que se desdobrou posteriormente em uma espécie de campo de estudos intitulado “antropologia *da* política”. Explico melhor. Nesse seminário reuniram-se antropólogos que tratavam de pesquisas sobre eleições, votos e outros temas correlatos. Esse primeiro encontro foi o germe, o primeiro impulso coordenado do qual resultaram diversos trabalhos desse novo núcleo denominado NUAP (Núcleo de Antropologia da Política), sediado no Museu Nacional (UFRJ) e envolvendo o PPGSA da mesma instituição e outras universidades, como a UnB e a UFC²⁴. O primeiro livro publicado por esses antropólogos foi a coletânea intitulada “Antropologia, voto e representação política” (1996), organizada por Marcio Goldman e Moacir Palmeira. De certa forma, essa coletânea

²² No capítulo 3 discutirei a concepção de *representação política* a partir de seus efeitos nativos.

²³ Retórica muito comum em outras sociedades que figuram, em muitas teorias, como antíteses das sociedades estatais, sendo classificadas pelos antropólogos como acéfalas e supostamente baseadas no parentesco.

²⁴ Siglas. UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSA: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. UnB: Universidade de Brasília. UFC: Universidade Federal do Ceará.

lançou as bases do tipo de estudos que viriam a ser chamados de “antropologia da política”. Primeiramente, um dos objetivos desse grupo era se contrapor às análises produzidas em ciência política²⁵ que, do ponto de vista destes antropólogos, debruçavam-se apenas sobre a questão de como os partidos políticos se adequavam ou não ao problema da *representação*. Nesse sentido, a ciência política visava a política (institucionalizada no estado) de um ponto de vista internalista. Tudo que não se adequava ao modelo ideal da democracia representativa seria apreendido pelo viés da falta: falta de racionalidade (das pessoas ou do sistema), falta de informação do eleitor, falta de eficiência governamental, falta de tradição dos partidos políticos. Em contraste com tais perspectivas, o objetivo da antropologia da política seria apreender os fenômenos de uma forma positivada. Ao invés da falta, o interesse recairia sobre o que há de específico nesses fenômenos, seus aspectos microssociológicos e micropolíticos, em contraposição à de-sociologização operada pela ciência política.

Assim, as representações dos eleitores²⁶ são mais que o produto deformado do atraso político ou da falta de informação; as facções políticas não se reduzem a sobrevivência de um passado a ser abolido; as relações intracomunitárias, familiares ou étnicas²⁷ são vistas como constituintes do próprio processo eleitoral; os meios de comunicação ganham um papel ativo que não se limita a refletir estruturas supostamente dadas de antemão; as festas²⁸ e as representações a elas associadas não são mero suplemento da atividade política; a trajetória dos candidatos e a campanha podem ser vistas como processos mutáveis e imprevisíveis²⁹; os mediadores³⁰ políticos e a dinâmica da vida parlamentar passam a ser encarados como fenômenos dotados de uma certa particularidade e eficácia específica. (Palmeira & Goldman, 1996: 8)

Ainda nesse esforço de contraposição, cabe ressaltar a ampliação do campo de análise, saindo da esfera do estado institucionalizado e inclusive questionando, mediante a produção de pesquisas históricas e antropológicas, as próprias bases da democracia representativa e sua naturalização como um sistema mais evoluído e adaptado às sociedades atuais. Nessa ampliação do escopo de análise, a política seria entendida etnograficamente, isto é, o “domínio” da política seria entendido por aquilo que os próprios nativos entendessem por política. Nesse sentido, tais pesquisas acabaram por versar sobre três dimensões principais,

²⁵ Nomeadamente trabalhos em ciência política como os de Soares (1973), Souza (1976), Lima Jr. (1983), W. G. Santos (1987) e Lavareda (1991).

²⁶ Essa citação foi selecionada justamente por apresentar um quadro dos principais trabalhos oriundos desse núcleo.

²⁷ Cf. Heredia (1996).

²⁸ Cf. Chaves (2003).

²⁹ Guebel (1996).

³⁰ Cf. Kuschnir (2000).

quais sejam: o estudo de rituais³¹, de representações³² e da violência na política³³. Esses trabalhos em antropologia da política são inspiradores para se pensar sobre as homenagens como processos simbólicos do estado acionados pelos políticos com mandato parlamentar, e representam um primeiro passo no tratamento etnográfico de questões relacionadas ao estado.

iii. A Antropologia e as pesquisas sobre o estado

Esta tese visa entender etnograficamente as homenagens públicas realizadas pelo legislativo. Pretende-se, assim, suscitar um debate tanto com a antropologia política e da política, como com as discussões que vem sendo desenvolvidas sobre o estado. Este tema e o dos mecanismos de poder sofreu deslocamentos importantes após leituras de alguns antropólogos e filósofos. Eles serão abordados no tópico como uma forma de situar o leitor quanto à concepção de estado adotada.

Um primeiro deslocamento é operado por algumas obras de Foucault³⁴. Ainda que o projeto maior do autor relacione-se mais a uma história crítica do sujeito moderno³⁵, a trajetória de suas reflexões acerca do poder não deixam de suscitar várias considerações sobre o estado que repercutem nesta tese. Focando as relações de poder, o autor opera o seguinte deslocamento de princípio:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre os outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como “o poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes. (Foucault, 1995 [1983]: 242)

Essa concepção sobre o poder pode ser ilustrada por aquilo que Foucault chama de poder disciplinar, o qual, mediante uma metodologia polimorfa e em pequena escala, empreende organização (dos espaços, dos movimentos, de sequências e de posições), é

³¹ Por exemplo, Teixeira (2002).

³² Por exemplo, Bezerra (1999).

³³ Por exemplo, Villela (2004).

³⁴ Alguns dos textos do autor que embasam essa afirmação estão citados na bibliografia.

³⁵ “As ideias que eu gostaria de discutir aqui não representam nem uma teoria nem uma metodologia. Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (...) Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (Foucault, 1995 [1983]: 231).

encontrado disseminado nas diversas relações sociais e, de forma mais aparelhada, em organizações tais como exércitos, burocracias, presídios e escolas. Esse deslocamento tem uma salutar consequência para entendimentos sobre o estado, pois vai além da “imagem” do poder como uma relação de soberania que se detém pelo uso da força³⁶. O estado pode ser visto como algo sem unidade, individualidade e funcionalidade. Ele pode ser “não mais que uma realidade compósita e uma abstração mistificada”³⁷, já que o poder não é mais algo que aparece concentrado. O poder disciplinar não é algo que se exerce de fora, soberanamente, mas algo que se encontra nos detalhes e, mais do que atuar negativamente por proibições (o poder como uma forma de controle negativo que pune), é um grande produtor de ações. É um poder que opera localmente e de modo disseminado, que organiza e produz. O indivíduo moderno é parte desse processo produtivo de organização e controle, construído como pessoa individualizada e disciplinada.

Uma noção importante que emerge dos estudos foucaultianos sobre o poder disciplinar é a de governamentalidade. O objeto trazido à tona por essa noção é a população, juntamente com as novas técnicas e táticas de gerenciamento e métodos de seguridade. Para além do controle do território, a técnica da governamentalidade com seus métodos estatísticos visa o gerenciamento da população, por meio de direcionamentos da produção agrícola, das mudanças demográficas, da natalidade, das doenças, resultando na administração e produção de corpos disciplinados. Ao invés de assumir os estados como supremos detentores do poder, organizando-o exclusivamente para dominar e regular, as noções de disciplina e governamentalidade oferecem uma lente para ler como o poder é exercido nas mais variadas relações sociais, instituições e corpos que não recaem sob a rubrica de estado, indo além, deste modo, da definição convencional e funcionalista deste.

Esse deslocamento se confronta diretamente com abordagens que, desde os anos 1970³⁸, atribuem ao estado uma independência com relação ao seu “antagonista”, a sociedade. De acordo com este modo de representá-lo, ele seria uma entidade autônoma cujas ações não são redutíveis ou determinadas pelas forças na “sociedade”. Apresentar-se-iam

³⁶ De acordo com a “imagem” weberiana do Estado, este seria o detentor legítimo do poder e do uso da força, uma entidade discreta que toma decisões, por situar-se acima da sociedade como uma entidade unívoca e coerente que dita regras e proíbe comportamentos. Para uma outra abordagem também tributária dessa “imagem”, ver Tilly (1996 [1990]).

³⁷ “The state no more probably today than at any other time in its history, does not have this unity, this individuality, this rigorous functionality, nor, to speak frankly, this importance; maybe, after all, the state is no more than a composite reality and a mythicized abstraction, whose importance is a lot more limited than many of us think” (Foucault, 1991: 103)

³⁸ Como exemplos destes estudos, Krasner (1978); Skocpol (1979 e 1981); e, especialmente, Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985).

como discretos, às vezes se opoem, às vezes atuando em consonância, mas sempre separados por princípio como reinos autônomos e em diálogo, com diferentes estruturas, linguagem, *expertise*, planejamento e intencionalidade. Nesta chave, o estado é construído como uma maquinaria de intenções, orientadas por conceitos como *rule making*, *decision making* ou *policymaking*, devendo ser escrito e descrito com letra maiúscula (Estado), evidenciando sua realidade autônoma e discreta, sua importância e seu grande poder. Esta distinção reproduz outras, não menos problemáticas, como objetivo e subjetivo, material e ideológico.

É nesse sentido que Mitchell (2006)³⁹ elabora uma importante crítica a esses tipos de estudos, formulando uma interessante alternativa: tomar seriamente a evasiva fronteira entre sociedade e estado, não como um problema de precisão conceitual, mas como uma pista da natureza do fenômeno. Mais do que esperar encontrar alguma definição dessa fronteira (como preliminarmente demonstrar como um objeto é autônomo ou influencia o outro), é preciso examinar o processo político por meio do qual esta incerta, ainda que poderosa, distinção é produzida, atentando-se para a relevância do fenômeno, mas evitando atribuir a ele a coerência, unidade absoluta e autonomia que marcam outras abordagens (cf. 2006: 170-174). O objetivo neste caso deixa de ser estudar e definir a fronteira, mas se debruçar sobre o processo que a produz – um questionamento antropológico, portanto.

Continuando esse deslocamento, distanciando-se da posição do estado como uma entidade autônoma e *locus* emblema do poder, há as obras de Deleuze e Guattari – especialmente os volumes 1 (1995[1980]) e 5 (1997[1980]) de *Mil Platôs*. Com a noção de virtual-real, os autores operam uma leitura “anti-divisores”⁴⁰, ao realizar uma operação lógica e analítica, onde “tudo está em tudo e reciprocamente” (Donzelot 1976: 155). Virtual-real significa que variáveis oponíveis convivem, ainda que não se apresentem de forma atualizada

³⁹ Este texto faz parte da coletânea “The Anthropology of the State”, organizada por Sharma & Gupta (2006). Neste livro, embora os autores tenham o mérito de observar como o estado é reificado quando considerado em oposição à sociedade, eles corroboram a imagem de uma antropologia “at the margins of the state” (cf. Das; Poole, 2004), tanto nas margens de um estado específico como nas margens do sistema capitalista mundial (ao modo de Wallerstein, 1974), o que carrega o problema de se definir o que são as margens e o que é o centro. Note-se, essa posição acaba por recolocar o estado no centro. Trata-se, em muitos dos casos, de observar como o contexto pós-colonial tem sido moldado diferentemente por sucessivas camadas históricas de integração desigual nas margens do sistema. Todavia, a margem e o centro podem ser diferentes de acordo com a diversidade dos pontos de vista. O estado pode não estar no centro. Herzfeld (2001 [1987]) também atribui à antropologia a peculiaridade de ter se concentrado naquilo que é marginal em relação aos centros de poder. Contudo, mais do que atribuir marginalidade aos fenômenos estudados, penso que o interessante seria a produção de uma perspectiva descentrada e marginal. Como demonstra Sahlins (2007 [2000]), a história é organizada por estruturas de significação local segundo as quais relações de origem externa ou global devem ser lidas.

⁴⁰ A expressão “Great Divide” deriva de Goody (1977), e se refere a uma tendência no pensamento antropológico de opor *nós* a *elas*, designando uma forma de ler os fenômenos sociais que separa por princípio metodológico e ontológico dois tipos de sociedades (a sociedade moderna e ocidental das outras). Para reflexões bem elaboradas sobre a formação desses divisores ver Latour (1999) e Goldman (1999).

dentro de um mesmo fenômeno, ou seja, podem se alternar ou encontrar-se englobadas dentro deste. Especialmente no volume 5 de Mil Platôs, os autores, pensando sobre a capacidade e motivação estatal em classificar e naquilo que escapa a essas classificações, e ilustrando muito bem como funciona a noção de virtual-real, concebem um *campo perpétuo de interação* (Deleuze; Guatarri, 1995 v. 5: 24, grifos no original) entre esses dois vetores, essas duas forças que competem no campo virtual-real do estado, ora como rizoma, ora como arborescência⁴¹.

Os autores utilizam-se amplamente da noção de contra-estado de Clastres (1978 [1974]), ainda que de uma forma crítica, pois em Clastres tudo se passa como se com o advento do estado as forças contra-estatais deixassem de existir. Todavia, como se trata de mecanismos virtuais-reais, a força do contra-estado não desaparece nas formas estatais, assim como o estado também está presente em formações sociais não estatais. As forças (que podemos entender como interação de vetores) estatais também funcionam em sociedades onde ele não empreende uma organização. Ainda que essas organizações não o conheçam, ele está presente de forma subordinada. Há certos mecanismos de estado nessas sociedades, os quais são conjurados e antecipados pelas forças contra-estatais. Goldman (1999: 69), comentando esse aspecto, pontua o que quero dizer:

A fim de superar esse resíduo cientificista e etnocêntrico, Deleuze e Guattari sustentarão que o contra-Estado continua funcionando entre nós, mostrando que, dos bandos de rua às organizações multinacionais, passando por certas formas de ação política e de pensamento, também nós estamos às voltas com máquinas contra-Estado, máquinas que, no entanto -- já que virtuais-reais entre nós -, só revelam sua natureza e seu funcionamento a partir dessa espécie de diálogo perturbador estabelecido com as sociedades falsamente chamadas de primitivas, aquelas em que o contra-Estado é dominante.

Seguindo Clastres (1978 [1974]) e rompendo com o postulado evolucionista de que bandos ou clãs seriam menos organizados que reinos e impérios, posto que ambos são organizados diferentemente e em interação, Deleuze & Guattari traçam a presença do estado “desde sempre”, isto é, o estado não seria um desenvolvimento ulterior das formas contra-estatais. “É preciso dizer que o Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado. Quanto mais os arqueólogos fazem descobertas, mais descobrem impérios.”⁴² Para eles, o estado é o *aparelho de captura*, o que causa uma expansão na forma de análise, representando

⁴¹ Em determinados contextos essas oposições assumem novos nomes, mas mantêm o tipo de relação que se quer enfatizar: o jogo *go* e o jogo de xadrez; o nômade e o sedentário; uma ciência menor ou nômade e a ciência de Estado; os bandos e o Estado; o liso e o estriado.

⁴² Deleuze & Guattari, 1997[1980]: 23.

a existência de movimentos estatais e contra-estatais por toda parte. Posto que são vetores em perpétua interação, há forças contra-estatais no interior das instituições estatais, assim como há forças estatais fora do estado institucionalizado.

Se Foucault (1983) lê o poder como um processo microscópico espalhado pelas relações sociais, e não apenas concentrado nas instituições estatais, Deleuze e Guattari têm o mérito de observar a força em contraposição a esses mecanismos de poder, a disciplina tornando-se substância da guerra e dos exércitos apenas quando a máquina de guerra é apoderada pelos estados⁴³. Isto marca uma diferença clara com relação às abordagens mais tradicionais em sociologia. Bourdieu (1996 [1994]), por exemplo, ao tratar da sociogênese do estado, procura lê-la por intermédio do acúmulo de vários tipos de capitais, dos quais os mais importantes são o de força física e o simbólico. O estado, ao procurar acumular capital, torna-se detentor de uma espécie de metacapital, o capital estatal. Segundo o autor, o acúmulo de capital de força física foi privilegiado em algumas leituras, tanto nas abordagens marxistas como nas de Nibert Elias (1972), Charles Tilly (1966 [1990]) e Weber (1982)⁴⁴. Entretanto, seu intuito seria mostrar como o estado acumula capital simbólico (como os códigos linguísticos, métricos e jurídicos), sem o qual a força física seria apenas precariamente mantida. Todavia, o deslocamento que Deleuze, Guattari e Foucault operam permite criticar a

⁴³ “Não cabe dizer, pois, que a disciplina é o próprio da máquina de guerra: a disciplina torna-se a característica obrigatória dos exércitos quando o Estado se apodera dela; mas a máquina de guerra responde a outras regras, das quais não dizemos, por certo, que são melhores, porém que anima uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento da hierarquia, uma chantagem perpétua de abandono e traição, um sentido de honra muito suscetível, e que contraria, ainda uma vez, a formação do Estado.” (Deleuze; Guattari, 1997[1980]: 21). Leirner (2001) trata a disciplina dos exércitos como a substância de troca para eles, aquela que efetiva um princípio estrutural, o combustível da ação guerreira, sustentando a cadeia de comando, a linha de autoridade e a coesão da tropa. Ainda, ao tratar da inimizade como princípio sistêmico, trata do desenvolvimento maciço de “unidades de comando”, como boinas verdes e forças especiais, que poderiam ser lidas, segundo meu entendimento, na chave deleuziana, como uma espécie de captura da guerra na selva, com suas formas ágeis e versáteis, da qual a guerra do Vietnã é um grande exemplo.

⁴⁴ Tomemos como exemplo Tilly. Para ele, a emergência do estado tem íntima ligação com a prática guerreira. O estado nacional prosperou, pois teve maior êxito na guerra, visto que criou instrumentos mais eficazes, como a manutenção de um exército e uma renda permanentes. No entanto, para que isso fosse possível, criou também uma máquina administrativa que pode agir sem intermediários com os cidadãos, tanto na obtenção de recursos tributários como de homens para a guerra. Para tanto, o estado teve que negociar com a população, ainda que essa negociação seja desigual e brutal. Observou que desta negociação houve vários desdobramentos, como a questão da legitimidade do imposto, por exemplo. Elias (1972) diz que o imposto, primeiramente, é realizado como uma forma de extorsão, e só posterior e gradativamente passa-se a discutir sobre sua função e necessidade. Para Tilly, a legitimidade do imposto seria como uma espécie de negociação do estado com a população, com o objetivo da guerra. Dela emergiram as organizações representativas, espaços para determinadas camadas da população que estavam excluídas das decisões e, do mesmo modo, apareceram diversos tipos de reivindicações e os direitos de cidadania. Ou seja, tanto as organizações representativas quanto a concepção de cidadania, a partir desta leitura que enfoca a concentração de força física, podem ser lidas como a contrapartida do esforço guerreiro do estado e de sua tributação. Para o propósito deste trabalho, cabe frisar que, se de início a padronização das ruas (denominação e numeração) era vista primordialmente como uma forma de controle e tributação, hoje em dia, tornou-se também um direito: o direito do cidadão a um endereço.

noção de monopólio ou acúmulo de capitais, a divisão sociedade/estado, assim como descrever a multiplicidade do estado.

Nesse sentido, o estado numa forma não hipostasiada deixa de ser esse ente unificador e mais evoluído de organização humana, podendo ser visto como um vetor, uma força que pode ser conjurada ou atraída. A noção de *captura*, ou do estado como *aparelho de captura*, supõe que algo está “fora” e deve ser *capturado*, preso. Nesta tese veremos que o estado *captura* - como nos casos em que ele cria versões únicas e oficiais – mas isto deve ser melhor balizado, diferenciando-se o que está “fora” (e pode ser capturado) com relação ao que está “dentro” (mas no processo de *purificação* é construído como se estivesse “fora”).

Em seu livro “Jamais fomos modernos” (1994 [1991]), Latour mostra que a classificação que estabelece o moderno em contraste com o que seria tradicional, antigo ou primitivo é, entre outras coisas, a marcação da passagem do tempo de forma assimétrica, assinalando uma ruptura (na ideia de revolução, por exemplo) e estabelecendo os vencedores (os modernos) e os vencidos (todos os outros). Para ser eficaz, essa divisão deve derivar de dois conjuntos de práticas: a *tradução* e a *purificação*. Aquela alude à mistura entre gêneros de seres completamente novos, híbridos, amálgamas de natureza e cultura, redes. A segunda refere-se à criação de duas zonas ontologicamente distintas, por exemplo, a dos humanos, de um lado, e a natureza, de outro (processo que ele também chamou de crítica). Enquanto a *tradução* mistura natureza e cultura, a *purificação* as apresenta como separadas. Jamais fomos modernos, pois jamais abandonamos as misturas, os híbridos - pelo contrário, nunca se hibridizou tanto⁴⁵. Mobiliza-se a natureza nas relações sociais, mantendo-a infinitamente distante dos homens; os homens são livres para construir e desconstruir a sociedade, ao mesmo tempo em que as leis se tornam inevitáveis e absolutas.

“Em rede”, o mundo moderno, assim como as revoluções, permite apenas prolongamentos de práticas, acelerações na circulação dos conhecimentos, uma extensão das sociedades, um crescimento do número de actantes, numerosos arranjos de antigas crenças. Quando olhamos para elas “em rede”, as inovações dos ocidentais permanecem reconhecíveis e importantes, mas não há o bastante aí para se construir toda uma história, uma história de ruptura radical, de destino fatal (...) (ibid: 52)

⁴⁵ A “potência” dos modernos reside na maior extensão das redes. Só podemos falar em centros se for no mesmo sentido em que uma estação ferroviária é central, ou seja, por possuir um maior número de conexões, por apresentar-se como um nó.

Devido ao processo de *purificação* é possível falar nas coisas-em-si e nos humanos-entre-eles, nos objetos das ciências e no seu contexto social. Essa “Constituição Moderna” tem seus desdobramentos sobre a forma como entendemos o estado, por exemplo, na separação entre executivo e judiciário,⁴⁶ que oculta os múltiplos laços, as influências cruzadas, as negociações contínuas entre juízes e políticos, a despeito de sua separação eficaz. Ela também permite vê-lo como naturalizado, racionalizado (ou com atores racionais), com suas regras próprias, dessubjetivado, transcendente, quando, concomitantemente, também o percebemos como habitado por relações pessoais, de famílias e amigos, imanentes à ação. É esta operação de purificação que permite considerar o estado (inicial minúscula) como Estado (inicial maiúscula). Como o intuito desta tese é despurificar as leituras sobre este, ele vem sendo referido com inicial minúscula. O estado não representa uma ruptura radical; ele apresenta fatos contingentes, segmentários, investidos de autoridade e generalidade por meio de estratégias oficializantes. Este é o paradoxo que a *purificação* “resolve”: o estado é uma construção de pessoas e coisas, mas ao mesmo tempo é percebido como algo que ultrapassa seus construtores infinitamente, com seu modo de funcionamento próprio. É devido a essa operação que se separam os estados mais avançados, democráticos, impessoais, modernos, daqueles antigos, tradicionais, ou subdesenvolvidos, onde as relações familiares, o nepotismo, a “promiscuidade” público-privado - ou seja, a poluição, a mistura entre o coletivo e o particular - imperam. Segundo a forma como o estado é encarado aqui, tais poluições e misturas são inerentes a ele. O epíteto mais moderno, mais impessoal, indica o trabalho da prática da *purificação*. Latour diz que quanto mais nos proibimos de pensar os híbridos, mais seu cruzamento se torna possível⁴⁷; do mesmo modo, quanto mais *purificamos* o estado em termos de *bem comum*, *bem público* ou *reconhecimento público*, as homenagens permitem ver os *agrados*, os *contentamentos*, os *reconhecimentos particulares*.

Se “mesmo o mais racionalista dos etnógrafos, uma vez mandado para longe, é perfeitamente capaz de juntar em uma mesma monografia os mitos, etnociências, genealogias, formas políticas, técnicas, religiões, epopeias e ritos dos povos que estuda” (ibid: 12), por que, ao estudar o estado, parece tão importante dividi-lo em estado e sociedade, racionalidade *versus* relações familiares e pessoais, quando tudo indica que está tudo misturado, desde sempre e em todo lugar?

⁴⁶ Cf. ibid: 19.

⁴⁷ E isto marcaria a diferença, a Grande Divisão, entre Modernos e Antigos: estes, ao se dedicarem a pensar os híbridos, não permitem sua proliferação. (ibid: 17)

iv. *As Homenagens: traduções e purificações*

As abordagens de Deleuze & Guattari e Latour oferecem importantes janelas para refletirmos sobre o estado de forma etnográfica. Ele não é entendido aqui como um ente unitário, coerente e unívoco. Embora ele não seja esse agente individual, é necessário reter que ele se apresenta como tal – e isso não pode ser ignorado. O objeto mais imediato desta tese, as variadas homenagens públicas de alguns órgãos legislativos, vem ratificar essa visão de estado como um ente compósito, de um lado; e de outro, não ignora o fato “dele” conseguir se apresentar em variados contextos como um ente unitário, coerente e com intencionalidade unívoca: a palavra com fé pública, o ato com autoridade de estado, a versão oficial da História de seus heróis, de seus homenageados. Se o estado é múltiplo e compósito, cabe esclarecer que a multiplicidade abordada aqui restringe-se, em grande parte, há um conjunto de duas câmaras municipais e uma distrital. É uma dimensão estatal com menos poder, um legislativo que se submete à legislação estadual e nacional, mas não por isso deve ser encarado como “menos” estado, é uma parte específica deste, o que coaduna com perspectiva adotada de não entender o estado como o Estado, em geral.

Como já foi dito, há todo um processo de construção de uma História, memória, identidade e tradição. Note-se que História foi escrita com maiúscula, pois é assim que a História do Estado é vista por aqueles encarregados de escrevê-la nos mais variados documentos oficiais. A ideia de uma tradição estável é uma ilusão, posto que as tradições imutáveis foram inventadas “anteontem”: o *kilt* centenário dos escoceses foi inventado como tradicional no século XIX (Hobsbawn; Ranger, 1997 [1983]); o culto tradicional a Duque de Caxias substituiu o do General Osório somente a partir da década de 1920, após passados mais de quarenta anos da morte daquele. Isto que se chama de Tradição, História e Identidade relaciona-se a uma “economia da memória” continuamente inventada e *purificada*. Apaga-se alguns elementos para se lembrar de outros, criando o tradicional e heroico em versão única, oficial. A concessão de homenagem pública, nesse sentido, é vista como uma prática que inventa essa História, na medida em que seleciona aqueles que devem ser *lembrados*.

Como uma forma de trabalhar essa abordagem mais concretamente, tomemos o caso das denominações de logradouros públicos. Observa-se algumas vezes, por exemplo, disputas por denominações de logradouros importantes, pois denominar logradouros também significa contar uma História. Esse é um dos motivos que levam Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas a política e jornais a se posicionarem contra as mudanças

dos nomes de logradouros, pois, segundo essa visão, modificar um nome seria apagar o passado.

O jornal Estado de São Paulo de 28 de Julho de 2006 estampa a seguinte notícia: “Bairros se descaracterizam com mudanças de nomes de ruas: quase 10% dos projetos na Câmara são para alterar designação de vias e praças da cidade”. O tom da matéria é de indignação e lamento: “Aliás, a prática de mudar nomes de vias é uma praga que faz a cidade perder a identidade”. Sobre o Jardim das Bandeiras⁴⁸: “Hoje, das 21 ruas e praças do bairro, apenas duas mantêm a nomenclatura original.” Mais à frente na matéria, a representante do Movimento Defenda São Paulo se manifesta: “(...) não existe o menor sentido em mudar nomes (de ruas). A questão da denominação tem que ter respeito ao local e às pessoas.” E assim durante toda a página dedicada à questão, manifestam-se moradores e associações de bairros contra a prática (“praga”, segundo o jornal) da mudança de nomes. Elas são vistas com indignação, pois dizem agredir a memória, a identidade e a História dos bairros e da cidade. Note-se o imbricamento dos termos: a homenagem da denominação do logradouro ajuda a contar a História e a preservar a memória, as quais são vistas como constituintes da identidade local – um processo de *captura* do tempo, do passado e suas diversas temporalidades e histórias, sendo reificados em História, memória e identidade, mudando sua natureza e se apresentando em versão única e oficial.

Quando ONGs, jornais e associações de moradores utilizam-se desta linguagem de preservação da memória, eles se valem de uma linguagem de estado, que tenta estabilizar processos e fluxos. Por exemplo, quando a Associação dos Combatentes Constitucionalistas atua juridicamente contra a mudança do nome do Túnel 9 de Julho em São Paulo⁴⁹, ou simplesmente quando se publica uma posição reificadora e naturalizante como a manifestação do jornal que vê as mudanças dos nomes de rua como pragas, ocupa-se uma posição a favor desta História que estava sendo contada e que deve ser lembrada e preservada. Além disso, toma-se uma postura em defesa e manutenção de memória, da História e da identidade, como algo que sempre existiu, que sempre foi assim.

⁴⁸ A nomenclatura original das ruas referia-se a nomes de bandeirantes.

⁴⁹ Isto será discutido mais detalhadamente no capítulo 4. A Associação é dos ex-combatentes paulistas na Revolução de 1932. A Revolução Constitucionalista de 1932, Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, entre os meses de julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil. Foi uma resposta paulista à Revolução de 1930, a qual acabou com a autonomia que os estados gozavam durante a vigência da Constituição de 1891. Esse acontecimento é fabricado como importante na construção de uma identidade paulista diante dos outros estados, tanto que a data de 09 de julho, que marca o início da Revolução, é feriado no estado e sua data cívica mais importante.

A imagem da cultura enquanto categoria de estado também é esclarecedora, pois enquadra algo sobre o que é impossível impor fronteiras rígidas, transformando a cultura em programa de estado que, por meio de um “Ministério da Cultura”, deve promovê-la e preservá-la⁵⁰. O caso da luta dessas ONGs e da imprensa contra a modificação dos nomes de logradouros é similar ao processo reificador do estado, pois estes agentes militam a favor de uma História, de um patrimônio e de uma memória oficiais. São organizações da “sociedade civil” operando a *captura* típica do estado, o que comprova a ineficácia heurística em separar estado e sociedade. Segundo Goldman (2006: 265):

Se acrescentarmos a isso o fato de que por “Estado” não se pretende meramente designar uma instituição, mas um modo de funcionamento e uma forma de poder, compreenderemos por que “chamamos ‘captura’ essa essência interior ou essa unidade de Estado” (apud Deleuze & Guattari, 1980: 532). Ou seja, compreendemos que não existe um Estado que captura, mas que a captura é o Estado e vice-versa – o que significa que, deste ponto de vista, a diferença entre o aparelho de Estado propriamente dito e as chamadas “Organizações Não Governamentais”, por exemplo, é absolutamente irrelevante.

O esforço do Estado Novo em demarcar uma cultura genuinamente nacional com, por exemplo, a elevação da capoeira ao *status* de uma riqueza cultural reconhecida, é outra ilustração clara desse processo de *captura*. No caso específico tratado pela denominação de ruas, estas servem como patrimônio cultural das cidades, e possuem toda uma legislação que busca proteger esse patrimônio (Constituição Federal de 1988, artigo 216). A própria prática de homenagens a pessoas vivas com medalhas e títulos pelas câmaras municipais, por exemplo, também sugere uma espécie de recompensa por uma conduta digna (e de contribuição ao *bem comum*), que deve servir de exemplo aos demais cidadãos.

Assim como Deleuze e Guattari (1997[1980]) definem renda, lucro e imposto como exemplos importantes de aparelhos de *captura*, termos como memória, identidade, História e patrimônio também são formas de *captura*. As homenagens são incluídas nesse

⁵⁰ “(...) o conceito de cultura é profundamente reacionário. É uma maneira de separar atividades semióticas (...) em esferas (...). Tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades políticas” (Guattari, 1986: 15, *apud* Goldman, 2006: 265). Entretanto, esse conceito de cultura filtrado por uma *captura* estatal (como a de um Ministério da Cultura, por exemplo) é bem diverso da cultura segundo uma leitura antropológica. Para a antropologia, a cultura pode ser lida e interpretada como um texto, uma interpretação de segunda ou terceira mão, uma vez que o nativo é o primeiro a interpretá-la (segundo Geertz, 2008 [1973]); ou como Wagner (2010 [1975]), para quem a invenção da cultura se dá em contato, ativamente, onde elementos simbólicos de um universo entram em relação com outros elementos, sendo a cultura um instrumento que utilizamos na tentativa de produzir o diálogo. Latour (2000: 329), também de uma maneira parecida, entende a cultura como “o conjunto de elementos que se mostram interligados, quando e somente quando, tentamos refutar uma alegação ou abalar uma associação.”

processo, pois homenagear, seja com nomes de ruas, honrarias ou datas comemorativas, são procedimentos que visam inventar de forma *purificada* (oficial) História, tradições e patrimônios, seja da cidade ou do país. Como veremos, são *traduções*, muitas vezes, de relações pessoais dos parlamentares com sua base, com outros segmentos ou com outras autoridades. As homenagens *traduzem* essas relações, esses *agrados*, transformando-as, *purificando-as* e codificando-as em uma linguagem de estado, oficial e tradicional, como se sempre tivessem existido e fossem merecedoras de preservação.

O esforço de invenção histórica, paralelamente, cria a impressão do estado como algo antigo e perene. Herzfeld (2005 [1997]) é um autor que presta muita atenção a esse processo de reificação e impressão de permanência do estado. Mediante uma análise etimológica, que “perturba a ordem sincrônica das coisas ao restaurar nelas uma noção de contingência histórica, recordando-nos que os signos pelos quais transmitimos ‘verdades evidentes’ têm histórias próprias (ibid: 106)”, lembra-nos de que em italiano ‘*stato*’ é usado como participio perfeito passado do verbo “estar”, o que tem sempre sido, existido. Nesse sentido, entra todo um rol de instrumentos utilizados pelo estado que causam uma impressão de perenidade (de tradicional), como suas datas, honrarias e denominação de logradouros. Afinal, o que são esses nomes de ruas oficiais senão uma forma de o estado contar uma História, fabricando uma memória, inscrevendo-a no espaço? Guias são lançados para resgatar a História das ruas, das homenagens das placas, da História no espaço.

Deleuze e Guattari (1997[1980]) destacam que a *captura* é ao mesmo tempo uma História e um esquadramento do espaço. Temos, portanto, nessa ocupação do espaço nas cidades uma perpétua interação entre a invenção da História por meio dos nomes e a ocupação - mas também esquadramento - do espaço. Essa História pode ser inclusive notada em livros que falam sobre a História dos nomes das ruas, dos quais cito dois: “1001 ruas de São Paulo”, cujo subtítulo é “Guia sobre a História dos homenageados nas placas da cidade”, de Silvia Costa Rosa (2003); e “Nomes que marcam o Rio: Quem são as personalidades que dão nomes aos logradouros públicos no Rio de Janeiro”, de Carlos Alberto de Lima (2008). Esses livros têm um formato muito semelhante, com os nomes seguidos de breves explicações históricas sobre as personalidades homenageadas, seus grandes feitos, seus atos de patriotismo e pelo *bem comum*. É deste modo que os nomes de ruas são vistos: são louvados pelo estado.

Um modelo elaborado por Latour em “Ciência em Ação” (2000) é eficaz para entendermos como se dá esse processo de reificação. Não obstante esse modelo tenha sido

elaborado para descrever como se produz a ciência e como seguir os cientistas, se reconstituirmos o processo de fabricação das homenagens - algo como Herzfeld sugere ao falar em etimologia, mas aqui não se trata da etimologia de palavras, e sim de processos e agenciamentos -, veremos dois momentos bastante próximos, mas que são apagados no processo de construção. Latour (2000 [1998]), ao olhar para a ciência remete às duas faces do mitológico Jano.⁵¹



Figura I.1: Jano Bifronte. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jano>

De acordo com esse modelo, ao olharmos para a ciência pronta veríamos uma verdade acabada, como uma caixa-preta fechada, uma imagem da Natureza objetiva, de como as coisas são “de verdade” (a imagem de um Jano “acabado”). Entretanto, ao abrirmos essa caixa, seguindo as ações dos cientistas nos processos de produção do conhecimento, veríamos que durante a construção do Jano mais velho, o mais novo (que remete a elementos “não objetivos”, como controvérsias, financiamentos e verdades parciais) é eclipsado. No caso da ciência:

Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso que fazemos quando vemos um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. Se tomarmos duas imagens, uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto, veremos que são absolutamente diferentes. São tão diferentes quanto as duas faces, uma vivaz e outra severa, de Jano bifronte. “Ciência em construção”, a da direita; “ciência pronta” ou “ciência acabada” a da esquerda; (...). (Latour, 2000 [1998]: 16)

⁵¹ Jano é um deus da mitologia romana, o porteiro celestial, que representa os términos e os começos. Seu nome deu origem ao mês de Janeiro. Ele tem duas faces: uma olhando para trás; outra, para frente. Foi o inventor das guirlandas, dos botes, dos navios e das moedas. Várias moedas antigas da Grécia, Itália e Sicília traziam, de um lado, o rosto com duas faces; do outro, um barco, guirlanda ou navio.

Mutatis mutandis, é isso que acontece no esforço do estado para produzir uma forma de perenidade. Se olharmos para a sua “face jovem” - a história, identidade, cultura, patrimônio, tradição e estado enquanto estão sendo construídos - veremos elementos como disputas, homenagens, *agrados*, *contentamentos*, *acordos* e *reconhecimento* pululando perante nossos olhos. Todos esses termos seriam escritos com iniciais minúsculas, o que denotaria o processo de fabricação e invenção tanto dos conceitos quanto de seus conteúdos específicos. Olharíamos para o Jano jovem e suas controvérsias: para o estado em sua intimidade cultural, para os agentes em sua poética social.⁵² Veríamos os *agrados* nas medalhas, nas mudanças dos nomes de logradouros, na instituição das datas comemorativas; seria possível explicitar um circuito de homenagens, as claras redes de relações que as sustentam, as intenções e as agências que as movem: uma multiplicidade de forças centrífugas atuando no coração do estado, uma algazarra e uma polifonia ocultadas no processo de *purificação*. Todavia, ao olharmos para o senhor Jano, deparamo-nos com a História, o Estado, a Tradição, o Patrimônio, os Heróis, o Ministério da Cultura. O estado em sua linguagem de autopropetuação ontológica rumo à eternidade. Aqui, temos o *voice over* predominando sobre a algazarra: conceitos reificados, que agregam muitos advogados (em *lato* e *stricto sensu*), já que a disputa e o contexto parecem ter sido apagados do processo. Neste segundo momento, observamos uma mudança drástica, a reificação: o estado, como uma entidade coerente e coesa - *purificado* - mostra-se mediante a linguagem do Tradicional, da Memória Pátria, da História.

A despeito da impressão de perenidade produzida pelo estado, tal continuidade é o tempo todo negociada, e pode mudar. As caixas-pretas (para permanecer numa terminologia latouriana) podem ser abertas e reabertas. A História muda, mas ao mudar, tenta causar uma impressão reificada do passado, eliminando as disputas e outros elementos do momento das decisões sobre o como e o que contar. Quando o governo da cidade de São Paulo foi do Partido dos Trabalhadores, cogitou-se mudar o nome da Praça da República para Praça República dos Palmares, como “sinal dos novos tempos”. Uma vereadora disse que apresentaria um projeto para alterar o nome da Via Elevada Presidente Arthur da Costa e Silva, pois “onde já se viu homenagear um ditador, um torturador?”. Ainda que as homenagens sejam dadas por meio de *acordos*,⁵³ podem ocorrer algumas discordâncias, como no caso da entrega da Medalha Chiquinha Gonzaga da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, feita pela vereadora Clarissa Garotinho à então ministra Dilma Rousseff, que teve como

⁵² Cf. Herzfeld, 2005 [1997].

⁵³ Sobre o *acordo* enquanto categoria nativa, ver especialmente o capítulo 2.

opositor o vereador Carlos Bolsonaro, para o qual a homenagem seria um desserviço, por ser endereçada a uma “terrorista”⁵⁴. O mesmo vereador também entregara uma medalha a uma senhora, tendo como motivação o fato de ela ter atirado em um ladrão que havia tentado assalta-la.⁵⁵ Isso também não ocorreu sem a medida ter sofrido alguma oposição, pois a vereadora Silvia Pontes tentou cassar a medalha:

Infelizmente, uma homenagem, a concessão de uma medalha, que é a maior honra que se faz a um cidadão, por serviços prestados à cidade, foi dada a uma senhora que cometeu um delito. Me desculpe, mas é um delito. Porte de arma ilegal é um delito e ela está respondendo.⁵⁶

Portanto, se olharmos para o Jano mais velho, para as homenagens descritas após algum tempo, não veríamos essas disputas e *agrados* que as constituem - essas controvérsias, nas palavras de Latour. O que fica são apenas as homenagens a pessoas que contribuíram para o *bem comum*, os exemplos de cidadania, as pessoas honradas com essa mercê, as que são chamadas de Pedro Ernesto⁵⁷, de Cidadão Honorário ou Benemérito, por terem recebido esses títulos e que devem figurar na História e na memória dos documentos oficiais. Contudo, o olhar detido sobre o momento da homenagem ilumina as relações entre homenageador e homenageado, o *agrado* e as (raras) controvérsias sobre os méritos dos que receberam as honrarias - a *tradução* e a mistura em movimento. Este processo é comum tanto às denominações de logradouros, ou a instituição de datas comemorativas, quanto a todos os outros instrumentos que constroem e inventam a Memória, o Patrimônio, a História e o Estado, que de situações muito contextuais transformam-se no Absoluto, no Transcendente: aquilo que é reificado e naturalizado nos documentos oficiais, e que aqui chamo de processos simbólicos do estado. Um olhar com atenção sobre todos esses processos de reificação e naturalização, como diria Herzfeld, demonstra o quanto eles são transitórios, construídos em contexto e levando em conta os interesses mais variados, malgrado o esforço eficaz de parecerem eternizados.

⁵⁴ Fonte: <http://www.bolsonaro.com.br/carlos/Dilma.html>. Acesso em 10/10/2011.

⁵⁵ Trata-se da aposentada Maria Dora dos Santos Arbex, de 67 anos. “De acordo com Bolsonaro, a medalha concedida a Maria Dora não é por ela ter atirado em alguém, mas pelo simbolismo do ato que, segundo o vereador, “externa o sentimento de um povo cansado de tanta violência, sem que os órgãos responsáveis tomem qualquer atitude”. Ele lamentou ainda que o tiro tenha atingido apenas a mão do assaltante.” Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1322252-5606,00.html>. Acesso em 28/04/2012.

⁵⁶ Fonte: idem.

⁵⁷ Nome da principal comenda carioca.

* * *

Nesta tese, além desta introdução, cujo objetivo era situar a problemática teórica mais geral da pesquisa, percorro um caminho que vai desde a enunciação do contexto “prático” em que a pesquisa se deu, até a composição de uma reflexão teórica sobre o modo de funcionamento e elaboração desse “tipo” de estado com o qual estamos lidando.

No capítulo 1 (*Contatos e Acessos*), o objetivo é descrever as condições em que a pesquisa foi realizada, os interlocutores e as formas de abordagens, oferecendo um relato sobre a origem dos dados que pautam a reflexão geral. No capítulo 2 (*O Acordo dos parlamentares*), procuro compreender uma categoria nativa que pauta, baliza e atua nas justificativas de várias decisões dos agentes políticos. Como um dos objetivos é a realização de um entendimento processual (e não estrutural ou dimensional) do estado, é salutar que categorias nativas de grande utilização na prática dos parlamentares apareçam como fundamentais na análise. Se no capítulo 2 trabalho com uma categoria nativa de atuação em grande parte da vida dos parlamentares, no capítulo 3 (*A Micropolítica da Homenagem*) abordo outras que são mais específicas do universo da homenagem pública. Compreender como os vereadores as realizam, e o que essas práticas implicam em seus mandatos e nas construções de suas imagens públicas, é o objetivo mais geral deste capítulo.

No Capítulo 4 (*As Homenagens “eternas”*: os nomes nos logradouros) detenho-me sobre a peculiaridade deste tipo de homenagem. Desenvolvo as implicações mais gerais dos capítulos anteriores sobre a especificidade desta homenagem, na qual as pessoas *viram* nome de rua.

Nas Considerações Finais o objetivo é remeter a etnografia ao que chamo de invenção do *público*, no qual elementos particulares, domésticos e privados são transformados, *purificados*, em *público* e *comum* – processo central que aparece em toda a tese.

Capítulo 1 - CONTATOS E ACESSOS: PESQUISANDO ENTRE POLÍTICOS

Neste capítulo, discorrerei com mais detalhes sobre minha pesquisa de campo. Ela ocorreu basicamente em três contextos: a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal de São Paulo e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Essas três cidades foram escolhidas devido à sua importância estratégica quanto às políticas locais no Brasil. Ao invés de estudar localidades interioranas onde as relações políticas e seu imbricamento com o parentesco e amizades já estão marcadas no cenário etnográfico sobre a política¹, o intuito foi ampliar o contexto etnográfico e mostrar como, mesmo nos sítios mais cosmopolitas, a política local é marcada por relações pessoais, das quais as homenagens são casos exemplares. Não estou postulando uma hierarquia nos estudos sobre a política ou o estado. A Prefeitura e a Câmara Municipal em Redenção (CE) são tão políticas e estatais quanto as instituições correlatas de Brasília ou São Paulo. O interesse aqui é a ampliação do escopo etnográfico a partir da pesquisa em locais que, por serem mais metropolitanos ou centrais, supostamente seriam mais pautados por princípios como a impessoalidade e racionalidade. A Câmara Municipal de São Paulo foi escolhida por ser o órgão legislativo da maior cidade do país, a mais rica e cosmopolita - a capital do capital. O Rio de Janeiro, por sua vez, vem ratificando sua posição como capital cultural do Brasil. É a cidade brasileira mais conhecida, a que atrai mais turistas e a primeira a sediar os Jogos Olímpicos, além de ter sido a capital federal por quase 200 anos (1763-1960). Por fim, a Câmara Legislativa do Distrito Federal representa o legislativo local do atual centro político do país. Foi planejada e construída como marco da modernização.

De início, é preciso fazer um esclarecimento. Utilizo o termo *acesso* como uma categoria nativa. Kuschnir (2000), ao tratar do cotidiano da política de uma vereadora carioca, define-o como uma categoria que diferencia os políticos das outras pessoas:

Apenas através da política, é possível adquirir conhecimento, “encontrar caminhos” e “abrir espaços” junto ao Poder Executivo. “A política é um meio facilitador de *acessos que não tem preço*”(…) Os *acessos* não podem ser comprados. Precisam ser conquistados através de um mandato e das alianças que o envolvem. Se eleito, o maior benefício obtido pelo político

¹ Por exemplo, Leal (1997 [1949]), Heredia (1996), Guebel (1996) e Villela (2004).

não é o dinheiro, mas sua posição de intermediário ou “facilitador” – isto é, alguém que detém os *acessos* na política. (ibid: 88, grifos da autora)

Utilizo essa categoria de uma forma mais abrangente. Além do *acesso* que o mandato parlamentar proporciona, estendo o uso dessa categoria a estratégias de navegação social. Mais do que referir-se a um atributo do parlamentar, o *acesso* funciona em minha leitura como uma condição para se estabelecer o *contato* com os parlamentares.² De um atributo restrito ao parlamentar, este passa a ser uma característica intrínseca da navegação no universo dos políticos. Não só os políticos, mas o próprio pesquisador deve buscá-lo neste contexto: um *conhecimento*, para que dados *contatos* sejam estabelecidos. Como ficará claro neste capítulo, sem o *acesso* a própria pesquisa pode ser inviabilizada. Se o mandato parlamentar proporciona *acesso*, um estranho (um não eleitor em potencial, posto que de outra região) também necessita dele para ter alguma chance de falar e ser ouvido por um parlamentar. Neste capítulo contarei como ocorreu minha navegação junto aos políticos e como a construção dos *acessos* foi fundamental.

Iniciei minha pesquisa no Rio de Janeiro em março de 2009. Comecei a frequentar a câmara municipal, seus corredores, suas sessões ordinárias, solenes e as concessões de honrarias. Honrarias, segundo as legislações das câmaras municipais, são mercês concedidas pelo poder público como forma de *gratidão* a serviços prestados por cidadãos e Organizações Não Governamentais, por exemplo. São medalhas, diplomas de reconhecimento e títulos de cidadão. Diferencio homenagens de honrarias, pois, como ficará mais claro no próximo capítulo, as honrarias são um subconjunto das homenagens realizadas pelas câmaras municipais e organizações do estado em geral.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro está localizada no Palácio Pedro Ernesto, situado na Cinelândia. Pedro Ernesto (1884-1942) foi prefeito do Rio de Janeiro duas vezes (1931-1934; 1935-1936), sendo o primeiro prefeito eleito da cidade - ainda que por eleição indireta. Foi opositor a Vargas e preso duas vezes sob a acusação de ser comunista. Também dá nome ao hospital universitário da UERJ e a uma rua em Gamboa (bairro). É um prédio antigo de estilo eclético, construído em 1923. Os gabinetes dos vereadores encontram-se nos andares superiores ou no prédio anexo - Edifício Marechal Eurico Gaspar Dutra,

² Quase todas as pesquisas etnográficas necessitam contatos e acessos; no entanto, o que quero frisar é o modo que a política, ou os políticos têm de fazê-lo. A política supostamente é algo da esfera pública, e, portanto, bastaria o acesso aos dados “públicos” – o que é exatamente o recurso metodológico adotado pela Ciência Política, que busca estatísticas, padrões, alianças comprovadas, ou fatos que de alguma forma venham a público, por meio de reportagens ou entrevistas feitas pelo próprio pesquisador. Contudo, o etnógrafo, diferentemente, busca problematizar justamente sua relação com o sujeito investigado – esta é a variável diferenciante.

homenagem a um ex-presidente da República durante o regime militar. Foi inaugurado em 1952, um ano após o marechal ter deixado a presidência. Ou seja, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro temos homenageados dois políticos: um ex-prefeito e perseguido político; e um ex-presidente da ditadura, um militar.

A Câmara Municipal de São Paulo localiza-se no Palácio Anchieta, desde 1969. Este nome é uma homenagem ao padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597), declarado beato pelo papa João Paulo II, considerado um dos fundadores da cidade de São Paulo por intermédio da ação missionária que deu origem ao Colégio de São Paulo. Anchieta é um grande “nome histórico e heroico paulista”, fundador do colégio, escritor e catequizador de índios. Atualmente também dá nome a uma das rodovias que ligam a capital ao litoral sul paulista.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal está entre as *Casas* legislativas mais novas do país. Ela absorve as funções legislativas do município e do estado³ (unidade federativa), sendo um misto de câmara municipal e assembleia estadual. Somente em 1990 é que foram realizadas as primeiras eleições para governador e deputados distritais. Realizei minha pesquisa de campo na CLDF⁴ durante o primeiro semestre de 2010. Naquela época, a Câmara ocupava um prédio provisório, e desde de agosto de 2010 ocupa o prédio construído especificamente para abrigar o poder legislativo distrital. Diferentemente das outras duas câmaras, o prédio que abriga a CLDF não tem nome.

Ao contrário da câmara paulistana, que possui um prédio relativamente novo e de circulação mais liberada, no prédio carioca e brasiliense há todo um controle daqueles que entram e saem do prédio. Deve-se entrar por uma porta lateral e apresentar um documento de identidade para poder circular em suas dependências. Além da entrada, a própria permanência no prédio é mais vigiada se comparada à câmara paulistana. Os acessos aos gabinetes dos parlamentares cariocas são mais complicados e vigiados. Os seguranças parecem estar sempre atentos. Por exemplo, quando notei em um mural um cartaz de divulgação de uma sessão solene para entrega de medalhas ao então Ministro da Justiça, Tarso Genro⁵, saquei minha câmera fotográfica para retratar o cartaz. Prontamente, fui abordado por um dos seguranças que queria saber o porquê da fotografia e foi logo me avisando que “na câmara não se pode ficar tirando foto”. Eu expliquei a ele que estava tirando foto de um cartaz que divulgava uma

³ No final do capítulo, explico melhor as peculiaridades da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

⁴ Sigla da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

⁵ Embora todas as sessões solenes sejam divulgadas nos sites das câmaras, como essa era uma sessão em homenagem a um ministro federal, mereceu uma divulgação mais acentuada por parte do vereador proponente.

sessão solene e que estava ali em razão de uma pesquisa. Ele consentiu a fotografia, mas reiterou que não se pode fotografar à vontade. Essa situação ilustra como se dá o relacionamento da segurança da câmara carioca com as pessoas que não são costumeiramente seus frequentadores. Ao perceber pessoas diferentes com atitudes não convencionais, ou seja, circulando pela Câmara, aparentemente sem nenhum propósito, fica-se alerta. Foi nesse ambiente de movimentação vigiada e restrita às Galerias Vereador Lysâneas Dias Maciel⁶, do plenário Teotônio Villela⁷, que eu passei quase três meses circulando, assistindo às diferentes sessões, mas sem conseguir nenhum *contato*, apenas observando à distância o desenrolar do cotidiano da *Casa*⁸. Não via maneira de abordar parlamentares, pois o público deve se encaminhar às galerias⁹ durante as sessões e os parlamentares parecem estar sempre com pressa.

Depois de uma conversa com um *amigo*¹⁰ antropólogo nascido e criado no Rio de Janeiro, mas que já há algum tempo não reside na cidade, o contexto mudou. Por coincidência, ele e seu pai tinham relações de *amizade* com um assessor da Câmara, antigo colega de trabalho de seu pai. Ele passou a intermediar um *contato* com o referido assessor, que prontamente se disponibilizou a ajudar um “*amigo do amigo*”. Enfim, algumas portas se abriram.

Intermediado por meu *amigo*, conheci Barbosa¹¹, ex-diretor de uma empresa que presta serviços públicos e funcionário da câmara municipal, sujeito que construiu toda uma carreira política transitando em diversos cargos, fundando inclusive um sindicato em conjunto com o pai de meu *amigo*. Marcamos de nos encontrar num fim de tarde no Amarelinho, famoso bar ao lado da câmara municipal. Introduzi a conversa dizendo que eu gostaria de pesquisar as homenagens, com suas denominações de logradouros e entrega de medalhas. Ele já foi assessor de um vereador, o qual afirma ser um dos poucos honestos da *Casa*, mas se afastou do trabalho direto da câmara por sofrer grandes frustrações durante a elaboração da Lei Orgânica, ao não “conseguir aprovar leis que eram intensamente discutidas

⁶ Lysâneas Dias Maciel (1926 -1999) foi um advogado, jornalista e político carioca. Foi vereador e deputado estadual.

⁷ Teotônio Villela (1917-1983) foi um político alagoano com grande projeção nacional.

⁸ É comum os vereadores se referirem à câmara municipal como *Casa* ou *Casa do Povo*, o que denota, apesar de todas as diferenças entre os parlamentares, algo que os une - afinal, eles pertencem a mesma *Casa*.

⁹ As galerias são o espaço reservado para a população que deseja acompanhar as sessões nas câmaras, enquanto deputados distritais e vereadores ocupam a plenária. Na câmara paulistana, o plenário recebe o nome de 1º de Maio, e na CLDF o plenário e a galeria não têm nomes.

¹⁰ Note-se que estou denominando-o a partir de como meus nativos classificariam sua relação, por isso, em itálico.

¹¹ Nome fictício.

com outros setores da sociedade”. Foi me contando como ele via essas homenagens, como algo *mesquinho* na câmara, um modo de *cooptar* eleitores. Citou o caso das menções honrosas (moções), que são distribuídas, por exemplo, no dia das mães a dezenas de mães que habitam o “distrito eleitoral”¹² do vereador. Perguntado se ele realmente achava que isso dava votos para os vereadores, respondeu-me que:

não é só isso, é que ocorre toda uma circunstância que vai sendo construída, com o vereador sempre *aparecendo* de alguma forma para seus eleitores, e isso era um algo mais, para *cooptar* principalmente aquelas pessoas que são muito simples, analfabetas, que ao receber uma carta dessa da câmara passa a se sentirem importantes, guardam a carta, penduram na parede, sendo uma forma de mexer com o ego do eleitor.

Barbosa também menciona um dispositivo regimental, as “proposições autorizativas” (uma “excrecência jurídica”, na sua opinião), que permitem ao vereador elaborar um documento, por exemplo, solicitando ao poder executivo a construção de uma creche ou escola em determinado lugar, e que essa obra receba certo nome. Tais dispositivos não têm força de lei. O legislativo não pode gerar gastos para o executivo, mas isso pode ter dois usos: se o vereador é da *oposição*¹³, ele pode se utilizar de tais proposições para mostrar a seus eleitores que fez uma proposta, mas o executivo não cumpriu; já para a *situação*, caso a proposta seja aceita, isso serve como uma forma de o vereador ganhar mais *créditos* com a população, pois “foi ele quem propôs”. Barbosa conta o exemplo do vereador assessorado por ele e que queria homenagear um poeta popular, apresentando uma proposição autorizativa para a criação de uma praça com o nome deste. O vereador conseguiu concretizar a homenagem, pois, somado ao apoio do prefeito e do diretor do metrô (também correligionário do vereador), propôs a criação da referida praça (e sua conseqüente denominação) em uma área ao lado de uma estação recém-construída.

Barbosa tem um discurso que ele próprio classifica como *de esquerda*. Fala o tempo todo nos interesses do capital e da mídia burguesa, que não têm intenção em mudar as coisas, pois estas servem aos seus interesses. Muitas vezes a mídia denuncia a Câmara – diz –, mas não aponta os bons e os honestos. Para ele, esta é uma forma conservadora que ajuda a não provocar mudanças. Várias vezes ele se refere às homenagens como parte da *troca* que

¹² Uso a expressão “distrito eleitoral” para qualificar informalmente as regiões da cidade onde determinado vereador concentra sua votação.

¹³ Mais a frente discutirei como será o tratamento dado a categorias muito comuns como *esquerda*, *direita*, *centro*, *situação* e *oposição*.

ocorre na política. Ele disse que nunca quis participar de cargos comissionados para não ficar com o “rabo preso”, isto é, devendo *favores* que serão certamente cobrados pelos políticos. Entretanto, menciona que *ajudou* a eleger uma vereadora do PSDB que “nem pra falar obrigado prestou”. Um *amigo* jornalista *pediu* para ele *apoiar* a candidata, a qual lhe solicitou a elaboração de dois projetos, e disse ainda que, se eleita, lhe daria um cargo de confiança. Barbosa disse não ficar interessado no cargo, pois sabe como é “promessa de político”, mas a *ajudou* por ter sido um pedido do *amigo*. Entretanto, ele se zanga com a *ingratidão* da candidata que se elegeu e “nem obrigado disse!”. Na eleição seguinte, ao fazer campanha em seu bairro, Barbosa abordou a vereadora e disse: “Lembra de mim? Eu sou o Barbosa que te *ajudou*, indicado pelo Teodoro¹⁴ a te eleger, a conseguir votos nesse bairro. E você nem lembra de mim! Nem veio me *agradecer*, não disse nem um obrigado”. Ele conta que ela ficou muito sem graça diante de sua abordagem.

Toda essa relação que é construída com termos como *lembrança* e *gratidão*, como veremos, são intrínsecos aos relacionamentos na política. Ter *gratidão* e *lembrar* das pessoas que lhe foram importantes, *reconhecer* um *favor* recebido, são ações salutares e valorizadas nesse universo. No final de minha estada na cidade, quis presenteá-lo com uma garrafa de vinho, para demonstrar minha *gratidão*. Todavia, ele resistiu em recebê-la, dizendo que sua intenção era realizar o *pedido* de um *amigo*. A relação não era comigo. Mesmo relutante, ele aceitou o presente.

Sobre minha pesquisa, e minhas conversas com vereadores e funcionários da câmara, ele pensa que seriam difíceis de serem realizadas sem um *acesso*, pelo receio que os vereadores e funcionários têm da utilização da informação. Sendo assim, quando ele liga para o Otávio¹⁵ (outro *amigo* assessor) pedindo para me receber, diz que sou de *confiança*, sou um *amigo* de um grande *amigo*, não sou jornalista¹⁶, mas um acadêmico que está realizando uma pesquisa séria. Barbosa liga na minha frente para Otávio e marca uma conversa já para o dia seguinte. Ele disse que esse assessor gosta muito dele, e se considera como um *devedor de favores* (embora o próprio Barbosa não entenda isso, pois não sabe que *favor* é esse que Otávio lhe deve).

¹⁴ Nome fictício.

¹⁵ Nome fictício.

¹⁶ Os jornalistas não são bem vistos pelos parlamentares pois, segundo muitos deles, a imprensa tem predileção pela divulgação de notícias que denigram a *Casa*, sem a contrapartida da divulgação das boas notícias que eles também produziriam. Algumas reportagens ainda referem-se à câmara carioca como Gaiola de Ouro, apelido dado pelo historiador Brasil Gerson devido ao alto custo da construção do prédio.

Otávio me *ajudou* muito. Ele é assessor de plenário, tem todo um *know-how* sobre o que ele chama de “funcionamento técnico”, algo que para ele está além do burocrático, pois entende tanto dos regimentos quanto dos *modus operandi* e códigos de conduta - que podem ou não ser diferentes do regimento. Os assessores trabalham ou como funcionários da câmara, ou como assessores de gabinete de vereadores. Neste caso, eles se tornam cargos comissionados. Otávio está como assessor de um vereador e ao mesmo tempo *ajudando* outro parlamentar, a pedido de um *amigo* deputado. Diz que tem outros assessores de plenário à disposição, mas como os vereadores não querem pagar (isto é, admitir alguém como cargo de confiança), ele está *dando uma mão*, ou seja, *ajudando*, pagando algum *favor* ao deputado, como ele deixou claro.

Depois de minha conversa com Otávio, quando falamos sobre o funcionamento da câmara, o cotidiano dos funcionários e dos parlamentares, sobre alguns casos específicos e, claro, sobre as homenagens do poder legislativo, ele me abriu muitas portas, arranjando muitas conversas e entrevistas. Foi um verdadeiro *acesso*, passou a agendar conversas com vários vereadores. A dinâmica era a seguinte: eu chegava à câmara, ligava para Otávio e ele ia me trazendo vereadores à medida em que os encontrava nos corredores. Eu aguardava na Sala Inglesa (situada na Ala José Bonifácio¹⁷) ou na Sala do Cerimonial (situada na Ala Bobadela¹⁸), enquanto os vereadores iam sendo apresentados um por um e sendo entrevistados, ora com gravação, ora sem gravação. Os registros em áudio foram feitos dependendo da postura do vereador quando eu perguntava se poderia gravar a conversa: se ele titubeasse, eu não gravava; se respondesse prontamente que sim, eu ligava o gravador.

Logo, todo o meu *contato* e *acesso* com pessoas ligadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro seguiu a dinâmica da *amizade*. A *amizade* e/ou a troca de *favores* e gentilezas, geralmente as duas coisas concomitantemente, eram acionadas como justificativa para o meu *acesso*, para a *ajuda* que estavam me dando com os *contatos* na *Casa*. Sendo assim, Barbosa estava me *ajudando* porque estava fazendo um *favor* aos meus *amigos*; Otávio me *ajudara* por sua relação com Barbosa; os vereadores falaram comigo por pedido de Otávio; e outros funcionários me receberam pela *indicação* de Otávio e de Barbosa. Era notório que essa era uma lógica que permeava não só o meu *contato* com os vereadores, como também as relações entre eles e os funcionários da *Casa*.

¹⁷ Em homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), personagem famoso da história brasileira conhecido como “patriarca da independência”, devido ao seu papel durante o processo de independência do Brasil.

¹⁸ Homenagem a Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1733-1763.

A única pessoa que entrevistei no Rio de Janeiro sem ter nenhum *acesso*, foi uma funcionária da Comissão Carioca de Nomenclatura de Logradouros e Equipamentos Públicos. A CCNLEP¹⁹ é um órgão da prefeitura, coordenada pela *Secretaria Municipal de Cultura*. Cabe a ela apreciar os processos de reconhecimento dos novos logradouros do município, atribuindo-lhes os nomes, como também de equipamentos públicos, tais como escolas, hospitais, etc. Diversamente dos vereadores, que inicialmente procurei contatar por meio de correio eletrônico e telefonemas (os quais eram sumariamente ignorados, ou prometiam-me retornos que nunca aconteciam), a funcionária da Comissão prontamente se disponibilizou a conversar, visto que se tratava de uma pesquisa que tinha sede em uma universidade federal. Esse expediente de contato como pesquisador de uma universidade federal por meio de correspondência ou correio eletrônico foi sempre a forma inicial de (tentativa de) *contato*. Contudo, funcionou pouquíssimas vezes e, na maioria delas, com funcionários ligados às prefeituras. Esta forma se revelou de pouco sucesso com o pessoal das câmaras legislativas.

Embora tenha descrito um pouco de minha entrada no campo no Rio de Janeiro, a estratégia e os resultados do *acesso* nas outras duas cidades não foram muito diversos. Na capital paulista, optei por iniciar na Seção de Logradouros Públicos da Divisão de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal, onde são emitidos pareceres sobre os futuros nomes de logradouros, bem como arquivada a explicação sobre muitos dos nomes de logradouros já existentes. Primeiramente, dirigi-me ao local para falar com o chefe da seção e saber sobre a possibilidade de uma entrevista, ou de um período para acompanhar os trabalhos da seção. Naquele dia, o chefe não se encontrava, então conversei com um funcionário de outra seção e coletei os dados necessários para um contato oficial (nome do chefe da seção, de seu superior e endereço).

Elaborei, em conjunto com meu orientador, cartas oficiais que foram enviadas pela universidade ao secretário de Cultura, ao chefe da Divisão de Patrimônio Histórico (DPH) e ao chefe da Seção de Logradouros. Tentava com isso receber autorização tanto da Seção quanto de seus superiores. Fui autorizado pelo chefe da Divisão e da Seção. Essa troca de correspondências durou pouco mais de uma semana, e as cartas circularam sempre por meio oficial: uma conversa entre a Universidade Federal de São Carlos e a Divisão do Patrimônio Histórico (Prefeitura de São Paulo). O chefe da Divisão parou com todo o seu serviço para me explicar o seu trabalho e o das duas funcionárias subordinadas a ele. Nessa

¹⁹ Esta comissão existe desde 2001. Foi criada para colocar um ordenamento na questão das denominações públicas no Rio de Janeiro, cujos parâmetros têm sido estabelecidos ao longo destes anos.

conversa não utilizei gravador. Foi um bom começo de campo, visto que o funcionário me deu atenção exclusiva e me pareceu emitir suas opiniões sobre o tema sem qualquer manifestação de constrangimento. No decorrer do dia, diante de todo o tempo que foi dedicado a mim, durante o qual pude coletar muitas informações, optei por passar a uma nova etapa da pesquisa, uma vez que o funcionário já havia me concedido um expediente inteiro e eu já obtivera informações suficientes sobre o funcionamento da repartição e opiniões de seus funcionários. Passei ao meu segundo itinerário, mas deixando a possibilidade de retorno caso fosse necessário²⁰.

Meu segundo destino foi a Câmara Municipal de São Paulo. Esperei passar as eleições municipais de 2008, pois já sabia de antemão que nesse período seria extremamente difícil conseguir um tempo na agenda dos vereadores. Um *amigo* que possui relações dentro de um partido político foi encarregado de me conseguir algumas entrevistas com vereadores. Ele me indicou uma segunda pessoa, que me passou os contatos de três assessores de três diferentes vereadores. Após muitas conversas com secretárias e assessores, consegui agendar uma entrevista com um dos três vereadores. As secretárias dos demais sempre ficavam de me retornar ligações, mas nunca o faziam. Mesmo agendada a entrevista, tive que me dirigir duas vezes à câmara para entrevistá-lo, pois imprevistos ocorridos minutos antes da conversa provocaram o seu cancelamento e substituição de data.

Aproveitando minhas idas à câmara, procurei os gabinetes dos parlamentares, explicando minha pesquisa e tentando agendar entrevistas. Minha primeira impressão, dada a extrema amabilidade com que fora recebido, era de que seria fácil agendá-las. Todavia, acontecia o mesmo que com as ligações nunca retornadas das secretárias dos vereadores contatados por intermédio de seus assessores: nunca ligavam, e quando eu os procurava novamente, pediam desculpas dizendo que me ligariam - o que nunca acontecia. Parecia até um protocolo para despistar o pesquisador, ou qualquer pessoa que procurasse o parlamentar solicitando algo que não estava no rol de suas prioridades. Por meio de seus gabinetes, procurei 10 parlamentares. Apenas um assessor realmente disse não poder *ajudar*, já que “ele (o vereador) teria que dar prioridade a entrevistas que seriam publicadas em jornais ou revistas, já que recebemos uma votação interessante nessa eleição”. E somente uma secretária me retornou a ligação, no mesmo dia em que conversamos, agendendo logo para a semana

²⁰ Toda essa dinâmica foi muito semelhante ao que ocorreu com relação ao contato com o CASE (Serviço de Cadastro Setorial) da Secretaria de Habitação do município de São Paulo, também responsável pela denominação de logradouros. O papel de cada setor referente a denominação de logradouros será melhor esclarecido no capítulo 4.

seguinte a entrevista com uma vereadora. Quando procurei seu gabinete, informando o motivo de minha visita e meu objeto de pesquisa, a secretária sorriu e disse que a vereadora daria sim uma entrevista, e que ela teria muita coisa pra falar sobre o assunto. Portanto, dos 13 vereadores procurados (3 por meio do contato disponibilizado por meu *amigo*, e 10 com visitas aos respectivos gabinetes), apenas dois realmente se prontificaram a ser entrevistados.

Todas estas conversas foram gravadas com consentimento e as fontes serão preservadas²¹. Isto demonstra a dificuldade de se estabelecer *contatos* com os políticos. Seja por meio de correspondências oficiais, seja por visitas a seus gabinetes, é extremamente difícil conseguir atenção e algum tempo na agenda dos vereadores. No caso de São Paulo, mesmo meus *contatos*²² não se apresentaram tão profícuos. Os assessores não fizeram muito esforço para *ajudar* um *amigo* de um correligionário.

A pesquisa em Brasília guarda similaridades com os outros dois contextos. Cheguei a Brasília em um momento delicado, o primeiro semestre de 2010, quando havia estourado o escândalo que ficou conhecido como “Mensalão do DEM”²³. O governador eleito, José Roberto Arruda, estava preso na polícia federal. Devido a esse clima de escândalos, estava muito difícil conversar com as pessoas da câmara. Havia um clima de desconfiança e tensão disseminados, facilmente notados. O nervosismo era tamanho que dois ou três deputados tiveram problemas de saúde, o que a imprensa e os próprios *corredores*²⁴ da CLDF atribuíram ao momento delicado e nervoso que se passava. Além do controle de entrada e saída do prédio ser mais rigoroso, como no Rio de Janeiro, estava muito difícil conversar com as pessoas devido ao clima de desconfiança.

Se no Rio e em São Paulo foi fácil agendar conversas e conseguir algumas informações com funcionários das prefeituras, por meio de correspondências oficiais, com o governo do Distrito Federal o *contato* oficial não rendeu. Fui ao Palácio do Buriti (sede do Governo do Distrito Federal), ao setor de Cerimonial, para tentar estabelecer algum *contato*, tendo em vista que as tentativas por correio eletrônico e correspondência não haviam obtido sucesso. Apresentei-me como pesquisador da UFSCar, e encaminharam-me para conversar

²¹ Apresentarei uma discussão sobre a utilização de nomes fictícios nos textos etnográficos adiante.

²² *Contato* pode ser uma outra forma de se referir ao *acesso*. Ouvi mais a expressão *acesso* no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a expressão mais comum para se referir ao mesmo fenômeno era *contato*.

²³ É o escândalo político e midiático ocorrido no final de novembro de 2009, devido às declarações de Durval Barbosa (ex-secretário de relações institucionais do Governo do Distrito Federal) durante a Operação da Polícia Federal denominada Caixa de Pandora. As investigações relacionavam-se a um suposto esquema de arrecadação de propinas, coordenado pelo próprio governador, que dividia o dinheiro com a base aliada da CLDF.

²⁴ A expressão *corredores* é uma expressão nativa que se refere às fofocas e informações extraoficiais que são de conhecimento das pessoas que trabalham e/ou frequentam a casa legislativa, mas que nem sempre são de domínio público ou publicadas.

com uma funcionária, provavelmente a chefe da seção. Expliquei a ela rapidamente sobre minha pesquisa e solicitei algumas informações sobre as medalhas que o GDF (Governo do Distrito Federal) outorga. Ela me disse que o GDF possui três medalhas: Mérito de Brasília, Mérito da Alvorada e Mérito da Ordem do Buriti. Contudo, a funcionária disse não poder me ajudar, por exemplo, entregando a relação dos homenageados. Indagada se a negativa era por não possuir a relação, a funcionária me surpreendeu com a seguinte *desculpa*²⁵: “Tem uma medalha que já foi entregue a 6 mil pessoas e outra a mais ou menos 12 mil. Como vou imprimir tudo isso para te entregar?”. Ou seja, como já havia adiantado um de meus *contatos* na CLDF, eles dificultariam a visualização da lista com as *desculpas* mais esdrúxulas.

Assim como no Rio de Janeiro, as poucas conversas que consegui realizar no Distrito Federal foram graças a um *contato*. Mais uma vez, um *amigo* dos tempos de faculdade, que agora mora em Brasília, conhecia dois funcionários da CLDF (Jorge e Augusto²⁶), pois jogavam semanalmente futebol juntos. Meu *amigo* inclusive frisou que o fato de jogar futebol *abria portas*, fazendo com que *conhecesse* e estabelecesse *contato* com muitas pessoas, ampliando sua rede de relações pessoais. Estes dois funcionários técnico-administrativos também já foram assessores de parlamentares. As principais informações obtidas sobre a CLDF derivam dessas fontes. A partir desses dois *contatos*, tentei realizar uma expansão da rede. Não obtive muito sucesso, pois o clima do momento vivido na CLDF não facilitava. Consegui conversar rapidamente com um assessor de deputado distrital, que ficou de me agendar um horário com o deputado – que, por sua vez, adiou várias vezes a conversa. Ele não me deu entrevista pessoalmente, mas pediu para que enviasse um questionário para ser respondido por correio eletrônico. Assim o fiz, e obtive repostas bastante protocolares, que focalizavam a legislação do Distrito Federal sobre homenagens, o “mau uso” desse expediente pelos parlamentares e sua distinção com relação a seus colegas²⁷. Também tentei agendar uma

²⁵ Nesse sentido, *desculpa* é o contrário do *acesso* ou *contato*, ou melhor, é o motivo da não operacionalização destes.

²⁶ Nomes fictícios.

²⁷ No capítulo 3 veremos como esse tipo de resposta é comum. Transcrevo um trecho da resposta dada pelo deputado: “O problema da proliferação de homenagens é que os parlamentares muitas vezes visam com o ato a alavancagem política, a obtenção de votos. Tal motivação – por vezes até mesmo mal disfarçada – finda por manchar o processo, maculando a sua legitimidade. No fim das contas, saem perdendo aqueles cuja titulação seria justa. (...) Não concedo e igualmente não participo de votação em que os Projetos nesse sentido são votados, utilizando-me de minha prerrogativa parlamentar de me abster. Minha postura quanto ao tema não poderia ser outra, porque ela é uma posição coerente. (...) porque meu verdadeiro instrumento é o trabalho incansável tanto de fiscalização do poder executivo como de visita diuturna aos quatro cantos do Distrito Federal para ouvir os pleitos dos cidadãos e fazer, se a Constituição, a LODF e as leis me permitirem, aquilo que tornará a vida deles melhor.”

conversa com um funcionário do cerimonial da CLDF. Ele adiou muitas vezes nosso encontro na última hora, tentando fazer com que eu desistisse. Só abortei essa tentativa quando meus dias em Brasília chegaram ao fim, pelo esgotamento dos recursos da pesquisa. Ele pediu para que eu enviasse um questionário por correio eletrônico, o que fiz, mas nunca obtive retorno.

Portanto, as conversas e entrevistas que realizei durante a pesquisa refletem facilidades e dificuldades que tive em *acessar* esses *contatos* nas *Casas* legislativas. Em São Paulo consegui entrevistar apenas dois vereadores; em Brasília, minhas conversas foram dirigidas aos assessores e funcionários técnico-administrativos; e, o Rio de Janeiro, local onde tive a maior dificuldade inicial, acabou sendo o contexto no qual consegui conversar com um maior número de parlamentares (dez).

Pensando retrospectivamente, parece-me que as conversas mais receptivas derivaram dos *contatos* realizados na presença das pessoas que estavam “patrocinando” os *acessos*. Em São Paulo, os *contatos* foram todos repassados sem a presença física de meu *amigo*, que delegou essa tarefa a um assessor, que por sua vez delegou às secretárias. Em Brasília, as conversas que foram viabilizadas ocorreram sempre na presença da pessoa que “patrocinava” o *acesso* e se empenhava pessoalmente em sua realização. Assim, a primeira conversa com o assessor ocorreu na presença de meu *amigo*, e as demais na presença do assessor, que se dedicava pessoalmente à missão. No Rio de Janeiro, todos os *acessos* foram sempre construídos com a presença do “patrocinador”, embora apenas o primeiro contato com Babosa tenha ocorrido sem a presença de meu *amigo*. Nos demais encontros, Barbosa ou Otávio estavam presentes e esforçavam-se para que as conversas acontecessem. Percebe-se, portanto, que essas lógicas do *acesso* e do *contato* eram compartilhadas pelos entrevistados, pelos “arranjadores das entrevistas” e pelo pesquisador, como fica claro na fala de meu *amigo* que vê o futebol como uma forma de ampliação de *contatos*, uma estratégia de navegação social.

Se, por um lado, não encontrei facilidade no agendamento de entrevistas com parlamentares, o material impresso é farto e de relativa facilidade de *acesso*, proporcionando a compreensão de vários aspectos envolvidos na prática de homenagens pelo poder público. Destaco as bibliotecas das câmaras legislativas, os diários oficiais²⁸ (municipais, legislativos e distritais), publicados *on-line*, e o levantamento feito pela ONG Transparência Brasil, também publicizado na internet. O levantamento feito por esta ONG foi muito importante, pois catalogou e disponibilizou muitos dos dados referentes às homenagens produzidos pelas

²⁸ A Lei de Acesso à Informação (nº. 12527/2011) entrou em vigor em 16 de maio de 2012. Infelizmente, não houve tempo hábil de se beneficiar desta lei na pesquisa.

Casas legislativas. Esse trabalho de ONGs que acompanham as atividades realizadas pelas câmaras legislativas motivou inclusive uma entrevista com uma representante de ONG. Não consegui entrevistar alguém da Transparência Brasil, mas o fiz com a representante de uma que “fiscaliza” a câmara paulistana

Além dessas entrevistas prontamente agendadas com parlamentares, eu procurei seguir as dinâmicas das homenagens de variadas maneiras. Entrevistei funcionários das câmaras, responsáveis pelo Cerimonial; segui o noticiário sobre elas e consultei seus respectivos *sites*; pesquisei sobre as atividades de parlamentares em seus *sites*, *blogs* e *twitter*²⁹; e claro, acompanhei inúmeras sessões ordinárias e solenes. Sempre que possível entrevistei funcionários do executivo que tinham alguma relação com a temática, principalmente os encarregados das denominações de logradouros. Embora as entrevistas, principalmente com vereadores, não tenham sido fartas, foi possível identificar padrões e recorrências, o que sugere algumas perspectivas comuns entre os parlamentares. Em suma: procurei, à medida que me foram dadas as chances, acompanhar os parlamentares, observando seus cotidianos nas câmaras, seus materiais de divulgação, bem como toda a rede pela qual circula a informação sobre as homenagens: os ditos, publicados e não ditos.

Sobre a comparação sobre o dito e o escrito, Goldman (2006: 30), em sua reflexão sobre a democracia, argumenta que

o etnólogo se interessa, sobretudo, pelo que não é escrito, não tanto porque os povos que estuda são incapazes de escrever, como por que aquilo que se interessa é diferente de tudo o que os homens se preocupam habitualmente em fixar na pedra e no papel.

Amparado em Favret-Saada (1981), o autor defende que nos documentos está a fala das elites, que seriam falas sobre si e sobre o povo, um discurso administrativo sobre este. Entretanto, ciente de que o trabalho do antropólogo geralmente recai sobre aquilo que não é escrito, acredito que pesquisas em organizações como o estado, o qual produz grande quantidade de documentos, deve levar muito em consideração aquilo que se escreve. Para realizarmos uma antropologia dos mecanismos estatais, não podemos obliterar essa parte substantiva de seus agenciamentos, e assim também devemos nos debruçar sobre o que é redigido, principalmente quando podemos observar *in loco* aquilo que é escrito e o que é omitido nos documentos. Uma antropologia do estado e da política pode, assim, lidar com

²⁹ Os parlamentares mantêm canais de comunicação e divulgação na internet. Em seus *sites* pessoais e *blogs*, eles alocam informações gerais sobre suas biografias, opiniões políticas e agenda. O *twitter* funciona como um *microblog* onde eles divulgam o que estão fazendo de forma instantânea.

estes dois lados da moeda: a informação cristalizada em textos escritos (sejam materiais oficiais do estado, sejam panfletos de divulgação dos políticos) e o processo pelo qual esses documentos escritos são fabricados, permitindo a observação daquilo que é deixado de lado e daquilo que é enfatizado nos processos de produção de documentos e textos de divulgação.

Isto deve reter especial atenção quando se fala sobre as câmaras legislativas estudadas, pois em determinados momentos, como as sessões públicas, muito do que se fala é registrado em papel. Estas falas muitas vezes revelam processos e mecanismos que o senso comum, ou um olhar enviesado sobre a política, poderiam supor estarem ocultos, apenas “nos bastidores”, quando na verdade estão ali à mostra para todos que tiverem a paciência de enfrentar entraves e desconfianças burocráticas no *acesso* a esses documentos. Digo deste modo porque todo o material oficial impresso relativo à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro) que consegui foi devido a um momento de sorte, um imponderável característico da pesquisa de campo. Explico melhor.

Fui algumas vezes à Biblioteca da câmara para ter *acesso* aos diários; entretanto, deparava-me com objeções de um funcionário em trazê-los, pois me solicitava muitas informações, como datas e assuntos específicos³⁰, quando, na verdade, eu queria olhar a esmo, perambular pelos documentos e descobrir aos poucos o que poderia me interessar. Eu também não poderia tirar cópias, e nem retirar nenhuma delas da biblioteca. Depois de algum tempo, voltei à biblioteca e expliquei o que eu gostaria de ver nos diários. O funcionário (não o mesmo das outras vezes) prontamente me trouxe uma pilha com os diários dos últimos dois meses, e ainda disse que, por ele “estar num bom dia”, deixar-me-ia levar quantos eu quisesse para casa, desde que não fossem os únicos exemplares disponíveis. E frisou: “esse não é um procedimento habitual. Se você voltar aqui outro dia, pode ser que não consiga levá-los para sua casa. Mas hoje eu estou feliz e fui com a sua cara...”. E assim o seu bom dia também se tornou o meu, pois consegui levar muitos diários e examiná-los com calma e consideração.

Minha etnografia das homenagens das câmaras legislativas consistiu, portanto, em visitas em horário de expediente, durante um período de tempo que variou de quatro a seis meses em cada uma das *Casas*, acompanhando informações por onde quer que aparecessem,

³⁰ Situação muito semelhante às vividas por muitos brasileiros quando se deparam com a burocracia, com funcionários mal humorados e não conhecidos, que dificultam o *acesso* a documentos sempre exigindo mais e mais documentos. Situações como essa, eu descrevo em Pinto (2007). Para um abordagem um tanto diferente, ver Da Matta (1979) e (1997). Leirner (2012 a, no prelo) pensa esse tipo de situação como um “contra-circuito de resistência” burocrática, um contra-efeito da burocracia que justamente identifica nas demandas do público algo de pessoal. Nesse sentido, esses fenômenos não são exceções, mas são regra e imanentes à burocracia e ao estado. Herzfeld (2001 [1987]) pensa o uso local, cotidiano, das regras burocráticas como uma subversão constante e inevitável da sistematicidade destas.

como em publicações (na internet e nos jornais), entrevistas e conversas. Infelizmente, não consegui *acesso* para acompanhar o cotidiano de um parlamentar específico, como eu havia previsto inicialmente. Dessa forma, concentrei-me na dinâmica das relações entre eles a partir do que observava nas câmaras, e também do que me foi dito por vereadores, assessores e outros funcionários das câmaras e prefeituras. Como ainda não tive nenhuma fonte de informações que sobrepujasse outra, acredito que esse trabalho ainda pode ser mais ilustrado com o que Goldman chama de “catar folha” no candomblé, uma boa imagem para se descrever o que seria o trabalho etnográfico:

alguém que deve aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre; ao contrário, deve ir reunindo (‘catando’) pacientemente ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as ‘folhas’) com a esperança de que, em algum momento, um esboço plausível de síntese será produzido (Goldman, 2006: 24)

Embora *a priori* decidamos dar o mesmo valor a todas as histórias que escutamos, a própria segmentação constitutiva do campo político em que pesquisei acaba levando, de certa forma, a uma segmentação³¹ equivalente dos *contatos* que podemos e não podemos realizar. Explico melhor: posto que meus *acessos* eram atores com posição “segmentar” ideologicamente definida no espectro de relações dos políticos, os *contatos* realmente efetivados acabaram refletindo a “posição” dos *acessos*. Estes, por sua vez, também espelham uma bagagem política anterior do próprio pesquisador, ainda que involuntariamente. Como meus *acessos* eram pessoas que, na maioria das vezes, classificavam-se como *de esquerda* ou *centro*, acabavam por me arrumar entrevistas com pessoas que também se classificavam assim. Ou seja, a porta da entrada no campo limita os cômodos que serão visitados. Não entrevistei ninguém que se auto-intitulasse *de direita*.

Cabe colocar que não trato *esquerda*, *direita* e *centro* como posições estanques, como tipologias analíticas nas quais se possa enquadrar cada um dos atores. *Esquerda*, *centro* e *direita* são vistos como formas de autoclassificação dos atores, e não como categorias analíticas exteriores a eles. Acredito que as informações e dinâmicas captadas possam ser, de alguma forma, generalizadas no que se refere às homenagens, indo além do que esse tipo de classificação imprime no espectro ideológico do senso-comum, particularmente da imprensa.

³¹ Sobre a segmentaridade como um aspecto universal da vida política, ver Goldman (2006: 143): “Na verdade, a segmentação representa um dos modelos de “relatividade social” acionados em qualquer sociedade: “a segmentação é o arranjo relativo das alianças políticas de acordo com critérios genealógicos, *ou outros*, de distancia social entre grupos em disputa” (Herzfeld, 1987 *apud* Goldman, 2006: 156 – grifos de Goldman).

Tentarei demonstrar que, embora meu *acesso* tenha se dado com vereadores mais de *esquerda* e “ideológicos”³² (no que se refere às entrevistas), as mesmas dinâmicas também podem ser estendidas ao que se convencionou chamar de vereadores “assistencialistas” (de *esquerda*, *centro* e *direita*), mesmo porque utilizo variadas fontes de pesquisa (e não somente entrevistas), nas quais não há distinção quanto ao *acesso*.

Essa divisão entre vereadores assistencialistas e ideológicos foi tomada emprestada de Kuschnir (1999), em sua pesquisa sobre os vereadores cariocas, na qual ela separa os vereadores nessas duas categorias segundo algumas peculiaridades de cada grupo. O vereador assistencialista seria caracterizado como patrono e benfeitor por seus préstimos e assistência à população, e sua votação estaria mais concentrada em distritos; já os ideológicos seriam caracterizados por valores como o trabalho e vistos como porta-vozes de grupos, seus votos sendo mais espalhados pela cidade e/ou concentrados nas zonas centrais e sul do município do Rio de Janeiro. Nesse sentido (e ainda que esse não seja o caso de Kuschnir), os últimos seriam idealmente pensados como ideais de uma “efetividade” estatal democrática; já os primeiros seriam, muitas vezes, analisados por jornais ou pelo *mainstream* da ciência política como consequência de alguma falta, isto é, como produtos de um sistema eleitoral e de governo aos quais faltaria racionalidade, de uma população sem informação e formação educacional adequadas, da falta de tradição política e de organização em partidos sólidos, etc.

Evidentemente, não concordo com esse tipo de concepção que polariza entre um estado pleno e outro incompleto; como bem coloca Herzfeld (2005 [1997]), o estado é algo que está sobretudo na cabeça e nas práticas das pessoas. O que teríamos aqui, deste modo, seriam duas estratégias distintas de agenciamento do estatal por políticos. Assim, minha leitura do *acordo* em torno das homenagens, de certa forma, dissolve essa tipologia ao se debruçar sobre um aspecto no qual ideológicos e assistencialistas não se diferenciam muito; e ainda que possam apresentar diferenças significativas entre os tipos de grupos tradicionalmente homenageados por esses políticos, há aspectos intrínsecos às homenagens inescapáveis a esses dois grupos postulados.

* * *

Antes de prosseguirmos, é necessário elucidar um ponto deste texto: a utilização de nomes fictícios (embora isso seja geralmente colocado em introduções ou

³² Segundo uma classificação efetuada por Kuschnir (1999) e que eu também encontrei nas palavras dos vereadores cariocas entrevistados.

agradecimentos, julgo que aqui tem um papel distinto pelo tipo de campo que é o estado). Tradicionalmente a antropologia, nos estudos de questões relativas ao estado e à política, tem utilizado este artifício de forma irrefletida. Sabe-se que a construção do conhecimento antropológico não se resume a encontrar padrões e médias, mas para que ele faça sentido no interior de sua especificidade, é necessário que se possa encontrá-lo fazendo sentido também na existência concreta das pessoas. Segundo uma fórmula muito citada:

(...) a única garantia que podemos ter de que um fato total corresponde à realidade, em vez de ser a acumulação arbitrária de detalhes mais ou menos verídicos, é que ele seja apreensível de uma experiência concreta: primeiro de uma sociedade localizada no espaço ou no tempo (“Roma, Atenas”), mas também de um indivíduo qualquer de qualquer uma dessas sociedades (“o melanésio de tal ou qual ilha”). (Lévi-Strauss, 1974: 15)

De acordo com Beviláqua (2001), que desenvolve reflexões interessantes sobre essa temática, a antropologia tradicionalmente vem utilizando dois formatos principais no trato com a identificação dos colaboradores³³. Um deles se utiliza de individualidades padrão e anônimas, sem descrições e contextualizações biográficas, principalmente nas monografias clássicas de origem britânica. “Quando estas são enfocadas, assumem a forma de um ciclo de vida genérico, uma vez que as concepções e condutas dos membros do grupo tendem a ser consideradas a expressão de uma cultura relativamente homogênea.” (ibid: 53). Ou, como em outras tradições antropológicas, esse indivíduo genérico dá lugar a pessoas e biografias específicas, sem a omissão de seus respectivos nomes. A partir destes personagens bem particulares procura-se desenvolver reflexões de caráter mais geral, como na famosa reflexão de Lévi-Strauss (1970 [1958]) sobre o xamã kwakiutl Quesalid, a partir dos relatos de Franz Boas (1930). Para Beviláqua, a segunda perspectiva saiu vencedora na prescrição da maneira que se deve tratar os colaboradores, principalmente se tomarmos em conta os estudos etnológicos.

O pressuposto subjacente às monografias clássicas, segundo o qual haveria uma identificação automática entre o individual e o social – “o melanésio desta ou daquela ilha”, na expressão de Marcel Mauss –, perdeu seu estatuto teórico e seu poder evocativo. Não por acaso, as etnografias contemporâneas adotam em regra um procedimento oposto ao verificado nos exemplos acima. Em lugar de individualidades genéricas, os atuais estudos de

³³ Trato-os pelo termo colaboradores ao invés de nativos ou informantes, pois como bem me alertou um amigo etnólogo, estas formas de tratamentos são mal vistas em etnologia, pois remetem a um lógica colonial e policialescas. Como o objetivo é dar um tratamento simétrico aos dados, não vejo também o porquê de não tratá-los como colaboradores, pois foi exatamente isso que eles me fizeram, uns mais; outros, menos – como sempre.

etnologia indígena apresentam sujeitos muito concretos, identificados por seus próprios nomes e, frequentemente, por fotografias. Ao se familiarizar com o grupo estudado, o leitor aprende também a reconhecer as particularidades biográficas de seus membros, suas opiniões, sentimentos e aspirações. Experiências muito particulares constituem uma via de acesso privilegiada para a apreensão da dinâmica social e para generalizações teóricas. Somente em situações específicas, sobretudo quando se trata de relatar fatos que não são de domínio público, acusações e conflitos latentes, surge o cuidado de ocultar a identidade dos informantes. (Beviláqua, 2001: 54)

Ou seja, parece haver duas tendências na forma de se tratar os colaboradores conforme a origem do contexto de pesquisa. Se a pesquisa é realizada nos contextos mais tradicionais dos estudos antropológicos (sociedades indígenas, comunidades tradicionais, etc.), tende-se a identificá-los plenamente, inclusive como um modo de reconhecimento e homenagem ao papel de pessoas específicas na construção desse conhecimento antropológico, valorizando seu diálogo constitutivo. A antropologia, ainda que passível de alguma generalização, reconhece ser construída contextualmente, e que sua metodologia se converte em dado de pesquisa: conceitos, noções e ideias de pessoas singulares, que ocupam posições particulares no interior de um campo de relações, produzem conhecimentos antropológicos específicos. Contudo, se o trabalho é realizado em contextos menos tradicionais, como no caso das pesquisas sobre o estado e a política, observa-se a utilização de nomes fictícios de forma automática, como uma maneira de preservar os colaboradores (se bem que muitas vezes esses nomes fictícios não atingem sua finalidade, pois podem ser facilmente identificáveis pelos sujeitos que participaram da pesquisa). A não identificação dos colaboradores também pode servir como forma de preservação do próprio pesquisador, uma vez que nestes contextos pode-se testemunhar condutas moral ou legalmente condenáveis, e que, se identificadas as pessoas descritas, podem causar problemas ao pesquisador, inclusive de caráter judicial.

Em resumo, o problema da identificação dos informantes, que à primeira vista parecia uma questão menor, revela-se de importância crucial para uma antropologia do Estado, cujo desenvolvimento empírico e teórico está diretamente associado ao modo como puderem ser equacionadas três exigências igualmente imperativas. De um lado, o inafastável compromisso ético entre o pesquisador e seus informantes. De outro, a própria especificidade da etnografia como modo de conhecimento artesanal e contextualizado. Finalmente, a possibilidade de debate público, condição indispensável para o refinamento das análises e para o desenvolvimento de proposições teóricas mais gerais. (ibid: 60)

É por isso que uma reflexão e elucidação das formas pelas quais estou lidando com a identificação dos colaboradores se faz tão necessária. Quando se estuda temas como a política e o estado, nos quais os personagens costumam ser pessoas públicas, o cuidado na divulgação das fontes deve ser redobrado. Se considerada uma certa moral vigente nas concepções sobre a política, a identificação inapropriada de um interlocutor ou uma frase mal colocada poderiam, de um lado, causar embaraços e constrangimentos em carreiras de políticos e, de outro, culminar em processos judiciais contra o pesquisador. Como o objetivo da antropologia não é o mesmo do jornalismo (como inclusive frisou um de meus *acessos*), como esta não possui um objetivo acusatório ou de denúncia, e como a disciplina procura tratar os dados de forma positivada, tentando se desvencilhar de juízos de valor que informariam o que seria uma boa política, ou como os políticos deveriam ser, a forma de tratar as fontes deve ser outra.

Nesta tese a estratégia adotada é a seguinte: quando as informações derivam de entrevistas ou de conversas informais que tive com parlamentares e funcionários, os nomes serão fictícios e haverá uma tentativa de esconder a fonte sem que a informação seja prejudicada (posto que essas informações foram obtidas em um contexto no qual a confiança e a preservação da fonte estavam *acordadas*). Ainda que essas informações possam não apresentar nada de comprometedor, devido à ética do acordo com os colaboradores e como uma tentativa de que esses falassem com maior liberdade, a fonte será preservada nesses casos específicos. A única exceção é o vereador carioca Eliomar Coelho, que solicitou expressamente que suas falas não fossem objeto desse artifício. Todavia, quando a informação for pública, noticiada em jornais, revistas, *sites* da internet ou material oficial, entendo que não há motivos para esconder as fontes, já que elas seriam facilmente identificáveis pela descrição. Portanto, esses dois tipos de dados serão confrontados a fim de entender a dinâmica das homenagens. No segundo caso, será possível conferir a autenticidade das fontes, enquanto no primeiro caberá ao leitor acreditar ou não na plausibilidade e honestidade metodológica do pesquisador. Ainda que isso acabe estabelecendo diferenças quanto à coerência dos dados (uns mais públicos, com a clarificação da fonte, e outros menos), esta é uma decorrência do próprio campo, permeado por opiniões mais públicas e publicáveis, em contraste com outras informações que nossos colaboradores não gostariam que fossem divulgadas.

Como último esclarecimento a esse respeito, friso que não deixei de divulgar nenhum dado por entender que este pudesse comprometer alguém. De fato, embora possa ter presenciado alguma situação potencialmente prejudicial a algum ator envolvido, esses dados

não apresentam relação com o objetivo da pesquisa. Sendo assim, uma pesquisa em que um dos objetos é o nome das pessoas que figuram nas ruas e o *reconhecimento* de sujeitos por meio da concessão de honrarias, tentarei sempre que possível identificá-los, pois uma pesquisa permeada pelo tema da onomástica tornar-se-ia menos crível se realizada irrefletidamente “escondendo” os nomes de que trata.

* * *

Por terem uma população superior a 6 milhões de habitantes, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal de São Paulo possuem o máximo de vereadores permitido por lei, 51. Já a Câmara Legislativa do Distrito Federal é formada por 24 deputados distritais. O Distrito Federal é uma unidade federativa híbrida, misto de município e estado. É regido por uma Lei Orgânica, assim como os municípios, mas o chefe do poder executivo é um governador e o poder legislativo é constituído por deputados, como nos estados. Como não é subdividido em municípios, o Distrito Federal não possui prefeito. O DF arrecada tanto como estado (por meio de impostos como o IPVA e o ICMS) quanto como município (com o IPTU³⁴).

As principais atribuições dos vereadores e dos deputados distritais são fazer leis e fiscalizar o poder executivo, e o funcionamento dessas câmaras legislativas costuma ser muito semelhante. Devem legislar sobre e seguir a Lei Orgânica do Município³⁵ e o Plano Diretor³⁶, além de estarem submetidas ao Regimento Interno³⁷. Além disso, são soberanas para nomear a Mesa Diretora da Câmara³⁸ e as Comissões Permanentes³⁹. Além dos projetos⁴⁰, os vereadores têm outros tipos de proposições à disposição, como as indicações, os

³⁴ O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) são impostos estaduais. Já o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um imposto municipal.

³⁵ É a lei maior de cada município. É constitucional e genérica, pautando todas as ações legais no âmbito municipal.

³⁶ É uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade, devendo identificar e analisar as características físicas, as vocações e atividades predominantes em âmbito municipal.

³⁷ São as leis que regem a conduta e os trâmites das câmaras municipais.

³⁸ Órgão que dirige a câmara, eleito entre os parlamentares.

³⁹ São comissões formadas pelos parlamentares que discutem os projetos em tramitação nas câmaras.

⁴⁰ Projeto de lei: Proposta escrita e articulada de um texto que se submete à apreciação do plenário, para discussão e votação. Após sanção do chefe do executivo, vira lei. Projeto de Decreto Legislativo: Regula matéria exclusiva do poder legislativo, sem a sanção do prefeito, mas que tenha efeito externo. Projeto de Resolução: Regula matérias da administração interna da Casa Legislativa e de seu processo legislativo. Fonte: <http://www.camara.rj.gov.br/home.html>. Acesso em 28/04/2012.

requerimentos de informação e as moções⁴¹. Como bem frisou Kuschnir (1999: 35), o cotidiano dos vereadores gira em torno de 3 eixos básicos: contato com a população, relações com o executivo ou setores deste, e trabalho legislativo. O trabalho legislativo na câmara ocupa as tardes dos parlamentares: na segunda-feira há reuniões das Comissões, e nos demais dias úteis sessões ordinárias⁴². Nas manhãs e nas noites os vereadores se ocupam de tarefas junto ao poder executivo e à população em geral, normalmente suas bases eleitorais. As homenagens estão na intersecção entre o trabalho legislativo (prerrogativa do legislador) e o relacionamento com a população e o poder executivo, como veremos adiante.

⁴¹ Indicação: quando o assunto é algum serviço a ser solicitado a determinado órgão (como iluminação pública), o documento adequado é a indicação. Requerimento de Informação: se precisa de esclarecimentos sobre a própria câmara ou ocorrências no âmbito do executivo (como dúvidas quanto às contas de uma Secretaria), o parlamentar prepara um requerimento de informação. Moção: enviar mensagem de congratulações, repúdio e pesar é objetivo da moção. Fonte: <http://www.camara.rj.gov.br/home.html>. Acesso em 28/04/2012.

⁴² A partir de 2010, foi aprovado um projeto que acaba com as sessões ordinárias às sextas-feiras na câmara carioca.

Capítulo 2 - O ACORDO DOS PARLAMENTARES

Além dos *contatos* e dos *acessos*, fundamentais para a navegação nesse universo social e que ilustram um pouco o modo de proceder dos políticos, há uma categoria nativa fundamental para a visualização da atuação dos parlamentares nos mais diversos momentos: o *acordo*. Ele é entendido pelos parlamentares como uma forma básica e cortês de navegação social. Essa categoria nativa é empregada nos mais variados momentos do trabalho do parlamentar. Ser um parlamentar, de certa forma, passa por ser bom em *fazer* ou *costurar acordos*. Para o entendimento de alguns aspectos das homenagens é interessante descrever como funciona uma sessão ordinária, com um exemplo concreto. Isso ilustra bem o comportamento dos parlamentares nessas sessões, mostrando também alguns contornos desta categoria importante para análise das homenagens.

Ao modo do diário nativo: Às catorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e nove, teve início a trigésima sessão ordinária, da primeira sessão legislativa da oitava legislatura¹ da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Após a verificação de quórum, e tendo sido registrada a presença de mais de dezessete vereadores (um terço do total de parlamentares, número necessário para se iniciar uma sessão ordinária), a vice-presidente da CMRJ², vereadora Patrícia Amorim (PSDB), invocou a proteção divina, como de praxe, e declarou aberta a sessão: “Havendo número legal e invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a Paz entre os Homens, dou por aberta a sessão”.

Na verdade, o placar que informa a contagem dos parlamentares presentes indicava 25, mas havia apenas 23 pessoas no plenário, sendo que mais da metade não eram vereadores, pois não estavam sentados em seus lugares e utilizavam crachá. Todos na Plenária Teotônio Villela eram identificados por crachás, exceto os vereadores, dispensados de seu uso. Na plenária, contando com a imprensa, havia mais não vereadores do que vereadores. Ainda que estes não estivessem presentes, a contagem no placar eletrônico da câmara registrava todos que assinaram a lista de presença. Sem o número mínimo de parlamentares (1/3 do total), as sessões não podem começar³. A sessão anterior, a vigésima nona, não foi realizada, pois não houve quórum mínimo. A primeira ação após a abertura da sessão foi a

¹ Sessão legislativa refere-se ao ano de trabalho dos parlamentares. Cada sessão legislativa possui dois períodos legislativos, que são os semestres. Legislatura refere-se ao período de mandato, composto por quatro sessões legislativas.

² Sigla: Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

³ Essa regra foi alterada. A partir de 2011, o quórum mínimo para abertura de sessão na CMRJ é de sete vereadores.

aprovação da ata da seção anterior (independente de votação) e o início do Grande Expediente. O Grande Expediente é uma etapa da sessão ordinária que tem duração de duas horas, durante a qual os vereadores previamente inscritos podem solicitar o uso da palavra para falar sobre o assunto que desejarem. A fala de um vereador varia entre dez minutos (primeira parte) e vinte minutos (segunda parte), contando os apartes (que são comentários e observações dos outros vereadores sobre a fala daquele que está inscrito e fazendo uso da palavra).

Neste Grande Expediente, o vereador Eduardo Moura (PSC) foi o primeiro a subir na tribuna, e falou sobre a satisfação de ter *representado* a CMRJ na Feira Internacional de Tecnologia e Reabilitação, e sobre a necessidade de acessibilidade nos prédios públicos, inclusive na readequação do Palácio Pedro Ernesto. Parecia que discursava para ninguém. Pelo menos, ninguém parecia prestar atenção. Nas Galerias Vereador Lysâneas Dias Maciel, duas pessoas além de mim assistiam à sessão. A segunda a falar foi a vereadora Lucinha (PSDB), que saudou os colegas na peculiar forma de tratamento dos vereadores (“Boa tarde à nobre vereadora Patrícia Amorim. Boa tarde, nobres vereadores, colegas aqui da *Casa*”) e passou a defender um projeto proposto por ela e aprovado pela CMRJ⁴, que estava recebendo duras críticas da imprensa local. Durante sua fala, o colega Eider Dantas (DEM) pediu um aparte e defendeu a vereadora e a câmara contra as reportagens do jornal “O Globo”.

Com a chegada do presidente da CMRJ, vereador Stepan Nercessian (PPS)⁵, Patrícia Amorim passou a presidência da sessão a ele, que convocou o vereador inscrito Eider Dantas (DEM) para falar. Este fez duras críticas ao governo municipal, e avisou que seu partido iria *fechar contra* a aprovação de um projeto enviado pelo executivo. O vereador também discursou sobre as “chicotadas” nos trens urbanos⁶, que haviam sido manchete em âmbito nacional na semana, criticando e responsabilizando o governador.

⁴ Trata-se da Lei 1742/2008, que institui o Bolsa-Floresta, projeto que prevê incentivo financeiro para que moradores de áreas de preservação ambiental ou de risco preservem os ecossistemas do local onde vivem, com o objetivo de reduzir o desmatamento na Mata Atlântica carioca. Este projeto estava sendo duramente criticado pela imprensa, que o apelidou de “Bolsa Invasão”. Para maiores informações e críticas sobre o projeto, ver: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/16/ambientalistas-criticam-bolsa-floresta-755300315.asp>. Acesso em 28/04/2012.

⁵ No Poder Público em geral, e no Poder Legislativo em particular, há todo um protocolo de precedência que deve ser obedecido durante as sessões. Desta forma, a Mesa deve ser presidida pelo presidente e, na sua ausência, respectivamente: o 1º Vice-Presidente; o 2º Vice-Presidente; o 1º e 2º Secretários; e na ausência destes o vereador mais idoso.

⁶ Episódio ocorrido no dia 13/04/2009 onde funcionários da empresa de trens urbanos cariocas agrediram os usuários, empurrando-os para dentro dos trens superlotados. Essa matéria teve ampla repercussão nacional. Ver, por exemplo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u550838.shtml> e <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/>. Acesso em 28/04/2012.

Outro vereador subiu à tribuna. Seu nome é Roberto Monteiro (PC do B). Ele também falou sobre o ocorrido nos trens, fazendo críticas ao governador do Rio de Janeiro. Monteiro solicitou moção de repúdio contra editorial do jornal O Globo que discriminara (segundo ele) um colega de *Casa*, ao dizer que este não seria um homem de respeito por ser animador de festas infantis.

Eu queria prestar minha solidariedade (...) porque achei deselegante ao extremo aquela opinião editorial sobre sua pessoa, quando, em nenhum momento até hoje, o senhor fez por merecer esse tipo de opinião. Quero também deixar registrada minha opinião, para que fique para encaminhamento e para avaliação da Mesa Diretora, em sua reunião, um desagravo ao vereador Tio Carlos – e olha que ele é da bancada do Democratas. Eu não estou - quero deixar isso bem claro – sou favorável a (sua) ação política, isso é outra coisa. O que eu quero dizer é o seguinte: a opinião de discriminação da sua pessoa, que eu acho que atinge qualquer pessoa aqui (...)⁷.

O vereador criticado pelo editorial, Tio Carlos (DEM), subiu à Tribuna, saudou a todos e comentou as declarações do jornal. Outro vereador (Leonel Brizola Neto – PDT) pediu um aparte para criticar “O Globo” na sua oposição constante contra a câmara. Criticou também o *nepotismo da mídia*, que “é controlada por cinco famílias”. Nesse momento de indignação contra o jornal, os parlamentares fizeram questão de frisar que a câmara é *a Casa do Povo*. Esse episódio é ilustrativo da forma como os vereadores se tratam mutuamente. Ainda que internamente ocorram vários tipos de divisões e clivagens, percebe-se que em alguns episódios, dentre os quais as homenagens unânimes são um exemplo claro, *a Casa*, como eles gostam de referir, atua com unidade. Diante de uma crítica que ofende pessoalmente algum vereador, sua honra, é possível que mesmo seus antagonistas possam se incomodar e se posicionar a favor do colega, como este episódio exemplifica. À despeito de suas divisões, os parlamentares tentam manter um clima de cordialidade.

Em vinte minutos de sessão o placar registrava a presença de 28 vereadores, mas apenas 7 estavam em seus lugares. O público da galeria aumentara para 5 pessoas, mas em 5 minutos se reduzira a 2 pessoas, contando comigo. Ninguém prestava atenção nos discursos do vereadores. O presidente parecia entediado. Bocejava. Entraram mais dois vereadores na Plenária Teotônio Villela. Eles se cumprimentaram. Cumprimentaram os colegas mais próximos com apertos de mão; aos mais distantes, acenos. Entre eles a cordialidade reinava.

⁷ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Ano XXXIII, nº 68, página 09.

Com cinquenta minutos de sessão, chegou uma emissora de televisão (Bandeirantes - Rio). Outro vereador, Adilson Pires (PT), foi à Tribuna e se solidarizou com seu colega de *Casa*. Uma hora após o início, eu estava sozinho na Galeria e a emissora de TV já tinha ido embora. Entrou uma vereadora e cumprimentou a todos. Assinou um papel junto aos técnicos, registrou sua presença na cadeira e saiu da plenária. Outro vereador chegou e assinou uns papéis na Mesa. Naquele momento, registrava-se a presença de 35 vereadores, enquanto apenas 12 estavam na plenária. Enquanto um vereador discursava, o burburinho e o descaso com aquele que fala eram grandes. As conversas paralelas predominavam: vereadores com vereadores, vereadores com assessores, vereadores com técnicos. O presidente convocou um vereador inscrito, mas este estava ausente.

Professor Uóston (PMDB) ocupou a Tribuna e solidarizou-se com o vereador Tio Carlos. Chegou outro vereador, registrou sua presença e sentou-se. O vereador que discursava elogiava alguns colegas e falava sobre a liderança de outro, sobre as vezes em que votava segundo a indicação deste sem saber nada sobre a matéria, pois o fazia com *confiança* em seu líder. Também fez críticas ao Globo. Discorreu sobre o fato de não ter mais centro social,⁸ após ter sido denunciado por trocar votos por serviços de seu centro. Indignado, criticou a irresponsabilidade dos jornalistas.

Iniciou-se a Segunda Parte do Grande Expediente, na qual os parlamentares têm 20 minutos para falar. Um vereador previamente inscrito (Eliomar Coelho – PSOL) subiu à Tribuna, saudou a todos e leu um artigo do Jornal do Brasil sobre Daniel Dantas⁹. O placar registrava a presença de 39 vereadores, mas não tínhamos mais que 15 na Plenária Teotônio Villela. Enquanto isso, ele discursava e ninguém prestava atenção. Conversas paralelas reinavam soberanas. O discurso girava em torno da impunidade dos poderosos. Também desvelou duras críticas ao O Globo por ter depreciado a aprovação do Bolsa-Floresta. Também mencionou as “chicotadas no trem”. Ninguém prestava atenção.

É interessante notar que em um lugar que recebe o nome de parlamento, por idealmente valorizar as palavras faladas (etimologicamente o termo deriva de *parler*, em francês, falar¹⁰), aquele que fala não é ouvido, ou ninguém se importa com suas palavras. Não que o parlamentar na Tribuna esteja falando para ninguém. Seu discurso, com certeza, é

⁸ Centros Sociais são sedes que os vereadores cariocas mantêm nas regiões em que atuam para atendimento da população. Os vereadores cadastram a população e com seus assessores conseguem vagas em escolas, cedem materiais de construção, fazem pequenos reparos em residências, etc. Para uma maior compreensão deste tema, ver Kuschnir (2000).

⁹ Banqueiro acusado de envolvimento em casos de corrupção. Para maiores detalhes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Daniel_Dantas_%28banqueiro%29. Acesso em 28/04/2012.

¹⁰ Fonte: <http://etimologias.dechile.net/?parlamento>. Acesso em 10/12/2011.

direcionado, não se trata de palavras ao vento, de um discurso vazio, mas o direcionamento deste discurso é para aqueles que estão o vendo pela televisão, ou pela repercussão que suas palavras podem encontrar na imprensa e outras redes (como as informações em vídeos que circulam pela *internet*). Tudo se passa como se duas temporalidades atuassem no Grande Expediente: uma discursiva, oficial, exteriorizada, na qual são esquematizadas certas pautas para certas audiências; e outra, correndo em paralelo, na qual os *acordos*, desacordos e trocas ocorrem. Elas também têm lugar certo para ocorrer. Esse tempo oficial e público acontece na plenária, onde todos os vereadores podem pedir a palavra, usar a tribuna, discursar publicamente, ainda que para uma pequena audiência. De outro lado, temos o que acontece nas salas ao lado da plenária, nos corredores e gabinetes. Durante o Grande Expediente, a sala inglesa (ao lado da Plenária) fica repleta de vereadores que discutem, fazem *acertos* e tomam um cafezinho. O burburinho e a algazarra da sala inglesa é parecida com a da plenária, com a substancial diferença de que naquela nenhum discurso é público. Portanto, não são só os cidadãos que não ligam para a maioria das coisas que os vereadores dizem em plenária - já que a frequência da população em sessões ordinárias é quase zero. Os próprios colegas de parlamento, que segundo uma concepção ideal (e idílica) deveriam estar debatendo ideias, durante o Grande Expediente praticamente ignoram muito do que está sendo dito na Tribuna Livre (nome interessante para um local de onde se pode “falar livremente”, emblema da liberdade e diversidade do parlamento, com a certeza de que raramente será repercutido), ou por não estarem presentes, ou por simplesmente não estarem atentos ao que está sendo dito.

Transcorrida uma hora e meia, iniciou-se a Ordem do Dia. Ela marca uma inflexão: é o momento da votação. O presidente leu as proposições recebidas. A primeira matéria, proposta pelo executivo, foi votada em Regime de Urgência¹¹. Ele convocou os representantes das Comissões Permanentes¹², que confirmaram a passagem da matéria por elas. O presidente lia tão rapidamente a matéria que mal era possível identificar suas palavras. Ele então convocou os vereadores a falarem, mas ninguém se inscreveu. Colocou a matéria em votação dizendo que requeria maioria absoluta, e liberou-se a contagem da votação eletrônica. Vagarosamente foi-se computando votos a favor. O presidente começou a citar

¹¹ O Regime de Urgência é um expediente utilizado pelo executivo que força a deliberação acelerada do legislativo, pois dispensa formalidades regimentais ao passar por todas as Comissões concomitantemente e entrar como prioridade na pauta das votações legislativas.

¹² As comissões são órgãos de caráter técnico, ainda que constituídas pelos próprios vereadores, que devem proceder a estudos e realizar investigações sobre as matérias de sua competência. Elas podem ser permanentes ou transitórias. Como exemplos de comissões permanentes, temos a Comissão de Justiça e Redação, e a Comissão de Educação e Cultura; como exemplo de comissão transitória, temos a Comissão Parlamentar de Inquérito.

nominalmente os vereadores presentes para que votassem. O número de votos começou a aumentar. Mais vereadores entraram na plenária. Citou novamente vereadores que não votaram. Encerrou-se a votação antes mesmo de que todos tivessem votado, assim que se atingiu a maioria simples (26 votos a favor)¹³.

De repente, a Plenária Teotônio Villela ficou cheia de vereadores. Encaminhou-se outra matéria a ser votada, mas o vereador-autor pediu para adiar a votação por 10 sessões. A matéria seguinte seguiu o formato da primeira. O presidente leu rapidamente a matéria - uma ladainha que não se podia entender. Ninguém apareceu para falar sobre o projeto, que foi liberado para votação. Foi necessária a citação nominal dos vereadores para se chegar à maioria. Novamente, com 26 votos a favor, a matéria foi aprovada, sem que todos os 44 vereadores “presentes” se posicionassem¹⁴.

Um vereador pediu a palavra. Ninguém ouviu. O presidente tocou a campainha duas vezes, o que amenizou o barulho. Ele falou sobre transporte coletivo e sobre o Bilhete Único¹⁵. Referiu-se também as “chicotadas” no trem. Outro vereador também falou sobre a matéria que acabara de *passar*¹⁶, agradecendo os votos. Ninguém prestava a menor atenção em suas palavras. O presidente leu mais uma matéria. Os vereadores novamente não deram a mínima atenção. A matéria foi colocada em votação. Aprovou-se. E assim a sessão foi transcorrendo com matérias sendo aprovadas sem discussão, ou sendo adiadas por algumas sessões. Eventualmente, o vereador que propusera a matéria que acabara de *passar*, pedia a palavra e agradecia os votos dos “nobres colegas”. O presidente, percebendo a presença de um deputado federal e ex-vereador, agradeceu sua presença, que foi seguida de palmas (“A presidência anuncia a presença do ex-vereador e atual deputado federal, Brizola Neto¹⁷. Bem-

¹³ As deliberações das câmaras ocorrem por constituição de maioria. Há quatro tipos de maioria: a) maioria simples: a maioria conseguida entre os parlamentares presentes na sessão; b) maioria absoluta: compreende a metade mais um do total de membros do parlamento; c) maioria especial: que atinge ou ultrapassa 3/5 dos membros da *Casa*; maioria qualificada: que atinge ou ultrapassa 2/3 dos membros do parlamento. Conforme a importância crescente do projeto, passa-se da maioria simples para a absoluta e assim sucessivamente.

¹⁴ As aspas devem-se à presença no placar, mas não necessariamente na plenária. É prática corriqueira os vereadores assinarem a lista de presença e saírem da plenária para resolver problemas de gabinete, fazerem articulações com outros colegas, ou atenderem à imprensa. Em São Paulo, por exemplo, um vereador agendou uma entrevista comigo durante a sessão. Quando cheguei ao seu gabinete, sua secretária disse que ele estava em plenária, ao que respondi que tinha agendado a conversa. Ela, com um sorriso amarelo, retificou: “ele foi assinar os papéis, em breve te atenderá”, o que realmente ocorreu.

¹⁵ O Bilhete Único é benefício tarifário, com redução das tarifas praticadas nos serviços de transporte intermunicipal, para ser utilizado em no máximo 2:30h (duas horas e meia). O Bilhete Único pode ser utilizado em ônibus, barcas, trens, metrô e vans (regularizadas), desde que haja integração intermunicipal entre eles. O Bilhete Único é uma boa plataforma política, pois barateia a integração entre os variados tipos de transporte coletivo.

¹⁶ No vocabulário dos parlamentares isso significa que a matéria fora aprovada em votação.

¹⁷ O deputado (ex-vereador) saudado é irmão do vereador Leonel Brizola Neto (PDT). Essa relação familiar é muito comum na política. Algumas famílias acabam por construir seus “nomes” a partir da política. Na CMRJ

vindo.”). Esse tipo de anúncio em sessões é muito comum, faz parte da etiqueta e de toda uma forma solene de tratamento mútuo típica do legislativo. A presença de outros políticos nas sessões é sempre anunciada e celebrada.

O presidente se ausentou por algumas matérias e foi substituído por outro vereador. De todas as matérias propostas, apenas uma suscitou discussão. Ainda assim, ela pouco versava sobre o “mérito” da propositura. Em certo sentido, ela era “mais técnica”, pois girava em torno de sua constitucionalidade e da possibilidade de pô-la em prática – lembrando que, tratando-se de política legislativa, o técnico, o burocrático, o legal e o político se conectam, fundem-se e se separam nos discursos conforme o contexto. Tratava-se de um PL (1138/2007) de autoria do vereador Rogério Bittar (PSB), que obrigaria que os ingressos das partidas de futebol fossem postos à venda pela internet. A discussão aconteceu não sobre a intenção do vereador, mas sobre a praticidade e constitucionalidade da ideia:

E, sabendo da boa intenção do vereador Rogério Bittar de querer facilitar a vida do torcedor, de dar mais conforto, eu não consigo compreender como na prática vamos conseguir fazer uma lei que cria multa para ser cobrada pelo governo do estado, pela SUDERJ; que cria um valor, uma taxa para entrega do bilhete em casa. (...) Quer dizer, não está claro como vamos legislar sobre coisas que não cabem ao município legislar, no sentido de que o estádio não pertence ao município e há a própria dificuldade da entrega do bilhete. Acho que não é uma lei que poderá ser sancionada. Então, o meu encaminhamento posterior será pela rejeição do projeto¹⁸.

Esses debates são muito comuns na câmara, a qual costuma aprovar ou propor em grande número leis cuja constitucionalidade é duvidosa¹⁹. Uma vereadora atribuiu essa suposta inconstitucionalidade das leis aprovadas a três razões principais: 1) o despreparo do vereador que não sabe diferenciar matérias constitucionais das inconstitucionais; 2) como uma maneira de justificar aos eleitores que ele tentou aprovar tal lei, mas a *Casa* ou o executivo não deixaram; e 3) a intenção de levantar o debate político. Neste último caso, ela citou o debate sobre a descriminalização da maconha, no qual, mesmo estando ciente de que não pode legislar sobre isso, um vereador propõe projetos sobre o tema para que o debate seja realizado. A discussão de matéria descrita anteriormente versava sobre a venda de ingressos de partida de futebol pela *internet*, e ainda que os opositores “louvassem” a intenção do

ainda temos o vereador Carlos Bolsonaro (PP), filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP) e irmão do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP) e a vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha do ex-deputado Roberto Jeferson (PTB). Em 30/04/2012 Leonel Brizola Neto fora nomeado ministro do Trabalho.

¹⁸ Fala da vereadora Andrea Gouvea Vieira (PSDB). Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Ano XXXIII, nº 68, Pág. 17.

¹⁹ Em São Paulo, essa prática também é corriqueira, como atesta o levantamento feito pela ONG Nossa São Paulo: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/1361>. Acesso em 28/04/2012.

vereador proponente, posicionaram-se contrariamente, pois não poderiam legislar sobre matérias fora de sua jurisdição, já que as partidas de futebol no principal estádio, o Maracanã, são de administração estadual. No final da discussão, esta matéria foi colocada em votação e aprovada, pois o *entendimento* foi que a intenção era boa, mas deveria ser melhor debatida, voltando para uma 2ª discussão²⁰.

No geral, as sessões ordinárias não fogem muito desse exemplo concreto: os vereadores discorrem sobre matérias jornalísticas, criticam a imprensa e votam favoravelmente as matérias propostas. Com efeito, a maioria das propostas aprovadas está sob o *acordo* de se aprovar sem demora e discussão, e referem-se a honrarias, nomes de logradouros, moções de congratulação e louvor, títulos de utilidade pública, nomeação de cidades-irmãs e datas comemorativas. Nesta sessão foram encaminhadas 21 matérias. Catorze foram aprovadas, das quais duas eram declaração de “utilidade pública”²¹ e uma tratava-se de “título de cidadão”. Sete matérias tiveram sua votação adiada, sendo seis a pedido do vereador proponente e uma por falta de quórum para votação. Embora o encaminhamento desta sessão seja bastante ilustrativo, o número de homenagens propostas ficou aquém do número habitual, uma vez que a média de proposições de homenagens costuma ser bem maior por sessão, como indica o levantamento realizado pela ONG Transparência Brasil. No mandato anterior da câmara carioca (2005-2008), das 2978 proposições apresentadas, 1572 foram aprovadas, sendo que 1363 referiam-se a assuntos que podem ser classificados como homenagens. Em São Paulo, no mesmo período, dos 3021 projetos apresentados, apenas 892 foram aprovados, dos quais 686 eram homenagens²².

Qualquer matéria que tenha alguma chance de não prosperar é adiada por algumas sessões, enquanto o parlamentar tentará fazer alianças para que seu projeto seja aprovado. Em linhas gerais: toda matéria quando chega para ser votada e é encaminhada é porque já se formou um *consenso*, ou já se costurou um *acordo* para sua aprovação. As proposições votadas em segunda discussão geralmente são aprovadas. As matérias prontas para a deliberação, mas sem *acordo*, costumam postergar a entrada na pauta por algumas sessões ou *sine die* a pedido de seus autores, até que sejam arquivadas no fim da legislatura ou

²⁰ Todo Projeto de Lei aprovado é votado duas vezes. Na Primeira Discussão, os parlamentares, se aprovarem o projeto, ficam com este à sua disposição para a apresentação de emendas. Após um período, o projeto retorna para ser novamente votado. Se aprovado, é encaminhado à sanção do executivo.

²¹ O Título de Utilidade Pública é título do poder público municipal, estadual ou federal que reconhece entidades como prestadoras de serviços relevantes à comunidade. Geralmente este reconhecimento pode vir acompanhado de isenção de impostos ou taxas. Adiante comentarei melhor sobre esses títulos.

²² Cf. O Relatório da Transparência Brasil sobre Produtividade Legislativa, em <http://www.excelencias.org.br/> (acessado em 09/2011).

retiradas definitivamente da pauta pelos propositores. A verdadeira discussão ocorre nos bastidores e nas comissões permanentes. Poucos vereadores costumam fazer uso da palavra na plenária, e estima-se que 30% deles subam com frequência à tribuna (cf. Kuschnir, 1999: 14). A plenária ratifica uma posição já *acordada* alhures.

Há matérias nas quais o *acordo* nem precisa ser costurado nos detalhes. As honorarias, por exemplo, já estão implicitamente *acordadas*. Matérias que envolvem homenagens devem prosperar sem discussão. Nestas votações, raríssimas vezes ocorrem discussões. O que começou a se exigir recentemente na câmara carioca foi assinaturas de apoio²³ para concessão de honorarias. Isso se iniciou após a vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha do deputado Roberto Jéferson, ter conseguido aprovar a entrega de uma honraria a seu pai, como muitos descreveram, “na calada da noite” ou “no apagar da luzes”. Tratava-se da Medalha Pedro Ernesto. Justamente na época em que o episódio conhecido por Mensalão²⁴ estava em evidência na mídia, a vereadora conseguiu que essa honraria fosse aprovada em uma sessão esvaziada, ocorrida em uma sexta-feira à tarde. A indignação dos vereadores parece ter sido geral, mas de nada adiantou, pois a honraria foi entregue. Entretanto, esse fato gerou uma modificação no regulamento. Para tentar barrar a concessão de honorarias que constriam a *Casa* perante a opinião pública, passou-se a exigir assinaturas de *apoio*. Entretanto, na prática isso não alterou significativamente o modo de aprovação desses projetos, visto que os vereadores costumam assinar as propostas que lhes são solicitadas, pois prezam o *bom trânsito*. Assina-se projetos de colegas, pois isso garante que terão o mesmo tratamento por parte destes. Contudo, há algumas táticas na busca dessas assinaturas. Procura-se, em primeiro lugar, vereadores com quem se tenha um melhor relacionamento, pois, como disse uma vereadora carioca entrevistada:

eu não presto nem assino homenagens a policiais militares. Veja a nossa situação em segurança pública! Não assino medalhas pra policiais, eu procuro averiguar, ver se eu conheço o homenageado, mas às vezes *passa*. E se eu não assinar para um vereador, fique certo que ele não assinará pra mim também.

Há um senso comum entre os vereadores que informa a existência de reciprocidade no apoio: um voto em uma matéria importante geralmente significa retribuição

²³ Essas assinaturas de apoio ou *apoio* também são comuns nas câmaras paulistana e brasiliense.

²⁴ Esquema de suposta compra de votos de parlamentares pelo governo federal com grandes repercussões midiáticas e políticas. Para uma cronologia do escândalo, ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o. Acesso em 24/10/2012. Acesso em 28/04/2012.

para uma matéria de igual relevância, embora o cálculo de relevância varie segundo as opiniões dos vereadores implicados nesse circuito de reciprocidade. Assinaturas de *apoio* para os colegas implicam em retribuição dessas assinaturas. Como nos conta Kuschmir (1999: 52):

A observação do trabalho legislativo evidencia que o grupo está sempre demonstrando a si próprio que a possibilidade de alianças é latente, mesmo entre aqueles de posições mais distantes. (...) todos sabem que, num certo nível de atuação, o voto dado (a favor de um projeto ou proposição) deve significar voto retribuído.

(...) Para cada político, individualmente, a possibilidade de fazer alianças nos momentos de disputa está diretamente relacionada com sua disposição de concordar com esses momentos de unanimidade tácita.

Sendo assim, observa-se um grande número de proposições de homenagens sendo aprovadas, sem nenhuma discussão, pois o que está *acordado* é que elas devam ser aprovadas sem discussão. Essa desnecessidade de um maior trabalho na realização do *acordo*, que neste caso está pressuposto, é que confere uma grande facilidade de aprovação às homenagens, sendo uma das razões que explicam o grande número destas propostas pelos legislativos estudados. Quando esse tipo de matéria *não passa* com facilidade, há um certo constrangimento, como presenciei em uma sessão (08/04/2009) na câmara carioca. Era a primeira matéria a ser votada no dia, e versava sobre a consideração de utilidade pública do Grupo de Formadores de Educadores Populares – GEFEPN, de autoria do vereador Eliomar Coelho (PSOL). Cumprindo os dizeres de praxe, o presidente da sessão enunciou:

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão. Em votação. Os senhores vereadores que aprovem permaneçam como estão. Aprovada.

O vereador Jorge Pereira (PT do B) interrompeu o presidente e solicitou votação nominal, ao que o presidente emendou:

O nobre vereador Jorge Pereira solicitou verificação nominal de votação. Vereadora Clarissa Garotinho (a próxima inscrita para falar), me perdoe, como era votação de um tipo de utilidade pública, eu não imaginei que fosse ser pedida votação nominal. Seria uma votação rápida e ia passar a palavra à Vossa Excelência. Agora, precisamos proceder à votação nominal. Quero lhe pedir desculpas, mas já está anotado o seu pedido.

Procedeu-se a contagem nominal e a matéria foi aprovada sem nenhum problema. O que aconteceu neste caso foi uma confusão por parte do vereador que solicitou a

contagem, pois ele queria *emperrar* a aprovação da matéria que havia sido discutida e defendida por Eliomar Coelho no final do Grande Expediente, mas que não estava sendo votada naquele momento. A matéria tratava da gratuidade de transporte para estudantes de escolas públicas, bolsistas de escolas particulares e grávidas, mas não havia *acordo* entre os vereadores, ainda mais porque o legislativo não pode criar custos para o executivo. A matéria tinha provocado intensa discussão, mas não estava naquele momento sendo objeto de votação.

Essa descrição pretendeu ilustrar como funciona o *acordo* tácito para a aprovação de determinados projetos e como funciona a votação daqueles sobre os quais não há um *acordo* unânime. A contagem nominal é um expediente bastante utilizado para não deixar *passá-los*, visto que os vereadores podem não estar presentes (denotando a insuficiência de quórum) ou serem constrangidos a se posicionar publicamente. O *acordo* é uma categoria nativa que exprime tanto um espírito de corpo dos parlamentares quanto a etiqueta da cordialidade que opera nas relações entre eles.

2.1 As homenagens das três Casas legislativas

Os poderes da república - executivo, legislativo e judiciário - possuem cada qual suas homenagens. Entretanto, é no poder legislativo que se observa sua ocorrência em abundância. É conhecida e propalada pelos meios de comunicação a ampla utilização que os parlamentares fazem desse expediente. A partir de estudos antropológicos sobre o estado e a política, foi despertado o interesse de entender o que está em jogo, o que significam e o que agenciam essas práticas. Conforme já foi discutido, escolhi observá-las em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Nessas três cidades procurei fazer um levantamento sobre as homenagens públicas dos poderes executivo e legislativo, mas o foco da pesquisa acabou se concentrando neste último. Assim, informações que se referem a outros poderes, ou a organizações como a imprensa e Organizações Não Governamentais, serão acionadas, pois compõem uma rede ligada ao legislativo. Embora cite variadas fontes, a exegese tem por objetivo entender um pouco mais as implicações das homenagens do ponto de vista dos parlamentares, de seus assessores e de outros funcionários das *Casas*.

Entendo por homenagens uma ampla gama de procedimentos oficiais entendidos pelos próprios agentes políticos como tais. Se, no início da pesquisa, as homenagens referiam-se principalmente a comendas, medalhas, títulos honoríficos e

denominações de logradouros, com o trabalho de campo alguns outros procedimentos, como moções de congratulação, votos de júbilo, a criação de símbolos oficiais, o estabelecimento de datas comemorativas, a nomeação de cidades-irmãs e declarações de utilidade pública, também acabaram sendo definidas por parlamentares e outros agentes como espécies de homenagens. Assim, em uma fórmula sintética, estas são todas as ações políticas que, baseadas em *acordo*, implicam *agrado*²⁵, duas categorias que orientam a ação e que serão pensadas mais adiante.

Dentro desse quadro denominado homenagens, há a nomeação de cidades-irmãs pelas *Casas* legislativas. A legislação prescreve que ambos os municípios devam iniciar e fortalecer o intercâmbio de visitas e programas culturais entre si. Alguns vereadores me disseram que principalmente cidades estrangeiras são indicadas a cidades-irmãs. Como exemplo, somente nos primeiros quatro meses de 2009 cidades como Kiev, Coimbra, Vila Nova de Gaia (Portugal), Seul, Santo Tirso (Portugal), Arganil (Portugal), Tel Aviv, Caracas, Guimarães (Portugal), entre outras, foram declaradas cidades-irmãs do Rio de Janeiro. O assessor Otávio pensa que as cidades-irmãs deveriam ser prerrogativas do prefeito. Essas indicações de cidades, para ele, estabelecem vínculos entre vereadores e políticos delas. Citou o exemplo de uma vereadora que propôs o irmanamento a uma cidade espanhola e que, atualmente, viaja todo ano para essa cidade com despesas pagas pelo poder público espanhol. Houve esse ano quem propusesse unificar todas as cidades-irmãs em uma mesma lei, mas há oposição, pois isso prejudicaria a questão da *autoria* das propostas, que passariam a ser conjuntas, sem propositor. Todas as proposições classificadas por homenagens guardam uma relação importante com sua *autoria*: embora a homenagem ocorra “em nome da *Casa*” e seja sempre aprovada unanimemente, os parlamentares fazem questão de preservar a iniciativa da proposição. Ela não deve ser apagada, pois aquele que propõe algo deseja ser *lembrado*.

A concessão de Título de Utilidade Pública dirige-se a entidades que prestam serviços à coletividade, de forma gratuita e sem fins lucrativos, e confere alguns benefícios fiscais às organizações e aos doadores dessas instituições. Podem ser designadas como de utilidade pública (do Rio de Janeiro, por exemplo) entidades como: escola ou curso, de formação profissionalizante ou de utilidade doméstica; creches; orfanatos ou abrigos; casas de apoio à infância ou à velhice desvalida; ambulatórios, serviços de orientação ou apoio médico-assistencial; e atendimentos assistenciais de apoio ou recuperação social. Como exemplo, nos primeiros quatro meses de 2009, estas são algumas das entidades que se

²⁵ A categoria *agrado* será tratada no capítulo 3.

tornaram de Utilidade Pública na cidade do Rio de Janeiro: a ONG Grupo da Solidariedade; o Centro de Educação e Orientação Espírita CEOCE; o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros – IPEAFRO; o Projeto Educacional e Social Casa da Amizade; o Grêmio dos Aposentados e Pensionistas das Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro; a Associação Beneficente Projeto Elikya-Asbepe; a Central de Curativos Bezerra de Menezes; e a Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré. Cabe ressaltar a grande quantidade de entidades beneficentes de caráter religioso, ligados à doutrina espírita, aos evangélicos e aos católicos. Essa ponte entre poder legislativo e religião aparece em muitos outros momentos. Com relação aos espíritas, por exemplo, há um conjunto de propostas do vereador Fausto Alves (PTB) que visam a criação da Medalha Bezerra de Menezes, a instituição do Dia Municipal do Kardecista Adolfo Bezerra de Menezes, e a denominação da Sala Inglesa como “Bezerra de Menezes²⁶”. Ainda sobre a mesma religião, o parlamentar Paulo Pinheiro (PSOL) considerou de utilidade pública a central de curativos mencionada acima.

A declaração de datas comemorativas também se insere neste mesmo quadro de *acordo e agrado*. Estas, além de marcadores da história municipal, servem como afago a categorias profissionais, adeptos religiosos e outros segmentos sociais²⁷. Também servem como marco para entrega de moções ou outras homenagens por ocasião do dia das mães, ou do dia do Trabalho, por exemplo. No dia da Síndrome de Down, foi entregue a Medalha Pedro Ernesto a Paula Werneck²⁸, e moções de reconhecimento a mais quatro portadores de Síndrome de Down²⁹. Como disse o vereador homenageador Tio Carlos: “Esta homenagem foi prestada essa semana – não tinha dia na semana passada – porque no dia 21 de março foi comemorado o Dia da Síndrome de Down, para chamar um pouco a atenção das pessoas.”³⁰. As datas podem ser propostas sem limites, e é grande o número das aprovadas na câmara municipal. Há o Dia da Consciência Ecológica, Dia do Feirante, Dia da Prevenção dos Acidentes de Trabalho, Dia do Contínuo, Dia do Bancário, Dia do Operador da Faixa do Cidadão, a “Semana do Trabalhador Comunitário – Gari Comunitário”, Dias das Velhas Guardas das Escolas de Samba, Dia do Teatro de Bonecos, data da comemoração da

²⁶ Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (Riacho do Sangue, 29 de agosto de 1831 – Rio de Janeiro, 11 de abril de 1900) foi um médico, militar, escritor, jornalista, político e expoente da doutrina espírita no Brasil.

²⁷ Por exemplo, no primeiro semestre de 2011 foram propostas 16 datas comemorativas na CLDF. Vide Tabela 1, página 86.

²⁸ Paula Werneck é uma atriz, portadora de Síndrome de Down e participante da campanha “Ser Diferente é Normal”, promovida pelo Instituto MetaSocial, que visa a inclusão dos portadores desta síndrome. Ela também atuou na novela “Viver a Vida”, da Rede Globo de Televisão.

²⁹ Sessão solene que será objeto de reflexões adiante.

³⁰ Fala retirada do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (07/04/2009). Quando o vereador diz que não havia “dia na semana passada”, quer dizer que a agenda da plenária para a realização de homenagens estava completa.

Imigração Italiana para a cidade do Rio de Janeiro, Dia do Grande Méier e Semana do Bairro do Méier, Dia da Comunidade Evangélica Projeto Atenda, Dia da Ordem dos Pastores Evangélicos Mundial – OPEM. Inclusive é possível observar uma tendência para a comemoração de segmentos cada vez mais específicos, principalmente se considerarmos as relações entre vereadores e adeptos religiosos. O comum, ao invés de dia da religião espírita, da religião católica ou evangélica, é estabelecer uma data para dada paróquia, dado centro ou casa espírita, ou para segmentos ainda mais restritos no interior destas comunidades. Devido ao grande número de datas comemorativas e à impressão de que quase tudo já tem “seu dia”, por meio da invenção de datas cada vez mais específicas se contempla segmentos cada vez menores, criando a sensação de que as possibilidades destas homenagens são infinitas - já que sempre deve haver algum motivo para celebração, para instituição de um dia oficial.

As datas comemorativas também podem se transformar em feriados – ou os feriados são uma transformação das datas comemorativas. Isso ocorre quando à comemoração é acrescido o caráter de dia de descanso, colocando o trabalho como facultativo. No Brasil, somente a União³¹ pode legislar sobre os feriados, ainda que delegue aos estados e municípios o poder de o fazerem segundo limites fixados. São estipulados por leis, e podem ter origem civil ou religiosa³². Os feriados nacionais brasileiros são sete: 1 de janeiro (Confraternização Universal); 21 de abril (Tiradentes); 1 de maio (Dia do Trabalho); 7 de setembro (Independência do Brasil); 2 de novembro (Finados); 15 de novembro (Proclamação da República); e 25 de dezembro (Natal). A lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, incluiu entre os feriados civis a “data magna³³ do Estado fixada em lei estadual”, entretanto, alguns estados instituíram mais de um feriado, alguns dos quais de caráter religioso ou social. Os demais feriados religiosos são estabelecidos pelos municípios, e não podem ultrapassar o número de quatro, incluindo a “Sexta-Feira da Paixão”³⁴.

³¹ Lei 9.093, de 12 de setembro de 1995.

³² Conforme estabelecido pela lei nº 10.607 de 2002.

³³ A palavra magna é um adjetivo que qualifica o que é “grande” ou “importante”. Cada Estado pode definir uma data como a mais importante para ele, geralmente o aniversário ou a data do santo padroeiro.

³⁴ “Assim como no caso dos Estados, aos Municípios não cabe criar feriados, mas compete somente declarar como feriados municipais, devido à tradição local, quatro datas, uma delas sendo a Sexta-Feira da Paixão e, a cada cem anos, as datas que iniciam e encerram mais cem anos das fundação do Município. Mais do que isso, a delegação dada aos municípios é para que declarem as datas que tradicionalmente são comemoradas com sentido religioso. Portanto, se um município declara um feriado em comemoração cívica está criando o fenômeno jurídico denominado “invasão de esfera de competência”, no caso invadindo a competência da União para criação de feriados civis, o que conferirá à lei municipal as características de ilegalidade e inconstitucionalidade.” Fonte: Site Feriados no Brasil, <https://sites.google.com/site/feriadosnobrasil/Home/a-lesgislacao-sobre-os-feriados>. Acesso em 24/06/2012.

O Distrito Federal estabelece dois feriados: o 21 de abril (a Fundação de Brasília³⁵) e o 30 de novembro (dia do Evangélico). O estado do Rio de Janeiro tem três: terça-feira de Carnaval, 23 de abril (dia de São Jorge) e 20 de novembro (dia de Zumbi dos Palmares, na Semana de Consciência Negra). São Paulo tem apenas um – o 9 de julho, que comemora a Revolução Constitucionalista de 1932. A capital carioca tem o dia 20 de janeiro (dia de São Sebastião, padroeiro da cidade) e o dia 23 de abril (São Jorge), enquanto a paulistana comemora o dia 25 de janeiro (aniversário da cidade) e o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). Embora todo dia ocorra alguma comemoração, nem todas elas atingem o *status* de feriado. Para ser feriado, a data tem que remeter a algum acontecimento cívico considerado como um marco pela interpretação atual da História (Tiradentes, República, etc.), ou data religiosa importante do calendário cristão (Páscoa, Natal, etc.). Como uma forma de afirmar outras tradições por meio delas, tem havido recentemente a instituição de Histórias alternativas, como o dia de Zumbi e o dia do Evangélico, contemplando o movimento negro e a religião que mais cresce no país – uma forma de aumentar a *representatividade* dos grupos celebrados nos feriados. Diferentemente das datas comemorativas, os feriados são limitados em número e tendem, em sua concepção, a ter um efeito mais generalizador, seja por motivos cívicos, seja por motivos religiosos (ainda que estes últimos contemplem mais a religião católica que todas as outras). Pelos feriados é possível entender um pouco da História, Tradição e Patrimônio que dado estado procura afirmar/reificar.

De um modo geral, quando se pensa em homenagens do estado, o primeiro e mais imediato grupo enquadrado como homenagem são as honrarias. Em São Paulo, segundo a Lei Orgânica (artigo 14, XIX), a concessão de honrarias é um atributo exclusivo do poder legislativo. Entretanto, o poder executivo também vem criando suas honrarias, como a Medalha de Bravura, que segundo a letra da lei e o formato padrão em que as honrarias são descritas na legislação, são destinadas às “pessoas ou entidades que, respectivamente, por si mesmas ou por seus membros, pratiquem, com espírito de sacrifício, atos de reconhecido arrojo em favor da coletividade”³⁶. Há também a “Medalha Estandarte do Samba”, entregue pela prefeitura à escola de samba vencedora do carnaval paulistano³⁷. As honrarias concedidas pelo legislativo municipal paulistano são divididas em dois tipos: prêmios e títulos. Os prêmios são uma espécie de concursos que contemplam diversos temas, ainda que

³⁵ Que coincide com o feriado nacional de Tiradentes.

³⁶ Lei n.º 14.472 de 10 de Julho de 2007.

³⁷ Mesma lei.

geralmente não sejam os vereadores que escolham seus vencedores ou participantes³⁸ - exceção feita ao Prêmio Dia Internacional da Mulher, que é escolhido por vereadoras ou bancadas que tenham vereadoras; e o Prêmio Escotista Mario Covas Jr. de Ação Voluntária, onde são os vereadores e/ou a direção da Comissão Municipal do Movimento Escoteiro Bandeirante que escolhem os vencedores. Geralmente os vencedores e/ou participantes são escolhidos por entidades relacionadas aos prêmios. Por exemplo, quem escolhe os vencedores do Prêmio de Cidadania Universitária Edson Tsung-Chi Hsueh – Trote Solidário são entidades estudantis; quem escolhe os vencedores do Prêmio Medalha José Bonifácio e Diploma de Reconhecimento são duas organizações maçônicas.

As tentativas de criação de prêmios são muito comuns na câmara paulistana, o que se observa como uma tendência recente dos últimos anos. O prêmio mais antigo é o Troféu Câmara Municipal de São Paulo, criado em 1957 e concedido a esportistas de destaque. Em 1961, ele passou a ser entregue aos vencedores da Corrida de São Silvestre e organizado pelo Jornal Gazeta Esportiva. Afora pequenas alterações, ele continua tendo o mesmo destino. Outros dois prêmios foram criados nos anos de 1961 e 1963: o prêmio “Operário Bandeirante”, cujos jurados pertenciam ao jornal Folha de São Paulo, e o “Medalha de Ouro” para estudantes vencedores de um concurso na emissora de TV Tupi. Ambos os prêmios foram extintos.

Só mais recentemente é que se observa a instituição de novos prêmios, descritos a seguir de acordo sua ordem cronológica de criação. O Prêmio Herbert de Souza – Betinho³⁹, premiação a pessoa física ou jurídica que se destacar, no âmbito da cidade de São Paulo, na defesa da cidadania e no combate à miséria e à fome, foi instituído em 1997. Em 1998, foi instituída a concessão do Selo Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social, e o Prêmio Paulo Freire⁴⁰ de Qualidade de Ensino Municipal. Em 2000, foi criado o Prêmio Dia Internacional da Mulher para mulheres que se destacarem no ano, e em 2001 a Medalha Tiradentes⁴¹ para policiais. Em 2002, foram criados o Prêmio Milton Santos⁴², concedido a projetos ou planos que propiciem a consolidação e ampliação de direitos territoriais e culturais, e o Troféu São Paulo – Capital Mundial da

³⁸ Todos os prêmios paulistanos serão referidos nos próximos parágrafos.

³⁹ Betinho (1935-1997) foi um ativista em prol dos Direitos Humanos. Concebeu e se dedicou ao Projeto Ação de Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

⁴⁰ Paulo Freyre (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro. Foi um pedagogo de reconhecimento internacional que influenciou um movimento chamado de pedagogia crítica.

⁴¹ Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), foi um ativista político, mártir da Inconfidência Mineira, movimento que planejava a independência do Brasil.

⁴² Milton Santos (1926-2001) foi um geógrafo brasileiro dedicado principalmente às questões do Terceiro Mundo e da urbanização.

Gastronomia, que premia os melhores autores de programas, revistas, reportagens, fotos, guias e trabalhos de estudantes na Semana da Gastronomia. Em 2003, instituiu-se o Prêmio Escotista Mario Covas Jr.⁴³ de Ação Voluntária às pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado na prática de ações voluntárias em prol da infância e da juventude, bem como no incentivo ao movimento escoteiro; o Prêmio de Cidadania Universitária Edson Tsung-Chi Hsueh – Trote Solidário, a entidades estudantis que se destacarem na recepção aos calouros; a Medalha José Bonifácio⁴⁴ e Diploma de Reconhecimento, aos maçons que se destacarem por ações benéficas à população paulistana; o Prêmio Armando de Arruda Pereira⁴⁵ aos clubes Rotary que mais se destacarem em ações benéficas à população paulista. Em 2006, o Prêmio Dorothy Stang⁴⁶ de Humanidade, Tecnologia e Natureza; em 2008, o Prêmio Sabotage⁴⁷ às pessoas que tenham se destacado no cenário do Hip Hop; e em 2009, o Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas⁴⁸ aos bombeiros que se destacarem no ano.

O outro tipo de honraria concedido pela Câmara Municipal de São Paulo são os títulos. O Título de Cidadão Paulistano é a honraria mais antiga da *Casa*. Ele existe desde 1949 (resolução nº. 4 de 24 de abril de 1949) e é destinado a pessoas que não nasceram em São Paulo, mas que a câmara considerou como destaque na promoção da cidadania e na divulgação da cidade em “alguma área”. Isso quer dizer que mecanismos abertos o suficiente são criados para qualquer um mobilizar seus *agraciados*. A Medalha Anchieta é a segunda honraria mais antiga da *Casa*. Foi instituída em 1969 como brinde aos convidados que participaram da inauguração do Palácio Anchieta, sede do legislativo municipal. Em maio de 1973, ela foi oficializada como honraria da Câmara Municipal de São Paulo e, a partir de 1975, passou a ser concedida juntamente com o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo. Atualmente, a medalha Anchieta e o Título de Cidadão Paulistano têm valor equivalente, sendo o primeiro geralmente concedido a paulistanos natos e o segundo a pessoas não naturais da capital.

⁴³ Mario Covas (1930-2001) foi um político brasileiro. Foi eleito duas vezes para o governo do Estado de São Paulo, e faleceu durante seu segundo mandato.

⁴⁴ José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838) foi um estadista brasileiro conhecido pelo epíteto “Patriarca da Independência”.

⁴⁵ Armando de Arruda Perreira (1889-1955) foi um engenheiro e político paulista que exerceu o cargo de prefeito nas cidades de Santo André e São Paulo.

⁴⁶ Dorothy Mae Stang (1931-2005) foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira militante a favor da reforma agrária e de um desenvolvimento sustentável. Sofreu diversas ameaças de assassinato devido à sua militância. Foi assassinada com 6 tiros e tida como um mártir dos conflitos fundiários no Brasil.

⁴⁷ Sabotage é o nome artístico de Mauro Mateus dos Santos (1973-2003), um rapper brasileiro assassinado por membro de uma organização de detentos chamada PCC (Primeiro Comando da Capital).

⁴⁸ Coronel Hélio Barbosa Caldas (1934-1999) foi um bombeiro com grande atuação em dois grandes incêndios na cidade de São Paulo na década de 1970.

Tanto os prêmios como os títulos não são distribuídos ilimitadamente. Em 1991, a Resolução 13/91, com vistas a impor uma cota de homenagens por vereador, estabelece que cada vereador pode figurar como primeiro signatário em, no máximo, 8 honrarias por legislatura. Mesmo com o estabelecimento dessa cota de honrarias, percebe-se que o número de concessões vem aumentando. Tomando os últimos trinta anos de concessão da Medalha Anchieta, percebe-se que no período entre 1980 e 1989 esta medalha foi concedida 135 vezes; entre 1990 e 1999, 190 vezes; e entre 2000 e 2009, 250 vezes. O mesmo ocorre com os Títulos de Cidadão Paulistano: entre 1980 e 1989 ele fora concedido 130 vezes; entre 1990 e 1999, 326 vezes; e no período de 2000 a 2009, 585 vezes⁴⁹. Presumo que esse aumento, a despeito das cotas, tem relação com a consolidação da democracia no Brasil. Como no regime democrático, a construção de amplas alianças parece ser mais importante que em regimes autoritários, as homenagens como formas de construir e/ou confirmar vínculos, servem bem a esse propósito. Desta forma, por intermédio das homenagens, redes de apoio político são criadas e confirmadas.

No caso das honrarias, elas devem ser entregues em uma cerimônia própria, geralmente destinada exclusivamente aos homenageados. Nestas cerimônias são homenageados artistas, esportistas, pessoas em evidência na mídia, dirigentes de associação de moradores, sindicatos e outras organizações. Especificamente no caso paulistano não se pode homenagear funcionários públicos, nem políticos com mandatos e funcionários em cargos de confiança. Com essa interdição tenta-se frear determinados “usos políticos” das homenagens. Não se deve *agradar* publicamente políticos ou altos funcionários públicos, pois isso denotaria uma espécie de convite para se *levar vantagem* por meio dessas relações. Essa própria interdição é bastante ilustrativa dos agenciamentos que a homenagem supõe. O fato de querer frear algum benefício político esclarece que as homenagens não têm apenas consequências em termos de *reconhecimento público* para os homenageados: esse *reconhecimento* também se estende àqueles que as propõem. O homenageador *reconhece* a relevância do homenageado, que, por sua vez, *reconhece* o autor da proposição. Concebe-se que haja alguma relação entre eles além do *reconhecimento público*, esbarrando em alguma forma de comprometimento entre ambos - o tal “uso político” da homenagem.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, temos como principais honrarias o Título de Cidadão Honorário (para os não cariocas), o Título de Cidadão Benemérito (para os cariocas) e a Medalha Pedro Ernesto, que dá nome ao palácio que abriga

⁴⁹ Levantamento feito a partir dos dados oficiais da Câmara Municipal de São Paulo, que constam em sua base “Atividade Legislativa” do *site* www.camara.sp.gov.br.

o legislativo e à comenda. É difícil colocar essas três honorarias numa escala de valorização. É certo que homenageados não cariocas sempre recebam o Título de Cidadão Honorário, enquanto os cariocas fiquem com a Medalha Pedro Ernesto e o Título de Cidadão Benemérito. Enquanto cada vereador tem direito a, no máximo, cinco indicações por sessão legislativa⁵⁰ da Medalha Pedro Ernesto, os Títulos podem ser concedidos no máximo três vezes por sessão, o que pode acarretar uma maior valorização dos mesmos, dado que são mais escassos. Os Títulos ainda exigem, juntamente com o Projeto de Decreto Legislativo, uma biografia do homenageado e sua anuência (exceto para personalidades estrangeiras).

A câmara carioca ainda tem à disposição outras duas medalhas: a Chiquinha Gonzaga e a São Francisco de Assis. A Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga foi criada em 1999, e tem como objetivo homenagear personalidades femininas. A premiação ocorre preferencialmente no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), e cada vereador tem direito a uma indicação por sessão legislativa. A presidência desta sessão solene fica a cargo do vereador que propôs com maior antecedência a homenagem, que cederá essa preferência se estiver presente no dia algum colega componente da Mesa Diretora. A comenda mais recente, e ainda em vigor, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro é a Medalha de São Francisco de Assis – 3º Milênio. Criada em 2007 e concedida conjuntamente com o Diploma de São Francisco de Assis – 3º Milênio, a medalha é destinada aos defensores das causas dos animais, sendo que cada vereador pode conceder cinco medalhas por sessão legislativa. Outra medalha criada recentemente, mas já extinta, foi a Medalha de Mérito Esportivo Pan Americano. Foi criada em 2007, em comemoração aos Jogos Pan Americanos no Rio de Janeiro, tendo sua vigência até o término destes. Cada vereador pôde conceder dez destas medalhas por sessão legislativa. Segundo alguns vereadores, essa medalha “foi uma farra”, pois não apenas pessoas ligadas ao esporte a receberam – contrariando a prescrição da resolução de criação da medalha.

As tentativas de criação de comendas são muito comuns também na câmara carioca. Assim como é do cotidiano da Câmara sessões solenes para a entrega de honorarias – segundo a funcionária do cerimonial, cerca de oito sessões por semana –, também são habituais as tentativas de criação de medalhas. Antes mesmo da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, já havia um projeto para a criação da Medalha de Mérito Olímpico, em substituição à Pan Americana. Mas essas propostas não se restringem ao mote de grandes acontecimentos de repercussão internacional como as olimpíadas, tendo origem

⁵⁰ Sessão legislativa é o período que compreende um ano de reuniões dos parlamentares. Há ainda o período legislativo, que compreende um semestre, e a legislatura, que compreende o tempo de mandato.

nos mais diversos temas e personagens. Só na sessão legislativa de 2009 foram várias as propostas de criação de novas honrarias. Estava em tramitação na *Casa*, por exemplo, a criação da Medalha Lamartine Babo para homenagens aos que se destacarem na folia carnavalesca. Para homenagear esportistas, a Medalha Hélio Gracie de Mérito Esportivo foi proposta, mas já arquivada, assim como Medalha Ayrton Senna da Silva (em 1994, no ano de sua morte). Outra proposta rejeitada foi a de criação da Medalha Bezerra de Menezes, que tinha o intuito agraciar pessoas ligadas a religião espírita. Esta matéria teve a votação adiada várias vezes, numa clara demonstração de falta de *acordo*, até que finalmente foi rejeitada. Em 2007 foi negada a sugestão de criação da Medalha de Mérito Cristo Redentor, para premiar pessoas que se destacassem na preservação do patrimônio natural e na divulgação da cidade do Rio de Janeiro. Também me foi dito que há uma vereadora que no Dia do Capelão Evangélico realiza uma comemoração, distribuindo a medalha João Filson Soren⁵¹. A vereadora Liliam Sá (PR)⁵² já a concede há cinco anos, mas essa não é uma medalha oficial da *Casa*. É uma criação da vereadora e concedida apenas por ela, embora no ano de 2009 a parlamentar tenha proposto a sua oficialização (PR 23/2009).

Observa-se nos últimos anos a tentativa ou efetiva criação de muitas medalhas pela câmara carioca, assim como a câmara paulistana tem criado seus prêmios. Entretanto, no Rio de Janeiro poucas são as medalhas que realmente chegam a ser promulgadas. Segundo uma vereadora entrevistada, essas propostas geralmente são feitas pelos vereadores menos experientes na *Casa*, que chegam “querendo deixar sua marca”. Porém, não há *acordo* para a aprovação de novas medalhas, pois estas são muito mal vistas pela opinião pública, que as toma como uma forma mesquinha de angariar votos. Cada vez mais tem ficado difícil criá-las, e o entendimento atual é de que elas não devem mais ser aprovadas. A última efetivamente criada (a Medalha do Mérito Pan Americano) teve seu período de vigência limitado - até o fim dos Jogos.

No Distrito Federal, as duas principais homenagens da Câmara Legislativa são os Títulos de Cidadão Honorário e Benemérito. Observa-se também a tentativa de criação de várias medalhas, as quais não são oficializadas por falta de *acordo*. Como tentativa, podemos citar a Medalha do Mérito Ecológico (RQ 1496/1997), a Medalha do Mérito do Doador de Sangue (PL 4110/1998), a Medalha do Mérito Policial Civil (PL 985/1999), a Medalha do Mérito Ambiental (PL 1120/2000), a Medalha do Mérito Hemo-Vida (PL 1285/2000), a

⁵¹ João Filson Soren (1908-2002) foi um pastor da Igreja Batista e capelão militar, que serviu na Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial.

⁵² Atualmente Liliam Sá é deputada federal.

Medalha Ordem do Mérito Legislativo (PL 2432/2001), a Medalha do Mérito Mestre D'Armas (3164/2002), a Medalha do Mérito Cristão (523/2003), a Medalha de Ação Solidária (PL 2343/2006) e, mais recentemente, a Medalha Cidadão de Brasília (PL 1330/2009). Além dos títulos, a CLDF tem uma Ordem⁵³, a Ordem do Mérito Legislativo. Essa Ordem foi instituída logo na primeira legislatura, e todos os deputados distritais daquele período tornaram-se automaticamente membros dela. Seu Conselho é formado pelos integrantes da Mesa Diretora. Cada deputado pode propor duas condecorações por ano, exceto os membros da Mesa, os quais podem encaminhar proposições em maior número. Todo ano, no dia 08 de junho (data da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal) é realizada uma sessão solene que agracia sessenta personalidades, dentre aquelas propostas ao Conselho. Essas condecorações são destinadas prioritariamente a membros do estado, funcionários públicos de alto escalão. Essas personalidades são divididas pelos graus da Ordem, que são os seguintes:

GRANDE COLAR – Soberanos, Chefes de Estado, altas personalidades estrangeiras, em circunstâncias que justifiquem esse especial agraciamento, e ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

GRÃ-CRUZ – Chefe de Estado, Chefe de Governo, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Governadores dos Estados, Almirantes-de-Esquadra, Generais de Exército, Tenentes Brigadeiros, Ministros de 1ª Classe, embaixadores estrangeiros, Conselheiros da Ordem e outras personalidades de hierarquia equivalente;

GRANDE OFICIAL – Deputados Distritais, Senadores e Deputados Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Presidentes de Assembleias Legislativas, Presidentes e membros dos demais Tribunais Superiores, Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Secretários de Estado do Distrito Federal, Vice-Almirantes, Generais-de-Divisão, Majores-Brigadeiros, Presidentes dos Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos Estados, Ministros de 2ª Classe, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente;

COMENDADOR – Secretários de Estados, Deputados Estaduais, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos Estados, Desembargadores, Contra-Almirantes, Generais-de-Brigada, Brigadeiros-do-Ar, conselheiros, cónsules gerais estrangeiros, conselheiros de embaixada ou legação estrangeira, reitores, presidentes de associações científicas, culturais e comerciais, Presidentes de Câmaras de Vereadores, funcionários públicos e personalidades de hierarquia equivalente;

⁵³ As Ordens Honoríficas são distinções concedidas pelo estado inspiradas nas ordens da cavalaria medieval e nas ordens militares dos cruzados, que tinha o objetivo de valorizarem a coragem e a dedicação na promoção da fé cristã e do bem-comum. No Brasil, durante a colônia as ordens honoríficas eram as portuguesas, que durante o Império e a República foram brasileiras (reinventadas utilizando-se de símbolos valorizados no momento). A Constituição de 1988 estabelece que os presidentes da República em exercício são Grão-Colares das Ordens Brasileiras, sendo perpetuamente condecorados como Grão-Mestre das mesmas.

OFICIAL – Professores universitários, juízes, oficiais superiores das Forças Armadas ou auxiliares, segundos e terceiros secretários, cônsules estrangeiros, segundos e terceiros secretários de embaixadas ou legação estrangeira, vereadores, trabalhadores, artistas, escritores, desportistas, funcionários públicos e personalidades de hierarquia equivalente;
CAVALEIRO – Oficiais das Forças Armadas, segundo e terceiros secretários, cônsules estrangeiros, segundos e terceiros secretários de embaixada ou legação estrangeira, trabalhadores, artistas, escritores, desportistas, funcionários públicos e personalidade de hierarquia equivalente⁵⁴.

No Distrito Federal, pela concentração de organizações do estado é possível perceber uma grande variedade de títulos honoríficos espalhados pelas diversas instituições. Por exemplo, no âmbito federal, a câmara tem à sua disposição a Medalha Mérito Legislativo e o Livro dos Heróis da Pátria. Mas, se procurarmos nas várias instituições, observaremos que cada uma tem a sua: a Grã-Cruz do Mérito Judiciário Militar⁵⁵ do Superior Tribunal Militar, a medalha da Ordem do Mérito Naval⁵⁶ da Marinha, Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco do Itamaraty, etc. Essa criação e concessão de medalhas não ocorre apenas nas organizações militares ou nos três poderes, mas ela se ramifica, se capilariza. Nesse sentido, podemos encontrar uma “Medalha Paulo Freire da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade” do Ministério da Educação, para homenagear as instituições ou indivíduos que tenham se destacado na erradicação do analfabetismo no Brasil. Diversamente do que ocorre em São Paulo e no Rio de Janeiro, o executivo do Distrito Federal concede um número significativo de condecorações, como a Medalha Mérito da Alvorada, concedida no dia 19 de setembro (data da escolha do nome da capital), e a Medalha Mérito do Buriti, oferecidas aos servidores do Governo do Distrito Federal. Há ainda a Medalha de Mérito Olímpico de Brasília e a Medalha de Mérito Desportivo do Distrito Federal, destinadas a atletas ou patrocinadores esportivos; o Prêmio Paulo Freire de Criatividade, voltado aos profissionais da

⁵⁴ Artigo 12 do Decreto Legislativo 08/1991. Art. 13: O Conselho rejeitará, liminarmente, a proposta de admissão à Ordem: I – de Senador ou Deputado Federal que não esteja no exercício do mandato e que não conte com, pelo menos, seis anos de exercício no Congresso Nacional; II – de Deputado ou Senador representante do Distrito Federal que não esteja no exercício do mandato e que não conte com, pelo menos, três anos de exercício no Congresso Nacional; III – de Deputado Estadual que não esteja no exercício do mandato e que não conte com, pelo menos, três anos de mandato; IV – de Deputado Distrital que não esteja no exercício do mandato e que não conte com, pelo menos, dois anos de exercício; V – de funcionário que não conte com, pelo menos, dez anos de serviço público.

⁵⁵ A homenagem é concedida a autoridades dos Três Poderes e a cidadãos brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado reconhecidos serviços à Justiça Militar.

⁵⁶ Criada em 1934, premia os militares da Marinha que se distinguiram no exercício da profissão ou corporações militares, instituições civis e personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Marinha do Brasil.

Educação do Distrito Federal. Anualmente, um grande número⁵⁷ de pessoas é homenageada com essas comendas.

Ainda que o legislativo distrital não seja o grande homenageador em Brasília, observa-se semanalmente um elevado número de sessões solenes. Só nas duas primeiras semanas de agosto de 2011, a agenda da CLDF contemplava uma entrega de Título de Cidadão e 10 sessões solenes: em homenagem ao dia do agente penitenciário; para apresentação do Programa Nacional Caixa de Ferramentas; em comemoração ao Dia do Padre; em comemoração ao Dia do Aleitamento Materno; em homenagem à Colônia Japonesa do Distrito Federal e ao Dia do Agricultor; em homenagem ao Dia do Garçon; ao Aniversário do Setor de Indústria e Abastecimento; de entrega de moções de louvores à equipe de basquetebol; em comemoração ao Dia do Advogado; de Lançamento da Marcha das Margaridas; de Lançamento da Frente Parlamentar da Família; em comemoração ao Dia Internacional da Juventude. Percebe-se que, ainda que a CLDF não conceda tantos tipos de honrarias quando comparada às câmaras municipais paulistana e carioca, ela realiza uma série de sessões solenes que acabam tendo um uso muito semelhante àquelas das câmaras municipais.

Diferentemente dos títulos limitados concedidos pelas *Casas* legislativas (por exemplo, no Rio de Janeiro a Medalha Pedro Ernesto e o Título de Cidadão têm, respectivamente, uma cota de cinco e três concessões por sessão legislativa; em São Paulo, cada parlamentar pode figurar como autor de no máximo oito honrarias por sessão legislativa), as moções de congratulação e pesar no Rio, Brasília e São Paulo⁵⁸ podem ser concedidas ilimitadamente. Não consegui medir o número dessas proposições, uma vez que elas tem um trâmite diferente dos projetos: não são catalogadas no sistema informatizado das câmaras legislativas. O certo é que se propõe moções em todas as sessões. Moção é uma proposição pela qual o vereador expressa seu regozijo, congratulação, louvor ou pesar⁵⁹. As mais comuns e extremamente corriqueiras são as de congratulação. Muitas vezes elas são entregues em cerimônia conjunta a dezenas de pessoas, em função de alguma data comemorativa. Esse diploma (ou “essa cartinha”, como alguns vereadores se referiram a ele pejorativamente na entrevista, como uma forma de condenarem essa prática), entregue a

⁵⁷ Difícil precisar o número de medalhas concedidas anualmente. Como já relatado no capítulo 1, a funcionária do governo distrital colocou obstáculos para o acesso da lista de homenageados. De qualquer forma, ela disse que uma medalha já foi entregue a 6 mil pessoas e outra a quase 12 mil. Estimo que a Medalha Mérito da Alvorada, por exemplo, seja entregue a quase 300 pessoas todo ano.

⁵⁸ Em São Paulo, além das moções há o voto de júbilo, equivalente à moção de congratulação.

⁵⁹ Artigo 209 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

população como forma de *consideração* e *agrado* do parlamentar, é direcionado principalmente a pessoas que habitam áreas onde o vereador (ou deputado distrital) concentra sua votação.

Tabela 2.1: Datas comemorativas do Distrito Federal.

Datas comemorativas criadas no Distrito Federal em 2011⁶⁰	Deputado distrital
Dia da Caminhada da Paz	Agaciel Maia (PTC)
Dia do Pastor Evangélico	Benedito Domingos (PP)
Dia Distrital do Intérprete Brasileiro de Língua de Sinais	Celina Leão (PSD)
Dia do Técnico Penitenciário	Celina Leão (PSD)
Dia do Administrador	Celina Leão (PSD)
Dia do Legislativo	Dr. Michel (PSL)
Dia do Trabalhador da Saúde	Eliana Pedrosa (PSD)
Dia do Comerciante	Eliana Pedrosa (PSD)
Dia dos Atletas Máster	Evandro Garla (PRB)
Dia da Consciência Jovem	Evandro Garla (PRB)
Dia Internacional da Água	Joe Valle (PSB)
Dia do Sertanejo	Luzia de Paula (PPS)
Dia do Líder Comunitário	Patrício (PT)
Dia do Jovem Empreendedor	Prof. Israel Batista (PDT)
Festa das Tribos	Wasny de Roure (PT)
Dia do policial militar, civil, bombeiro e agente penitenciário vitimado em serviço	Wellington Luiz (PSD)

⁶⁰ Fonte: <http://www.excelencias.org.br>, relativo ao primeiro semestre da legislatura que se iniciou em 2011. Acessado em 10/08/2011.

Tabela 2.2: Homenagens das três Casas Legislativas.

Títulos e Medalhas	São Paulo: Título de Cidadão Paulistano: para não paulistanos Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da cidade de São Paulo: para paulistanos
	Rio de Janeiro: Título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro: para os não cariocas Título de Cidadão Benemérito do Rio de Janeiro: para os cariocas Medalha Pedro Ernesto Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga: para personalidades femininas Medalha e Diploma de São Francisco de Assis - 3º Milênio: para defensores das causas dos animais
	Distrito Federal: Ordem do Mérito Legislativo em seus diversos graus Título de Cidadão Honorário de Brasília: para os não brasilienses Título de Cidadão Benemérito de Brasília: para os brasilienses
Batismo de Logradouros	Principalmente SP e RJ
Moções	SP, RJ e DF: moções de pesar, de protesto, de louvor, de congratulação; Diplomas de Honra ao Mérito SP: Votos de Júbilo
Prêmios	São Paulo (somente): Troféu Câmara Municipal de São Paulo: vencedores da Corrida S. Silvestre Prêmio Herbert de Souza - Betinho: para aqueles que combatem a miséria e a fome Selo Empresa Cidadã: para empresas Prêmio Paulo Freire de Qualidade de Ensino Municipal: a projetos educacionais Prêmio Dia Internacional da Mulher: para personalidades femininas Medalha Tiradentes: para policiais Prêmio Milton Santos: a projetos de ampliação do direito territorial e cultural Troféu São Paulo - Capital Mundial da Gastronomia: a promovedores da gastronomia na cidade Prêmio Escotista Mario Covas Jr de Ação Voluntária.: aos promovedores de ação voluntária e ao movimento escoteiro Prêmio de Cidadania Universitária Edson Tsung-Chi Hsueh – Trote Solidário: a entidades estudantis Medalha José Bonifácio e Diploma de Reconhecimento: para os maçons Prêmio Armando de Arruda Pereira: aos Rotary Club Prêmio Dorothy Stang de Humanidade Tecnologia e Natureza: para ambientalistas Prêmio Sabotage: para pessoas ligadas ao Hip Hop Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas: para bombeiros
Outros	SP, RJ e DF: Datas Comemorativas, Simbologia, Títulos de Utilidade Pública e Cidades-Irmãs

2.2 O acordo como código de conduta

A ONG Transparência Brasil é conhecida por se apresentar como “fiscalizadora” das atividades dos políticos. Um de seus trabalhos dá origem a informações que ela caracteriza como “produtividade legislativa”, algo que a ONG pretende medir. O título de um dos relatórios produzidos por ela sobre o assunto é “Mais de 91% da atividade dos vereadores de São Paulo é irrelevante para a cidade”. A metodologia deste levantamento consiste no acompanhamento de todos os projetos apresentados pelos parlamentares de várias Casas legislativas, dentre as quais as câmaras municipais paulista, a carioca e a CLDF. Foram classificados como irrelevantes projetos sobre denominação de logradouros públicos, homenagens, simbologia⁶¹ e datas comemorativas⁶². A ONG, em seu levantamento, separa homenagens de datas de batismo de logradouros, simbologia, etc. Entretanto, nas conversas com parlamentares e funcionários da Casa, muitos consideraram todos esses expedientes como formas de homenagem, e por isso eu os trato como tais. O que para a Transparência Brasil é homenagem, para os parlamentares são as honrarias, um dos vários tipos de homenagem à disposição. Tudo o que a ONG considerou irrelevante, para muitos dos parlamentares entrevistados pode ser caracterizado como homenagem.

O caráter do texto pode ser percebido em passagens como as seguintes:

A média de produtividade relevante dos vereadores foi de apenas 8,6%. Isso significa que a taxa média de improdutividade da Casa é de 91,4% de projetos produzidos pelos vereadores que não tiveram impacto algum sobre a vida da cidade. (...)

Os vereadores paulistanos formularam um total de 1202 projetos de nomeação de logradouros, definição de datas comemorativas e outras irrelevâncias. Como 686 foram aprovados, isso significa uma taxa de sucesso de 57% para esse tipo de proposição. Já para os 1819 projetos dotados de alguma relevância submetidos pelos vereadores, a taxa de aprovação foi de apenas 11%. Em contraste com o Executivo submeteu 137 projetos de lei à Câmara dos Vereadores, todos relevantes, obtendo aprovação de 85 deles, ou seja 62%. Para 48 dos 55 vereadores as irrelevâncias acolhidas por seus pares superaram os projetos com alguma relevância que tiveram promulgados⁶³.

Com o subtítulo de “Predileção pela irrelevância”, o relatório declara:

⁶¹ É quando a Câmara elege bandeiras, hinos e brasões.

⁶² Refere-se à instituição de datas comemorativas, como dia do advogado, dia do rap, etc.

⁶³ Fonte: <http://www.transparencia.org.br/index.html>. Acesso em 28/04/2012.

Mais grave do que a elevada proporção dos projetos irrelevantes foi a taxa de sucesso na promulgação desse tipo de proposição (...) e embora ruas precisem ter denominações, altas concentrações de projetos de lei destinados a isso podem indicar uso eleitoreiro, uma vez que pessoas e famílias que interessem eleitoralmente ao vereador são homenageadas a partir dos nomes de ruas e avenidas⁶⁴.

Reproduzo essa matéria para situar duas peculiaridades muito interessantes deste objeto de pesquisa. Ele é visto pela “opinião pública” (ou publicada) e pelas Organizações Não Governamentais como um trabalho irrelevante, improdutivo, inútil e, ainda, eleitoreiro. Costuma-se olhar com muita desconfiança para esse tipo de medida do estado. E isso estabelece, de saída, questões ao pesquisador: essas medidas são realmente irrelevantes? Por que motivos elas seriam ou não seriam irrelevantes? E, se forem irrelevantes, por que pesquisar algo irrelevante?

Essas questões desconfortáveis apareceram logo na primeira vasculhada em busca de informações, e a maneira como procurei tratá-las levou à elaboração de outras (contra-) questões: se é irrelevante, por que existe? Ou seja, por que algo irrelevante é tão amplamente utilizado? O caminho encontrado para trabalhar com essas dúvidas foi pensar que sua irrelevância, ou relevância, necessariamente dependem de um ponto de vista. Se as homenagens e denominações de logradouros parecem incomodar alguns jornais e ONGs que trabalham como “fiscais” dos poderes públicos, essas mesmas práticas parecem, pelo contrário, necessárias para os *representantes* eleitos. Diante disso, e a despeito da irrelevância pra uns e relevância pra outros, essas práticas merecem ser observadas com mais vagar, pois, de um lado, são objetos de disputas simbólicas (relevantes *versus* irrelevantes); e, de outro, são amplamente propostas e aprovadas pelos parlamentares, o que sugere sua importância e consideração. Se esse é um expediente largamente utilizado, como pode ser negligenciado em uma análise sobre a política feita nas *Casas* legislativas? Não quero, com isso, propalar alguma “centralidade” desse objeto, até porque o “central” ou “periférico” no estado é irrelevante diante da perspectiva de uma instituição que pretende abarcar 360° e 3 dimensões de pontos de vista (cf. Herzfeld, 2005 [1997]; Leirner, 2012b). Meu intuito é apenas demonstrar, ou provocar, o estatuto antropológico do estudo de práticas como essas, tendo em vista sua relevância nativa - algo aparentemente “fora” do grande debate político, embora amplamente presente no dia-a-dia dos trabalhos parlamentares.

É nesse mesmo sentido que Herzfeld (2005 [1997]) defende o estudo das coisas desimportantes e do anedótico, característica, segundo ele, dos estudos antropológicos.

⁶⁴ Ibid.

Segundo o autor, o estudo das coisas desimportantes rompe com a noção de história unitária, dado que “a exigência antropológica de acesso íntimo ao organismo social viola monopólios de representação do estado sob formas que revelam como esses monopólios trabalham, o que eles controlam, e a razão de sua importância” (ibid: 171). Nesse caminho, esta tese debruça-se sobre o que certos agentes do estado qualificam como irrelevante, mas um irrelevante que se mostra importante no seu cotidiano, já que muito utilizado.

Apesar de tal irrelevância atribuída às homenagens, percebe-se que os vereadores e deputados distritais as utilizam largamente no cotidiano, e embora no discurso queiram classificá-las como menos importantes, tendo em vista seu aspecto “apenas” cerimonial, apreende-se que este representa perto de 90% do trabalho propositivo dos parlamentares. Isto ocorre porque estes agentes, e principalmente os personagens ligados a ONGs e à imprensa, compartilham os pressupostos da teoria política moderna, que tratam os aspectos simbólicos, cerimoniais e rituais do estado como meros acessórios se comparados ao poder político “de fato”, aquele que é “produtivo”, que causa algum “impacto na vida da cidade”. Como considero, amparado em Geertz (1991 [1980]), que essa teoria sobre o poder é apenas um ponto de vista sobre o estado, uma interpretação sobre este, outros pontos de vista, outras interpretações acerca das dinâmicas simbólicas são possíveis. Se perto de 90% do trabalho propositivo dos parlamentares é referente às homenagens, aos processos simbólicos do estado, percebemos que é possível elaborar uma teoria política a partir deste ponto de vista. Sendo assim, nesta tese, as homenagens não são meros penduricalhos do poder, mas os processos do estado representam um ponto de vista possível sobre o mesmo.

É um ponto de vista daqueles encarregados da invenção da memória coletiva e oficial. Na elaboração desta política da memória, a concórdia parece ser mais salutar que a discórdia. É por isso que o *acordo* tácito ocupa uma posição destacada. Tudo se passa como se houvessem dimensões e, logo, pontos de vista, paralelos atuando. Um, tem relação com o que se poderia chamar de o poder e suas disputas, onde os *acordos* devem ser costurados e construídos; no outro, o da simbologia e construção da memória, o *acordo* já está dado, uma vez que a homenagem requer algum consenso, a tal aprovação por unanimidade tão característica dos discursos dos homenageadores nas cerimônias, como se a não unanimidade prejudicasse ou poluísse a invenção da memória. Se, de um lado, essa dinâmica de disputa e distribuição de poder⁶⁵ opera segundo dinâmicas próprias que levam em conta, por exemplo, a

⁶⁵ O leitor poderia argumentar que essa separação que opero tem relação com o fato de eu não ter tido acesso ao cotidiano de um parlamentar específico, que poderia me mostrar o imbricamento das homenagens em relação a outros processos políticos mais concernentes às disputas pelo poder. De fato, isso pode ser verdade, no entanto, o

construção de blocos de apoio e oposição; por outro, nesses contextos estudados, há toda um direito adquirido e amplamente utilizado por cada parlamentar com o mandato, independente de sua posição com relação à distribuição de poder, que o autoriza a criar História e memória oficiais fora de um ambiente de embate constante⁶⁶. Este consenso ajuda a dar uma impressão de perenidade e reificação ao passado na homenagem, diminuindo a tensão entre as versões da memória que são contadas. De qualquer formas, as caixas-pretas sempre podem ser abertas dependendo das demandas contextuais.

Para entender a dinâmica de denominações e honrarias, é importante ter em mente que não há grandes diferenças entre *situação* e *oposição*, ou *direita* e *esquerda*, no que se refere à quantidade e periodicidade das proposições. O que pode variar nesses casos são as pessoas que cada vereador considera dignas de homenagens. Por exemplo, há muitas homenagens a pessoas ligadas à polícia, mas, como colocado anteriormente, uma vereadora carioca diz não homenagear policiais “por princípio”, dada a precariedade da segurança no Rio de Janeiro. Parlamentares *de esquerda* acabam por homenagear mais pessoas “ideologicamente semelhantes”, o que também ocorre entre os parlamentares *de direita*. O dado importante é que este recurso, a homenagem, é utilizado pela imensa maioria dos parlamentares.

Em São Paulo, todos os 51 vereadores (mandato 2008-2012⁶⁷) realizaram algum tipo de homenagem. No Rio de Janeiro, (considerando a redação desta tese em 2012) nenhum dos 51 vereadores deixou de utilizar o recurso durante o mandato (2008-2012⁶⁸). Apenas um dos vereadores entrevistados no Rio de Janeiro disse não ter concedido, até o momento da entrevista (abril/2009), nenhuma homenagem, e nem pretendia fazê-lo – embora durante a conversa tenha curiosamente passado a reconsiderar sua opinião. Ele afirmou que as homenagens só são dadas visando votos, principalmente para lideranças, porque elas criam vínculos de obrigação: “o cara que recebe, ele se sente obrigado com aquele vereador. Ele não vai votar em outro cara. E vai acabar fazendo campanha ainda!”. Indignado, assevera:

mérito e diferença do entendimento etnográfico consiste em sua relação com a construção contextual dos dados, deste modo, não posso negligenciar que os dados como foram sendo *acessados* me possibilitarem esse tipo de análise. De todo modo, as falas dos parlamentares e os números de proposições apresentadas por todos, realmente indicam que, no contexto destas três Casas estudadas, as homenagens parecem atuar paralelamente, na grande maioria dos casos, à dinâmica da disputa por distribuição de poder.

⁶⁶ Este não é o único momento em que as possibilidades de amplas alianças aparecem. Como relatei acima, o vereador carioca Tio Carlos, foi amplamente defendido, quando ofendido, atacado em sua honra (como gostam de falar) pelo jornal O Globo, inclusive por parlamentares opositores a ele.

⁶⁷ Dados extraídos de <http://www.excelencias.org.br/>, atualizados até 29/05/2012. Acesso em 24/06/2012.

⁶⁸ Dados extraídos de <http://www.excelencias.org.br/>, atualizados até 09/07/2011. Acesso em 20/08/2011.

Tudo é usado como moeda de troca política. Tudo é voto, voto, voto, voto. Datas comemorativas principalmente. Data comemorativa da obreira pra *agradar* a comunidade da obreira. Dia de não sei o que lá, tem dia pra tudo, pra *agradar* os evangélicos, por exemplo. Denominação de rua também, porque o cara colocando o nome em uma rua, os moradores todos vão *lembrar*. Tudo é moeda de troca, pra conseguir voto.

Durante a conversa, o vereador passou a considerar a possibilidade de dar medalhas, mas dizendo que concederia poucas, pois assim os homenageados pensariam: “eu estou recebendo uma medalha, mas é da mão do Airton⁶⁹! Não foi uma medalha que foi dada em troca de voto”. Uma homenagem que ele passou a considerar no momento da entrevista foi realmente entregue, um tempo depois, para uma liderança nacional que acabara de migrar para o seu partido. Até o início do segundo período de 2011, esse vereador já havia concedido mais de 10 títulos (Títulos de Cidadão e Medalhas Pedro Ernesto) que, somados às moções, totalizam mais de 300 homenagens em dois anos e meio de mandato. Essa informação é útil para se ter uma ideia do quão frequente é esse expediente, mesmo entre os que dizem discordar dele. Note-se que Airton não é o maior homenageador da *Casa*⁷⁰!

Em Brasília, todos os 24 deputados da atual legislatura (2011-2014) já se utilizaram, em algum momento, da proposição de homenagens. Para entender o quão frequente esse expediente é acionado pelos parlamentares, pode-se ver na Tabela 2.3⁷¹ um resumo das propostas de homenagem apresentadas pelos deputados até o dia 08/07/2011.⁷²

Para um panorama sobre a frequência e o tipo de homenagens propostas, o caso da CLDF é interessante, pois no momento da redação desta tese o mandato estava na metade (final de 2012), o que facilitou o trabalho com os números. Também é possível perceber algumas especificidades do contexto brasileiro. Em primeiro lugar, percebe-se claramente o baixo número de batismos de logradouros. Isto se deve ao fato de as vias da cidade de Brasília e seus distritos não serem nomeadas, mas corresponderem a localizadores alfanuméricos⁷³. Os dados do Rio de Janeiro, e principalmente os de São Paulo, por especificidades locais apresentam números bem maiores com relação às denominações de logradouros. Como a CLDF possui apenas o Título de Cidadão Honorário ou Benemérito e o Diploma de Honra ao Mérito para conceder, observa-se um grande número de sessões solenes que “compensam” essa falta de honrarias. Não faltam datas comemorativas e sessões solenes

⁶⁹ Nome fictício.

⁷⁰ Para uma verificação sobre o número dessas homenagens, vide Anexo A (As proposições dos vereadores cariocas do início do mandato em 2009 até o dia 12/01/2012).

⁷¹ Na página 100.

⁷² Dados extraídos de <http://www.excelencias.org.br/>. Acesso em 20/08/2011.

⁷³ No capítulo 4, elaboro uma reflexão específica sobre os nomes de ruas.

para homenagear e comemorar. Até o início do mês de julho de 2011, ou seja, após sete meses do início da legislatura, já haviam sido propostos 224 requerimentos para a realização de sessões solenes naquele ano. Estas sessões podem tanto ser realizadas na plenária da CLDF quanto em outros lugares, como sedes de associações, igrejas, escolas, etc. A concessão de TCHB⁷⁴ implica necessariamente na realização de uma sessão solene, com a utilização da plenária e transmissão pela TV Câmara. Em geral, tais sessões necessitam de várias assinaturas de colegas deputados para que possam ser requeridas, o que pelo elevado número de requerimentos propostos não parece ser difícil.

É ilustrativo comparar as homenagens propostas por duas vereadoras que, segundo a classificação nativa, estariam em lados distintos da divisão entre *situação* e *oposição*, *esquerda* e *direita* (vide Tabela 2.4 no final do capítulo). Rejane Pitanga (PT) é uma professora que construiu sua carreira política ligada ao movimento sindical. Liliane Roriz (PRTB) é administradora de empresa e jornalista. Ambas são deputadas de primeiro mandato e fazem parte dos dois maiores grupos políticos do Distrito Federal. Pitanga atualmente é *situação*, mas seu grupo político na legislatura passada era *oposição* ao governador e pai de Liliane, Joaquim Roriz. A primeira é mais facilmente identificada como uma pessoa *de esquerda*, enquanto a segunda é componente de um grupo político chamado de “rorizista”⁷⁵, em referência ao pai de Liliane, que pode ser classificado como de *centro* ou *direita*. Pela tabela é possível constatar que as duas propuseram uma quantidade considerável de homenagens, beneficiadas pelo *acordo* tácito que sustenta esse expediente, inclusive compartilhando algumas moções: tratando de assuntos internos ao Distrito Federal, como a prorrogação do prazo do concurso para soldado da polícia militar e apoio aos aprovados no concurso público da secretaria de estado de justiça, ou como uma forma de manifestação sobre acontecimentos de repercussão nacional, como a greve dos bombeiros cariocas.

Mesmo verificando que ambas propõem homenagens, nota-se que os destinatários e temas das mesmas são diversos. A primeira sugere cerimônias que prestigiam causas antidiscriminação (sessão solene em homenagem ao dia do orgulho LGBT; em homenagem ao dia nacional do cego; ao dia da língua brasileira de sinais - LIBRAS; para celebrar o dia nacional de visibilidade lésbica; lançamento da marcha das margaridas; para celebrar o dia mundial e nacional de combate à homofobia; em comemoração ao dia internacional da mulher; e ao dia da consciência negra); questões sindicais (em homenagem ao dia mundial das vítimas de acidente de trabalho; em comemoração ao aniversário da CUT-

⁷⁴ Sigla: Título de Cidadão Honorário de Brasília.

⁷⁵ Liliane tem uma irmã que também é deputada federal pelo Distrito Federal, Jacqueline Roriz.

DF; em celebração do aniversário do sindicato dos professores do DF; em comemoração ao Dia do Trabalhador); e o movimento estudantil (em comemoração ao dia do estudante) - bandeiras políticas caras a uma visão *de esquerda*. Diferentemente, a segunda prioriza homenagens a regiões do Distrito Federal, ressaltando identidades ligadas a um local (aniversário da região administrativa do Lago Sul; em comemoração ao dia do pioneiro de Brasília; aniversário da região administrativa do Gama; aniversário da região administrativa do Paranoá; e aniversário da região administrativa de São Sebastião) e ao trabalho voluntário que a *esquerda* supostamente despreza, já que o voluntarismo seria uma forma de eximir o estado de suas responsabilidades (em comemoração ao dia global do voluntário jovem; e para comemoração do dia internacional do voluntário).

Os títulos de cidadania brasiliense concedidos por Pitanga foram para um professor universitário, fundador de ONG de prevenção e combate ao preconceito contra os portadores do vírus HIV (PDL 41/2011), uma professora “defensora da cultura popular” (PDL 42/2011) e um dirigente sindical (PDL 43/2011). Os três agraciados têm relação com o partido da deputada: o primeiro é cofundador do Fórum AIDS do Distrito Federal, juntamente com os petistas Wasny de Roure (deputado distrital) e Agnelo Queiroz (governador do DF); a segunda homenageada, além de diretora do sindicato dos professores, ocupa um cargo de confiança da administração petista (secretária de cultura da 1ª Prefeitura do Setor M Norte); e o terceiro já foi chefe do gabinete do deputado petista Luiz Gushiken, dirigente da CUT e membro do Conselho Curador FGTS, do Comitê Gestor do Fundo de Investimentos do FGTS e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social na administração federal comandada pelo partido de Pitanga. Liliane Roriz, por sua vez, concedeu a cidadania brasiliense a um padre (vigário episcopal e pároco de uma paróquia da região brasiliense de Paranoá), diretor e fundador da Radio Maria do DF (PDL 24/2011); a um ministro do Superior Tribunal Federal, que ficou conhecido por suas posições polêmicas, principalmente em confronto com o governo federal petista (PDL 27/2011); e a um radialista (fundador de uma emissora de rádio local), publicitário e marqueteiro político do DF (PDL 34/2011).

Como se pode observar, tanto parlamentares *de esquerda* e *direita*, de *situação* e *oposição*, “ideológicos” e “assistencialistas”, costumam propor muitas homenagens. O que geralmente difere nesses casos são os grupos e os temas priorizados nas proposições. Tudo se passa como se essas homenagens fizessem parte de uma espécie de criação⁷⁶ do vereador em conjunto com o grupo que ele *representa*. Por meio dessas homenagens, grupos, temas e

⁷⁶ No capítulo 3, discuto com mais detalhes o que entendo por criação do vereador.

problemas que o vereador supõe *representar* são enredados⁷⁷, atuando na criação do perfil do vereador em conjunto com os grupos e pessoas homenageados. Todos se utilizam das homenagens, mas enredam nesse processo segmentos diferentes. Assim, Rejane Pitanga traz para a câmara o movimento estudantil, o movimento GLBT, os sindicatos; já Liliane Roriz convoca os movimentos de bairro, pessoas ligadas ao voluntarismo, funcionários da Justiça, e segmentos religiosos para se congratularem nessas cerimônias públicas e oficiais. Esses segmentos geralmente já fazem parte do cotidiano do parlamentar. São grupos aos quais ele costuma se reportar durante o mandato, pois atuam como seus interlocutores e apoiadores: muitos dos homenageados por Pitanga tinham relação com seu partido; os homenageados por Roriz certamente têm relações com a parlamentar e, ainda que não sejam correligionários, são pessoas que se *conhecem* e se *reconhecem*.

O fato de todos os parlamentares se utilizarem, de uma maneira ou de outra, das proposições de homenagens é melhor elucidado quando se debruça sobre o *acordo*. Contando-me sobre um projeto não aprovado, uma vereadora paulistana me explica:

(pesquisador referindo-se a um projeto proposto pela vereadora) A que se atribui essa não aprovação? Por que não foi aprovado?

(vereadora) Por *n* motivos. Nenhum projeto é aprovado na Casa sem *acordo* prévio. Na verdade, nenhum projeto entra em pauta pra ser votado se não tiver um *acordo* prévio entre os vereadores. Então, em todos esses anos, nunca...

(pesquisador) Acordo prévio pra se votar ou pra se aprovar?

(vereadora) As duas coisas. Só vai a voto, se antes já tiver sido feito um *acordo* pela aprovação. Esse é que é o ponto. Então, tudo é combinado antes. (...) Então era um projeto de resolução, que altera o Regimento Interno da câmara. Eu não me lembro se desde que eu me elegi se houve *acordo* pra alteração de projetos de resolução de autoria de vereadores, na base de cada um aprova um, que é como normalmente se faz com projeto de lei. Se houve, eu certamente escolhi algum outro no lugar, porque eu considerei que era mais importante e relevante. Então, ou escolhi algum outro PR meu, ou não teve *acordo* nenhum, e por isso ele não entrou em pauta para ser aprovado. E não entrou em pauta também porque eu não tenho um *trânsito* “super-bom” com as lideranças da *Casa*. Outros vereadores conseguiram assim emplacar matérias fora de *acordo*, mas por que fazem parte do grupo que tem mais facilidade de *trânsito*. E eu não tenho, porque também não facilito o *trânsito* de ninguém. Então, é assim que funciona. Mas é que a gente tem que escolher alguma coisa...

Essa fala é bastante ilustrativa da dinâmica do *acordo*. Busca-se *acordar* se dado projeto vai a votação, e quando vai geralmente é aprovado. Observando as sessões plenárias, percebe-se isso claramente. No geral, não há grandes discussões sobre as matérias,

⁷⁷ Cf. Latour (1994 [1991]) para a noção de tradução e rede.

e a aprovação costuma ser rápida. Quando há um grupo significativo que deseja *emperrar* uma votação, o expediente mais usado é a falta de quórum, ou seja, os vereadores não aparecem, impossibilitando a votação. Percebe-se assistindo à votação o quão importante é a contagem dos vereadores presentes. Conta-se várias vezes até que se tenha estabelecido o número suficiente para votação. Dentro dessa regra do *acordo*, estabelece-se que se *deixe passar* as matérias referentes a homenagens. O *acordo* é uma condição.

O *acordo* entre os parlamentares é algo que ocupa uma posição de destaque. Ele pode assumir várias posições numa cadeia estratificada de significados. Há um *acordo* em torno das homenagens. Nas votações destas matérias raríssimas vezes ocorrem discussões. Mas ele não possui somente o sentido de votações que não necessitam de discussão para aprovação, como se costuma chamar as “votações simbólicas”. Pode-se falar em *acordo* quando em período de eleição um político de maior notoriedade empresta seu “prestígio”, e um pouco de sua estrutura de campanha, a um candidato ainda desconhecido. Pode-se chamar pela mesma categoria os *pactos*, as *costuras de alianças* que se fazem em torno da votação de algum projeto mais polêmico. Também há os realizados pelas lideranças para o encaminhamento de proposições. Quando há *acordo*, vota-se, e frequentemente a favor. Embora nem todos possam estar de acordo, há a garantia de que se há número suficiente de vereadores *acordados* para aprovação da matéria, ela deverá ser encaminhada.

Há um sentimento de mútua dependência entre os vereadores. Ter *bom trânsito*, *facilitar o trânsito*, “não ser radical”, “saber fazer *acordos*”, são habilidades valorizadas internamente. Sabe-se que para ter assinaturas de *apoio*, ou um mínimo de votos para aprovação, os vereadores devem ser hábeis em fazer *acordos*. Ele parece ser um dos códigos que balizam as relações entre os parlamentares. Além dos partidos políticos, da formação de blocos em torno de lideranças, da posição relativa ao executivo (*situação e oposição*) ou do posicionamento ideológico (*esquerda e direita*), o *acordo*, dependendo do contexto, serve para exprimir as tomadas de decisões.

A perspectiva que venho desenvolvendo aqui ressalta a pragmática dos parlamentares, visando elaborar uma grade de inteligibilidade que permita compreender um pouco mais o funcionamento de mecanismos acionados pelos políticos, visando principalmente a política em seu processo, o que inclui componentes mais microsociológicos do que macros⁷⁸, que são mais característicos das abordagens da ciência política, por

⁷⁸Para uma abordagem semelhante e inspiradora, ver Goldman (2006: 124), na qual a etnografia poderia subsidiar a compreensão da política e da democracia em seu microfuncionamento (as negociações, os acordos e as barganhas), em contraste a uma abordagem macroscópica, típica dos jornais e da ciência política, interessada

exemplo. Após a redemocratização do país e, principalmente após 1994, a ciência política⁷⁹ vem desenvolvendo estudos com enfoque no legislativo brasileiro, sobretudo em sua estrutura e modo de funcionamento. Primeiramente, as análises sobre o legislativo levaram em conta sobretudo a arena eleitoral. Dessa perspectiva, o comportamento dos congressistas seria pautado pela expectativa de reeleição. Segundo esses analistas, no caso brasileiro as regras eleitorais privilegiam o voto pessoal, fazem com que os parlamentares tornem-se devedores de seu(s) distrito(s) de eleitores, dívida que acarreta em uma propensão legislativa para proposições “paroquialistas” (com efeito circunscrito ao reduto eleitoral do legislador), em detrimento da legislação sobre questões mais “fundamentais” relativas à sociedade brasileira como um todo (cf. Ames, 2001; Mainwaring, 1999). De outro lado, há uma perspectiva analítica da ciência política mais “endógena”, que privilegia a arena de relações entre o executivo e o legislativo (o chamado “processo decisório”), além do papel dos partidos políticos, o desempenho das lideranças e o peso relativo das regras decisórias internas do Congresso (cf. Amorim Neto, 2000; Figueiredo e Limongi, 1995; F. Santos, 1997, 1999). As análises deste grupo apontam que a organização interna do poder legislativo e sua relação com o executivo, que o pauta (via medida provisória, por exemplo) têm impacto nas ações e performances do legislativo, deixando pouca margem para os parlamentares legislarem.

Este célere panorama da discussão da ciência política brasileira sobre o legislativo está colocado para pontuar que o grande número de homenagens poderia ser interpretado em termos mais *macros* pela ciência política. Pela abordagem que privilegia a arena eleitoral, as homenagens seriam vistas como instrumentos para cooptar bases eleitorais do distrito do vereador; já a abordagem mais endógena poderia explicar o grande número de homenagens (em detrimento da proposição de projetos “mais relevantes”) pela “fraqueza” do legislativo diante do executivo, pois este, ao aprisionar a capacidade legislativa do primeiro, deixaria aos parlamentares poucas prerrogativas - dentre as quais a proposição de homenagens. Embora essas leituras sejam possíveis, elas deixam escapar a perspectiva dos atores sobre a política das homenagens.⁸⁰ É nesse sentido que uma discussão que leva em

nos grandes ideais democráticos como a liberdade, a igualdade e a representação política. Para a definição da antropologia como uma microsociologia, ver Geertz (2008 [1973]).

⁷⁹ Um panorama semelhante pode ser encontrado em M. L. Santos (2008).

⁸⁰ Um esclarecimento aqui é necessário. Considero as teorias e análises produzidas pela ciência política como um ponto de vista legítimo sobre o estado, que inclusive colabora para definir o que é e o que não é o estado, a coisa pública, etc. A crítica desenvolvida em minha análise não se refere a ciência política como um todo ou enquanto ciência, considerando que inclusive adotarei, mais a frente, um pouco do que W. G. Santos (2006) tem a dizer sobre o clientelismo político. O ponto da minha crítica recai sobre as análises mais normativas e que pensam o estado em termos de modernização, o atrasado *versus* o evoluído, inclusive quando ocorre dentro da própria antropologia. Contudo, não posso deixar de frisar que a tentativa desta tese consiste na produção de um

conta a teoria política que os políticos produzem sobre o tema deve ser resgatada nesta etnografia. E é por isso que o *acordo* é uma categoria a se refletir.

Como venho dizendo, são raras as ocasiões em que o *acordo* sobre as honrarias é quebrado, e mais raro ainda é que o motivo desta quebra seja a negação do mérito de uma homenagem. Um dos casos que me foi relatado é, de certa forma, surpreendente e merece uma reflexão. A CLDF negou um Título a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé (PDL 92/1996). Pelé é cidadão de muitas cidades em todo o mundo. É cidadão paulistano desde 1981 e tornou-se cidadão carioca em 2010. Em 1997, o deputado distrital Renato Rainha (PL) propôs a concessão do Título de Cidadão Honorário de Brasília a ele. Na época, Pelé também ocupava o cargo de Ministro Extraordinário do Esporte. Só é possível entender a negativa desta homenagem se olharmos para seu contexto. O projeto havia sido aprovado em primeira discussão, mas foi rejeitado em segunda, pois havia uma polêmica ventilada pelos meios de comunicação sobre a negação de paternidade por Pelé a uma de suas filhas. Este é o dado motivador da negação e da intensa discussão levantada na CLDF à época. Os parlamentares que pediram para falar na sessão, com exceção do deputado que propôs a concessão e do deputado Manoelzinho (PMDB), solicitaram a negação da homenagem. O deputado César Lacerda (PTB) ilustra bem o porquê dessa rejeição e esclarece quem deveria reforçá-la:

(...) Este é o mau exemplo dado pelo Sr. Edson Arantes do Nascimento, conhecido mundialmente como Pelé, grande desportista, atleta do milênio, não discuto, mas conceder um título honorário, para este que nega sua própria filha, isto nunca! Para reconhecer oficialmente sua filha, Sandra Regina do Nascimento, fruto de um relacionamento que o mesmo teve com uma empregada doméstica, foi preciso uma grande batalha judicial. (...) Além do mais, na semana passada, a revista “Isto É” publicou uma reportagem sobre este caso dando notícias que Pelé recorreu na Justiça 18 vezes, tentando se furtar da condição de pai, sem falar que à época da gravidez propôs para a mãe de Sandra abortar a filha. Quero conclamar os líderes evangélicos, aqui presentes, os líderes católicos, os espíritas, que condenam o aborto, para que não votem a favor daquele que quis levar aquela pessoa humilde ao aborto⁸¹.

Ou seja, por causa da repercussão midiática da negação de paternidade e por meio de um discurso religioso muito comum nas falas dos parlamentares (o deputado proponente Renato Rainha, ao defender seu projeto, solicita que os deputados perdoem Pelé por seu erro), os deputados se posicionaram e negaram o título a Pelé, fato incomum que também repercutiu na imprensa à época. O deputado Wasny de Rouré (PT), na sessão

olhar antropológico sobre o estado, o que exige a construção de um ponto de vista diverso, com os pressupostos metodológicos e existenciais da antropologia.

⁸¹ Suplemento do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 05/03/1997: 57.

ordinária que rejeitou o projeto, ao posicionar-se contrário à concessão chamou a atenção para a raridade da discussão sobre projetos que tratem de homenagens:

(...) é interessante como a Câmara resgata, do fundo do baú, uma discussão que, a princípio, parece *pouco relevante* e, de repente, projetos de *grande relevância* são votados sem maiores pronunciamentos, e projetos como concessão de Títulos de Cidadão Honorário resgatam, no interior de cada um dos parlamentares, uma posição que considero extremamente interessante⁸².
(grifos meus)

Este exemplo de quebra de *acordo* é ilustrativo da raridade deste tipo de negação. Os próprios parlamentares se surpreendem quando ocorre uma discussão ou uma negativa na concessão. Estas são exceções que confirmam a regra do *acordo*. O *acordo* opera num código que justifica tomadas de posição e orienta a ação dos vereadores. Ele pode significar a costura de uma aliança momentânea em torno de uma proposição, como também pode significar o compromisso tácito segundo o qual determinadas matérias não devem ser discutidas, e sim aprovadas por unanimidade. Na descrição da sessão ordinária, observou-se isso claramente: não havia discussões sobre as matérias. Independentemente dos conflitos entre os parlamentares, observa-se uma etiqueta regulando suas interações. É uma etiqueta da cortesia com seus cumprimentos e formas de tratamento (“nobre colega”, “Vossa Excelência”, etc.), que celebram a evitação de conflito e a dependência mútua. Portanto, dentre os diversos códigos que orientam a ação dos vereadores, o *acordo*, principalmente o tácito que conforma unanimidades, expressa de forma esclarecedora a interdependência interna e um certo “espírito de corpo” existente entre os parlamentares. A quebra desses *acordos* expressa momentos de confronto, principalmente por disputas que não envolvem diretamente a matéria do *acordo* tácito das votações simbólicas, podendo demonstrar conflitos que saíram dos bastidores e irromperam na plenária.

Um olhar sobre a política do ponto de vista dos processos simbólicos demonstra uma grande coesão das *Casas* quando o assunto é homenagem. Embora possa haver grande dispersão em outras matérias, de acordo com diversos tipos de clivagens (*esquerda* ou *direita*, *situação* ou *oposição*), a dinâmica do *acordo* faz com que o estado apareça com coerência interna, posto que unanimemente. Geertz (1991 [1980]) também observa um paradoxo semelhante na política do negara: ao nível das representações, a imagem era de alta centralização, mas do ponto de vista institucional da distribuição do poder havia uma enorme dispersão; mais concretamente, “quanto mais alguém se aproximasse de

⁸² Ibid: 55.

uma representação imagética do poder, tanto maior era a tendência para se distanciar da maquinaria que o controlava” (ibid: 166). De um lado, havia a força centrípeta do ritual exemplar do estado e o efeito unificador de seu cerimonial; do outro, uma força centrífuga devida ao efeito dispersivo e fragmentário da formação política como sistema de poder. Nas *Casas* legislativas, observamos várias clivagens que as dividem em termos institucionais e políticos, como *esquerda e direita, situação e oposição, lideranças* do governo e dos partidos e suas *bases*, além da diversidade das *bases* políticas que os parlamentares *representam*. Estes são mecanismos e códigos que mostram o estado como segmentário e dispersivo. Todavia, no plano da aprovação dos processos simbólicos do estado, este aparece como unitário e coerente. As cerimônias e demais homenagens são sempre aprovadas por unanimidade, já que o *acordo* ratifica uma força centrípeta que pode haver nessas *Casas*, em oposição às demais forças pautadas nas diferenças entre os diversos atores. Uma leitura do ponto de vista do *acordo* sobre os processos simbólicos nos leva a ver a política mais como um mecanismo de concórdia do que de discórdia, mais de colaboração que de disputa, mais de unificação que dispersão.

Tabela 2.3: Proposições de homenagens apresentadas pelos deputados distritais (jan/2011 - julho/2011).

Deputado	Moção	TCHB	S. Solene	Data	Logradouro⁸³
Agaciel Maia (PTC)	10	1	6	1	
Aylton Gomes (PR)	9		16		1
Benedito Domingos (PP)	9		5	1	
Benício Tavares (PMDB)	6		5		
Celina Leão (PMN)	10		20	3	
Chico Leite (PT)	4		2		
Chico Vigilante (PT)	9	1	3		
Claudio Abrantes (PPS)	13	1	8		
Cristiano Araujo (PTB)	12	1	5		
Dr. Michel (PSL)	15	1	12	1	
Eliana Pedrosa (DEM)	4	1	6	2	
Evandro Garla (PRB)	7		2	2	
Joe Valle (PSB)	9		15	1	
Liliane Roriz (PRTB)	8	3	16		
Luzia de Paula (PPS)	8	4		1	
Olair Francisco (PT do B)	4		4		
Patrício (PT)	5		1	1	
Prof. Israel Batista (PDT)	12	4	8	1	
Raad Massouh (DEM)	12	7	18		
Rejane Pitanga (PT)	7	3	20		
Roney Nemer (PMDB)	9		18		
Washington Mesquita (PSDB)	11	3	11		
Wasny de Roure (PT)	22	9	6	1	
Wellington Luís (PSC)	11	2	17	1	

⁸³ Moção: inclui-se todos os tipos de moções (de pesar, de louvor e de congratulação e, em menor número, de protesto). TCHB: Título de Cidadão Honorário ou Benemérito. S. Solene: Sessão Solene. Data: Data Comemorativa. Logradouro: Batismo de Logradouro.

Tabela 2.4: Comparação entre Liliane Roriz (PRTB) e Rejane Pitanga (PT).

Moções	<u>Rejane Pitanga (PT)</u>	<u>Liliane Roriz (PRTB)</u>
	<u>moção 103/2011:</u> reivindica ao excelentíssimo senhor governador do distrito federal a imediata prorrogação do prazo do concurso para soldado da polícia militar do Distrito Federal 2009.	<u>moção 103/2011:</u> reivindica ao excelentíssimo senhor governador do distrito federal a imediata prorrogação do prazo do concurso para soldado da polícia militar do Distrito Federal 2009.
	<u>moção 18/2011:</u> manifestar apoio aos aprovados no concurso público da secretaria de estado de justiça do Distrito Federal-sejus e solicitam providências no intuito de verificar as possibilidades de novas contratações de servidores, aprovados no último certame pública.	<u>moção 18/2011:</u> manifestar apoio aos aprovados no concurso público da secretaria de estado de justiça do Distrito Federal-sejus e solicitam providências no intuito de verificar as possibilidades de novas contratações de servidores, aprovados no último certame pública.
	<u>moção 49/2011:</u> hipoteca solidariedade aos familiares das crianças e adolescentes vitimas do atentado armado na escola pública do Rio de Janeiro.	<u>moção 50/2011:</u> manifesta votos de repúdio, à demolição da Capela de Santa Bakhita, localizada no condomínio Sol Nascente, em Ceilândia Sul – RA IX.
	<u>moção 9/2011:</u> sugere ao presidente da câmara legislativa do distrito federal hipotecar solidariedade aos professores aprovados em concurso de provas e títulos da secretaria de estado de educação.	<u>moção 69/2011:</u> apresenta votos de louvor aos defensores públicos do Distrito Federal e a todos os servidores integrantes do centro de assistência judiciária do Distrito Federal - ceajur, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos em prol da população do Distrito Federal.
	<u>moção 92/2011:</u> manifesta votos de repúdio contra o pronunciamento e a ordem de invasão ao quartel geral do corpo de bombeiros, do excelentíssimo senhor governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.	<u>moção 70/2011:</u> apresenta votos de louvor aos defensores públicos do Distrito Federal e aos servidores integrantes do centro de assistência judiciária do Distrito Federal - ceajur, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos em prol da população do Distrito Federal.
	<u>moção 93/2011:</u> manifesta votos de apoio aos bombeiros militares do Rio de Janeiro pela manifestação em prol do fim da política discriminatória de remuneração e melhores condições de trabalho.	<u>moção 84/2011:</u> homenagem post-mortem ao jornalista Mário Eugênio Rafael de Oliveira, falecimento em 1984, como reconhecimento pelo relevante papel que cumpriu na luta contra o cerceamento da

liberdade de imprensa no distrito federal.

moção 85/2011: manifesta de votos de louvor e parabeniza o jornalista Renata Riella pelo reconhecimento ao importante papel que cumpriu em defesa da liberdade de imprensa no distrito federal.

moção 92/2011: manifesta votos de repúdio contra o pronunciamento e a ordem de invasão ao quartel geral do corpo de bombeiros, do excelentíssimo senhor governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

moção 93/2011: manifesta votos de apoio aos bombeiros militares do Rio de Janeiro pela manifestação em prol do fim da política discriminatória de remuneração e melhores condições de trabalho.

TCHB projeto de decreto legislativo 41/2011: concede o título de cidadão honorário de Brasília ao senhor Christiano Ramos.

projeto de decreto legislativo 42/2011: concede o título de cidadão honorário de Brasília à professora Maria Holanda Lopes Carvalho.

projeto de decreto legislativo 43/2011: concede o título de cidadão honorário de Brasília ao senhor Jacy Afonso de Melo.

projeto de decreto legislativo 24/2011: concede título de cidadão honorário de Brasília ao padre Alessandro.

projeto de decreto legislativo 27/2011: concede título de cidadão honorário de Brasília ao doutor Gilmar Ferreira Mendes, ministro do superior tribunal federal.

projeto de decreto legislativo 34/2011: concede título de cidadão honorário de Brasília ao senhor Paulo Cabral Júnior.

S. Solenes requerimento 118/2011: requer a realização de sessão solene no dia 28 de junho, às 19:00 horas, no plenário desta Casa, em homenagem ao dia do orgulho LGBT.

requerimento 119/2011: requer a realização de sessão solene no dia 13 de dezembro, às 19:00 horas, no

requerimento 100/2011: requer a realização de sessão solene em comemoração ao aniversário da região administrativa do lago sul, a realizar-se no dia 15 de agosto de 2011.

requerimento 101/2011: requer a realização de sessão solene no dia

plenário desta Casa, em homenagem ao dia nacional do cego.

requerimento 120/2011: requer a realização de sessão solene no dia 28 de abril, às 10h horas, no plenário desta Casa, em homenagem ao dia mundial das vítimas de acidente de trabalho.

requerimento 121/2011: requer a realização de sessão solene no dia 25 de abril, às 10 horas, no plenário desta Casa, em homenagem ao dia da língua brasileira de sinais-libras.

requerimento 122/2011: requer a realização de sessão solene no dia 21 de outubro, às 10 h horas, no plenário desta Casa, em homenagem a semana de saúde bucal.

requerimento 152/2011: requer a realização de sessão solene no dia 18 de maio ,às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia mundial de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

requerimento 153/2011: requer a realização de sessão solene no dia 11 de agosto, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia do estudante.

requerimento 240/2011: requer a realização de sessão solene no dia 01 de setembro, às 19 horas, no plenário desta Casa, para celebrar o dia nacional de visibilidade lésbica.

requerimento 290/2011: requer a realização de sessão solene no dia, 11 de agosto, às 10 horas, no auditório da Casa para lançamento da marcha das margaridas.

requerimento 293/2011: requer a realização de sessão solene no dia 4 de maio de 2011, na sede da bsgj, às 19h para comemoração do dia da Brasil Soka Gakkai Iinternacional no Distrito Federal.

requerimento 356/2011: requer a

realização de sessão solene no dia 12 de setembro de 2011, para comemorarmos o dia do pioneiro de Brasília.

requerimento 102/2011: requer a realização de sessão solene no dia 05 de dezembro de 2011, para comemorarmos o dia internacional do voluntário.

requerimento 103/2011: requer a realização de sessão solene em comemoração ao aniversário da região administrativa do gama a realizar-se no dia 13 de outubro de 2011.

requerimento 104/2011: requer a realização de sessão solene no dia 25 de novembro de 2011, para comemorar o dia nacional de combate ao câncer.

requerimento 105/2011: requer a realização de sessão solene em comemoração ao aniversário da região administrativa do paranoá, realizar-se no dia 24 de outubro de 2011.

requerimento 308/2011: requer a realização de sessão solene no dia 12 de abril de 2011 em comemoração ao dia da contabilidade.

requerimento 91/2011: requer a realização de sessão solene no dia 18 de novembro de 2009, em comemoração ao dia do conselheiro tutelar.

requerimento 92/2011: requer a realização de sessão solene no dia 18 de março de 2011, para comemorar o dia mundial dos direitos do consumidor.

requerimento 93/2011: requer a realização de sessão solene no dia 07 de abril de 2011, para comemorar o dia mundial da saúde.

requerimento 94/2011: requer a realização de sessão solene no dia

realização de sessão solene no dia 12 de maio, às 19 horas, no plenário da Casa, para celebrar o dia mundial e nacional de combate à homofobia.

requerimento 41/2011: requer a realização de sessão solene no dia 14 de março de 2011, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia da internacional da mulher.

requerimento 485/2011: requer a realização de sessão solene em 22 de agosto de 2011 para homenagem especial aos vigilantes do Distrito Federal.

requerimento 84/2011: requer a realização de sessão solene no dia 30 de agosto, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao 28º aniversário de fundação da Central Única dos Trabalhadores-CUT/DF.

requerimento 85/2011: requer a realização de sessão solene no dia 21 de março, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao aniversário de fundação do sindicato dos professores do Distrito Federal-SINPRO.

requerimento 86/2011: requer a realização de sessão solene no dia 04 de maio de 2011, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia do trabalhador.

requerimento 87/2011: requer a realização de sessão solene no dia 01 de setembro de 2011, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia do profissional de educação física.

requerimento 88/2011: requer a realização de sessão solene no dia 10 de outubro, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração a semana do professor/trabalhadores em educação.

requerimento 89/2011: requer a realização de sessão solene no dia

26 de abril de 2011, para comemorarmos o dia global do voluntário jovem.

requerimento 95/2011: requer a realização de sessão solene no dia 16 de maio de 2011, para comemorar o dia do assistente social.

requerimento 96/2011: requer a realização de sessão solene no dia 19 de maio de 2011, para comemorar o dia do defensor público.

requerimento 97/2011: requer a realização de sessão solene em comemoração ao aniversário da região administrativa de São Sebastião a realizar-se no dia 22 de junho de 2011.

requerimento 98/2011: requer a realização de sessão solene no dia 06 de junho de 2011, para homenagear o dia da liberdade de imprensa.

requerimento 99/2011: requer a realização de sessão solene no dia 25 de agosto de 2011, para comemorar o dia do feirante.

11 de fevereiro de 2011, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores - PT.

requerimento 90/2011: requer a realização de sessão solene no dia 21 de novembro, às 10:00h, no plenário desta Casa, em comemoração ao dia da consciência negra.

Capítulo 3 - A MICROPOLÍTICA DAS HOMENAGENS

Como vimos, há uma categoria nativa de grande importância no relacionamento entre os parlamentares. O *acordo* tem seu lugar de destaque nas práticas destes agentes, pois compõe grande parte das posições tomadas por eles em muitos dos contextos nos quais estão envolvidos. Se as homenagens são promovidas em abundância devido ao *acordo* entre os parlamentares, cabe saber qual seria a sua justificativa para a grande utilização desses expedientes. Elas, do ponto de vista dos vereadores entrevistados, inserem-se num amplo código que opera nas relações entre eles e outros públicos com os quais se relacionam: eleitores, lideranças locais, imprensa, funcionários públicos de carreira, membros do judiciário, políticos ocupantes (ou não) de cargos administrativos, etc. Esse código de relacionamento é pautado por reciprocidades, ou melhor, pela expectativa de reciprocidade. Isso não quer dizer que as homenagens sejam exatamente dádivas que os parlamentares doam esperando receber alguma coisa em troca. Segundo o senso comum dos vereadores entrevistados e das pessoas que acompanham essa temática, há uma noção de que a homenagem implica necessariamente em uma relação entre homenageador e homenageado, mesmo que essa implicação seja involuntária e não seja realizada com esse intuito. Desta perspectiva, a homenagem necessariamente cria ou confirma algum tipo de relação entre homenageador (parlamentar proponente) e homenageado.

Permita-me fazer uma leitura particular de um conceito. Palmeira (2001) elaborou o *tempo da política* como forma de marcar um período em oposição ao cotidiano. Esse conceito tem se revelado quando se trata de pesquisas sobre eleições no Brasil¹. O *tempo da política* é marcado por um caráter de excepcionalidade, sendo pensado como um tempo de divisão, que envolve toda a população de um lugar, e não somente os políticos (uma tradução imperfeita desse conceito nos remeteria ao período eleitoral). A principal característica do *tempo da política* é marcar um período no qual determinadas regras e modos de comportamento são prescritos ou liberados, e os conflitos entre as facções políticas que dividem as municipalidades ficam autorizados. Diversamente deste período, o cotidiano seria marcado pelo apaziguamento dessa divisão: “o interregno significa extensão de redes pessoais, ‘acumulação’ de homens” (Palmeira, 2001: 176). Se o *tempo da política*, ou tempo de divisão, para toda uma população se restringe, mais ou menos, ao período eleitoral, deve-se notar que o cotidiano - o tempo não marcado, o inverso do *tempo da política* - é um tempo de

¹ Cf. Palmeira; Heredia, 1995.

extensão de relações. Não se trata de dizer que o cotidiano não seria um tempo *de* política, esta se realiza o tempo inteiro. Mas o que estamos vendo aqui não é uma política de divisão. Como venho mostrando, os processos simbólicos do estado aqui tratados se aproximam mais de uma constante reelaboração de fluxos centrífugos e centrípetos, isto é,

“não há uma forma prescrita que diga ‘este é o momento da separação, aquele da agregação’. Assim como o estado não é uma entidade monolítica, nem um agregado de indivíduos dispersos por suas escolhas racionais, podemos enxergá-lo como um fluxo constante de conexões e desconexões (conexões parciais, se quisermos usar um modelo stratherniano). Para conectar elementos numa relação, é preciso desconectar outra(s) – seja dividindo, seja ignorando o que não se conecta, seja rejeitando o que não se quer conectar. A desconexão então não implica necessariamente numa ausência de relação – ela antes pode ser tomada como desrelação propositada, ou negativa, ou conflituosa, ou guerra” (Leirner, 2012: 8).

Embora nem todo tempo seja *da* política, para os vereadores, por exemplo, é sempre tempo *de* política: prova disso está na agenda de qualquer político com mandato, cujos compromissos vão desde as infundáveis reuniões e sessões até as visitas, as festas, os casamentos, os batizados e, claro, as homenagens. Isso quer dizer que, além de um momento de grande relevância, o tempo *da* política (as eleições), para um grande número de pessoas mais diretamente envolvidas com ela, como cabos eleitorais, assessores e os próprios políticos com mandatos, há um tempo *de* política cotidiana. Embora este tempo não seja marcado por nenhuma excepcionalidade, ele assinala uma diferença com relação ao sentido de divisão característico do período marcado (o *tempo da política* no sentido usado por Palmeira). Nessa política cujo tempo não está marcado, é importante utilizar os instrumentos, dentre os quais as homenagens, que procuram inserir a política na vida do eleitorado, procurando exercitar uma continuidade na relação entre os políticos e seu público - exercício este que se dá por meio de um regime de expectativa de reciprocidade.

Como bem se sabe, Mauss (1974a [1950]), em seu clássico “Ensaio sobre a Dádiva”, concebe o dom como um produtor de alianças, sejam elas políticas, matrimoniais, religiosas, econômicas, diplomáticas, etc. As dádivas são encaradas de forma ampla, indo desde presentes, festas e visitas até a circulação de bens particulares, como no *kula* estudado por Malinowski (1976 [1922]). No caso das homenagens aqui tratadas, o que opera no campo de relações habitado por estes políticos é a pragmática do dar, receber e retribuir, uma linguagem acionada para julgar procedimentos de si e de outrem, bem como para orientar a conduta e a ação. Na verdade, o interesse aqui não recai somente sobre o uso do dar, receber e retribuir para pensar essas relações, mas em ampliar as terminologias e as tecnologias

adotadas para dar conta das interações descritas. *Agrados, amizades*, homenagem, *confiança, merecimento*, louvores e *reconhecimento* são termos constantemente acionados, e que levam em conta uma pragmática sociológica que possibilita pensar a diversidade das práticas de reciprocidade. Portanto, mais do que pautá-las por algo universal, ou *a priori*, a tentativa aqui é destacar os usos contextuais e singulares de termos e categorias que podem ser acionados nos usos dessas expectativas de reciprocidade. Demonstrar uma pragmática da reciprocidade, o que está em jogo, as singularidades realmente interessantes, é um dos objetivos deste trabalho. Na direção de Goldman (2006: 168), “trata-se de usar a diversidade terminológica como instrumento destinado a dar conta da diversidade dos usos da reciprocidade, elaborando, assim, mais uma pragmática sociológica que uma semântica ou sintaxe”. Logo, não leio essas dinâmicas das homenagens como derivação de um modelo clientelista, mas sim como uma forma de ser e agir no universo político, onde fazer alianças e construir relações é fundamental.

Quando se coloca em jogo ideias como “alianças” e “reciprocidade” em política, comumente aparece um termo para referi-las: clientelismo. O termo faz referência à clientela romana, e caracteriza uma relação assimétrica entre o *patronus* e seu cliente, que em troca de proteção, terra para cultivo, gado para criar e defesa em juízo, oferece deferência, submissão e ajuda em armas. Muitos usos correntes da noção em ciências sociais carregam consigo imagens do que seria uma política tradicional em contraposição a uma modernidade mais democrática. Os estudos sobre “modernização política” e sobre “realidades sociais em transformação”² utilizam-se do conceito para demonstrar um *quantum* de atraso que dado sistema político carrega. Quanto mais clientelista, mais atrasado seria o sistema³. Assim o conceito é visto como uma espécie de apêndice, uma sobrevivência do tradicional. Esta forma de lidar com os fenômenos mais confunde relações demasiado diversas do que colabora com a reflexão. O clientelismo é um conceito sobejamente *macro*, que enquadra variados tipos de situações e deixa escapar as minúcias do processo, pensado sempre em termos de falta e escassez, lendo os eventos como uma espécie de deturpação de como as coisas deveriam ser. Segundo esta visão, na presença de certos componentes, como o amadurecimento do sistema, a racionalidade, ou a maior escolaridade da população, não haveria clientelismo.

Esse tipo de abordagem tem seu desdobramento na maneira como vários analistas veem o voto. Para uma certa corrente do pensamento sociológico e político, o voto é

² Como em Huntington (1975), Lerner (1958) e Coleman (1965).

³ Boissevan (1966) e Silverman (1970) pensam o clientelismo como transição da política tradicional para a moderna.

tratado por meio da teoria da escolha racional⁴: o componente racional do estado deve também ser visto no voto individual do eleitor. Uma importante parte da ciência política, com seus cálculos matemáticos dos atores racionais, nesse sentido, é uma grande *purificadora* e inventora do Estado (com maiúscula). Na abordagem *purificada*, por exemplo, os sistemas políticos poderiam operar mediante segredo eficiente (Cox, 1987) ou ineficiente (cf. Shugart; Carey, 1992). Naquele caso, onde o Reino Unido é o exemplo clássico, os eleitores poderiam fazer uma opção consciente entre as políticas públicas dos partidos concorrentes, posto que estes seriam altamente disciplinados. As plataformas dos partidos seriam claramente diversas e de cunho universalista, *esquerda* e *direita* apresentar-se-iam distintamente, e o eleitor votaria consciente desta distinção. Já no caso do segredo ineficiente, que operaria em alguns sistemas (na América Latina principalmente), os partidos políticos não seriam disciplinados e não ofereceriam uma imagem clara das políticas públicas propostas: o foco das plataformas seria paroquial – note-se como nestes casos a definição ocorre pela negativa de características.

Autores como Palmeira (1992), e algumas análises produzidas pelo NUAP, e depois dele, vêm criticando esse tipo de visão. O voto, mais do que seu conteúdo racional, intencional, “voltado para objetivos precisos e previamente definidos” (ibid: 26), mobiliza uma série de significados, sendo mais do que uma escolha: ele deve ser visto como uma *adesão* a uma facção da sociedade, como um compartilhamento de significados⁵. Os políticos realizam um grande esforço para criar um *pertencimento*⁶ a “grupos” de eleitores. Esse conjunto de autores vem promovendo uma crítica ao racionalismo e individualismo que caracterizam o pensamento dos analistas políticos. A etnografia em que esta tese se baseia tem por motivação justamente a *despurificação*, ou “des-racionalização”, da própria realidade do estado.

A questão não é simplesmente dizer que não há clientelismo. Ao mesmo tempo, também não se deve afirmar categoricamente que o Brasil é um país clientelista, sinônimo de uma certa condição de atraso em relação aos países que se classifica ora como desenvolvidos, ora como de “primeiro mundo”, onde não haveria clientelismo ou este se apresentaria de forma residual. O problema, como destaca W. G. Santos (2006: 245) em seu

⁴ Cf. sobretudo Downs 1999 [1957] e seus desdobramentos.

⁵ Ou, em outra formulação: “As pessoas costumeiramente votam segundo seus interesses próximos, segundo seus objetivos pessoais ou concernentes a sua coletividade mais direta: a sua família, o seu território existencial. E pretendem extrair destas táticas algum proveito, seja ele tangível ou intangível, seja ele um efeito de curto ou de longo prazo: um emprego, um bem material ou prestígio” (Villela, 2008: 14). Os votantes também ressignificam as campanhas de ONGs e institucionais que pretendem modernizar o voto. “A população age sobre a modernização que pretende agir sobre ela” (ibid: 23).

⁶ Cf. Kuschnir, 1999.

estudo sobre as formas de clientelismo praticado no Brasil, está “na licenciosidade com que se distribui a etiqueta ‘clientelismo’, [que] sem outros esclarecimentos, confunde práticas bastante distintas entre si, por suas origens, métodos e consequências, plastificando o universo político”. Trata-se de definir o que se poderia pensar como clientelismo, ou mesmo questionar se o uso desta categoria é pertinente, balizando a noção e contextualizando-a historicamente, para que esta se apresente como algo capaz de suscitar a reflexão, ao invés de achatá-la.

Ainda dentro dessa agenda de problemas, contrariamente aos estudos que ligam o clientelismo a um certo passado desde o pão e circo da Antiguidade Clássica e a oferta de proteção econômica e física dos coronéis agrários, W. G. Santos (2006)⁷ o relaciona à emergência do capitalismo e da democracia, ao mercado dos bens econômicos e ao mercado dos bens políticos. Segundo esta conceitualização, o clientelismo só se realiza quando há votos para serem comprados e há um estado com políticas governamentais disponíveis para a venda. Não entendo o mercado de votos segundo uma concepção clássica de mercado, onde haveria agentes individuais buscando satisfazer suas necessidades e empregando os meios da competição e maximização dos resultados em um jogo de compra e venda. Mercado de votos e mercado de bens não funcionam exatamente como “mercado” nesse sentido clássico⁸. Como ficará mais claro ao longo do argumento, não se trata de compra e venda de votos ou *apoio* político. Mas é oportuno reter parte do argumento de Santos (2006), pois, com esta visão, o componente clientelista deixa de ser algo que se relaciona a um passado, e passa a

⁷ Utilizo este autor para pontuar que não é toda a ciência política que pensa o estado idealmente e tudo o que não se encaixa no modelo como uma deturpação desse ideal. Ele inclusive pensa o clientelismo como sendo constitutivo do estado. Para o autor, o clientelismo ocorre de duas formas principais. De um lado, temos o difuso, próprio do poder legislativo e que desperta maior interesse tanto dos analistas das ciências sociais como do senso comum sobre política no Brasil, constituindo uma espécie de casos que retratam o fenômeno em sua forma mais “pura”. Esse tipo de clientelismo utiliza-se da disseminação de benfeitorias a pessoas que necessitam delas (uma escola, um posto de saúde, etc.) mas não tem recursos próprios para adquiri-las (para comprar segurança privada, plano de saúde, ou mensalidades em escolas particulares). Esse tipo de iniciativa patrocinada por políticos pode vir a constituir sua conexão eleitoral, e são construídas a partir da prerrogativa das emendas parlamentares - excluídas as emendas com objetivo de compensar apoios eleitorais a financiadores e corporações. Também podem ser observados nos famigerados centros sociais criados pelos políticos cariocas. De outro lado, temos o que W. G. Santos chama de clientelismo concentrado, relacionando, do lado privado, grandes corporações e grupos de interesse e, do lado público, políticos e, principalmente, a burocracia estatal com seus corredores invisíveis: “a cumplicidade entre burocracias invisíveis, autônomas, poderosas, e núcleos de interesses integrados, de reduzida visibilidade pública” (Santos, 2006: 263). O lado visível desses grupos pode ser encontrado nas famosas bancadas, como a ruralista (que existe desde os tempos do Império), a dos empreiteiros de obras públicas, dos banqueiros, donos de hospitais, empresários da educação, etc., que transformam custos difusos em benefícios concentrados. O benefício que esse tipo de análise traz é a possibilidade de ver o clientelismo como algo inerente ao estado. Apenas uma abordagem purificadora consegue pensar o estado em termos de presença ou ausência de clientelismo. Deste ponto de vista, o clientelismo é constitutivo do estado.

⁸ Para uma crítica ao individualismo metodológico das abordagens que tentam entender tudo como um mercado (inclusive o mercado econômico em sentido estrito), ver Bevilaqua (2002), Palmeira; Heredia (2005) e Sahlins (2003 [1976]).

corresponder a um componente estrutural da democracia moderna e seu “mercado” de votos⁹: “A questão relevante não seria a de saber se uma sociedade contém ou não políticas clientelísticas. Todas as contêm” (ibid: 253).

Até aqui, realizei um breve balizamento do conceito de clientelismo, não tanto para negá-lo, mas para circunscrever que tipo de ações e relações ele enseja. Feito isso, cabe demonstrar agora porque as homenagens não se enquadram nessas práticas definidas como clientelistas – digo isso porque esse seria o primeiro passo que um cientista político incorreria para desqualificar o argumento do antropólogo, então, me precavendo, prefiro dedicar essas páginas ao assunto. Esta noção pressupõe um sujeito que tem acesso a recursos públicos, que se apropria do que é público e distribui aos seus clientes, os quais não têm condições de aceder a tais recursos por serem desprivilegiados no sistema, o que os torna dependentes do “patrão”. No caso ora estudado, aquele que recebe a homenagem (um recurso estatal público “que estaria sendo apropriado”) não é, necessariamente, um “inferior hierárquico” àquele que doa. Muitas vezes o é “superior”, como um financiador de campanha ou alto funcionário do executivo - o que contraria a equação do político como uma espécie de patrono que doa algo a pessoas em posições “inferiores” a dele em troca de *apoio*. Há uma expectativa de reciprocidade na homenagem, mas isso não configura uma relação clientelista, dado que o político não ocupa necessariamente uma posição de patrono diante do homenageado, assim como a homenagem também não pode ser tida como uma espécie de compra ou barganha desse *apoio*. Além disso, não há garantia nenhuma da eficácia mercadológica desse tipo de ação.

Enumerar quais categorias de pessoas são homenageadas nessas cerimônias pode facilitar a compreensão de alguns aspectos que operam nesse processo, principalmente problematizando uma apressada visão que poderia interpretá-lo como uma simples forma de clientelismo político. A homenagem de menor valor, inclusive pelo caráter massivo com que é feita, geralmente contemplando eleitores e cabos eleitorais dos vereadores, são as moções de congratulação. Os assessores são encarregados, entre outras coisas, de manter um cadastro de eleitores que procuram o parlamentar com alguma demanda, uma espécie de mala direta, os quais podem vir a receber essas moções, em função de alguma data comemorativa ou nas proximidades do pleito. De todas as formas de homenagens disponíveis, essa é a de menor valor, mal vista por alguns assessores ou parlamentares como “a forma mais grotesca de

⁹ Landé (1977) pontua que as relações patrão/cliente podem ser componentes de todas as organizações políticas.

cooptação do eleitorado”. Uma vereadora paulistana, de forma crítica, discorre sobre uma dessas homenagens:

(...) o Voto de Júbilo, que é simplesmente uma referência elogiosa que se faz, mas que vai pros Anais da Câmara de São Paulo. A pessoa recebe uma cópia do Voto de Júbilo, são colhidas assinaturas dos vereadores. Apesar de ser um autor que propõe o Voto de Júbilo, sai em nome do presidente da Casa... E os vereadores, até desrespeitam muito o Regimento Interno, porque o regimento prevê as situações em que se pode conceder o Voto de Júbilo. E são situações de alguma excepcionalidade, mas aqui se concede Voto de Júbilo pelo sexto aniversário da posse da diretoria da Associação, sabe... ou pela realização da festa junina na escola. Não tem cabimento a Câmara Municipal de São Paulo, em nome do seu presidente, cumprimentar uma escola pela realização da 24ª Festa Junina! Entendeu? E aí se vê que os Votos de Júbilo são muito condicionados a efemérides, sabe, ao calendário, por exemplo, o dia do advogado, então, o vereador emite 200 Votos de Júbilo em nome de 200 advogados diferentes. Votos de pesar também. Então, fica evidente que alguém da assessoria se dedica especialmente a isso...

Outros elementos de grande importância para a reflexão aqui proposta, como *carinho, atenção e lembrança*, também aparecem nas justificativas destas práticas por parte dos parlamentares. Acompanhei algumas entregas de moções que foram realizadas com cerimônia nas câmaras municipais. Ilustrativo do modo como elas ocorrem foi a de homenagem ao Dia do Trabalhador, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Só para se ter uma ideia do quão utilizado é esse expediente, neste mesmo dia acontecia outra entrega, por outro vereador, sob o mesmo tema. Foram homenageados por volta de cinquenta trabalhadores. Cinco dos homenageados compuseram a Mesa junto com o vereador: duas professoras, dois empresários e uma cantora.

É difícil dizer o quanto as pessoas ficam lisonjeadas com essa homenagem por meio das moções. Percebe-se no público um tom de pilhéria entre uns, e comportamento solene por outros. De qualquer forma, todos que deveriam receber a homenagem estavam presentes. Certamente essa é uma maneira de aproximar eleitor e político, uma forma de reintroduzir alguma relação com a política na vida do eleitor comum. Do ponto de vista do vereador, que faz política o tempo todo, que vive a política permanentemente, fabricar e manter relações é fundamental. Uma homenagem concedida a um eleitor ou cabo eleitoral cria e perpetua a expectativa da relação entre eles, e pode acarretar em votos nas eleições seguintes, atuando também como um *agradecimento*, um *reconhecimento do apoio* destas pessoas em eleições anteriores. As moções elogiosas são um dos elos de ligação entre vereador e eleitor. Se alguns vereadores atuam com proximidade junto ao eleitor, seja por

meio da obtenção de vagas em escolas, por “pequenas”¹⁰ ajudas pelos centros sociais ou outras organizações, como sindicatos e associações de moradores, a entrega de moção é mais um momento desta relação – um reforço ou um convite a ela. Um vereador me disse que, para as eleições proporcionais, o número de indecisos é muito grande, e a moção serviria como uma espécie de *lembrança* de algum nome para o eleitor. Se o eleitor não tem candidato, a moção poderia servir como algum tipo de ligação entre ele e um político específico. Portanto, a moção e os votos de júbilo paulistano são concedidos principalmente a eleitores potenciais como uma forma de atualização ou motor para a criação de relações futuras.

Como já foi colocado, diferentemente das moções e entre as mais valorizadas homenagens estão as concessões de medalhas e títulos de cidadão. Estas honorarias não são distribuídas ilimitadamente como as moções e também devem ser entregues em uma cerimônia própria, geralmente destinada exclusivamente ao homenageado. No Rio de Janeiro e em Brasília, os tipos mais comuns de homenageados nestas cerimônias exclusivas são artistas, esportistas, “pessoas que estão em evidência na mídia”, funcionários públicos de alto escalão, ministros e secretários de estado, policias militares; em São Paulo, as homenagens são parecidas, mas não se pode homenagear funcionários públicos nem políticos com mandatos e funcionários em cargos de confiança.

Acompanhei, por exemplo, a entrega de uma Medalha Pedro Ernesto por iniciativa do vereador Eduardo Moura (PSC), cuja agraciada era a secretária de educação recém empossada, a paulista Claudia Costin. O público era predominantemente formado por mulheres. Na entrada do Palácio Pedro Ernesto, como de costume, os funcionários do cerimonial anotavam a presença de todos, registrando os nomes e as instituições a que pertenciam; neste caso, a maioria era formada por diretoras e professoras de escola. Atrás de mim, na galeria, uma dupla de senhoras conversava, dizendo ser possível identificar as categorias profissionais presentes (professoras, diretoras e funcionários da secretaria) pelo tipo de roupa que vestiam e pelo fato de andarem em grupo. A plenária e as galerias estavam lotadas. Quem estava sentado nas galerias acenava para quem estava na plenária, sempre como um sinal de “estou aqui!” ou “vem pra cá!”. À Mesa Diretora só havia figuras de estado, com exceção de um membro da Academia Brasileira de Letras. Os familiares ficaram na plenária. Nesta homenagem, como de costume, todos os componentes da Mesa falaram sobre a homenageada. Outras pessoas também pediram a palavra: além da própria

¹⁰ Coloco entre aspas, pois o termo pequenas deve ser relativizado. Para o leitor e eleitor de classe média, uma vaga numa creche, um saco de cimento, ou um botijão de gás pode ser algo pequeno, mas, dependendo da pessoa que recebe essa ajuda, isso pode ser de vital importância, além de ser uma manifestação clara de *consideração*.

homenageada, o vereador homenageador, um secretário de governo, o membro da Academia Brasileira de Letras, outro vereador presente (Tio Carlos-DEM), que se colocava como “defensor das crianças”, e uma representante das professoras também falaram na Tribuna Livre.

A Medalha Pedro Ernesto e o Título de Cidadão, segundo suas legislações¹¹, devem ser concedidos a pessoas que procederam na defesa do *bem comum*. Todavia, como bem frisou o vereador homenageador, a secretária está a menos de cem dias no cargo e, não obstante, já está sendo homenageada. Isso ocorria porque ele declarou estar “dando um cheque em branco da câmara e da população carioca à homenageada”. Na verdade, esse já era o segundo cheque em branco que a secretária recebia, pois outra vereadora também já havia lhe entregado o Título de Cidadã Carioca.

Como ocorre em toda homenagem, esta também foi estendida a uma classe de pessoas: todos os professores e professoras cariocas. É extremamente corriqueira essa prática, na qual o vereador, ou mais comumente o homenageado, estende a graça a uma classe de pessoas (músicos, policiais, professores, correligionários, colegas de ONG ou que militam numa mesma causa, etc.). Geralmente essa extensão contempla pessoas que estão presentes: a secretária de Educação estendeu aos professores - e vários que estavam no local; em outra ocasião, o coronel da polícia militar homenageado estendeu aos policiais, sendo que muitos estavam presentes; representantes de ONGs agraciados ofereceram a homenagem à sua ONG ou demais representantes de movimentos sociais; e o técnico do Flamengo, após a conquista do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2009, dedicou a honraria à sua comissão técnica e aos jogadores de sua geração:

Esta homenagem é também da geração de 80, da qual eu faço orgulho de ter participado. É também de uma comissão técnica jovem, de um grupo de trabalho competente e de um grupo de jogadores fabulosos. Esse prêmio não é só do Andrade. É de todos¹².

Se o vereador propõe uma homenagem *agraciando*, *agradando* ou *lembrando* uma pessoa específica, ele ou próprio homenageado (como é mais comum) estendem esse

¹¹ Por exemplo, o art. 312 do Regimento Interno da CMRJ, § 2º - “O título honorífico será concedido a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, ao Estado, à União, à democracia ou à causa da Humanidade”.

¹² Estes foram os dizeres de Jorge Luis Andrade da Silva, o Andrade, ao receber a homenagem de Clarissa Garotinho, após a conquista do título - em solenidade que teve repercussão na mídia esportiva. <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Times/Flamengo/0,,MUL1415634-9865,00-ANDRADE+E+HOMENAGEADO+NA+CAMARA+MUNICIPAL+DO+RIO+DE+JANEIRO.html> Acesso 11/11/2011.

agrado a algum grupo de pessoas com o qual tenham afinidades. O público prestigia a homenageada, que também o *reconhece* e o prestigia. Tudo se passa como se no processo de homenagem, muitas vezes por intermédio do homenageado, aquele que oferece a honraria atingisse um público ainda maior - algo muito semelhante a uma extensão pretensamente metonímica, já que uma homenagem a uma pessoa tem a capacidade de atingir, por extensão (retórica, que seja), um grupo¹³.

Um exemplo mais específico da metonímia das homenagens pode ser visto na entrega da Medalha Pedro Ernesto a Paula Werneck¹⁴, uma jovem atriz “representante do Instituto Meta Social e estrela da Campanha ‘Ser Diferente é Normal’”. A presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (Claudia Gabois), componente da Mesa, destacou:

É a primeira vez que um vereador dá uma Medalha Pedro Ernesto a uma pessoa com Síndrome de Down. Este é um marco para todo movimento, é um marco também para o Instituto Meta Social, que está de parabéns e, principalmente, para todas as pessoas com Síndrome de Down.

A mãe da homenageada também estendeu a homenagem: “A Paulinha está representando todos vocês que estão aqui, e os outros tantos que não puderam vir e tantos outros espalhados pelo país”. Outro componente da Mesa, Paulo Lopes, assessor do vereador homenageador e, segundo suas próprias palavras, “fã número 1 da Paulinha”, disse: “E estender essa homenagem a cada amigo da Paula, a cada parente, a cada vizinho, a todos aqueles que juntos lutam por esta questão.” O vereador homenageador Tio Carlos esclareceu:

Quando a gente pensou em uma homenagem, eu comecei pensando em homenagear o Instituto Meta Social. Mas o Paulo falou assim: ‘Vamos homenagear a Paulinha?’ Na verdade, o Instituto Meta Social é a Paulinha.

¹³ Na Reunião Brasileira de Antropologia (2010) apresentei um *paper* que tratava das homenagens legislativas e as implicações de *agrado* e *contentamento*. O antropólogo Marcos Otávio Bezerra, no dia seguinte à minha apresentação, me contou que fez uma pesquisa junto a uma federação de associação de moradores de Angra dos Reis. Em troca de o deixarem pesquisar a federação, ele organizou um arquivo de documentos para esta, o que resultou em um livro. Por esse trabalho, ele recebeu uma honraria (Medalha do Mérito Brasil dos Reis) de uma vereadora da cidade. Como crítica à minha forma de tratar as homenagens, ele disse que a honraria não criou nenhum vínculo entre ele e a vereadora. Minha resposta foi que o “vínculo” não foi com ele, mas sim com a federação de moradores: ao homenageá-lo, a vereadora *agradava* e *reconhecia* a federação, e não a ele. Como relatado pelo pesquisador, a vereadora era ligada a essa federação, mas fazia oposição ao seu atual presidente, o qual não compareceu a cerimônia. Entretanto, isso não cancelou o objetivo da homenagem: ela pode ter “ficado bem” com os outros membros da federação, que foram prestigiar o evento. Esta é a sinédoque na homenagem: o *agrado* pode não ser somente para aquele que o recebe, mas para um “grupo” ou coletivo que ele pode estar personificando no momento.

¹⁴ Neste trecho, todas as citações foram retiradas do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (07/04/2009). Estive presente na cerimônia, mas revelo todos os nomes e falas por serem retiradas de uma fonte oficial.

Com o esforço da Helena Werneck e de todo mundo, mas a Paulinha é tudo isso.

O que ocorre nisso que estou chamando de extensão metonímica da homenagem é uma espécie de metonímia muito particular: uma sinédoque orientada para a ampliação de um conteúdo, na qual toma-se a parte pelo todo – e nunca o inverso. O homenageado (ou homenageador) estende a homenagem, e a parte (homenageada) incorpora um todo - grupo que também se sente contemplado. É uma metonímia prática, agenciada e acionada em um movimento de expansão do *agrado* e da *lembrança*.

Se os parlamentares referem-se a essas homenagens como espécies de *agrados*, *contentamentos*, *reconhecimento* e *lembrança* às suas bases eleitorais, correligionários, ou outros atores identificados como aliados (potenciais e atuais), cabe notar como essa caracterização ocorre em suas falas. É digno de nota que os parlamentares, quando questionados em entrevistas sobre as homenagens (e não nas sessões solenes), sempre se referem a elas em tom pejorativo. Na verdade, o movimento se resume em ressaltar a *relevância* e o *merecimento* das homenagens propostas por si, em contraste com o caráter *mesquinho*, *eleitoreiro* e *sem merecimento* das homenagens propostas pelos outros. Quando no contexto da fala do parlamentar o que está em questão é o *interesse* que este tem em realizar as homenagens, as falas se dão geralmente em segunda pessoa:

(Vereadora) Não é que ele deu a uma pracinha o nome de “Belo Despertar da Primavera”. Ele identificou uma pracinha sem nome e deu o nome de uma pessoa da região. Então, é uma dupla *contemplação* do eleitorado.

Um exemplo extremo desse procedimento é quando um parlamentar vira piada entre seus colegas por ter prestado alguma homenagem. A ex-deputada distrital Anilcélia Machado (PMDB), ao visar homenagear o Batalhão de Brasília que integrou as forças da ONU em Timor Leste, entregou títulos a todos os integrantes do Batalhão, o que lhe rendeu o apelido de “Ana Batalhão”. Como a CLDF não possui honraria para homenagear coletivos, a deputada propôs 51 Projetos de Decreto Legislativo, convocando 51 sessões solenes, homenageando indivíduo por indivíduo. Este caso era contado como exemplo do exagero sobre as homenagens, embora tenha ocorrido também por um motivo de falha processual, já que a CLDF não possui instrumento para homenagear coletivos, como aponta Del’Isolda (2000) em seu estudo legislativo sobre a câmara do Distrito Federal.

Uma vereadora carioca, já em segundo mandato, ao ser perguntada se essas homenagens realmente funcionam como “caça-votos” (nos dizeres de uma representante de

ONG), como *agradados*, se realmente dão resultado, respondeu que sim. Ilustrando com um exemplo pessoal, contou que uma eleitora, que havia votado nela na eleição passada, disse não poder repetir o voto, pois outro vereador havia lhe dado a Medalha Pedro Ernesto. Ela não poderia ser *ingrata* com o vereador. Para a vereadora, mesmo que o parlamentar não queira, ainda que não seja a intenção dele “caçar votos” ou *agradar* com as homenagens, “a gente sabe que as pessoas se sentem *obrigadas* a votar em você por retribuição”. A eleitora também argumentou que, embora não pudesse votar nesta eleição para a vereadora, sua família inteira o faria¹⁵. Outra interpretação da vereadora é que a maioria das pessoas não tem candidato para o legislativo, e qualquer coisa, qualquer mostra de *consideração*, pode resultar em um voto. Se a pessoa não tem candidato e ganha uma moção, isso pode se converter em voto, pois há um sentimento de que “o vereador *lembrou* de mim”. Ela admitiu ainda que “mesmo que o vereador não queira, ele acaba homenageando e *agradando* pessoas”. Mesmo que não faça a homenagem com a intenção de ganhar votos, ele provavelmente poderá obtê-los dessa forma. Para a vereadora, embora as homenagens sejam tratadas de forma errada – pelos outros, diga-se de passagem –, elas não deixam de ser importantes. As homenagens servem como instrumentos de recordação, de memória, e servem também para despertar e ativar interesses sobre assuntos importantes.

Talvez seja novamente interessante remeter essas ações e justificativas ao que Mauss (1974a [1950]) tem a dizer sobre as obrigações de dar, receber e retribuir, e como essas ações engendram uma comunicação entre almas, em que o ato de dar, e o subsequente de aceitar, vinculam profundamente doador e receptor. Aquele que recebe, aceita – publicamente, nos casos das cerimônias solenes – o *reconhecimento*, o *agrado*, a vinculação que se pretende denotar. Essa ligação traz “obrigações” concomitantes, vínculos que, “mesmo que o vereador não queira” (já que se trata de uma homenagem desinteressada), não deixam de ser produzidos. Mauss pretende contribuir para uma “teoria geral da obrigação”, visto que o “vínculo pelas coisas é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma. Disso segue que presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa de si” (ibid: 56). Sem pretender fazer um transplante da teoria maussiana para esse contexto, todavia não olvidando o que já foi imensamente produzido com relação às inúmeras formas de

¹⁵ O fenômeno da divisão de votos no interior de uma família ou grupo já apresentou algumas discussões interessantes na antropologia, e as motivações dos votos demonstram ser uma questão intrigante e complexa. Neste trabalho procuro salientar, entre outras coisas, sob o ponto de vista dos políticos, o que poderia representar uma motivação para o voto. A esse respeito, ver Goldman (2006: 199), sobre a divisão de votos e uma “pacificação na consciência do eleitor”. Ou ainda, Palmeira (1996: 51) e Villela e Marques (2002) sobre a mesma questão.

reciprocidade, no caso das homenagens, ainda que essas sejam feitas em nome da *Casa* (que “aprovou por unanimidade” a concessão), há um vínculo com o *autor* da proposta. Se a *Casa* agrega valor à homenagem, o vínculo que se estabelece é muito claro. A homenagem tem dono: o vereador *autor* é o homenageador. É o proponente da homenagem que no dia da sessão solene entregará a honraria, encomiará o homenageado. Mauss também discorre sobre o caráter aparentemente desinteressado da dádiva, e isso é patente nas homenagens, ainda que aja um perceptível esforço do parlamentar para acusar os outros de *interesseiros*, enquanto vê a si mesmo como *desinteressado*.

Assim como o *potlach* praticado pelos povos da costa noroeste americana não é apenas uma transação econômica, as homenagens também não são meramente eleitoreiras ou clientelistas, como pode aparecer no discurso dos vereadores quando se referem às homenagens dos colegas. São dispositivos que lidam com a criação do vereador em seu mandato e, como tais, jogam o tempo todo com o *interesse* e o *desinteresse*, com a *obrigação* e com a *espontaneidade*, e que são confrontados e provocados por um mecanismo de acusação que atua na política, pelo qual se valoriza os atos de si ou de seu grupo em contraposição aos atos dos outros. Os vereadores, quando estão tratando das homenagens do outros, mudam de perspectiva: adotam a perspectiva das ONGs e da imprensa. Minhas homenagens são *justas* e *desinteressadas*, ao passo que a dos outros são *mesquinhas* e *interesseiras*. É por isso que esses dispositivos não são bem lidos pela ótica do clientelismo. A leitura clientelista dá conta apenas da visão daquele que acusa os colegas de estarem interesseiramente *agradando* alguém, olvidando o aspecto essencial de que, do ponto de vista daquele que está concedendo a homenagem, aquele que a recebe realmente *merece* ser *lembrado*, *reconhecido* e *agradado*. Nas palavras de uma vereadora paulistana:

me incomoda os juízos de valores super-definitivos, assim... Porque, querer *agradar*, *contentar*, *contemplar* a sua base eleitoral não é necessariamente desonesto. Pode ser uma homenagem justa! E a base eleitoral vai ficar feliz, e aí não pode?! (risos) Não é errado você *contentar* seu eleitorado com uma homenagem! (...) Nós podemos discutir sobre qualquer coisa, o PAC¹⁶, por exemplo: tem que fazer obra ou não tem? Tem que fazer obra e aquilo reverterá em aprovação pro governo e, portanto, dará voto pro candidato do governo?! Sim, então o governo não pode fazer nada?! Porque se não vai reverter em votos, entendeu? Pra mim não é esse o ponto. Não é só porque os vereadores fazem demagogia. Demagogia é uma merda! Odeio! Mas, nem só porque *agrada* o eleitorado é que você está fazendo demagogia. Muitas vezes o eleitorado *merece* ser *agradado* daquela maneira.

¹⁶ É o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. É um plano de investimentos vultosos para incrementar o crescimento do país.

Desta forma, não se homenageia inimigos. Do ponto de vista daquele que concede uma homenagem, aquele que a recebe é *merecedor*: trata-se sempre de homenagem *justa e sincera*, ainda que, em muitos casos, o mérito tenha ligação estrita com as relações entre homenageado e homenageador - e não com um ente muito abstrato chamado de *bem público*, que figura como o motivador na letra da lei.

Presenciei a entrega de Medalha Pedro Ernesto a um antigo funcionário de carreira, um técnico que trabalha no poder judiciário e atualmente ocupa um cargo um cargo de confiança¹⁷. Inicialmente, a impressão que se tinha era de que essa seria uma cerimônia esvaziada. Antes do início da cerimônia, as funcionárias do cerimonial faziam de tudo para distribuir melhor as poucas pessoas presentes na plenária – seis, no total. “Sentem-se mais ao centro, por favor”, rogava a funcionária. Entretanto, no momento em que o vereador adentrou a plenária, o público que o acompanhava acabou por ocupá-la toda, pois provavelmente estavam na Sala do Cerimonial, o que demonstra familiaridade desse público com o homenageado e, claro, também com o vereador.

Ao convocar a Mesa, observa-se que ela se compunha de funcionários públicos de alto escalão, além do irmão do homenageado, também funcionário público. Este, ao sentar-se na cadeira, mandou um beijo ao homenageador, gesto que demonstra a intimidade entre ambos. O vereador, durante a cerimônia também demonstrou conhecer a família do homenageado, pois narrou particularidades de alguns de seus membros, recorreu a histórias de vida destes e denotou intimidade, inclusive, conhecendo seus apelidos. Isso é muito comum nas homenagens. Durante as cerimônias é explícito que homenageador e homenageado possuem relações prévias, ou têm *amigos* em comum. Uma homenagem dificilmente é dada a um desconhecido completo do homenageador. Para ser homenageado, deve-se *conhecer* o homenageador.

Embora quem não conheça as cerimônias possa pensar que essas são enfadonhas e monótonas, não é bem assim, segundo meu ponto de vista. Os vereadores são criativos e quebram o protocolo o tempo todo, o que muitas vezes irrita os funcionários do Cerimonial. O que é considerado desrespeitoso pelas regras cerimoniais, na visão de uns, para os vereadores trata-se de uma forma de “dar mais vida” às regras de conduta cerimoniais. Canta-se parabéns, mostra-se vídeos, interrompe-se falas, adota-se discursos descontraídos, e sempre se procura carregar as falas de emoção. Esta cerimônia em homenagem ao técnico do

¹⁷ São cargos que os políticos do legislativo e do executivo têm a disposição durante o mandato. Como o próprio nome diz, esses empregados são *de confiança* dos empregadores, são *próximos* dos políticos.

judiciário, por exemplo, foi a mais “emocionada” que acompanhei. Duas pessoas discursaram sobre o homenageado aos prantos, destacando sua persistência e força de vontade quando da ocorrência de um acidente, que resultou em várias cirurgias e uma seqüela que dificulta a sua locomoção. Todos se *conheciam* e se *reconheciam*.

A homenagem, por um lado, serve como *agrado* a algum ator considerado relevante e *merecedor* pelo parlamentar; por outro, não se *agrada* qualquer ator: esses *agradados*, *contentamentos* e *lembranças* são direcionados a pessoas consideradas importantes e dignas pelos homenageadores, principalmente se pensarmos sobre as honrarias principais, aquelas realizadas em sessões solenes e que têm cota anual de concessão. Na entrega de moções e votos de júbilo pode ocorrer alguma entrega indevida - pois os assessores podem, por engano, colocar algum nome na lista dos agraciados que não seja do agrado do vereador. Um caso desse tipo me foi relatado por um parlamentar, que disse ter questionado o colega que concedia Votos de Júbilo a um procurador do estado, opositor político do homenageador, o qual, percebendo o erro, logo retirou o procurador da lista dos agraciados. Na concessão de honrarias nas sessões solenes isso não ocorre, pois os homenageados são escolhidos criteriosamente segundo as relações do parlamentar que propõe a homenagem.

Homenagens a militares são muito comuns, principalmente no Rio de Janeiro. Acompanhei a entrega da Medalha Pedro Ernesto ao Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Luís Antônio Corso da Costa, pelo vereador Renato Moura (PTC). Como um modo de refletir sobre alguns componentes importantes desse expediente amplamente utilizado pelos parlamentares, farei uma breve descrição desta homenagem. A sessão solene estava agendada para as 18:30 horas do dia 06 de abril de 2009, na plenária do Palácio Pedro Ernesto, mas, como de costume, houve atraso de mais ou menos uma hora. Havia por volta de 60 pessoas presentes, sendo a grande maioria de militares, os quais estavam devidamente trajados de gala. As duas primeiras fileiras da plenária estavam com seus lugares reservados. O vereador Renato Moura, mestre de cerimônias e presidente da sessão solene, constituiu a Mesa com três coronéis da polícia, a esposa e o sogro do homenageado. Após o Hino Nacional, a Canção da Polícia Militar e a citação das mensagens de congratulação, o parlamentar teceu elogios à Corporação, leu o currículo do policial e agradeceu a presença das autoridades:

Senhoras e senhores, autoridades presentes, primeiramente quero agradecer-lhes por terem acolhido nosso convite para esta cerimônia em homenagem ao nosso *amigo* Cel. Luís Antonio Corso da Costa. Como vereador desta cidade, tenho o dever de *reconhecer* e aplaudir aqueles que no exercício de

suas atividades trabalham para o *bem comum* e a sociedade. Nada mais justo, portanto, ter indicado o nome deste valoroso comandante para ser condecorado com a maior comenda desta cidade – a Medalha de Mérito Pedro Ernesto – e que foi aprovada por unanimidade por meus pares. (...) (...) Em nome da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aproveito esta oportunidade para parabenizar a todos os componentes da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que comprometem a sua própria vida no cumprimento do dever visando sempre a manutenção da ordem pública, que é o grande anseio da população¹⁸.

Após a entrega da medalha, o homenageado agradeceu a presença de todos, prestou homenagem a um companheiro de trabalho que fora assassinado recentemente ao reagir a um assalto, e frisou que a cerimônia era “um acontecimento para a Corporação” - procedimentos retóricos muito comuns que expandem a homenagem, que a tornam uma ação que liga e apresenta o vereador a um público maior, relacionado ao homenageado. Também é comum que nas cerimônias as relações entre homenageado e homenageador sejam iluminadas, mostrando que não se tratam de relações que devam ser ocultadas; nesse sentido, o coronel, ao referir-se ao vereador, conta como o conheceu:

Conheci o vereador Renato Moura não como Comandante da Unidade, nem como Oficial da Corporação, ou tampouco como funcionário público. Conheci como munícipe, como eleitor. Conheci o vereador a quem hoje me refiro como *amigo*, na sua primeira campanha, caminhando pelas ruas do bairro de Bangu, falando com as pessoas, interessado nos problemas familiares. Conheci a pessoa Renato Moura conversando com ele de forma simples, no portão da casa de meu sogro, quando resolvemos *apoiar*, mesmo que de forma singela, aquela campanha política, que o elegeria no ano de 2004, por acreditar que daria bons frutos, afixando seu material promocional em nossa casa.

Em especial, vereador, me recordo da atenção especial que o senhor dispensou ao meu filho, sem sequer saber que ele era meu filho. Aos oito anos era muito difícil tirar do corpo dele a camiseta do então estreado na política, candidato Renato Moura, até para poder lavar! Dizia ele: “Pai... O voto do senhor é do meu amigo Renato Moura! Ele gosta das crianças daqui!”¹⁹

Durante as cerimônias são explicitadas as relações prévias e os *amigos* em comum. Neste caso, o “elo” entre vereador e o coronel era o sogro deste: “Muito obrigado pelas ilustres presenças (...) à minha esposa Ana Lúcia e ao meu sogro, Sr. Paulo, pessoas que realmente me ligam e me integram com o nosso vereador Renato Moura”²⁰. Embora se possa pensar que essas relações acontecem às escuras, observando as cerimônias nota-se que isso não é verdade. Nestas ocasiões, é habitual que os homenageados ou homenageadores

¹⁸ Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 16/04/2009: 54-55. (grifos meus)

¹⁹ Ibid: 55. (grifos meus)

²⁰ Fala do homenageado. Ibid: 56.

discorram sobre como se conheceram, como se deu o primeiro contato (sempre anterior à proposta de homenagem), bem como histórias que informam a convivência entre ambos. O coronel ilumina todos os elos de ligação que possui com o vereador, por meio do vizinho e sogro do parlamentar, bem como sua participação ativa na campanha. Na homenagem à secretária de educação, o homenageador discorreu sobre seus primeiros contatos, e também sobre a forma carinhosa e solícita como foi recebido por ela. E na homenagem a Paula Werneck, Tio Carlos tratou por *amigos* tanto o pai quanto a mãe de Paula, cantando no final “Parabéns” ao pai da menina, devido ao seu aniversário. Ou seja, homenageado e homenageador muito frequentemente se *conhecem* e se *reconhecem*, e este *reconhecimento* mútuo é explícito nas cerimônias e é estendido a um grupo maior de pessoas (neste caso específico da homenagem ao militar, à Corporação). Como são atores que se *reconhecem*, na grande maioria dos casos, torna-se difícil concordar com o discurso do *interesse* puro e calculista por parte do parlamentar que tenta *cooptar* algum ator ou segmento.

Nas conversas com os parlamentares, observa-se como principais objetivos e justificativas das homenagens expressões como *lembrança*, *carinho*, *agrado*, *contentamento*, *reconhecimento*. O parlamentar, embora esteja ciente da expectativa de reciprocidade que a homenagem enseja, na sua concessão incorpora outros elementos que fazem parte de sua principal justificativa. Entregam-se moções à base porque são uma *lembrança*, uma forma de *carinho*, um *reconhecimento* do parlamentar para com seus eleitores (atuais ou potenciais). Nesse universo onde construir relações é fundamental, as homenagens acabam por operar uma espécie de economia da *lembrança*, do *carinho* e do *agrado*, com cada parlamentar homenageando grupos e pessoas que lhes são caros. *Lembranças*, *carinhos*, *agradados* e *reconhecimentos* não são classificáveis como produtores de dívidas imediatas, pois carregam um significado de espontaneidade, segundo o qual a retribuição aparece sempre de modo sutil, misturando *obrigação* e *espontaneidade* de uma forma que torna difícil de separá-las. A retribuição pode ocorrer na forma de *reconhecimento*, *consideração*, *admiração*, *gratidão*, como também desembocar em voto e *apoio* político, já que se o ato de homenagear é uma exibição de *reconhecimento*, o ato de aceitar a homenagem, comparecer à cerimônia, trazer familiares e amigos para o evento é uma demonstração de *consideração*. Portanto, esse dispositivo da homenagem não pode ser classificado como uma *mesquinha* ou *oportunismo* político. Há mais elementos implicados nesses processos que nos permitem ir além de uma espécie de jogo interesseiro da política, ainda que esse aspecto possa sempre estar presente,

principalmente como forma de acusação, exterior ao campo que envolve uma determinada homenagem.

O dispositivo retórico de diferenciação entre *eu e os outros* acionados nas palavras dos vereadores para confrontarem suas homenagens com as dos colegas, causa a impressão de que os agentes, no discurso, são uma ilha de *desinteresse* circundada por *interesseiros* de todos os lados. Se o dom joga com o *interesse* e o *desinteresse*, devendo ser oferecido “de maneira nobre, na aparência puramente desinteressada, modesta²¹”, distinguindo-se claramente das operações puramente econômicas e utilitaristas, as dinâmicas de justificativas das homenagens também lidam com acusações de serem meramente eleitoreiras, em contraste com termos como *justo* e *merecido*. Não há motivo para opor peremptoriamente cálculo e sinceridade, mesmo por que tenho visto que estas homenagens costumam ocorrer quando homenageador e homenageado possuem relações prévias, como fica claro durante as cerimônias. Na grande maioria dos casos, são pessoas que se *conhecem* e que se *reconhecem*. Mais do que uma relação entre a *Casa*, ou a sociedade, ou a cidade, ou o Distrito Federal, o que está sendo acionado na homenagem é o *reconhecimento*, a *amizade*, a *admiração* do homenageador para com o homenageado. Como esta geralmente é uma relação particular entre o propositor da homenagem e o homenageado, fica fácil acusar os colegas de serem estritamente *interesseiros* e *mesquinhos* e intitular-se *justo* e *sincero*.

3.1 A criação do vereador na homenagem

Como estamos vendo, apoiados no *acordo*, os parlamentares tentam produzir várias formas de homenagens que atuam como *agrado* e *reconhecimento* a diversos atores considerados relevantes por eles. Essas homenagens não atuam apenas “para fora”, agregando outros atores ao campo de relações desses políticos. Elas cumprem um importante papel “para dentro”, isto é, atuam ativamente na criação do político como representante de grupos específicos. Os parlamentares criam as homenagens, e estas também atuam como se os estivessem criando. Concomitantemente, elas *agradam* setores e atores, criando vínculos, produzindo pessoas, como também produzem História mediante uma política da memória.

Utilizo o termo criação, pois esse processo remete à imagem de algo que é construído artesanalmente pelo vereador e seus assessores. Embora o termo fabricação também pudesse ilustrar parte do que quero dizer, a criação alude antes a uma metáfora

²¹ Mauss, 1974a [1950]: 73.

artesanal do que fabril. Se a fabricação poderia reportar a processos mais mecânicos e padronizados, o termo criação, referindo-se à vereança, tem a vantagem de remeter a processos com maior grau de inventividade e liberdade. A importância da *autoria* é bem ilustrativa dessa ênfase na criação. Dentro dos limites das regras sobre homenagens, os parlamentares podem criar um sentido para o seu mandato. Podem criar-se como *representantes* de grupos, de causas. Eles podem homenagear pessoas que para além do apoio talvez angariado, possam tê-lo como *representando* demandas no parlamento. Homenageando-se ONGs ambientalistas, talvez o parlamentar se crie como um ambientalista na câmara; condecorando dirigentes sindicais, ele pode se criar como defensor das demandas dos trabalhadores.

Um dos técnicos do legislativo brasileiro que entrevistei tem opiniões muito interessantes sobre essa temática. Jorge (nome fictício), além de técnico, já atuou como marqueteiro, ajudando a eleger e consolidar o mandato de uma deputada. Está na CLDF desde a sua fundação, e entende esse grande número de homenagens como uma decorrência da “fraqueza institucional” do legislativo perante o executivo. Como o legislativo não pode criar gastos para o executivo e também é pautado por este em suas proposições com caráter de urgência, poucas prerrogativas ficam para o legislativo na prática²². Sendo assim, uma das formas que o legislativo encontra para atuar, principalmente como uma espécie de promotor de alianças com “a sociedade”, é a homenagem.

(Jorge) Porque essas homenagens, ao mesmo tempo em que são muito contestadas, elas são muito exigidas também. Você vê: é uma questão do poder. A sociedade exige. O parlamentar tem prazer em fazer isso. E como a competência da *Casa* é, ao meu ver, muito escassa, ao meu juízo muito limitada... Aí nesse momento, ele precisa dar satisfações ao eleitorado dele, à base dele, ao círculo de relações dele, e essas homenagens são muito legítimas.

Jorge conta que após a eleição da deputada, que não tinha grande “inserção social”, ele teve a ideia de homenagear várias pessoas com quem tinha ligações e que seriam importantes para ela.

(Jorge) Eu disse a ela: “Olha, você não tem nenhuma inserção política. Eu tenho. Eu vou transferir pra você, a inserção, a raiz, fincar suas raizinhas mais fundo”. Aí, eu usei muito isto. E fiz homenagens... Eu tratei isso como

²² Esse tipo de análise tem correspondência com os resultados de pesquisas em ciência política, o que demonstra que esse assessor parlamentar, além de ser historiador, está atento ao que diz a ciência política sobre o legislativo brasileiro.

estratégia de mandato pra ela. Eu quero que você seja reconhecida pelos (nome do grupo) mais antigos da cidade. Eu fiz isso com bastante brio. E deu resultado. Ela granjeou respeito, e muito, e graças...também por isto.

Dessa forma, Jorge fez com que a deputada fosse *reconhecida* por intermédio do *reconhecimento* que ela mesma prestou a essas pessoas. Para ele, a homenagem é usada como uma forma de estender uma rede capilar do vereador. Os homenageados são pessoas ou grupos que o vereador deseja *representar*, *apoiar* e *solicitar apoio*. Se essa extensão pode seguir o caminho de consolidação de uma base de votantes, ela também se estende no sentido de granjear *apoio* nos mais altos escalões do funcionalismo público. Como disse Jorge: “Agora, há outros deputados que são oportunistas. Basta você ser indicado pra Conselheiro do Tribunal de Contas, você pode ter certeza que em três dias alguém vai propor que você seja cidadão honorário”.

Nesse sentido, trata-se de uma forma de criar o vereador, estender uma rede, construir sua *representatividade*. É por meio dessas homenagens que o vereador *reconhece* temas e pessoas que são caros ao seu mandato. Ou seja, não é uma iniciativa súbita, sem precedentes, mesmo porque o técnico nos ensina:

(pesquisador) Mas essas homenagens têm eficácia em angariar apoio?

(Jorge) Não necessariamente. Nesses casos de puxa-saquismo explícito, não. Não necessariamente. Veja, o parlamentar, quando é mais sofisticado, mais sagaz, ele busca fazer as homenagens, mas busca se enturmar primeiro...

Portanto, não é só o fato de conceder a homenagem que cria as relações de forma verdadeira e duradoura. Uma homenagem sem a abordagem adequada, sem a construção de uma relação anterior, pode ser tida como bajulação e não surtir efeito nenhum (ou um efeito contrário ao pretendido). Nesse sentido, as homenagens são dispositivos que promovem uma espécie de criação dos parlamentares em seus mandatos. Observando os segmentos que cada parlamentar homenageia, fica fácil perceber os grupos, as questões e os problemas tidos por ele como relevantes e que devem ser *lembrados*. Por meio desse dispositivo de *lembrança* é possível perceber a inserção dos parlamentares junto a temas e grupos que ele considera prioritários. Nessas homenagens, ao estender uma rede capilar o parlamentar também cria sua imagem como *representante* de determinados grupos e valores.

No Rio de Janeiro, por exemplo, há dois vereadores que, em muitos momentos, podem ser vistos como criando seus mandatos em sentidos opostos, ainda que utilizando recursos semelhantes. Trata-se dos vereadores Leonel Brizola Neto e Carlos Bolsonaro (PP).

Esses dois vereadores têm a política na tradição familiar. Leonel carrega consigo toda a tradição de seu avô, Leonel Brizola, um conhecido político brasileiro *de esquerda*, ex-governador do Rio de Janeiro. Carlos é representante de uma família dedicada à política, ocupando cargos legislativos como representantes do estado do Rio de Janeiro. Brizola tem um irmão (Carlos Daudt Brizola, conhecido por Brizola Neto – PDT) com mandato de deputado federal²³, e Carlos tem um irmão deputado estadual (Flávio Bolsonaro - PP) e seu pai (Jair Bolsonaro – PP) como patrono político da família²⁴. Os Bolsonaros são políticos tidos por conservadores devido a suas plataformas polêmicas. Por exemplo, eles são defensores dos militares, tanto nas questões atuais como na legitimação destes durante o período da ditadura. Também defendem o que eles chamam de “heteronormatividade”, em contraposição a uma postura de maior liberdade com relação à orientação sexual. Os Brizolas se veem como antagonistas políticos dos Bolsonaros (e vice-versa), como é possível observar em vídeos e textos veiculados na internet²⁵.

Como já relatado na Introdução, em 2006, Carlos Bolsonaro concedeu a Medalha Pedro Ernesto à aposentada Maria Dora dos Santos Arbex, em *reconhecimento* ao fato dela ter reagido a uma tentativa de assalto, atirando no assaltante. A aposentada responde por porte ilegal de armas e lesão corporal, mas foi homenageada pelo vereador com a medalha. A Mesa da sessão solene fora composta por um coronel da Polícia Militar e uma promotora de justiça, além dos deputados federal e estadual, Jair e Flávio Bolsonaro, defensores do porte de armas pelos cidadãos. Embora a homenagem tenha sido aprovada por unanimidade²⁶, devido à repercussão midiática muitos vereadores tentaram cassá-la, dentre eles o então vereador Carlos Daudt Brizola.

Mais recentemente, em 2011, o vereador Leonel Brizola Neto concedeu a Medalha Pedro Ernesto à cantora e compositora Preta Gil. Isto ocorreu após a cantora ter sido ofendida pelo deputado federal Jair Bolsonaro durante um programa de televisão²⁷, no qual este também supostamente teria defendido posições racistas e homofóbicas. Esta homenagem

²³ No momento da redação desta tese, Brizola era Ministro do Trabalho.

²⁴ Ex-militar que entrou para a política em um momento de reivindicação de aumento de salário para militares e após sua consequente expulsão do exército, durante o governo Collor. Apesar de expulso, passou a contar com a simpatia de vários militares, e de certa maneira galvanizou várias demandas destes como plataforma eleitoral.

²⁵ Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=-Yf-kDHfTe4> (pelo lado dos Bolsonaros) e <http://www.youtube.com/watch?v=zu3gtUuP-sE> (pelo lado dos Brizolas). Acesso em 28/04/2012.

²⁶ Aqui entra toda a correlação feita entre o *acordo* e o aprovado por unanimidade, já que na sessão ordinária que a homenagem foi aprovada, estavam presentes apenas dois vereadores. Nem o próprio Carlos Bolsonaro estava presente no dia da aprovação. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/19/286155295.asp>. Acesso em 28/04/2012.

²⁷ O referido episódio poder ser conferido em http://www.youtube.com/watch?v=y8imZAGzO_c. Acesso em 28/04/2012.

foi concedida em um momento “quente”, quando a entrevista de Bolsonaro estava tendo ampla repercussão na mídia, e foi uma forma de construir uma posição contra os Bolsonaros e como porta-voz de uma causa antirracista e anti-homofóbica; do mesmo modo, a homenagem de Bolsonaro à aposentada que reagiu ao assalto também foi uma forma de construir uma posição do vereador, a favor do porte de armas e do direito dos cidadãos se defenderem contra os assaltantes e ladrões. Esses dois exemplos evidenciam como os vereadores criam seus mandatos por meio das homenagens, conferindo um sentido à vereança. Esse sentido alude a causas, problemas e pessoas que o vereador supõe reportar, como pode ser depreendido dos grupos de pessoas que essas homenagens agraciam. Durante o período legislativo de 2010, Carlos Bolsonaro concedeu 7 Medalhas Pedro Ernesto, sendo que 6 foram para militares; Leonel Brizola Neto concedeu 5 Medalhas Pedro Ernesto e 2 Títulos de Cidadão Honorário, que, embora tenham contemplado um grupo mais heterogêneo, permitem perceber a estima do vereador principalmente com relação a sindicalistas e ambientalistas, o que se coaduna com seu histórico familiar e político (cf. Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Títulos concedidos pelos vereadores Leonel Brizola Neto e Carlos Bolsonaro na sessão legislativa de 2010 da CMRJ.

Carlos Bolsonaro (PP)	Leonel Brizola Neto (PDT)
Ao major da PM carioca, Fábio dos Reis Silva. (PDL 854/2010). MPE*.	Ao comerciante mais idoso do Rio de Janeiro, sócio do Bar da Urca, Armando Gomes (PDL 641/2010). MPE.
À Companhia Independente da PM com cães (PDL 1000/2010). MPE.	À educadora, Vera Maria Ferreira Rodrigues (PDL 782/2010). MPE.
Ao capitão da PM carioca, Fábio Maranhão de Oliveira (PDL 855/2010). MPE.	Ao sociólogo e advogado especialista em Direito Ambiental, Flávio Villela Ahmed (PDL 867/2010). MPE.
À 1º tenente da Marinha do Brasil, Luciana Paula Garcia da Silva Almeida (PDL 871/2010). MPE.	Ao presidente do Botafogo (clube esportivo), Maurício Assumpção Souza Jr. (PDL 887/2010) MPE.
Ao Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos (PDL 872/2010). MPE.	Ao advogado Celso de Assis Santos (PDL104/2010). TCH**.
Ao 2º sargento do Corpo de Bombeiro Militar carioca, Fernando Alves Moreira (PDL 873/2010). MPE.	Ao militante sindicalista e ambientalista, José Gaspar Ferraz de Campos (PDL 751/2010 e PDL 914/2010). MPE e TCH.
Ao 3º sargento do Corpo de Bombeiro Militar carioca, Luis Flávio Andretti (PDL 929/2010). MPE.	

* Medalha Pedro Ernesto.

** Título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro.

Portanto, as homenagens, de um lado, criam o vereador, dando um sentido à vereança de acordo com os temas, problemas e pessoas que este considera relevantes para seu mandato e para sua imagem pública, promovendo seu *trânsito* como político; de outro lado, essas homenagens operam um senso comum de expectativa de reciprocidade, de demonstração de *amizade, respeito, consideração, admiração e reconhecimento*.

Ainda na chave da reciprocidade, mesmo que de uma forma mais ampla e pautada na legislação das homenagens, o vereador Eliomar Coelho (PSOL)²⁸ trata esses tributos como uma espécie de *pagamento de dívida* que a sociedade tem com relação a uma pessoa. Ele diz que a cidade do Rio de Janeiro tem uma dívida com determinadas pessoas. Cita que deu medalhas para Leandro Konder, Hugo Carvana, Valter Alfaiate²⁹, “ou seja, para um elenco de pessoas que têm contribuído para a promoção da alegria, da festa e da felicidade. O poder público tem uma dívida com eles. E a gente tenta através dessas homenagens resgatar um pouco dessa dívida”. O vereador diz que, às vezes, acontece de o homenageado não querer receber a homenagem. Diz que um intelectual uma vez não quis e não recebeu, agradeceu a *lembrança* do nome, mas recusou. Haveria também algumas pessoas que dizem não querer, mas acabam aceitando: “Aí, no dia da homenagem é o dia de uma felicidade só, por estar sendo homenageado com uma dessas comendas”. Isso ocorre porque o ato de homenagear instaura uma “preeminência” do doador sobre o receptor, que se torna “devedor” ou, em termos mais precisos, informa publicamente a intenção de *reconhecimento*, o apreço, que o homenageador possui pelo homenageado, assim como deixa clara a aceitação desse apreço e *reconhecimento*, a honra que o homenageado sente por estar sendo reconhecido pela câmara e, na maioria dos casos, em especial, por um parlamentar específico. Por isso, muito das homenagens recusadas o são pelo fato de homenageador e homenageado ainda não possuírem nenhum vínculo significativo.

Um assessor me disse que havia uma vereadora “querendo de todo jeito homenagear a presidente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Carla Camuratti”, que estava concluindo a reforma do teatro. Todavia, a pretendida homenageada “estava fazendo de tudo para não receber essa homenagem”, que a parlamentar gostaria de fazer no Teatro Municipal, convocando a imprensa e ganhando visibilidade por isso. O assessor afirmava que a

²⁸ Este nome não é fictício, pois o vereador disse que não tem problemas em revelar seu nome, inclusive insistindo nisso, pois não teria nada a esconder. Devido a esse pedido e, mesmo ciente de que a não revelação de outros nomes não significa que estes tenham “algo a esconder”, todos os fatos e nomes relatados neste trecho corresponderão a pessoas e lugares conhecidos.

²⁹ Leandro Konder é um filósofo marxista brasileiro. Hugo Carvana é um ator e diretor de cinema. Valter Alfaiate foi um músico e sambista brasileiro.

presidente do teatro não desejava ser homenageada porque não queria estabelecer esse vínculo com a vereadora. Mauss, em um texto de 1924 intitulado “Gift-gift” (traduzido como “Dádiva-Veneno”), reflete sobre o duplo significado dessa palavra, cujos sentidos se diferenciaram nas línguas germânicas de maneira esclarecedora, já que o fizeram a partir de um fundo comum de ideias:

a coisa recebida como dom, a coisa recebida em geral compromete, liga mágica, religiosa, moral e juridicamente o doador e o donatário. Vindo de uma pessoa, fabricada ou apropriada por ela, e sendo dela, confere-lhe poder sobre o outro que a aceita. (Mauss, 2001 [1924]: 365)

Carla Camuratti, do ponto de vista deste assessor, não desejava se tornar uma devedora da vereadora, mais precisamente, não queria *se comprometer*, estabelecer um compromisso, pois, “a partir desse fundo comum de ideias”, ela sabia que a aceitação da medalha implicaria o estabelecimento de relações entre as duas partes (que ela estaria “de rabo preso”, como disse o assessor). Pode-se especular que, do ponto de vista da pretendida homenageada, a recusa estava mais em não querer emprestar visibilidade do que *se comprometer* ou ficar de “rabo preso” com o vereador. Contudo, fica aqui apenas uma especulação, uma vez que não a entrevistei. Todavia, é salutar ressaltar que para o assessor e para os políticos envolvidos com as homenagens trata-se sempre do estabelecimento de alguma ligação entre homenageado e homenageador, de um “fundo comum de ideias” sobre a reciprocidade, ou a expectativa dela.

Para concluir, parafraseando Mauss:

o kula, sua forma essencial, não passa, ele próprio, de um momento, o mais solene, de um vasto sistema de prestações e de contraprestações que, na verdade, parece englobar a totalidade da vida econômica e civil dos trobriandeses. (Mauss, 1974a [1950]: 83).

Mutatis mutandis, todo o discurso acionado sobre as homenagens leva em conta o ato aparentemente desinteressado de dar, posto que essas operações envolvem inexoravelmente um misto de *interesse* e *desinteresse*, e também parecem ser um momento de um circuito mais amplo de reciprocidade que envolve políticos, eleitores, correligionários, outros funcionários do estado e membros da imprensa - pois não é somente nesses momentos solenes que o discurso dos *favores*, da *amizade*, do *bom transito* são acionados para pautar e justificar as ações dos políticos. Nas homenagens, os parlamentares não somente criam relações de *apoio*, *agradecem* e *agradam*; eles também constroem sua imagem perante o

público, destacando questões e pessoas que consideram *relevantes*, criando-se como vereadores.

3.2 A Antropologia da homenagem e o contraste dádiva/mercadoria

Assim, de um lado, os parlamentares amparados em seu *acordo* viabilizam a consecução das homenagens - qualquer homenagem *deve passar*, pois está sob *acordo*. De outro lado, elas, ao mesmo tempo em que são realizadas pelos parlamentares, também atuam na criação de sentido para a vereança. Sobre este segundo aspecto, há um intenso e profuso debate antropológico. *Agrado, lembrança, reconhecimento, contentamento* foram remetidos no texto, ainda que de forma tangencial, à noção de reciprocidade, ou melhor, de expectativa de reciprocidade (nos termos nativos). Isto ocorreu não porque a concessão de títulos e medalhas (enfim, de homenagens) possa ser igualada às dádivas extensamente debatidas pela antropologia, principalmente quando se tem por referência a Melanésia. A noção de reciprocidade foi mobilizada porque, diante de uma leitura que poderia pensar as homenagens como compra de apoio político, a perspectiva da reciprocidade permite balizar melhor a compreensão do que ocorre no processo, levando em conta tanto o que os parlamentares dizem sobre as homenagens (concedidas por si e pelos outros) quanto sobre seu processo de elaboração/tramitação e execução.

É inevitável supor que se diga que por trás de tudo, das homenagens como compra e venda de apoio em um mercado político, o que de fato prevalece é a concepção da homenagem como uma espécie de mercadoria. De acordo com as leituras que enxergam a concessão de homenagens pelos parlamentares como uma forma de clientelismo, a homenagem seria um recurso que *representa* e pertence à sociedade como um todo, mas é apropriada pelos parlamentares de forma desonesta ao serem utilizadas para comprar o apoio de suas bases ou aliados – uma espécie de reedição da fórmula protomarxista da contradição entre a produção universal e a apropriação particular; e assim tudo é mercadoria. Ou seja, por considerar a homenagem como um recurso que pode ser comprado e vendido, a metáfora da mercadoria (a *root metaphor* ocidental, como descrita por Strathern, 2006 [1988]) funciona como uma base para a construção desse tipo de reflexão. A aplicação de tal metáfora por esse tipo de pensamento implicaria que a homenagem funcionaria em um regime semelhante ao da troca mercantil (pautador por interesses particulares), *deturpando* a política, a qual, em uma versão moderna-estatal-racional-legal, supostamente deveria operar na “esfera pública”,

distanciada de dimensões particularistas. Desse modo, a homenagem seria vista como mais uma dentre outras tantas ações que a política deturparia ao se colocar à disposição dos interesses individuais ao invés do *bem público*, daí uma possível associação entre ela e uma corrupção da atividade política: aquela que justamente corrompe, despurifica o estado original da matéria, para voltarmos ao ponto de Latour. É por essa razão que muito se critica o “toma lá dá cá” em política, pois este alude à compra e venda, à relação monetária ou de troca pecuniária que, imagina-se, não deveria poluir a política e a relação com os *bens públicos*. Se as homenagens ou os *bens públicos* são produzidos por todos, não poderiam ser apropriados ou utilizados para fins particulares, alienados de seus “reais” produtores - o coletivo da sociedade *representada*.

É para intervir, discutir com esses dois pressupostos - a política em busca do *bem comum* e os deputados atuando nas homenagens como se trocassem mercadorias políticas - que a noção de reciprocidade, muito discutida na antropologia, pode ser trazida para ajudar nas considerações. O contraste entre dádiva e mercadoria está sendo mobilizado como uma retórica que leva as opiniões e ações dos parlamentares a aparecerem em nosso relato a partir de uma perspectiva “holista”, mas tomando esta de maneira provisória, a fim de não ferir a autonomia dos enunciados nativos. No entanto, cabe esclarecer, neste caso a relação dádiva/mercadoria aparece como uma invenção que de certo modo está respaldada tanto nos discursos dos parlamentares quanto na eventual pletora discursiva que eu eventualmente possa produzir. Não se pretende que ela seja uma imagem de um mundo fenomênico, mas um modo de mobilizar uma reflexão sobre a interconexão de eventos e relações que fazem sentido para o universo dos políticos - mais do que para o universo dos cientistas políticos, embora este esteja sendo de alguma forma utilizado como paradigma contrário ao dos nossos nativos, por incrível que possa parecer... -, e está sendo ativada para a realização de uma reflexão antropológica (sem a pretensão de, por outro lado, dizer que o discurso antropológico “representa” os nativos, ou é mais “fiel” a eles: simplesmente, ou complexamente, como queira), ele é o resultado da transformação que se deixa acontecer ao entrar em relação com o nativo. Não penso que os parlamentares em suas homenagens estejam trocando dádivas – e nem mercadorias. Apenas aciono essa oposição, pois ela serve para refletir antropológicamente sobre pensamentos, suposições e ações que os parlamentares (e seus algozes, aqueles que dizem o que eles *deveriam* ser) utilizaram para falar sobre homenagem.

Quando a homenagem é tida por *mesquinha*, *cooptadora* de eleitores, ou algo similar, é referida como se fosse mercadoria (em um lugar onde não deveria haver

mercadoria, compra e venda, etc.); já quando é tida por *reconhecimento*, *agradecimento*, *agrado*, é referida como se fosse uma dádiva. O “como se fosse” cumpre o papel de pontuar que esse contraste dádiva/mercadoria foi produzido alhures e serve apenas como controle para se pensar uma teoria e prática política nativa sobre a homenagem. O desafio é procurar não descontextualizar os construtos nativos (e os construtos sobre os nativos) ao utilizar como contrapartida elementos que os nativos acionaram na sua relação com o antropólogo. A vantagem dessa metáfora é um recurso exegetico, pois “falar sobre dádiva evoca constantemente a possibilidade de que a descrição pudesse parecer muito diferente se, ao invés disso, estivéssemos falando sobre mercadoria” (Strathern, 2006 [1988]: 49). Com isso podemos mobilizar termos como “pessoas” e “coisas” juntamente com a noção de “propriedade”, no sentido de que as pessoas ou entidades possuem as coisas, pois as produziram e podem distribuí-las se assim o desejassem. Falar em termos dessa oposição implica em remeter à organização de relações - neste caso, o modo como as homenagens são produzidas e “consumidas”. No fundo, a oposição trata mais de formas de produtividade, e não somente de formas de circulação. Como comenta Strathern (ibid: 222) sobre Gregory (1982):

A troca de mercadorias estabelece uma relação entre objetos trocados, ao passo que a troca de dádivas estabelece uma relação entre os sujeitos envolvidos na troca. Numa economia de orientação mercantil, as pessoas experienciam seu interesse por mercadorias como um desejo de apropriar-se de bens; numa economia orientada pela dádiva, o desejo é o de ampliar relações sociais.

Vejamos, assim, um pouco mais detalhadamente, como essas homenagens são produzidas e postas em circulação, e em que medida o contraste citado serve para a reflexão.

Qualquer homenagem, em sua concepção na letra da lei, remete ao conjunto dos parlamentares: é uma homenagem da *Casa*. A *Casa* é formada pelos parlamentares como *representantes* da sociedade em seu conjunto. No caso desta pesquisa, os parlamentares *representam* os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro ou o Distrito Federal. Num primeiro nível, portanto, as homenagens públicas dessas *Casas* são homenagens da sociedade como um todo, pois os parlamentares a *representam*. São homenagens que prestigiam pessoas que contribuíram para o *bem comum* da coletividade, e a unanimidade na sua aprovação ratifica o

caráter geral da concessão. Quando um parlamentar propõe uma homenagem e esta é aprovada, uma proposição individual torna-se coletiva.³⁰

Os termos *representar* e *representante* vêm sendo muito utilizados nesta tese. O entendimento que se tem deles aqui, primeiramente, é um entendimento nativo. Os parlamentares individualmente dizem *representar* seus eleitores e, quando em conjunto, dizem *representar a sociedade*. É por isso que se ouve dos próprios que se o parlamento é ruim é porque a sociedade não é lá muito boa. Ele é pensado como um reflexo desta. Segundo Latour (1994 [1991]), a noção de representação é muito ilustrativa da “partição moderna”. Descrevendo a relação entre Boyle e a invenção do discurso científico, e Hobbes sobre a política, ele mostra como a noção de representação foi partida ao dizermos que “cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política, a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia” (ibid: 33). O autor emprega a noção de porta-voz³¹ para falar sobre *representação*³². Dizer que A *representa* B, é dizer que A fala em nome de B, o qual não pode falar. Dizer que um vereador é *representante* de algum grupo, é dizer que ele pode falar em nome desse grupo. Kuschnir (1999) demonstra todo o esforço que os parlamentares realizam para se criarem como *pertencentes* ao universo do eleitor, com a candidatura devendo ser concebida como algo involuntário, um sacrifício da vida privada destes em nome da *representação* pública.

Dizer que a câmara *representa* a sociedade é dizer que os vereadores podem *falar* (daí *parlamentar*) em nome dela. Em decorrência, o *representante* não fala em seu próprio nome: suas palavras são a fala daqueles que não podem falar, pois seria impossível que todos falassem ao mesmo tempo. Ou seja, a palavra do *representante* é vista como uma síntese. Sua vontade nessa concepção de *representação* é eclipsada pela vontade daqueles que estão sendo *representados*. Nesse sentido, as eleições são um dispositivo para estabilizar e criar esse tipo de concepção de *representação* - mediante a construção de uma relação de *pertencimento*, como observa Kuschnir. Este momento determina os *representantes*. A noção

³⁰ Isto do ponto de vista de uma teoria do estado ou do direito, já que esta tese tende a ver esses processos mais como formas de agregação/coletivização *versus* particularização/atomização. (Strathern, op cit).

³¹ Especialmente em Latour, 2000 [1998].

³² Como complicador ainda temos esta noção sendo usada em etnografia, quando se diz que tais ideias representam as classes populares, os moradores, os nativos, etc. De qualquer modo, quando se fala em representação em antropologia não se deve referi-la como sinônimo de porta-voz ou do pós-moderno “deixar o nativo falar”, como algo que representa a “opinião nativa”. Como mostra Magnani (1986) amparado em Malinowski sobre os *baloma*, o trabalho de campo é uma atividade *criativa* a partir do que os nativos fazem e dizem que fazem, com todas as atenções e ressalvas devidas com relação àqueles que falam e em que contexto o fazem.

de *representação* é uma *captura* dessa algazarra³³. De outro modo, o que vemos nas posições que os parlamentares tomam com relação à homenagem - os parlamentares em ação -, perturba essa concepção de *representação*. Ao observarmos estes movimentos, esta categoria nativa é abalada, pois percebe-se que uma homenagem tem origem na intenção de um vereador, e não na *Casa* como um todo. E mais: é difícil dizer que essa intenção tenha origem no grupo que o vereador diz *representar*³⁴. Dependendo da forma como se olha para as homenagens, esses porta-vozes podem ter a força de uma realidade objetiva (por causa da eleição, cada parlamentar *representa* um grupo, e em conjunto eles *representam* uma *sociedade*), ou a força de um indivíduo em suas intenções subjetivas. As homenagens como um todo são um objeto privilegiado que demonstra a força das construções dos enunciados públicos a partir de contextos marcadamente particulares.

Há, portanto, um momento em que a homenagem que se tornara uma proposição coletiva é extraída, e passa a aparecer menos como uma homenagem da *Casa* e da sociedade como um todo e mais como a de um parlamentar específico a uma pessoa ou entidade determinada. É nesse momento que elementos como *agrado*, *contentamento* e *reconhecimento* passam a ter lugar na justificativa das homenagens. É também quando a expectativa de reciprocidade atua com maior força, pois, segundo essa teoria e prática política “mesmo que o parlamentar não queira, ele acaba *agradando*”. Remetendo a Strathern (2006 [1988]: 248), “a vinculação é condição de todas as relações baseadas na dádiva”. É aqui que o ato de conceder uma homenagem deve ter como consequência a aceitação ou a recusa por parte do homenageado, pois aceitar significa compartilhar do apreço, *consideração* e *reconhecimento* pelo parlamentar. É partilhar publicamente um *reconhecimento* mútuo³⁵. É nesse momento que, em contraposição, pode surgir a acusação de que o parlamentar está sendo *mesquinho*, *oportunista* e *eleitoreiro*, por estar se aproveitando de um *reconhecimento público* e transformando-o em *reconhecimento* particular, deturpando sua finalidade. É aqui que os políticos acusam-se uns aos outros de *oportunismo*: minhas homenagens são *justas* e

³³ Este ponto de vista analítico permite inclusive questionar os pressupostos de uma *democracia representativa*, ao tentar desestabilizar ou tratar como nativa a concepção de *representação*. Nesse sentido, a perspectiva adotada nesta tese não pode ser classificada como estatal. Na mesma direção, ver Goldman (2006).

³⁴ A questão da “traição” do representante ou porta-voz é constituinte da própria noção. “A República é uma criatura artificial paradoxal, composta de cidadãos unidos apenas através da autorização dada a uma pessoa para representá-los todos. O soberano fala em seu nome ou em nome daqueles que o autorizam? Questão insolúvel que a filosofia moderna nunca terminou de desembaralhar. (...) Os cientistas são os representantes escrupulosos dos fatos. Quem fala quando eles falam? Os próprios fatos, sem dúvida nenhuma, mas também seus porta-vozes autorizados. Quem fala, então: a natureza ou os homens? Questão insolúvel com o qual a filosofia das ciências irá defrontar-se durante quase três séculos” (Latour, 1994 [1991]: 34).

³⁵ Refiro-me principalmente às homenagens de maior valor, de caráter individualizado: concessão de títulos e medalhas.

meritórias, ao passo que as dos outros são *mesquinhas e eleitoreiras*. É interessante notar que, embora ocorram essas acusações, é constitutivo do próprio processo de homenagem que o *reconhecimento público* transforme-se em *reconhecimento* de um parlamentar específico.

Pela própria dinâmica das concessões, é inevitável que as homenagens tenham um *autor* e, que no momento público solene, este *autor apareça*³⁶ diante do homenageado e do público presente. Ou seja, quer aqueles que acusam os parlamentares de *interesseiros* queiram ou não, a homenagem inevitavelmente é “extraída” da *Casa* e sociedade como um todo para *aparecer* (tornar-se visível) como uma homenagem do autor da proposição. Todo parlamentar tem uma cota de homenagens (pelo menos das homenagens principais) que reforça o sentido de sua *autoria*, afinal, é um recurso finito que ele escolheu com quem compartilhar. A *autoria* é constitutiva da homenagem, e como tal funciona como clarificadora da extração operada pelo parlamentar sobre a homenagem pública, denotada, por exemplo, pelo termo *aparecer*. E é nesse *aparecer* que o vereador cria seu mandato.

Portanto, no momento inicial a homenagem *representa* um coletivo, a *Casa*, que por sua vez supõe *representar* todos os cidadãos cariocas, paulistanos ou distritais. No segundo momento, a homenagem representa o *reconhecimento* de um parlamentar específico que também é *reconhecido* pelo homenageado. Na sessão solene esse mútuo *reconhecimento* fica transparente. Ou seja, no segundo momento, a homenagem sofre uma espécie de redução, supostamente representa menos o todo e mais uma parte: o *autor* da proposição da homenagem que *aparece* diante do homenageado e de seu público. Contudo, durante a sessão, a homenagem sofre uma expansão de outro tipo – aludida no texto como uma metonímia que se torna sinédoque (terceiro momento). Uma homenagem que inicialmente referia-se a uma pessoa ou instituição, acaba por contemplar um coletivo de pessoas ou um coletivo de instituições. Performativamente, isso fica claro tanto na fala dos parlamentares como na dos homenageados durante a sessão. Esta relação não é ocultada; é visível e celebrada durante as cerimônias. Uma leitura que vê na homenagem um recurso *mesquinho* que apropria o *reconhecimento público* tornando-o um *reconhecimento* particular, apenas observa o momento da extração da homenagem pelo parlamentar que a propôs e que por isso *aparece* (o segundo momento). Quando observado a partir de um ponto de vista exterior à reciprocidade de uma homenagem específica, o caráter mercadoria da homenagem é salientado, englobando o caráter dádiva desta. Ainda que se ocupe um ponto de vista interno à *Casa*, mas exterior à relação específica entre homenageador e homenageado, uma acusação inscrita no “sistema” é

³⁶ *Aparecer* está como termo nativo, pois, segundo os parlamentares, o vereador *aparece* para seu público durante a homenagem, que é um instrumento de visibilidade parlamentar.

detonada: os homenageadores são *interesseiros* e desejam *cooptar apoio* – um mecanismo típico de acusação política.

O momento no qual o parlamentar *aparece* é o momento mais “quente” da homenagem. Posteriormente, há um quarto momento após a realização da homenagem, em que ela “esfria”. Quando transcorrida a homenagem, do ponto de vista da *Casa* ela se torna um registro no Diário Oficial e nos anais. Embora as relações entre parlamentar e homenageado provavelmente prossigam, visto que a homenagem funciona como propulsora ou solidificadora de uma relação (pelo menos em termos de uma tentativa ou expectativa), para a *Casa* como um todo (ou sociedade supostamente *representada* por ela) essa homenagem “esfria” e torna-se um registro dos cidadãos honorários, beneméritos ou “pedros ernestos”.

Na forma como vem sendo interpretada aqui, o momento 1 da homenagem em potencial é um momento “frio”, no qual o futuro homenageado ainda não ocupa o espaço de cidadão benemérito ou honorário “que procedera na defesa do *bem comum*”. A homenagem é um recurso previsto em regimento. Nos momentos 2 e 3, a homenagem “esquenta”, e relaciona um parlamentar específico a um dado homenageado, o que pode despertar acusações remetendo à defesa de interesses particularistas. No momento 4, ela “esfria” novamente e passa a compor um rol de pessoas homenageadas pelas *Casas* e, por extensão, pelas sociedades que essas estas *representam*. Essa dinâmica de “aquecer” e “esfriar” a homenagem remete ao que foi citado na Introdução como sendo as duas faces de Jano. O mecanismo metaforizado por essa figura mítica foi acionado para comparar momentos distintos da produção de homenagens³⁷ pelo estado. No momento 1, estamos à volta com o Jano velho, com a letra fria da lei, com a possibilidade inscrita no regulamento. Nos momentos 2 e 3, observamos a realização da lei na prática, a teoria e prática política de aplicação do regulamento. Espreitamos o *agrado*, o *reconhecimento*, o *contentamento* e suas acusações: eis o Jano jovial em efervescência – num momento “quente” de *tradução* -, o estado e a *Casa* sendo construídos nas práticas cotidianas. No momento 4, notamos o retorno do Jano mais experiente, aquele que “esfria” a excitação do jovem Jano, *purificando*, descontextualizando as ações e construindo uma lista de *cidadãos de bem*, dignos de homenagem. É o Jano mais velho e mais vivido contando a História.

³⁷ Não só das homenagens. Para ver como esse mecanismo funciona na burocracia do cartório, ver Pinto (2007).

Capítulo 4 - AS HOMENAGENS “ETERNAS”: OS NOMES NOS LOGRADOUROS

Neste capítulo tratarei de um tipo de prática contígua às que vimos até agora, porém, de certa maneira, vista como potencializada pelos nativos - as denominações de logradouros públicos. A etnografia das homenagens públicas das câmaras legislativas tem procurado mostrar que, amparados pelo *acordo*, os vereadores e deputados distritais propõem e aprovam homenagens “sem discussão”. Elas são um recurso importante para esses parlamentares. *Agrado*, *reconhecimento* e *lembrança* geram expectativa de retribuição por parte daqueles que são os *autores* das homenagens, e as denominações de logradouros estão entre as espécies de homenagens disponíveis para esses políticos. Nem sempre as denominações dos espaços públicos foram tratadas como homenagens.¹ Houve época em que os lugares não tinham denominação oficial. Atualmente, as denominações tendem a ser antroponímicas², cumprindo uma função laudatória e de memória de personalidades falecidas ou de coletivos homenageados.

Numa primeira visão panorâmica sobre os três casos de cidades brasileiras aqui pensados, uma diferença óbvia salta aos olhos. Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo apresentam um padrão de nomes muito semelhantes, inclusive repetindo nomes, Brasília, por toda a sua história e planejamento, se distingue das duas (e, de fato, da maioria das cidades brasileiras), pois suas ruas seguem toda uma configuração e orientação baseada nos pontos cardeais. Planejada urbanisticamente por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o plano piloto da capital tem o formato de um avião, dividido em norte/sul pelo Eixo Monumental e leste/oeste pelo Eixo Rodoviário, popularmente conhecido por “Eixão”. As demais avenidas e quadras são todas organizadas alfanumericamente de acordo com os pontos cardeais (L=leste do Eixo Rodoviário e W=oeste do mesmo Eixo). Cabe observar que esse sistema organizacional alfanumérico se espalhou por grande parte do Distrito Federal³. Embora as ruas e avenidas brasilienses tenham essa organização característica, há logradouros que remetem a outros tipos de designação. Alguns prédios públicos, parques esportivos e pontes recebem nomes de

¹ Cf. Anexo A sobre a mudança desta prática com relação à cidade de São Paulo.

² Como nota Dick (1996: 369) acerca de uma tendência atual no sentido antroponímico e laudatório.

³ Com exceções, como o novo Distrito de Águas Claras, por exemplo, que é cortado por duas avenidas principais com nomes de árvores (Avenida das Castanheiras e Avenida das Araucárias), sendo que as demais ruas e quadras seguem o padrão alfanumérico.

peças. Assim, há o Ginásio Nilson Nelson, o estádio Mané Garrincha⁴, o autódromo Nelson Piquet, a ponte Juscelino Kubitschek e a ponte Costa e Silva, o parque da cidade Dona Sarah Kubitschek. Todavia, esses grandes lugares-monumentos são exceções; os referenciais espaciais, as vias de acesso, são mais comumente classificados de acordo com o padrão anteriormente descrito.

Já nas outras duas cidades, observa-se um grande número de nomes para nomes de ruas, ainda que seja possível identificar um predomínio e uma tendência do emprego de nomes de pessoas. Por exemplo, em São Paulo e Rio de Janeiro encontramos ruas com nomes de plantas (em São Paulo: Rua Samambaia e Travessa Samambaia do Amazonas), profissões (no Rio de Janeiro: Rua do Eletricista, Rua dos Contabilistas, Rua dos Contínuos) e países (São Paulo: Avenida Itália, Rua dos Italianos e Rua Nova Zelândia)⁵. Contudo, como colocado acima, estudos como os de Dick (1996) e Porto (1996) apontam uma tendência antropônima desde o início do século XX, a qual tem se aprofundado nos últimos vinte anos, tendo em vista a mudança de nome de muitos logradouros, destacada por veículos de comunicação⁶. Essa tendência de criação de nomes de lugares devido à expansão da malha urbana, bem como a modificação de nomes já estabelecidos, segue sempre a inclinação de que o nome de batismo seja o nome de uma pessoa. Dá-se o nome de uma pessoa a um lugar, configurando uma homenagem.

No caso específico dos nomes de lugares dessas duas cidades, o costume informa que os nomes sejam de pessoas já falecidas⁷. Isto é, pessoas que supostamente tenham desempenhado um “bom papel” a favor da cidade, da nação ou do mundo, ao morrerem, podem se tornar nome de lugar. O destino dos “grandes mortos” seria, em tese, por meio das homenagens, ficarem cristalizados no espaço urbano, nomeando lugares. Essa ideia

⁴ Este nome esteve recentemente inserido em uma polêmica, pois o estádio foi demolido para reconstrução de outro para a Copa de 2014. A proposta inicial era que o nome do estádio também mudasse para Estádio Nacional de Brasília. Após muitos protestos da opinião pública, deliberou-se que o nome do estádio seria Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha – uma solução conciliadora muito comum, como veremos.

⁵ São muitas as motivações de nomes de logradouros. A legislação paulistana, por exemplo, aceita como nomes para nomes de logradouros: nomes de pessoas; datas ou fatos históricos; nomes que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos; nomes de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas; nomes de veículos marítimos, aéreos, terrestres e espaciais famosos; nomes de personagens do folclore, nomes de corpos celestes (Seção IV, artigo 17 do Decreto nº 27.568 de 22 de Novembro de 1988).

⁶ Os exemplos são inúmeros. Para citar uma manchete emblemática do tom dessas reportagens: “Bairros se descaracterizam com mudanças de nomes de ruas: quase 10% dos projetos na Câmara são para alterar designação de vias e praças da cidade” (O Estado de São Paulo, 28 de Julho de 2006).

⁷ Há uma lei federal (nº. 6454 de 1977) que proíbe que pessoas vivas sejam homenageadas com nomes de logradouros, mas isso nem sempre é seguido à risca, embora haja uma espécie de entendimento de que somente pessoas já falecidas possam figurar nas placas de logradouros. “A Justiça” também compreende deste modo, e tem revogado leis em que pessoas vivas dão nome a logradouros, como a Avenida Edson Lobão em São Luís (MA), que por ordem desta teve que ser alterado.

de que *peessoas importantes* acabam sendo eternizadas nos nomes de logradouros pode ser vista difundida em vários meios, como numa propaganda de uma universidade, que, mostrando os nomes de pessoas em ruas, assevera: “É isso que acontece quando alguém se destaca” e, ao mostrar muitas ruas que ainda não têm nomes de pessoas, frisa: “E o mundo ainda tem muito espaço para quem faz a diferença”.⁸ Isto quer dizer que há uma difusão da noção de que *peessoas importantes* são homenageadas *post mortem* nos nomes de lugares. Entretanto, essa legislação varia de localidade para localidade. No Maranhão, por exemplo, há muitos lugares com nomes de pessoas vivas, pertencentes ou aliadas à família Sarney: Vila Sarney Filho, Vila Mauro Fecury, Ponte José Sarney, avenida Edison Lobão, Passarela do Samba Roseana Sarney – alguns desses nomes, inclusive, já mudaram ou a mando do judiciário, ou porque houve uma mudança de aliados da família. Não obstante essas substantivas exceções, a regra é que somente pessoas falecidas possam ser homenageadas com nomes em logradouros - o contrário é mal visto pela “opinião pública” e tem sido revogado. Em São Paulo, a legislação determina que assim seja, ainda que já tenham ocorrido projeto de lei para tentar alterar essa regra. A vereadora paulistana Noemi Nonato (PSB) o fez ao propor que pessoas em “idade provecta” pudessem ser honradas com a denominação de logradouros (PL 531/05), percebe-se que não há *acordo* e nem parecer favorável para tal mudança, o que demonstra pluralidades e discordâncias no interior do estado:

Justificativa (da vereadora)

O presente Projeto de Lei tem por objetivo honrar personalidades que por seus relevantes serviços à comunidade, à cidade, ao país e à Humanidade mereçam o *reconhecimento público* de seus concidadãos ainda vivos. Se esse *reconhecimento* após a morte é válido e tanto *agrada* a família quanto estimula as ações éticas e cívicas, pois todos desejam uma boa reputação, de nada adianta ao que já faleceu. Assim sendo, deseja-se um verdadeiro incentivo para que todos se dediquem ao *bem da comunidade*, que todos saibam que podem colher os frutos da gratidão de seus semelhantes ainda vivos, mesmo que numa idade já provecta. Tal medida elimina o constrangimento paradoxal que é esperar que alguém morra para ser homenageado. Por outro lado, essa medida implicará numa demonstração de *carinho* para homens e mulheres já idosos, que poderão ver o resultado daquelas ações generosas ou heroicas que semearam nos anos de maior vigor.

De certa forma, o grau de desenvolvimento de uma sociedade se mede pelos cuidados que ela dispensa aos seus cidadãos e cidadãs mais velhos, pessoas cujos passados iluminam o presente e jogam esperança para o futuro.

Desde já agradeço o apoio que, tenho certeza, terei dos meus Nobres Pares, sensíveis às legítimas demandas da população e sempre prontos a reconhecer e realizar o *interesse público* (...)

⁸ Propaganda no Anexo B da tese.

SEHAB – CASE (Parecer contrário)⁹

O projeto sob exame adota a seguinte premissa: as pessoas de mais de 65 anos, cuja conduta pregressa recomendar o emprego do próprio nome em logradouro público, jamais realizarão ato capaz de suscitar a revogação da homenagem que lhes foi prestada. Quem conhece o ser humano sabe que essa premissa é, no mínimo, duvidosa, porquanto nada impede que um sexagenário de conduta exemplar, pratique ato desabonador em plena maturidade.

Diante dessa possibilidade, pouco importa se pouco ou muito remota, a administração paulistana terá de enfrentar a desconfortável decisão de manter o nome do logradouro ou então substituí-lo. No primeiro caso, lidará com o constrangimento de perpetuar homenagem a pessoa de conduta duvidosa. No segundo, ferirá o legítimo interesse dos domiciliados no logradouro por certo desejosos de manter inalterado o próprio endereço. Ademais, se considerarmos que pessoas dessa idade podem candidatar-se a cargos públicos eletivos, é simples antever o *uso político-partidário* desse tipo de homenagem.

Diante do exposto, não vemos nenhuma razão que justifique a mudança da regra vigente, por mais prudente e sábia sobre ter sido testada ao longo de décadas de vigência.¹⁰

Também observei esse tipo de interdição de homenagens em Lisboa (Portugal)¹¹. Um dos princípios orientadores da Comissão Municipal de Toponímia é que, no caso das denominações de logradouro, essas devam ser somente efetuadas *post mortem*, ou melhor, a partir de 3 anos depois do falecimento do pretendido homenageado. Essa espera de tempo de falecimento é necessária para evitar o que um representante da Comissão designou por “síndrome do funeral”: a predisposição momentânea a considerar que a pessoa que acabou de falecer é *bondosa e relevante* para a comunidade, motivando a realização de homenagens póstumas precoces, sem o devido tempo de maturação da ideia. Um funcionário da Comissão traçou um paralelo interessante sobre essa condição: “Assim como a Igreja

⁹ CASE (Departamento de Cadastro Setorial) é uma divisão da SEHAB (Secretaria de Habitação) paulistana. A forma como obtive acesso a esta divisão é descrita no capítulo 1. Adiante, explico melhor o papel desta divisão no processo de denominação de logradouros.

¹⁰ Grifos meus.

¹¹ Realizei um estágio de doutorado em Lisboa. Percebe-se que a Divisão de Patrimônio Histórico de São Paulo tenta realizar um trabalho análogo ao da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa, mas com diferente sucesso. A Comissão Municipal de Toponímia é um órgão consultivo presidida pela vereadora do pelouro de Cultura e composta por membros da direção municipal de Cultura, da Gestão Urbanística, dos Serviços Gerais, além de representantes de universidades e olisipógrafos (estudiosos sobre Lisboa). Em Lisboa, a câmara municipal, embora tenha a última palavra, dificilmente se manifesta contrariamente à comissão, uma vez que o presidente desta é um vereador que dá vazão às demandas de seus colegas. Outro aspecto que pautava essa diferença é o fato de que, na capital portuguesa, a câmara é o poder executivo, com mais prerrogativas e instrumentos de atuação, enquanto no Brasil a câmara é o poder legislativo. A relação entre câmara municipal e prefeitura, em São Paulo, guarda semelhanças com a relação entre assembleia municipal e câmara municipal, em Lisboa. Contudo, neste último caso observa-se que o fato de as denominações de logradouros serem prerrogativas da câmara (executivo) fortalece esta e a Comissão em detrimento da assembleia municipal (legislativo); já em São Paulo, como a denominação é igualmente prerrogativa da câmara e da prefeitura, há um enfraquecimento do papel da Divisão do Patrimônio Histórico (burocracia do executivo).

Católica prescreve um tempo para a beatificação, também acho natural que se espere um tempo para *reconhecer* publicamente uma pessoa com nome de rua. Há outras formas de homenagem para pessoas vivas ou que acabaram de falecer...”. Essa noção de espera e maturação é indicativa do valor desse tipo de homenagem. Assim, moções são entregues o ano todo, ilimitadamente; os títulos têm cotas por parlamentar; as denominações de logradouros devem esperar o falecimento do epônimo. O funcionário da Divisão do Patrimônio Histórico¹² paulistana me disse, inclusive, ser comum na biografia arquivada das pessoas que denominam logradouros, constar as outras homenagens que estas receberam durante a vida, como uma forma de ratificar o *merecimento*.

Pelos motivos expostos, percebe-se uma hierarquia de valores entre as homenagens. Pela justificativa da vereadora e pelo parecer contrário se nota que elementos as compõe: *agrado, carinho*, premissas sobre o ser humano, juízos de valor sobre condutas e usos políticos partidários, *reconhecimento e interesse público, bem da comunidade*, considerações “técnicas” a respeito da manutenção das normas, frases de efeito. Embora uma diversidade de elementos formem as justificativas dos agentes estatais, posteriormente, apenas alguns motivos serão lembrados, como o *interesse e reconhecimento públicos*; já o zelo pelas normas técnicas, escondem discordâncias acerca de concepções sobre as homenagens nos logradouros, o conflito entre os parlamentares e outras divisões do estado que competem sobre a matéria.

Vejamos melhor como ocorrem os processos de denominação de logradouro. No caso paulistano¹³, os dois poderes (legislativo e executivo) podem denominar logradouros. Quando é o executivo que denomina, ele o faz por meio da SEHAB (Secretária de Habitação) e sua seção CASE (Departamento de Cadastro Setorial). O CASE

implanta, opera e mantém os cadastros técnicos sobre anúncios, atos legais e dados técnicos dos logradouros e banco de nomes; numerações das unidades

¹² A DPH (Divisão de Patrimônio Histórico) paulistana e sua Seção de Logradouros é uma das divisões onde os processos de denominação de logradouros necessariamente devem circular. A forma como tive acesso a este setor é descrito no capítulo 1. Adiante, esclareci o papel desta divisão no que se refere as denominações.

¹³ Neste capítulo, concentro-me no caso paulistano, principalmente por causa da organização quanto a esta matéria ser de clara divisão de prerrogativas entre o executivo e o legislativo. Os dois poderes compartilham essa atribuição e esse compartilhamento atual não olvida a história de mudanças e disputas entre estes para resolver sobre quem recairia a atribuição. Olhar principalmente para o caso paulistano ilumina o *modus operandi* de denominação de logradouros realizados pelos municípios brasileiros. Assim, São Paulo é o contexto mais concentrado, os outros funcionam como uma espécie de “controle”, ilustrando semelhanças e diferenças. Os nomes de logradouros em São Paulo também são olhados com mais cuidado, pois o material referente a essa temática sobre a cidade apresentou-se como de mais fácil acesso e em maior quantidade.

imobiliárias e estrutura urbana, incluindo melhoramento viário, legislação sobre zoneamento, áreas de proteção a aeroportos e mananciais¹⁴.

O CASE possui cinco divisões¹⁵, sendo a 4ª (Divisão Técnica Oficialização de Denominação de Logradouros)¹⁶ a responsável pela atribuição dos nomes de forma oficial e “definitiva”. Toda oficialização e denominação de logradouros, seja executada pela prefeitura, seja pela câmara, em algum momento tramita no CASE, pois este é o responsável pela oficialização. Na verdade, ainda que prefeitura e câmara possam dar nomes aos logradouros, apenas a prefeitura realiza a sua oficialização, ou seja, apenas ela, e por intermédio do CASE (SEHAB), pode dizer que dado logradouro existe, obedece a normas técnicas e é passível de denominação.

Se a prefeitura denomina logradouros diretamente pelo CASE, a câmara municipal desfruta de seus próprios caminhos. O vereador que desejar denominar um logradouro deve propor um projeto de lei especificando o nome desejado, o qual passará pelas Comissões Permanentes. As Comissões Permanentes são 7: Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento; Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Administração Pública; Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; Educação, Cultura e Esportes¹⁷; Saúde, Promoção Social e Trabalho. Todos os projetos de lei devem passar pelas Comissões antes de irem a plenário. Sendo aprovado por elas, o projeto segue sua tramitação junto ao CASE e ao DPH (Divisão de Patrimônio Histórico, Seção de Denominação de Logradouros), já que a proposição de denominação de logradouros dispensa votação em plenária, como *acordado* entre os vereadores e respaldado pelo Regimento Interno¹⁸.

Agora, no caso de um vereador desejar alterar a denominação de algum logradouro, o processo é um pouco mais extenso. Além de todos os trâmites descritos anteriormente, o projeto deve também ser votado em plenário. Apesar dessa necessidade, eles

¹⁴ Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp>. Acesso em 28/04/2012.

¹⁵ CASE G (Gabinete); CASE 1 (Divisão Técnica de Anúncios); CASE 2 (Divisão Técnica de Imóveis e Mobiliário Urbanos); CASE 3 (Divisão Técnica de Estrutura Urbana); CASE 4 (Divisão Técnica Oficialização de Denominação de Logradouros); CASE 5 (Divisão Técnica de Informações). Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp>. Acesso em 28/04/2012.

¹⁶ O trabalho do CASE 4 consiste na: “Elaboração de atos oficiais/ Banco de Nomes e logradouros/ Reparação de Dados e atualização cadastral/ Emplacamento/ Vistoria”. Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp>. Acesso em 28/04/2012.

¹⁷ A Comissão de Educação, Cultura e Esportes tem como atribuição, segundo o Regimento Interno da Câmara, opinar sobre: “denominação de próprios, vias e logradouros públicos; concessão de títulos honoríficos, outorga de honorarias, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município” – o que reforça o caráter *cultural* das homenagens.

¹⁸ Como informa o artigo 46 (seção III) que trata das atribuições das Comissões Permanentes, alguns projetos de lei podem ser resolvidos sem ir a plenária, desde que aprovados pelas comissões: “X - discutir e votar projetos de lei que exigir maioria simples, dispensada a competência do Plenário, salvo com recurso de 1/10 (um décimo) dos membros da Casa”.

raramente não são aprovados, pois quando chegam lá, a aprovação já está *acordada*. Dificilmente ocorre uma discussão sobre essas matérias. Nas inúmeras vezes que assisti à sessão plenária da Câmara Municipal de São Paulo, seja presencialmente, seja pela TV Câmara, nunca vi uma discussão, ainda que alguns vereadores dissessem já ter ocorrido. Elas são raríssimas. Além da votação, para se alterar denominações de logradouros como ruas, por exemplo, deve-se ter anuência de, no mínimo, dois terços dos moradores do respectivo logradouro, principalmente se os motivos alegados para a mudança forem homonímia ou exposição dos moradores ao ridículo¹⁹.

De todo esse trâmite, é necessário destacar o papel da Divisão de Patrimônio Histórico (DPH). Um dos serviços realizados por ela é um trabalho de assessoria com relação aos processos de denominação de logradouros, mas sem poder de veto. Isso quer dizer que os processos de denominação tramitam pela Divisão antes de serem oficializados, a qual emite um parecer como consultora, não podendo vetar nenhuma denominação. Destarte, o que ela realmente faz é proceder à consulta da legislação e observar se a denominação está de acordo com a lei. Retirando da legislação os nuances da mesma, elabora um arquivo-modelo, pelo qual é executada a triagem de cada processo de denominação. Nesta triagem, verifica-se: se há logradouro homônimo²⁰; se há comprovação de óbito daquele que *virará*²¹ *nome de rua*²²; se já é homenageado de alguma outra forma em outro logradouro²³; se está sendo apresentada justificativa (isto é, uma biografia do homenageado)²⁴; se a justificativa é suficiente²⁵; em caso de mudança de nome, se o nome anterior já é consagrado²⁶ (isto é, se as pessoas já estão acostumadas com ele); e, em caso de nomeação de estabelecimento de ensino, a homenagem deve ser preferencialmente dirigida a um educador²⁷. Ainda como autotexto (textos-padrão para determinada situação) de seu parecer, leva-se em conta: se a comunidade, por meio de abaixo-assinado, foi quem solicitou o nome; se a pessoa que *virará* nome se destacou em sua

¹⁹ Segundo Lei 13.180 de 27 de setembro de 2001 (artigo 3º).

²⁰ De acordo com o Decreto nº. 49.346, de 27 de março de 2008 (regulamentando a Lei 14.454 de 27 de julho de 2007), artigo 18, II.

²¹ *Virar* nome é uma expressão nativa que ouvi diversas vezes. Nesse sentido, uma pessoa quando falece pode *virar* um nome de rua. Nas Considerações Finais, trato disto com mais detalhes.

²² *Ibid.*, artigo 18, I.

²³ Não se deve homenagear uma mesma pessoa mais de uma vez. Para ficar mais claro: uma rua pode se chamar Getúlio Vargas e outra Presidente Vargas; mas, como as duas homenagens se referem à mesma pessoa, isso constitui homonímia, sendo vetada pela lei, mesmo que se alterem os elementos que compõem o nome. Vale notar que essa regra não é seguida à risca.

²⁴ *Ibid.*: artigo 18, IV.

²⁵ *Ibid.*: loc. cit. Esclarecimento: não se trata de julgar o *merecimento*, mas de observar se na Justificativa do Projeto são apresentadas indicações de mérito (atividades realizadas pelo *bem comum*).

²⁶ *Ibid.*: artigo 15.

²⁷ *Ibid.*: artigo 22.

atividade profissional; se contribuiu com assistência aos mais carentes; se foi morador antigo do bairro; e se participou de entidades e/ou de lutas para melhoria das condições de vida. Portanto, o trabalho da seção consiste na emissão de um parecer comparando a proposição do “nome” e o enquadramento legal, embora, no caso de parecer contrário, nada obrigue a aceitá-lo. Como informou o chefe desta divisão:

A Análise da DPH é apenas textual e não de conteúdo. Pode ser tudo mentira, mais isso não nos compete. A biografia dos homenageados, por exemplo, não são checadas. O que interessa é se a biografia e justificativa contem elementos que informem o merecimento da pessoa.

Para ilustrar isso, ele mostrou um PL²⁸ de denominação de uma praça. O “nome” era de um membro da Opus Dei, o que, para ele, era uma homenagem indevida: “O cara foi um inquisidor! Mas não julgamos esse mérito. Nossa análise é textual”. Há um outro PL que denominou uma praça como Yves Ota, um menino sequestrado em 1997, enquanto brincava em sua casa, e que foi morto pelos sequestradores após reconhecer um deles. Foi um crime que gerou grande comoção e deu origem a um movimento de combate à violência e promoção da paz. A DPH emitiu parecer desfavorável, “mas a comoção em torno do nome foi mais forte. A criança não fez nada. Foi uma vítima!”, justifica o chefe da divisão. Houve também uma tentativa de mudar o nome do Teatro Municipal para Paulo Autran, o que a Divisão também “negou”. “Não que o Paulo Autran não *mereça*, mas *não se pode mudar o nome* do Teatro Municipal!”. Outra situação bem comum refere-se a pedidos de moradores para alteração de nome de rua alegando nome vexatório, mas que, por seu lado, não é considerado como tal pela Divisão. Os moradores procuraram um vereador e solicitaram a mudança do nome da rua Cornucópia²⁹ para rua Mathilde Carlos Montesanti. Todavia, a Divisão foi contrária, explicitando que cornucópia não expõe ninguém ao ridículo³⁰.

Habitualmente, a DPH também recebe PLs que são classificadas como subdenominação, isto é, denominação de jardins de praças ou de terrenos baldios como se fossem praças. Tentou-se nomear, por exemplo, um Jardim da Praça F. Roosevelt com o nome de uma pessoa. A Divisão pronunciou parecer contrário, pois, segundo o funcionário da

²⁸ Sigla: Projeto de Lei.

²⁹ Segundo o Dicionário Priberam (<http://www.priberam.pt/dlpo/> acessado em 28/04/2012), Cornucópia refere-se a: 1) Corno mitológico, atributo de abundância e símbolo da agricultura e do comércio. 2) Vaso cuneiforme que se representa cheio de flores e frutos. 3) Anat. A extensão do plexo coroide em cada cavidade do quarto ventrículo. Já o *site* (Dicionário de Ruas) das ruas de São Paulo cita o termo como: “espécie de cogumelo. (Craterellus Cornucopioides).” <http://www.dicionarioderuas.com.br/index.html>. Acesso em 28/04/2012.

³⁰ Provavelmente Cornucópia deve ter sido associado pelos moradores a “Corno: marido de adúltera”. Mesmo a Divisão de Patrimônio tendo apresentado parecer contrário à modificação do nome, ele foi alterado, pois era da vontade da câmara.

DPH, “subdenominação não encontra amparo legal. Infelizmente, isso, às vezes passa”. Além disso, há ainda nomes que são “vetados” por apresentar uma grafia ou pronúncia complexas. Observei dois PLs que pretendiam nomear ruas com Hsu Heh e Ka’Aguy Poty. Ambos não prosperaram. Buscou-se, outrossim, mudar o nome da rua Vergueiro para Governador Leonel Brizola, medida que não *passou*. A Divisão também exprimiu parecer contrário devido à proibição de alterar nomes de logradouros, embora não devia haver grande *vontade política* e unanimidade em torno da homenagem, visto que muitas outras alterações acontecem e aconteceram.

A DPH também tentou “vetar” o nome José Braz de Almeida a uma rua. Segundo a análise textual, não havia informações suficientes para a homenagem. A justificativa era a seguinte: “Trata-se de antiga reivindicação dos moradores. Acreditam ser justa a homenagem ao falecido José Braz que, segundo afirmam, muito contribuiu para o crescimento do bairro”. Para o funcionário da DPH, a justificativa não apresentava exatamente o que a pessoa havia realizado. “Muitas vezes os homenageados são invasores, principalmente na periferia. Mas não nos cabe julgar. A nossa análise é textual.”

Observando alguns exemplos coletados da Divisão, é fácil perceber que tipo de denominação ela procura inviabilizar – ainda que, muitas vezes, sem sucesso. Ao dizer que os Rotary Clubs, os Lyons Clubs e a Maçonaria “adoram ter seus nomes nos logradouros”, o funcionário da Divisão me mostra uma típica tentativa de veto. Nesse caso não é o *merecimento* que é discutido, mas sim a legalidade do ato. Conforme a legislação, associações e empresas não constam no rol de motes que originam nomes de logradouros. Entretanto, ele lamenta: “Se os vereadores quiserem, eles podem aprovar”. E, com indignação, completa: “Existe até uma rua chamada de Volkswagen!”³¹. Entretanto, o que mais sofre desaprovção entre membros da Divisão de Patrimônio Histórico são as mudanças de denominação. Essas são as causas de maior indignação. De certa forma, a DPH se vê como uma espécie de guardiã dos procedimentos adequados das denominações e da História do município, o qual, na sua concepção, sofre “assaltos” frequentes do poder legislativo municipal. Mas, como é possível observar, essa queda de braços tem um vencedor frequente: a câmara municipal.

Esses vários atores envolvidos no processo de denominação de logradouros ilustram como o estado é múltiplo e diverso. A Divisão de Patrimônio Histórico, como o próprio nome diz, sente-se na obrigação de preservar tudo aquilo que considera como patrimonializável, colocando-se enquanto burocracia, neutra, singular e “textual”, embora se

³¹ Rua no bairro Jabaquara. Segundo a legislação, não se pode atribuir nome de empresas aos logradouros.

observe claramente sua disposição em vetar o trabalho dos vereadores, considerado como “excessivo”. No caso, os nomes de logradouros são tidos como patrimônio do município e a Divisão opera como uma estabilizadora: é aquela que transforma a cultura (sentido lato) na Cultura (sentido estrito). Os funcionários da Divisão se revoltam contra o ato dos vereadores, cujo trabalho entra constantemente em conflito com o dela. Diante desta disputa com vencedor certo, a DPH usa a estratégia da legalidade, isto é, observa o enquadramento legal das proposições dos vereadores numa tentativa de “barrar” a criação destes. É nesse sentido que ela é contrária ao que se convencionou chamar de subdenominação: enquanto os vereadores querem denominar tudo o que for possível, configurando uma homenagem e construindo/confirmando relações, os funcionários do patrimônio tentam buscar maneiras de vedar essa criatividade e construção “excessiva” de História.

Os vereadores, por sua vez, são os inventores do patrimônio e da cultura³² estabilizada nos nomes das ruas. Seu papel de *representantes* os autoriza a inventar Cultura, a qual será objeto de preservação por parte da DPH. Observa-se no momento de invenção, a oposição constante da estabilizadora Divisão, no entanto, após a criação e estabilização, sua oposição com relação ao trabalho pretérito dos vereadores muda, a DPH passa a preservar, a ser contrária a mudança de nomes, os quais muitos foram inventados contra a sua “vontade” pelos parlamentares. Novamente, é a relação entre a face “jovem” e “madura” de Jano, e o comprometimento ideológico do estado com sua autoperpetuação ontológica, disseminando a ilusão semiótica da fixidez cultural, dando a impressão de regulação sobre a mudança, apropriando as inovações como concretização de uma essência eterna (Herzfeld, 2005 [1997]:40).

As práticas de denominação de logradouros refletem uma maneira bem específica de se ler a história, enfatizando uma passagem do tempo com suas importantes datas e as escolhas de heróis. No romance “A Insustentável Leveza do Ser”, Kundera (2008 [1984]) narra o retorno dos protagonistas Tomas e Tereza à Boêmia após a invasão soviética e a surpresa pela mudança dos nomes dos logradouros. Todos haviam sido trocados por nomes tirados da Rússia e sua história, como rua Stalingrado, rua Leningrado, Sanatório Tolstói, Cinema Górkí e café Púchkin. “Uma estação termal da Boêmia se tornara assim, do dia para noite, uma pequena Rússia imaginária, e Tereza constatou que o passado que procuravam lhes fora confiscado” (id:163). Há uma concepção difundida em muitas cidades pelo mundo que os nomes de logradouros são um “retrato” da História do local. Os vereadores, quando atuam

³² Mais, uma vez, a cultura que os vereadores inventam não é cultura, conceito antropológico, é a Cultura-patrimônio, do tipo defendido por um Ministério da Cultura, como descrito na página 35.

como denominadores, estão cumprindo um papel de inventores de História e patrimônio. No limite, são promotores (num sentido mais “jurídico” do termo, do tipo que promove uma ação em nome do estado) de Cultura. Os momentos e pessoas homenageados pelos parlamentares ficam cristalizados no espaço. 9 de Julho para os paulistas e 7 de setembro para os brasileiros são nomes de lugares em muitas cidades, assim como Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e Santos Dumont³³ também *viraram* nomes de muitos logradouros pelo Brasil afora.

Isto quer dizer que os nomes de lugares não são apenas uma referência para localização destes, eles têm carga significativa e emocional. Os nomes podem ser referências (e com certeza o são), mas não somente. Eles, além de designações precisas (já que a homonímia é teoricamente proibida), também são mecanismos de criação do passado, de um passado oficial, de uma construção Histórica, de exaltação da memória de heróis, visto que os nomes são dados por lei e algumas vezes suscitam disputas.³⁴ No entanto, é preciso ressaltar, este é um passado que só tem efeito no presente, pois é móvel, político. No limite, poderíamos dizer que é uma “política do tempo” com o espaço.

É de conhecimento público, por exemplo, a mudança do nome do Aeroporto Internacional de Salvador de “Dois de Julho” para “Deputado Luís Eduardo Magalhães” (uma homenagem *post mortem* ao deputado³⁵), ou a Rodovia dos Trabalhadores em São Paulo, que se tornou Ayrton Senna da Silva, e o Aeroporto de Guarulhos, que foi modificado para Aeroporto Governador André Franco Montoro. Como se pode ver, os aeroportos são tidos como lugares de grande prestígio a serem ocupados por um nome, e portanto não é “qualquer” nome que os ocupam. Outra prática possível consiste na mudança de nome de um logradouro após alguma mudança significativa neste, como ampliação de avenida (o que a torna mais importante e com mais visibilidade), ou transformação de uma rua em avenida³⁶. Ou ainda,

³³ 9 de Julho: data do início da Revolução Constitucionalista e uma marca da identidade paulista. 7 de setembro: data da independência do Brasil frente a Portugal. Getúlio Vargas: nome de um ex-presidente da República. Juscelino Kubitschek: nome de um ex-presidente da República, responsável pela construção da capital federal. Santos Dumont: considerado pelos brasileiros como o pai da aviação, inventor do avião.

³⁴ Cf. Stewart; Strathern, A. (2003) para o que eles chamam de estudos da identidade e a interação com o ambiente físico. No contexto de disputas coloniais, as disputas pela rotulação da paisagem e suas implicações em termos de construção de identidade ficam mais nítidas, como no caso da anglicização dos nomes de lugares gaélicos e do atual restabelecimento das denominações que têm origem nessa língua no contexto da União Europeia, como uma forma de fortalecer a identidade gaélica em contraste com a do Reino Unido.

³⁵ Essa homenagem não foi realizada sem resistência, pois há um “Movimento pelo resgate do nome do aeroporto Dois de Julho” (data que remete a 02 de Julho de 1823, data na qual as tropas brasileiras tomaram Salvador das tropas portuguesas e consolidaram a independência do país), carreado pelo PSB baiano e contrário ao DEM carlista (o carlismo faz referência a Antonio Carlos Magalhães, pai do homenageado, chefe de um grupo político regional poderoso que governou o estado nos últimos 40 anos) que foi o responsável pela troca do nome. Mais uma evidência do que pode ser chamado de “batalhas da memória”. Cf. Castro, 2002.

³⁶ A antropóloga Ciméa B. Beviláqua comentou, durante Grupo de Trabalho da Reunião de Antropologia do MERCOSUL (2009), que seu avô era nome de uma rua em Curitiba, e que após a transformação desta em

após a morte de uma pessoa *importante*, seu nome pode gerar certa “pressão” sobre logradouros de grande visibilidade e acarretar a mudança de seus nomes. A antiga Avenida Central, atual Rio Branco, no Rio de Janeiro é testemunha dessa possibilidade, pois a mudança de seu nome ocorreu após a morte do diplomata Barão de Rio Branco, em 1912. Mais recentemente, pouco após o falecimento da antropóloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso, em 2008, seu nome foi dado ao Centro Cultural da Juventude Vila Nova Cachoeirinha. Na época de seu falecimento, eu estava fazendo pesquisa na Divisão do Patrimônio Histórico (São Paulo), e o funcionário, ao ver a notícia do óbito no jornal, pediu para que a recortassem e arquivassem, dizendo que ela em breve e com certeza *viraria* nome de logradouro.

Se, por um lado, as ruas com nomes de desconhecidos, de plantas, animais, etc. podem ser apenas referenciais para a maioria das pessoas, para a família que foi homenageada, no caso de pessoas pouco conhecidas, não se trata apenas disso. Se os *grandes logradouros* com *grandes nomes* são uma forma mais eficaz de perpetuar a memória dos heróis e acontecimentos *importantes*, as *pequenas ruas* dos bairros distantes também carregam uma carga sentimental, pelo menos para as famílias das pessoas que foram homenageadas nesses logradouros e, por algumas vezes, para os seus próprios moradores.

Os nomes servem como referência, é óbvio, mas não somente: eles indicam propriedades fundamentais de dado sistema. Indicam valores implícitos, tácitos, na comunicação. Logradouros públicos não podem ser homônimos, e são muitos os nomes aceitos para a sua denominação, como nomes de plantas, astros, animais, etc., o que resultaria em nomes aparentemente “referenciais”. Entretanto, também se pode denominar logradouros com nomes de pessoas – o que, inclusive, é a preferência dos moradores³⁷ - ou com datas históricas, sugerindo claramente que os nomes de lugares não são apenas designativos - visto, por exemplo, que os nomes vexatórios têm que ser trocados, pois não perdem seu significado ao se transformarem em nome de logradouro.

Um logradouro com nome de uma pessoa desconhecida dos moradores não causa nenhum problema, pois neste caso ele pode representar apenas um designativo espacial em contraste com todos os outros. Já um nome considerado vexatório ou de conhecimento dos moradores do local recupera sua carga significativa e emocional, trazendo consigo

avenida, seu nome foi trocado, como um exemplo de como esse processo de invenção da História e da memória é sempre refeito (reafirmado ou não) no presente.

³⁷ Segundo a funcionária da *Comissão Carioca* de Nomenclatura de Logradouros e Equipamentos Públicos (CCNLEP).

associações muitas vezes indesejadas. É comum os moradores pedirem a alteração do nome de um logradouro devido ao seu suposto caráter vexatório. Alguns exemplos: Rua das Piranhas, Ruas dos Cornos, Rua dos Pelados, etc. Ou ainda, casos curiosos como a já referida Rua Cornucópia, cuja alteração foi solicitada por ser associada a “corno” (marido traído, no popular); ou a Rua Babatimão, como me foi relatado:

(Vereador paulistano) Normalmente são ruas que têm efeitos pejorativos. Então, você pega lá... Tinha uma rua... Uma história muito interessante, chamada Babatimão. E os moradores ficaram sabendo que era um estimulante, que era uma raiz que deixava os homens numa situação de uma necessidade sexual exaltada. Então as mulheres ficaram preocupadas... Mas, primeiro que não é verdade isso, o babatimão tem um efeito cicatrizante pra qualquer tipo de ferida, qualquer tipo de doença que combina com a abertura da pele, de um membro ou de alguma coisa parecida. Então, eu to dando aqui um exemplo muito concreto.

Mas há também outros motivos alegados pelos moradores nos pedidos de alteração de nomes. A Rua Palestina (bairro do Jabaquara em São Paulo)³⁸ foi objeto de uma proposta de alteração de nome, em função de uma solicitação dos moradores a um vereador. Contudo, seu nome não foi alterado, por não ser considerado ofensivo. Ainda que se observe claramente uma forte tendência antroponímica nas denominações de logradouros, inclusive com o respaldo da população, que prefere nomes de pessoas (mesmo que desconhecidas), estes não devem ser apelidos, posto que geralmente evocam características jocosas, como afirma uma das responsáveis pelo Setor de Logradouros no Rio de Janeiro. Os moradores parecem não gostar de residir em ruas que sejam apenas numeradas, que não têm nomes como os encontrados nos documentos oficiais, os quais geralmente não apresentam apelidos. Ainda que Carequinha³⁹ tenha sido um palhaço muito famoso e prestigiado, os moradores desta rua carioca fizeram um abaixo-assinado, procuraram vereadores e o prefeito para que ele fosse alterado. Isto ocorreu também com a rua denominada Carlos Cachaça⁴⁰, famoso sambista, mas cujo nome não agradou aos moradores evangélicos da rua, os quais não queriam morar numa rua que tivesse a palavra “cachaça”.

Em minha amostra⁴¹ de nomes dados aos logradouros paulistanos pelos vereadores no ano de 2010, encontrei um exemplo desses nomes vexatórios cuja alteração foi

³⁸ Os exemplos de nomes vexatórios relatados acima foram coletados na capital paulista.

³⁹ Rua Carequinha foi uma rua carioca.

⁴⁰ Também uma rua carioca.

⁴¹ Amostra que coletei e tabelei por meio das informações oficiais do *site* da Câmara Municipal de São Paulo. No ano de 2010, a câmara oficializou (denominou/alterou) 104 nomes de logradouros públicos.

solicitada pelos moradores. O PL 123/10, da vereadora Juliana Cardoso (PT), alterou o nome da Travessa Cachoeira do Pinguelo para Travessa Estrela. A Justificativa é de que:

Os moradores vêm, desde 1990, quando da oficialização dessa rua, passando por diversos constrangimentos, sofrendo piadas e sendo alvo de chacotas em função do nome atual ser jocoso, levando as pessoas a insinuar gestos e manifestações obscenas.

Na Justificativa não se especifica o porquê do nome Cachoeira do Pinguelo ser considerado pejorativo. Embora não seja possível encontrar razão na Justificativa oficial (já que, segundo o dicionário⁴², a palavra pinguelo refere-se a pontes improvisadas, geralmente com viga ou madeira), o significado informal desta palavra tem conotações sexuais - como a maioria das palavras consideradas pejorativas pelos moradores que desejam alterar alguma denominação. Pinguelo, no Nordeste, é sinônimo de clitóris, sendo também associado ao pênis em São Paulo⁴³. Isso vem demonstrar que esses nomes não são mera referência, uma vez que, em situações extremas como essas, restabelecem carga semântica. Nomes de logradouros podem tanto ser apenas localizadores, como no caso de pessoas não muito conhecidas, como podem, em situações como as descritas, retomar sua carga significativa no momento em que são citados, principalmente se esses nomes tiverem a capacidade de evocar conotações sexuais. Num momento a referência pura e simples é englobadora, apenas uma localizadora do lugar: "esse lugar com esse nome é aqui e não alhures"; noutro momento, advém toda a carga semântica dos lugares, quando são discutidos, lembrados (como referência histórica, como homenagem merecida, etc.) e sentidos, como quando parentes cuidam de determinado logradouro cujo ente querido nomeia, ou quando demonstram orgulho pelo parente ter *virado* nome de rua. De qualquer forma, todos eles após o batismo tornam-se patrimônio do município e serão "protegidos" pela Divisão do Patrimônio Histórico.

Ainda que uma análise sobre as denominações de São Paulo possa fornecer um esquema geral do seu modo de funcionamento em outras cidades brasileiras, não posso deixar de mencionar algumas especificidades cariocas.⁴⁴ No Rio de Janeiro, a prerrogativa de denominação de logradouros é do prefeito, embora, de acordo com o contexto, a tendência possa ser a de acatar as sugestões dos vereadores. Diversamente do fenômeno paulistano, no qual, após anos de disputa em torno da legislação sobre quem poderia denominar os

⁴² <http://www.priberam.pt/>. Acesso em 20/10/210.

⁴³ <http://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em 20/10/2010.

⁴⁴ Diferentemente das duas capitais estaduais, Brasília parece não acompanhar essa tendência de mudança de nomes de logradouros. São pouquíssimos os projetos apresentados sobre denominação, uma vez que esta costuma ser alfanumérica para vias. Apenas prédios públicos recebem nome.

logradouros (executivo ou legislativo), que culminou com uma conciliação autorizando ambos a realizarem os procedimentos⁴⁵, no Rio de Janeiro esta questão ainda está aberta. A administração de César Maia (2005-2008), amparada em um parecer jurídico, questionava e impedia os vereadores de denominarem logradouros, com a justificativa de que essa era uma prerrogativa exclusiva do executivo. A câmara propunha a denominação, o prefeito vetava; a câmara promulgava a lei, mas o prefeito não era obrigado a cumprir. Há quem diga que ele só permitia as denominações sugeridas por sua *base* e negava os PLs de denominação da *oposição*. Minha pesquisa de campo no Rio de Janeiro foi no início da administração de Eduardo Paes (2009-2012), período em que os vereadores se diziam muito confiantes com relação ao compartilhamento de atribuições sobre essa matéria, “pois o prefeito já foi vereador e sabe que essa é uma prerrogativa também do legislativo”, segundo me disse um vereador.

De acordo com uma das encarregadas pelo Setor de Logradouros carioca, os pedidos de denominação vêm dos vereadores, dos moradores ou do prefeito. Quando há ruas que ainda não têm um nome oficial, os moradores procuram o setor para receberem um nome em sua rua. É bastante comum também procurarem os vereadores nestes casos. Este Setor verifica se há um projeto de alinhamento, se a rua se enquadra nas normas da prefeitura, se tem asfalto, água, esgoto, iluminação pública, etc.⁴⁶ Feito isto, a proposta de denominação elaborada pelos moradores, ou apenas o pedido de um nome, é enviado para a Comissão Carioca de Nominção de Logradouros e Equipamentos Públicos⁴⁷, que observa se há duplicidade de nomes ou se não se está dando um nome de muito destaque a um logradouro de pouca visibilidade. Da comissão, a matéria é encaminhada à sanção do prefeito. Tudo indica que a tendência atual seja acatar os nomes sugeridos pelos vereadores, sugerindo uma mudança na relação executivo e legislativo referente a essa temática:

(pesquisador) E a Câmara precisa de autorização do prefeito, então?
(funcionária da CCNLEP) Sim. Eles mandam pra cá, pro executivo, um projeto de lei para ser analisado. Então, de acordo com a duplicidade, a conveniência... Às vezes, assim, tem projeto de lei, eles sugerem um nome e o nome já foi dado. Então, ali não pode. E às vezes eles sugerem um local e

⁴⁵ Vide Apêndice A: A Oficialização dos nomes dos logradouros em São Paulo.

⁴⁶ Trabalho análogo ao CASE paulistano.

⁴⁷ A Comissão Carioca de Nominção de Logradouros e Equipamentos Públicos (CCNLEP) é um órgão da Prefeitura, coordenada pela *Secretaria Municipal de Cultura*. Cabe a ela apreciar os processos de reconhecimento dos novos logradouros do município, atribuindo-lhes os nomes, assim como a nomeação de equipamentos públicos, como escolas, hospitais, etc. Existente desde 2001, foi criada para colocar um ordenamento na questão, e ao longo destes anos tem estabelecido os critérios para o seu trabalho. Nesse sentido, realiza um trabalho semelhante ao da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa (relatada em nota acima).

o local simplesmente não existe. Uma praça que tem não sei aonde... A gente vai ver e não tem praça lá! Tem um larguinho com um brinquedinho... Não tem uma praça definida em projeto. Aí a gente fala “infelizmente, esse pleito não pode ser atendido porque não existe uma praça no local”⁴⁸. Aí a gente sugere um outro lugar, um outro nome. Sempre assim, mas a gente sempre acata o que eles querem. A gente nunca diz simplesmente não, por que eles são representantes do povo. A gente tem que seguir isso.

(pesquisador) E é frequente eles sugerirem os nomes ou não?

(funcionária da CCNLEP) Ah! Muito! Muito! A maioria dos trâmites aqui é de vereador. Eu acho que é isso. Eles estão sempre perto do povo. Acho que é por isso que eles fazem muitos projetos de lei.

A atual tendência, portanto, parece ser de um compartilhamento entre prefeitura e legislativo. O conflito entre o executivo e câmara do mandato anterior ressalta a divergência interna ao município sobre quem poderia criar o patrimônio municipal. O papel da CCNLEP (assim como a DPH paulistana) é de estabilizar e enquadrar legalmente a inventividade dos criadores.

Segundo o vereador Eliomar Coelho⁴⁹, havia uma obra há muito tempo parada na cidade que ficara conhecida como “Buraco do Lume”. Lume era uma empresa que ocupara o lugar antes da desapropriação. O prefeito anterior (César Maia) resolvera transformar o local numa praça, à qual dera o nome de Praça Melvin Jones, um dos fundadores do Lions Club. Entretanto, o vereador, no intuito de homenagear “o escritor, poeta, ator, compositor, grande lutador pelas liberdades democráticas”, se juntara a um deputado de seu partido, e então a denominaram por Praça Mario Lago. O deputado e ele ocupam essa praça no centro da cidade há mais de dez anos, para “prestar contas” sobre o mandato, toda sexta-feira. Todavia, a querela pelo nome da praça perdurou:

essa área que eu falei pra você da Praça Mario Lago, foi aprovada por essa Casa, por unanimidade e o prefeito César Maia vetou, nós derrubamos o veto. Ficou como uma lei promulgada. Ele nunca mudou o nome da praça. Mas uma vez nós fizemos uma atividade, um evento, “Chorinho na Praça”, e trocamos as placas. No outro dia ele foi e destrocou as placas. Mas ele só fazia isso com a oposição. As denominações propostas pelos vereadores aliados, ele deixava passar. Já o prefeito atual, já foi vereador dessa Casa e sabe perfeitamente que nós podemos apresentar, propor nomes de logradouros.

A gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2012) ratificou que o nome da praça é Mario Lago, embora o nome popular “Buraco do Lume” permaneça com força, extraoficialmente. A praça é famosa por sediar manifestações políticas, principalmente por

⁴⁸ Locais equivalentes aos classificados pela DPH paulistana por subdenominação.

⁴⁹ Eliomar Coelho não é um nome fictício. No capítulo 1, explico como concebo a utilização ou não de nomes fictícios.

partidos *de esquerda*: às segundas-feiras por militantes do Partido dos Trabalhadores, e às sextas pelo Partido Socialismo e Liberdade, ao qual pertence o vereador. Por ora, a solução foi a conciliação, mas como venho demonstrando a pluralidade do estado torna todas as soluções provisórias a despeito da promoção da sensação de permanência. Mudanças e *entendimentos* diferentes sobre uma mesma questão podem ocorrer de acordo com os atores, as forças e o contexto.

4.1 A denominação dos logradouros *em ação*

As denominações de logradouros são tidas pelos parlamentares como de grande valor, principalmente por se inscreverem na paisagem de forma mais *pública*, e também pelo caráter aparentemente *eterno* como se apresentam. Tem-se a impressão geral de que os nomes, uma vez impressos nas vias e equipamentos públicos, não deveriam ser alterados. Esse tipo de homenagem encontra-se operando segundo as mesmas categorias de *acordo*, *agrado* e *reconhecimento* das demais. Ao serem operacionalizadas pelos legislativos, as denominações de logradouros são impactadas e transformadas pelos códigos de conduta e *modus operandi* desse poder. Autorizadas pelo *acordo* entre os parlamentares, elas *passam* sem serem debatidas na plenária. Os parlamentares estão autorizados por seus pares a promoverem homenagens por intermédio das denominações de logradouros e equipamentos públicos.

Observando o caso paulistano, os mecanismos dos agenciamentos operados nas denominações/homenagens ficam mais evidentes. Criam-se ou confirmam-se relações com os moradores da rua denominada, pois esta passa a ser oficializada e regularizada. É de extremo interesse que haja a regularização do endereço. Na periferia paulistana é grande o número de loteamentos clandestinos, sem oficialização. A denominação garante um endereço verdadeiro (chancelado pelo estado), o que proporciona possibilidade de receber correspondência, facilita a empregabilidade e a abertura de crediário. Ela ajuda no processo de regularização, uma vez que ruas denominadas são ruas regularizadas.⁵⁰ Vereadores que possuem sua base eleitoral em regiões periféricas acabam propondo um maior número de denominações. Além dessa relação com os moradores, há o *reconhecimento* estabelecido entre a família e conhecidos do

⁵⁰ Em São Paulo, enquanto o loteamento não é completamente oficializado, ele pode receber um nome provisório, garantindo o direito ao endereço. Os nomes provisórios são caracterizados por placas de referência vermelhas, em contraste com as placas azuis, indicativas de endereço oficializado.

homenageado (que no caso de São Paulo e Rio de Janeiro são geralmente pessoas falecidas) e o homenageador/propositor.

Entrevistando a coordenadora de uma Organização Não Governamental (a qual se atribui o papel de fiscalizar a Câmara Municipal de São Paulo em particular, mas atua como fiscalizadora de políticos em geral), que tem uma postura crítica com relação a homenagens, ela conta como a fundadora da organização foi homenageada com o nome de uma praça:

(coordenadora da ONG) Ela ganhou essa praça por uma casualidade. O vereador queria denominar a sala que nós estávamos, era uma sala nova na câmara e eles estavam falando sobre denominação e aí, ele passou e virou pra nós e disse: “Vocês têm alguma sugestão pra denominar essa sala?”. Ora, na hora nós falamos, né? E aí, um vereador se opôs e aí não passou, não foi aprovado o nome. Um vereador da comissão, um ou dois se opuseram. Claro! Os vereadores que não são aprovados pelo (nome da ONG), né? Então, ele se opôs. E aí, um outro vereador insistiu, disse: “Não, não vamos dar o nome pra essa sala, mas vamos dar o nome pra uma outra coisa”. E ele conseguiu uma praça na Mooca e a câmara acabou dando. Imagina, no dia da inauguração da praça com o nome, eles chamam, mandam convite pra família toda, mandaram convite pro (nome da ONG) inteiro, entendeu? Vai uma bandinha lá tocar, entende? Tudo isso. Convidam o entorno. Tudo isso. Aparece o vereador, então, é uma maneira... eu acho que são coisas que a sociedade até exige isso do vereador, sei lá. É assim que é.

No Rio de Janeiro, um assessor parlamentar, que também é pastor evangélico, disse que um outro pastor o procurou para denominar uma rua. Na verdade, é uma grande avenida que “corta” cinco bairros. O interesse do pastor era mudar o trecho final que “passa” por uma igreja. Otávio⁵¹ o aconselhou a pegar assinaturas de 2/3 dos moradores, pois, assim como em São Paulo, se for um pleito ratificado por assinatura de moradores a mudança é facilitada. Para Otávio, a existência de uma interrupção geográfica (a rua fica entre dois viadutos) facilitaria a alteração. Ele também aconselhou o pastor a procurar o prefeito: “como o senhor tem boas relações com o prefeito, isso não será difícil”. De acordo com o assessor, somadas as assinaturas dos moradores às relações do pastor com o prefeito, a rua poderia mudar de nome, em homenagem a um antigo pastor de sua igreja. O próprio vereador assessorado por Otávio não quis “comprar briga com a população da região” (que vota muito nele) e sugeriu que se desse esse nome para outra rua, mas Otávio aconselhou o pastor a procurar o prefeito, porque “será mais fácil assim”.

⁵¹ Nome fictício do assessor parlamentar. Minha relação com ele é contextualizada no capítulo 1.

Prosseguindo nesta pauta, na qual o vereador tece e reforça relações por meio de homenagens, é interessante notar que muitas vezes me foi dito que, devido ao grande número de proposições e ao modo como são apresentadas, é certo que os assessores dos vereadores são incumbidos de “garimpar” lugares a serem denominados pela cidade. Se o vereador é aquele que dá o nome ao lugar, aquele que é capaz de oficializar e propor a nomeação, seu assessor é responsável por achar os lugares em que os nomes não são oficializados. Ele não é apenas um arranjador de nomes, mas principalmente um arranjador de lugares inominados. Muitos dos logradouros denominados pelos parlamentares aparecem como “espaço inominado”⁵² no Diário Oficial, ou seja, espaço que antes do ato não tinha nenhum nome. Há mais evidências nesse sentido, como a conversa que tive com o funcionário da Divisão de Patrimônio Histórico, que também me sugeriu a possibilidade dos assessores “garimparem” esses espaços sem nomes. Tudo se passa como se os nomes dos logradouros batizados realizassem uma mediação entre o vereador, os moradores do local e/ou região denominada e os parentes daquele que *virou* nome de rua. O batismo do lugar, pelo estabelecimento de uma homonímia entre o homenageado e o local, atua construindo, criando e/ou reforçando relações entre pessoas.

Nomes como Rua Barata Ribeiro (Rio de Janeiro) ou Rua Manoel da Nóbrega (São Paulo) funcionam como homenagens públicas a essas pessoas. Aqueles que deram nomes aos lugares não precisam, necessariamente, ter qualquer relação com a rua, bairro ou região. Alguns nomes dados aos lugares podem ser homenagens a *grandes nomes* da história mundial, como a Avenida Albert Einstein⁵³ (São Paulo) e a Rua Isaac Newton (Rio de Janeiro), ou *grandes nomes* da História nacional⁵⁴ que não guardam nenhuma ligação específica com o lugar denominado. Alguma relação só poderia ser encontrada se considerarmos duas cadeias analógicas de nomes: de um lado, os *grandes nomes* de pessoas

⁵² Exemplo (Diário de 18/12/2008): Sala das Sessões, Às Comissões competentes.” PROJETO DE LEI 01-0687/2008 do Vereador Antonio Carlos Rodrigues (PR) “Denomina TRAVESSA ORIDES PEREIRA, o logradouro inominado existente (passagem dois) na Rua Nelson Lomanto – Campo Limpo. A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA: Art. 1º - Denomina TRAVESSA ORIDES PEREIRA, o logradouro inominado existente (passagem dois) na Rua Nelson Lomanto – Campo Limpo. Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, Às Comissões competentes”.

⁵³ Nesse caso, homenageia-se também a comunidade israelita, os físicos, etc. Quase sempre há relação “por trás” da homenagem, não importa qual seja. Se a uma rua é dado o nome de Nicarágua, por exemplo, o cônsul pode estar sendo *agradado*...

⁵⁴ Lembrando que a história é sempre inventada, sendo objeto de manipulação. A Rodovia dos Bandeirantes, por exemplo, faz alusão a um coletivo, emblema do “pioneirismo” paulista em direção ao interior. Ela liga a capital a municípios de grande opulência no interior do estado. Foi construída e inaugurada (1978) durante a ditadura militar, coadunando com as concepções autoritárias e desenvolvimentistas do momento.

muito conhecidas e *importantes* (de um ponto de vista oficial, daqueles que têm a prerrogativa da homenagem), que dão nomes a pontes, viadutos, aeroportos, avenidas e praças *importantes* e de grande visibilidade; de outro, os nomes de pessoas menos conhecidas e *importantes* que dão nomes às ruas, avenidas, travessas e praças de menor visibilidade, nos bairros periféricos. Afinal, um dos corolários dessa prática de homenagens por meio dos nomes de logradouros públicos é que *pessoas importantes* deem nomes a logradouros igualmente *importantes*. Portanto, observa-se, no limite, relações metafóricas entre nomes de pessoas (grandes e pequenos) e logradouros (centrais, de grande visibilidade e periféricos, de pouca visibilidade). Contudo, um olhar sobre as minúcias dos nomes que vêm sendo dados aos logradouros paulistanos apresenta outros elementos. A distinção *grandes nomes* e *pequenos nomes*, principalmente quando se atenta para os “pequenos” revela novos ingredientes desta prática.

No ano de 2010, a Câmara Municipal de São Paulo oficializou (denominou e/ou alterou) 104 nomes de logradouros públicos, dentre nomes de ruas, avenidas, viadutos, travessas e escolas. Desse universo, apenas 7 nomes não eram nomes de pessoas, o que confirma a tendência antroponímica dos nomes atuais (ou seja, desses 104 nomes – 94, mais de 90% -, configuram homenagem a alguma pessoa). Das 94 homenagens a pessoas, 20 delas, principalmente de *grandes nomes* (mas também algumas dos *pequenos nomes*) podem ser consideradas como configurando uma homenagem na qual o nome da pessoa homenageada não tem relação direta na ocupação com o lugar denominado. A única relação que se apresenta é aquela entre nomes, pequenos e grandes, e logradouros, de maior ou menor visibilidade. Esses 20 logradouros são de um tipo bem específico: são praças (8), viadutos (4), escolas (6), centro esportivo (1) e passarela (1). Ou seja, estes logradouros denominados não são ordinários, e sim lugares que geralmente têm algum destaque na paisagem do bairro ou da cidade.

As escolas configuram um caso um pouco distinto, pois se espera que somente professores e diretores deem nomes aos estabelecimentos de ensino. Ainda que isso não ocorra na totalidade dos casos, é uma prescrição. Espera-se que os nomes das escolas sejam nomes de educadores, ainda que estes não tenham nenhuma relação com a escola denominada. Como exemplos desses nomes que não têm necessariamente relação com o local, temos o CEU⁵⁵ Prof. José Aristodemo Pinotti e o Viaduto Pedroso⁵⁶ Dr. José

⁵⁵ Sigla: Centro Educacional Unificado.

⁵⁶ O Viaduto Pedroso recebe este nome por ser a continuação da Rua Pedroso, a qual foi denominada em homenagem ao Coronel Francisco Antonio Pedroso, “um prestigioso chefe político no bairro da Liberdade”.

Aristodemo Pinotti (em homenagem a um importante médico e político⁵⁷), o CEU EMEF⁵⁸ Capão Redondo – José Saramago (importante escritor português), o Viaduto Jacques Demolay (nobre francês símbolo da maçonaria). Esses 20 nomes referem-se a pessoas que ocuparam profissões específicas⁵⁹, e nas justificativas dessas homenagens a profissão é o elemento destacado. Assim, temos professores, empresários, jornalistas, políticos, médicos, escritores, funcionários públicos, policiais.

Contudo, olhando para os 74 nomes de pessoas restantes observa-se uma relação diferente. Nessas 74 homenagens não é a profissão que se destaca, ainda que possa aparecer em uma ou outra justificativa, mas sim o vínculo com o local ou com os arredores a ser denominado. O fato de o homenageado ter vivido no lugar, ter ajudado a construir o bairro, é acionado na Justificativa (oficial, arquivada com o projeto de lei) como a principal característica, como o motivo e *mérito* da homenagem. O PL 310/10 do vereador paulistano Ricardo Teixeira (PV), que nomeou a Praça Maria Saez Salina, é um exemplo claro desse tipo de homenagem:

Maria Saez Salina nasceu em São Paulo, em 01/08/1913, vindo a falecer em 11/06/2009. Já casada veio morar no bairro que atualmente se chama Vila Libanesa, em 1946. Juntamente com seu esposo Augustinho Salinas, fundou essa localidade, construindo a primeira casa de madeira. O local era sem infraestrutura nenhuma como um sítio em local rural, sem nenhum tipo de melhorias. Mesmo diante de tantas dificuldades, a Sra. Maria Saez Salina, juntamente com seu esposo, logo encontraram uma fonte de água potável, bem como trouxe luz através de lampião a gás. Iniciou uma horta que com o tempo se mostrou bastante diversificada. Todavia o merecimento dessa homenagem fica mais claro, quando a pioneira da hoje Vila Libanesa, estendeu as melhorias e conquistas obtidas, aos novos moradores recém-chegados, tornando-se uma das pessoas mais queridas da região.

O componente local é sempre ressaltado nessas homenagens. Deste modo, o vereador Adolfo Quintas (PSDB) sempre o frisa em suas Justificativas, como no PL 20/2010 que deu a uma praça o nome de Doutor José Faustino. Ainda que esse homenageado tenha sido um importante advogado na região, presidindo por 2 anos a OAB local, o que se destaca

(Fonte: dicionarioderuas.com.br, acesso em 10/07/2012.) Note-se que o nome do viaduto contempla duas pessoas.

⁵⁷ Note-se que o viaduto e a escola recebem o nome de uma mesma pessoa, o que configuraria homonímia, proibida segundo a lei. Entretanto, como se trata de um *nome importante*, quem dá o nome à escola é o *professor* José Aristodemo Pinotti, e ao viaduto é o *médico* José Aristodemo Pinotti. Note-se ainda que o viaduto tem 2 nomes: Viaduto Pedroso + o nome do médico.

⁵⁸ Sigla: Escola Municipal de Educação Fundamental.

⁵⁹ No caso de Jacques Demolay, ser nobre não é evidentemente uma profissão, mas o destaque desse nome advém de sua relação com a maçonaria, que se apresenta como elemento passível como receptor de muitas homenagens.

nessa e em outras Justificativas é sua indexação local. Assim, “Por ser um incansável batalhador pelo crescimento de Itaquera, José Faustino foi gente de Itaquera!!!” (grifos meus).

Observando as Justificativas, outro ponto se destaca. Além de o homenageado ter nascido ou morado no local, ter sido uma pioneira ou pioneiro, é digno e importante notar que essa pessoa tenha sido uma *peessoa boa*, que se destacou no compartilhamento das coisas que possuía, que *ajudou muito as pessoas*, que *foi caridosa*, etc. O PL 258/10, do vereador Wadih Mutran (PP), dá o nome de Armando Almeida Pacheco a uma travessa. Dentre vários aspectos a serem destacados na biografia do homenageado, como fato de ter sido diretor do clube de futebol local, há um destaque para “Aposentou e continuou *dando toda a assistência* a família, noras e netos e continuou *ajudando* os munícipes da travessa supra mencionada” (grifos meus). Além de terem sido *batalhadores, trabalhadores, religiosos, de terem sido bons pais, boas mães, valorizado a família*, nestas homenagens há o destaque para o fato dessas pessoas terem sido *bondosas, caridosas, tendo ajudado muitas pessoas da região*. A Rua Francisco José Rodrigues Neto (PL 181/10 do vereador Toninho Paiva, PR) foi uma homenagem a uma pessoa que

quando pequeno ajudou seus pais a cuidarem de seus irmãos com muita dedicação. Tinha grande admiração pelo seu pai Boaventura e sua maior tristeza foi a perda desse seu ídolo. Como seus pais, era católico e frequentava as missas de domingo na Vila Clementino. Estudou muito, pois queria se tornar um grande advogado. (...) Seus pais tinham muito orgulho de seu filho.

Os elementos de *bondade, caridade, amor à família, ser trabalhador, honesto* são destaques nas homenagens, e aparecem configurando o *mérito* do homenageado, ou seja, virtudes “mais privadas” são aspectos relativos ao *merecimento*. Contudo, outras pessoas da localidade também merecem ser *lembradas*, como aquelas que porventura tenham morrido jovens, muitas vezes tragicamente. O PL 416/10 (do vereador Toninho Paiva, PR) dá o nome de Praça Andréia Aparecida Torres em homenagem a jovem falecida aos 15 anos:

Viveu intensamente a luta de seus pais para conseguir comprar o tão sonhado terreno no Jardim Nossa Senhora do Carmo, que mais tarde tornou-se o local da casa própria e, foi com seus pais que passou momentos inesquecíveis. Contudo, em 29 de março de 1986, sua vida foi bruscamente interrompida aos 15 anos de idade, deixando um grande vazio nos corações de seus familiares e amigos. Com o objetivo de enaltecer e deixar registrada sua passagem entre nós, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desse Projeto de Lei.

Ou a Praça Cecília Kiyoto Yokohama⁶⁰, que presta homenagem a:

Uma mulher muito carismática, dedicada à família e prestativa, sabia dividir as responsabilidades de casa e ajudava o marido nos negócios da empresa, com o falecimento do marido ela começou a tomar conta de tudo, não se deixava abalar, perseverante de muitos admiradores e amigos. Como líder nata, sempre teve um olhar nas pessoas, de ser humano igual, não pelas vestimentas ou poder financeiro, tinha um jeito especial de ser, ouvir as pessoas, quando percebia algo, simplesmente aconselhava-as, sem julgá-las contribuindo assim para o crescimento do Bairro Itaim. Em 2009 ocorreu um fato triste e trágico, Cecília foi sequestrada, torturada e morta. Sendo enterrada na casa onde servia de cativo mesmo depois da família pagar resgate. Deixou muita saudade na família e amigos era uma pessoa muito querida na comunidade. Por tal motivo essa singela homenagem é o mínimo que se pode fazer para essa grande ser humana que muito fez para a cidade de São Paulo, que certamente contribuiu ricamente para a melhoria do Itaim Paulista.

Embora possam ser encontrados muitos elementos comuns nas personalidades homenageadas, como a *bondade*, a *caridade*, ou a *religiosidade*, certamente o vínculo local é o de maior destaque (nessa amostra de 74 nomes do universo de 104 denominações propostas), uma vez que elementos como mortes trágicas e prematuras, desde que configurem uma história da região denominada, têm credenciais para se tornarem nomes de ruas. O Projeto de Lei 435/10, do vereador Celso Jatene (PTB), é outro importante exemplo deste apelo de contiguidade entre o nome do homenageado e o logradouro denominado. Este projeto alterou o nome de dois logradouros: primeiro, denominou a outrora Rua Canimã por Rua Américo Ventura; depois trocou o nome da Praça Américo Ventura por Praça Aristides Legat. Essas mudanças visam manter uma relação pretensamente metonímica entre nome e lugar. A antiga rua Canimã é a rua do Hospital São Cristóvão, onde Américo Ventura foi administrador, conselheiro e benemérito. Como ele já nomeava uma praça e é vedada a homonímia, a solução encontrada foi a mudança do nome desta praça, que passou a se chamar Praça Aristides Legat, em homenagem a um empresário local ligado à associação comercial do bairro (Mooca). Dessa forma:

A alteração proposta visa, não só prestar esta homenagem a este cidadão tão digno (referindo-se a Américo Ventura), mas sobretudo garantir a preservação da memória histórica de nossa cidade, na medida em que a rua cuja denominação ora se pretende alterar é a rua onde se situa o Hospital e Maternidade São Cristóvão, emprestando a tal logradouro o nome de um de seus grandes colaboradores. Cabe destacar ainda que a alteração desta denominação não trará quaisquer prejuízos aos proprietários de imóveis

⁶⁰ PL 214/2010 do vereador Adolfo Quintas (PSDB).

localizados na atual Rua Canimã pelo fato de ser o Hospital e Maternidade São Cristóvão o único contribuinte da via pública em questão.

Há que se observar ainda que o mandamento contido na lei 14454/07, que veda a alteração de vias e logradouros públicos, visa proibir alterações arbitrárias e que, em sua grande maioria, prestam-se a homenagear personalidades famosas no momento, mas rapidamente esquecidas. Não é o que ocorre com o presente projeto de lei, já que o nome Américo Ventura se enraíza no bairro pelo papel por ele desempenhado naquela comunidade, principalmente em relação ao Hospital São Cristóvão, localizado na Rua Canimã, denominação que ora se pretende alterar. Cumpre observar também que não existe justificativa para se manter uma denominação sem qualquer laço com a comunidade e, até mesmo, sem sentido. Conforme pesquisa eletrônica, a palavra “Canimã” se refere a uma longínqua lagoa no interior da Venezuela e desconhecida de todos.

Por outro lado e não menos importante, a propositura visa alterar a denominação de outro logradouro, atualmente denominado de Praça Américo Ventura para Praça Aristides Legat. Isso se faz necessário uma vez que a Lei 14454/07 veda a criação de homônimas. Dessa forma, pretende-se solucionar o problema homenageando outro cidadão ilustre da Mooca, o Sr. Aristides Legat, morto em 09 de abril deste ano. (...)

A denominação de vias e logradouros públicos deve ter relação com a vida da cidade, motivo pelo qual propõe-se, justificadamente, a alteração das denominações aqui propostas.

Portanto, todos esses exemplos mostram que os nomes *lembram* os heróis (grandes ou pequenos), os *merecedores* de homenagens, os que tiveram conduta exemplar, contribuíram para o *bem comum* e que servem de incentivo a comportamentos semelhantes. Pelo menos idealmente é assim, já que a construção dessas homenagens no batismo de lugares também envolve outros elementos.

Voltando às implicações políticas das denominações de logradouros, é necessário notar que, embora não se possa medir a verdadeira eficácia das homenagens realizadas por intermédio das denominações de logradouros no que respeita à arrecadação de votos e estabelecimento de alianças, os parlamentares fazem amplo uso desses *agrados* e *contentamentos*. Não se rende homenagem a adversários: ou os homenageados são aliados e esse *agrado* serve como reforço e sedimentação da relação, ou são alianças pretendidas e/ou potenciais – entendendo-se por aliado uma vasta gama de atores, desde eleitores e instituições até funcionários públicos facilitadores de *acessos*. Entretanto, toda essa política de alianças realizada por meio de homenagens a nomes de ruas deve ser realizada com cautela, pois há uma diversidade de atores envolvidos. Além do homenageador e da família ou segmento homenageado, os nomes de ruas “mexem” também com seus moradores.

Deve-se ter algum cuidado com estes *agrados* em particular, pois eles podem se voltar contra o homenageador. Veja-se o caso do nome do “Túnel 9 de Julho Daher Elias Cutait” mencionado na Introdução, cuja alteração gerou protestos e uma ação civil pública

contra o município. “Será que a família do homenageado ficou feliz com essa homenagem?”, questionou uma vereadora paulistana. Pode ser que não, pois, “de uma hora pra outra, seu ente querido passa aparecer na imprensa em notícias que não são boas, em homenagens (ainda que não se discuta o *mérito* do homenageado) cuja forma não foi aprovada”. Como ela disse, a homenagem pode ser “um tiro no pé”.

(vereadora) que acontecem algumas situações em que a tentativa do vereador não é nem que não surta efeito de agradar as pessoas, surte o efeito contrário de desagradar profundamente. A gente teve aqui um caso, recentemente, de um vereador que mudou o nome de uma rua de Manacá pra o nome de uma pessoa, e apresentou, como é obrigatório, um número de assinaturas justificando a mudança. Só que depois de mudado o nome, as pessoas da rua vieram maciçamente reclamar na câmara, pedindo a revogação da lei. Por que, sim, havia um número de assinaturas, mas a homenagem foi dada a um fundador de um clube de várzea, uma pessoa assim com ligação com o futebol de várzea. E os que assinaram em apoio eram desse grupo, desse clube que era ali do bairro. Mas não foram os moradores da rua que foram consultados. Eles ficaram revoltados de deixar de morar na rua Manacá pra passar a morar na rua Fulano de Tal e procuraram a câmara e foi uma situação de um constrangimento terrível. O vereador que aprovou a mudança de nome passou a ser muito impopular junto aos moradores daquela rua, a ponto de, numa coisa que é raríssima de acontecer, ele mesmo ter apresentado um projeto de lei revogando a lei anterior, pra voltar atrás, pro nome original. Então, é o que aconteceu aqui no 9 de Julho. Se você não tomar cuidado, a sua tentativa de homenagear alguém, suprimindo o nome anterior, cria uma super-resistência. Talvez os parentes do homenageado não fiquem tão felizes quanto os adeptos do nome anterior ficaram revoltados.

Essa discussão e esses exemplos vêm corroborar a associação entre nomes, homenagem e política. Se denominar é classificar, denominar como uma forma de homenagem é mais do que isso. As homenagens funcionam como um estreitamento de relações, um *reconhecimento*, um *agrado*, um *contentamento*. Ao se denominar um logradouro público com o nome de uma pessoa, não se está apenas dando nome a um lugar que antes não o possuía, como uma forma de localizá-lo no espaço. Denominar, entre outras coisas, significa (tentar) produzir, criar e/ou sedimentar relações por intermédio dos nomes, posto que o homenageador e o(s) homenageado(s) ficam em evidência neste processo.

De fato, talvez até seja o caso de salientar aqui que a inspiração inicial desta pesquisa veio da indagação que a leitura sobre nomenclatura e sistemas classificatórios provocava ao se pensar os nomes de lugares públicos que cotidianamente atravessamos. Por exemplo, Lévi-Strauss (1989 [1962]), em “O Pensamento Selvagem”, discute a homonímia como uma forma de um vivo tomar o lugar de um morto, ocorrendo em sistemas que ele

denominou de “classe de posições” (entre os algokin, os iroqueses e os yurok), nos quais a denominação de um novo membro sempre se refere ao nome de um falecido. Nesse tipo de sistema, o novo membro atua como um substituto do anterior. Em outro contexto, Pina-Cabral (2010) discorre sobre a homonímia como uma maneira de um vivo homenagear outro vivo – processo constituído como uma forma de “fazer família”⁶¹. Se no sistema de classe de posições a homonímia atua como uma verdadeira substituição, nos casos relatados por Pina-Cabral a ênfase recai sobre o reforço de laços entre homônimos. No Moçambique do Sul, este mesmo autor identifica o que ele chama de “*namesake institution*”, e dá como exemplo “*the nyadine/xará institution*” entre os chope, onde uma relação de aliança é construída entre a parentela daquele que recebeu o nome e o epônimo. A criança que recebe o nome estende seu círculo de relações por meio desta “co-parentalidade ritual” com o epônimo.

De acordo com a leitura de Pina-Cabral sobre as relações entre doador e receptor de nomes, essas instituições que prescrevem a homonímia funcionam como uma forma de estreitar e/ou criar laços entre diferentes círculos sociais. Elas são formas políticas de ampliação de alianças.⁶² Ao expandir a visão sobre o parentesco e descrever a nomeação como um ato que implica alianças, o aspecto político e de ação social emerge na discussão. Veja-se o exemplo da homonímia enquanto homenagem encontrado pelo autor no sul da Bahia (e que é prática difundida no Brasil em geral): a mãe dá o nome a um filho adicionando a partícula “Filho/Júnior, Neto ou Sobrinho” (homonímia integral com partícula tecnonímica) como uma forma de homenagem ao parente epônimo, o que tende a reforçar os laços entre os homônimos (cf. Pina-Cabral, 2010). Especialmente em um ambiente no qual as mulheres costumam criar seus filhos sem os pais biológicos, essa homenagem é uma forma de perfilhação paterna. Desta forma o homem homenageado se obriga, por um lado, a cumprir uma série complexa, trabalhosa e prolongada de responsabilidades, recebendo em troca uma marca de amor e, ainda, o reconhecimento público de que fora merecedor da homenagem (ibid: 18). Nesse sentido, as homenagens se situam além deste objeto específico da tese, em

⁶¹ Sobre a discussão de parentesco e o modo de “fazer família”, ver Carsten (2004).

⁶² Essas instituições que estipulam a homonímia podem ser inclusive identificadas com o que se convencionou chamar de compadrio da tradição católica (cf. Pitt-Rivers, 1977: 48-70; Pina-Cabral, 1986: 116-119). Mas, ao invés de opor parentesco a compadrio (ou outras formas de *Namesake institution*), como laços biológicos a laços espirituais, o autor, ao fazer equivaler em estatuto as duas relações, refina o entendimento sobre o que seria a criação e confirmação de laços sociais por meio de nomes e sua relação com as discussões sobre parentesco. “Today, however, as we have come to adopt a broader view of kinship as relatedness, we no longer need to place co-parenthood outside of kinship. The biologicistic presuppositions that guided our twentieth century anthropological predecessors and saw the elementary family as a unique founding event make little sense today. We can see kinship as a complex process of superimposed, open-ended, criss-crossing acts of constitution of persons and of supra-personal entities.” (Pina-Cabral, 2010: 14)

um plano mais amplo das relacionalidades⁶³, uma vez que as homenagens, de acordo com esse processo específico podem tanto “esfriar” como podem “esquentar”, dependendo de demandas contextuais, como nas homenagens familiares.

Ao demonstrar o aspecto político da atribuição e do uso dos nomes, Pina-Cabral chama a atenção para todo um complexo micropolítico envolvido na nomeação, seja na escolha do *nyadine* dos chope ou na homenagem do sul da Bahia. Se Lévi-Strauss destaca o caráter classificatório do nome, Pina-Cabral destaca seu aspecto político. Se denominar é classificar, logo a classificação deve implicar algum processo de disputa ou luta política por definições de limites classificatórios. Baseado em minha leitura sobre esse processo específico, a partir da denominação de logradouros pelas câmaras municipais venho tentando argumentar no sentido de uma complementaridade entre classificação e política. As ruas e demais lugares públicos aparecem como momentos privilegiados para se observar esses dois aspectos em jogo. O ato de denominação é sempre classificatório, e em decorrência político (e vice-versa). A classificação implica escolhas, sendo assim, também é possível pensar toda uma micropolítica da nomeação dos lugares públicos; ao mesmo tempo, atos políticos também produzem e obrigam a agenciar esquemas classificatórios⁶⁴. Dentro de todo o complexo de possibilidades de homenagens que o poder público concentra, a denominação de logradouros é das mais cobiçadas, uma vez que elas têm um caráter de maior perenidade frente às entregas de medalhas e demais honrarias, por exemplo. Além disto, é preciso notar que enquanto as homenagens, medalhas, etc., são atos realizados *internamente* às câmaras municipais, a nominação de espaços públicos pode representar uma projeção das relações internas dos políticos para *fora daquela Casa* (Câmara).

Essas denominações teriam um papel de reforçar e/ou criar laços entre políticos e seus eleitores, ou com os demais grupos com os quais eles (os políticos) se relacionam. As homenagens que os vereadores realizam *agradam, contentam e reconhecem* variados atores. As denominações de logradouros realizam esse agenciamento por meio dos nomes, da homonímia, processo no qual o ato de nomear *contenta* tanto os moradores, que passam a ter

⁶³ Embora eu faça uma tentativa de cercar um tipo específico de homenagem, é inegável que não é apenas o estado que homenageia. É um mecanismo difuso que aparece em diversos contextos, nas famílias, em clubes, na maçonaria, na universidade, na televisão, etc.

⁶⁴ Na fórmula de Sahlins (1990 [1985]: 13): se “os amigos criam presentes”, “os presentes também criam amigos”, ou talvez como melhor diriam os esquimós, “dádivas criam escravos – como os chicotes criam cachorros”. A forma cultural (ou morfologia social) pode ser produzida ao avesso: a ação criando a relação adequada, performativamente, exatamente como em certos atos do discurso: “Eu vos declaro marido e mulher”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os vereadores criam politicamente a memória, tirando dividendos deste processo, há toda uma relação entre memória e geografia urbana: nomes são dados as ruas e ruas são dadas aos nomes, observando a fórmula *nomes grandes e pequenos* aos seus respectivos lugares.

um endereço oficializado e nomeado, quanto os parentes do epônimo, que “se enchem de orgulho”. Este objetivo é seguido à risca por vereadores e prefeitos que, ao dar o nome de uma pessoa a um logradouro *agradam* tanto aos moradores, que preferem nomes de pessoas, quanto às famílias desses homenageados – desde que um nome de reconhecimento local, regional, ou nacional não seja dado a um logradouro sem visibilidade. A funcionária da prefeitura carioca encarregada do setor de denominação afirmou que muitas famílias querem dar o nome de seus entes queridos às ruas na zona sul e central da cidade, ao que os vereadores sugerem a procura de outro local, dado que essas regiões já estão praticamente com sua nomenclatura consolidada.

Observando as denominações, à primeira vista elas parecem não guardar nenhuma relação “estrutural” entre si, uma vez que, recebendo nomes de pessoas (todos cidadãos “de igual valor”, como supõe a concepção de pessoa fabricada pelo estado), os lugares não seriam hierarquizáveis. Assim como a concepção de um fluxo de cidadãos iguais, que são registrados e possuem direitos e deveres iguais perante a sociedade, os logradouros públicos também não seriam hierarquizáveis e seus nomes seriam apenas uma forma de separar o logradouro x dos logradouros y, z e w. Um nome de logradouro seria apenas uma forma de diferenciá-lo individualmente dos demais, de localizá-lo diante da infinidade de logradouros existentes, assim como os números dos documentos fazem com pessoas. Desse modo não seria possível estabelecer um sistema de correspondências, pois, uma vez que um cidadão não poderia ser a parte do todo de outro cidadão, os nomes de lugares também não poderiam apresentar esse tipo de relação. Todos os nomes individuais seriam equivalentes, e em decorrência disso os espaços também o seriam. Isto, obviamente, considerando a própria noção de pessoa (cidadão) que fundamentaria as práticas oficiais do estado. Entretanto, a distinção nativa tácita (porque não prescrita em lei) entre *nomes grandes* de pessoas *importantes* e nomes de pessoas de menor *importância*, junto com seus respectivos lugares na configuração do espaço urbano, introduz alguma sistematicidade nessa classificação, como uma relação de *importância*, que tem como foco a definição de centralidades, hierarquias e personalidades (não individualizantes, portanto). Aos lugares *importantes* e *centrais*, nomes de pessoas igualmente *importantes* – sempre tendo em mente que a centralidade e a importância podem e devem ser consideradas contextuais, e portanto remetem a um movimento de constante fabricação de classificações políticas da personalidade.

Os nomes de logradouros públicos, nesse nível, reproduziriam distinções hierárquicas encontradas numa certa História da cidade (da nação, e até do mundo), separando

as pessoas de grande *relevância* (colocando seus nomes em logradouros *importantes*), das pessoas de nem tão grande *relevância* (com seus nomes em logradouros de menor *importância*, menos visíveis, mais locais) e, ainda, daquelas sem relevância, as quais não figurariam com seus nomes no espaço urbano. Por meio de um sistema *grandes nomes / pequenos nomes* : logradouros *importantes* / logradouros ordinários, esse sistema classificatório opera não somente uma ordenação abstrata por intermédio de um sistema de correspondências, mas reproduz uma classificação funcional no plano sociológico, no qual as pessoas não são todas iguais, mas se apresentam de forma desigual. Desse modo, nomes com grande projeção nacional de esportistas, artistas e políticos (mas também de cientistas, médicos, advogados, juízes) representam na concepção nativa sobre os nomes de ruas, àqueles que preferencialmente devem *virar* nome nos *grandes logradouros*, enquanto outro grande grupo que, devido a outras características, por exemplo, sua indexação local, devem dar nomes aos demais logradouros. Como está sendo descrito, há uma relação entre as cadeias de nomes (grandes e pequenos) e a cadeia de logradouros públicos. Não se trata de uma correspondência termo a termo, mas de uma homologia estrutural da relação grandes e pequenos (nomes de pessoas e logradouros).

Esta classificação operada entre pessoas e espaços públicos é carregada de elementos políticos. Falando sobre a denominação de logradouros em um tom bastante pejorativo, enquadrando-a enquanto moeda de troca política, um vereador ressaltou que ela *agrada* tanto aos moradores, “por que o cara colocando o nome em uma rua, os moradores vão *lembrar*”, como a família do homenageado. São muito citadas também as festas de batismos de logradouros. Atualmente, por motivos de limitações orçamentárias, elas não são mais comuns, conquanto ainda ocorram. Por exemplo, segundo divulgação do *site* do vereador carioca Stepan Nercessian⁶⁵, no dia 14 de novembro de 2009 houve uma festa para o descerramento da placa da Rua Geraldo Rodrigues dos Santos, uma homenagem ao Geraldão, como era conhecido um militante *de esquerda* que foi um grande incentivador do seu mandato. Outra vereadora carioca diz que nesses seis meses de legislatura foi poucas vezes procurada pela população para denominar ou alterar o nome de alguma rua. De memória, ela comenta sobre uma rua no bairro de Botafogo que estava sem nome, e que uma pessoa a

⁶⁵Fonte:

<http://www.stepan.com.br/imprensa.php?noticia=232&titulo=Homenagem%20ao%201%EDder%20oper%EIrio%20Gerald%E3o>. Acesso em 24/04/2012.

procurou com a intenção de dar o nome de seu avô recém-falecido. Dessa forma, ela homenageou toda a família Moreira⁶⁶.

Essa tendência de homenagem *post mortem* por antropônimos tem gerado em São Paulo uma situação curiosa. Devido à grande quantidade de mudanças de nomes ocorridas nos últimos anos, substituindo as antigas denominações por antropônimos, e por causa da pressão da opinião pública que protesta contra essa prática, restringiu-se a alteração dos nomes de logradouros. Como alternativa a essa restrição, vem ocorrendo uma propensão na qual importantes lugares apresentam duplicidade de nomes oficiais, cujo exemplo mais conhecido e polêmico é o já mencionado “Túnel 9 de Julho Doutor Daher Elias Cutait”. O expediente é muito comum: ao se descobrir que determinado logradouro não tem denominação oficial, apressa-se a dar-lhe um nome, a fazer uma homenagem. Entretanto, esse caso é bastante expressivo, pois causou toda uma mobilização de órgãos de imprensa, associações de bairro, a Ordem dos Advogados do Brasil, culminando em um movimento chamado “Túnel 9 de Julho para Sempre” e uma ação civil pública contra o município. Como nos foi declarado por um funcionário da prefeitura (DPH): “essa é a nova moda: fazer combinados...”. Para elucidar, ele conta que tentaram (sem sucesso) alterar o nome do Viaduto do Chá pra Viaduto do Chá Octavio Frias de Oliveira, mas acabaram por conseguir denominar a ponte estaiada por Ponte Estaiada Octavio Frias de Oliveira.

Mesmo sem esse recurso dos nomes combinados, muitos outros nomes tradicionais foram alterados: Avenida Água Espraiada para Avenida Jornalista Roberto Marinho; Avenida dos Eucaliptos para Avenida João Castaldi; Ponte Cidade Jardim para Ponte Engenheiro Roberto Rossi Zuccolo; e Ponte Anhanguera para Ponte Atílio Fontana. No Rio de Janeiro, também observou-se uma tendência à mudança de nomes, mas, diferentemente de São Paulo, foi proibida a alteração de nomes que vigoram há mais de vinte anos e não foi encontrado esse tipo de combinação paulistana.

Tanto a mudança quanto o acréscimo de nomes tem reforçado uma pluritoponímia, ou seja, há vários lugares em que se observa mais de um nome. O mais corriqueiro é observar um nome oficial e um nome mais difundido pela população, como no caso do “Minhocão” paulistano (nome popular), que oficialmente é o Elevado Costa e Silva, ou (como no caso já citado) do Buraco do Lume (nome popular) carioca, que oficialmente recebe o nome de Praça Mario Lago. Percebe-se que, até os dias de hoje, há muitas ruas e praças em diferentes cidades que possuem duas denominações: uma utilizada para

⁶⁶ O sobrenome é fictício. Como nesta conversa eu me comprometi a não divulgar o nome da vereadora, logo farei o mesmo com o nome da família homenageada.

correspondência e procedimentos oficiais; outra, popularmente conhecida e utilizada. E isso ocorre no Brasil todo. Por exemplo, na cidade de Maceió (AL)⁶⁷, a avenida Silvestre Péricles (nome oficial) é mais conhecida pelo seu antigo nome Rua Formosa. Em Montes Claros (MG),⁶⁸ há várias praças com nomes oficiais e apelidos: a Dr. Chaves é a Praça da Matriz; a Honorato Alves é a “da Santa Casa”; a Pio XII é a “da Catedral”; a Raul Soares é “a da Estação”; a Dr. João Alves é a “do Automóvel Clube”; e assim ocorre em diversas cidades de variadas regiões do país.

Observa-se que essas ruas levam nomes oficiais de pessoas, enquanto são conhecidas por nomes que têm em consideração outras referências. Note-se que a maioria desses nomes não oficiais são nomes que guardam “relações metonímicas” (tomam a parte pelo todo) com o logradouro, assim as ruas acabam conhecidas por construções emblemáticas que abrigam ou abrigaram, em contraste com os seus nomes oficiais, que evidenciam outros tipos de relações. Isso nos mostra que há valores e coisas que escapam ao estado, como as denominações “populares” que “insistem” em figurar nas cabeças e corações das pessoas à revelia da normatização oficial. Mais uma vez, Pina-Cabral (2008: 18) argumenta que no sul da Bahia, embora cada pessoa receba muitos tipos de nomes, há uma assertiva êmica de que “nome de verdade” é aquele escrito no registro civil, enquanto os demais nomes não seriam “tão verdadeiros, tão certos e tão completos como o nome oficial”. Essa diferenciação também ocorre com as ruas, que também têm apelidos e “nomes de verdade” (os da correspondência e dos emplacements). Ainda que haja uma diferenciação êmica entre esses nomes, oficiais e “populares”, podemos ver ambos como “conexões parciais” (cf. Strathern, 2004)⁶⁹, já que eles são acionados de acordo com o contexto, seja como explicação de localizações no dia-a-dia, seja nas correspondências: toda utilização é contextual, inclusive a

⁶⁷ Fonte: <http://maisalagoas.uol.com.br/>. Acesso em 04/09/2011.

⁶⁸ Fonte: <http://www.onorte.net/>. Acesso em 04/09/2011.

⁶⁹ Em “Partial Connections”, Strathern (2004) retoma a crítica à noção de sociedade, principalmente no seu aspecto de totalidade. As conexões parciais, ou as infinitas relações mobilizadas pelos agentes, podem ser vistas por meio da imagem do fractal – figura matemática diversa da concepção euclidiana, que designa objetos de extensão infinita que reproduzem, em todas as escalas, a mesma forma da escala anterior, mantendo a complexidade e as relações. Ao considerar as denominações oficiais como mais uma denominação, e não como “a” denominação, tenho em mente esse tipo de abordagem. Embora o estado reifique e essencialize sua classificação dos lugares públicos pretendendo construir uma totalidade, a etnografia informa que há variadas espécies de classificações atuando paralelamente e à despeito desse esforço estatal. Pensando deste mesmo modo, essa é uma das razões pelas quais, os homenageados aparecem pouco na tese. Assim como não me debrucei sobre os nomes populares, extraoficiais, das ruas, também reduzi a presença dos homenageados, porque a intenção é demonstrar que, mesmo do lado mais estatal e público (no sentido reificado), trata-se sempre de perspectivas êmicas, parciais, apresentadas como éticas, totais.

oficial.⁷⁰ Contudo, destinamos mais atenção aos nomes oficiais e seu caráter laudatório, por causa de suas implicações com relação aos legislativos estudados. É preciso salientar que a antropologia geralmente se dedicou mais às apropriações do oficial do que aos processos de produção dessa oficialidade e, nesse sentido, esta tese pretende contribuir para a ampliação desta área menos pesquisada pela disciplina (cf. Herzfeld, 2005 [1997]; Leirner, 2012b).

⁷⁰ Há estudos que vêm sendo feitos sob a rubrica de “antropologia da paisagem” (anthropology of landscape), como os trabalhos de Tilley (1994), Basso (1996) e as coletâneas de Bender (1993), Hirsch & O’ Hanlon (1995), Stewart & Strathern (2003). A palavra *landscape* que esses estudos reinventam deriva de um antigo uso anglo-saxão, correspondendo à palavra germânica *landschaft* – significando um maço, um pedaço de terra cultivada, alguma coisa em pequena escala que corresponde a uma “percepção camponesa” sobre a paisagem. De acordo com Bender (1993: 2) esta noção saiu de voga por volta do século XI, tendo sido trocada por palavras que correspondem a um espaço político mais largo e com poder (território, país, domínio). Nos séculos XVII e XVIII ela reemergiu, amarrada a uma maneira particular de ver, designando coisas como imagens exaltando a natureza, ou o paisagismo. Essa gama de estudos tenta descrever a maneira pela qual as pessoas – em qualquer lugar e em todo lugar – entendem e se engajam com seus mundos de acordo com condições históricas e sociais específicas. Algumas vezes esse engajamento pode ser consciente - uma forma de fazer reivindicações, de justificar e legitimar determinado lugar no mundo (considerando a invenção e reivindicação de identidade, por exemplo) –, outras pode ser inconsciente, como parte da rotina da existência cotidiana. A apreensão do lugar (*sense of place*) serviria como um “pregador”, no qual as pessoas penduram memórias e significados construídos nos eventos, estabilizando-os (cf. Basso, 1996; Stewart & Strathern, 2003). Basso, por exemplo tenta elaborar uma “etnografia da topografia vivida” (ibid.: 111). Perceber lugares (*sensing places*) é um tipo de experiência imaginativa, uma espécie de envolvimento com o natural e com o social, uma maneira de se apropriar de porções da Terra, de se engajar no que nos envolve e encontrar significado nisso. Para o autor, cada um de nós desenha pedaços particulares do território de uma maneira paroquial e específica, por intermédio de particularidades topográficas, biográficas e de noções sociais particulares. O que tenho tentado retratar é que a “maneira estatal” de criar a paisagem, mediante as denominações de logradouros, é uma forma particular de vê-la. Uma forma que, embora sofra influência do tempo e da história, tenta aparecer como estável e imutável. Nesta mesma direção, Thomas (1993) contextualiza historicamente a perspectiva ocidental (eu diria estatal) na qual o observador com um olhar fixo está sempre fora e acima da paisagem nomeada.

Considerações finais – A INVENÇÃO DO PÚBLICO

Esta tese está percorrendo um caminho sinuoso, no sentido que pretende se afastar da retidão naturalizante, para caracterizar um pedaço daquilo que chamamos de estado. A preocupação central é a realização de uma leitura processual das homenagens estatais, observar e compreender como os atores concretos, em especial os propositores, lidam com as homenagens públicas. Percebeu-se que os parlamentares eleitos são eficientes homenageadores: de seu trabalho propositivo, depreende-se que grande parte poderia ser classificada como homenagens. Elas são um recurso de fácil agenciamento, e o *acordo* os autoriza a realizarem diversas homenagens. Se qualquer proposição de um vereador ou deputado distrital deve ser votada, para que de projeto torne-se lei, as homenagens carregam consigo uma vantagem *acordada*: sabe-se de antemão que serão aprovadas. Essa vantagem comparativa frente às outras proposições explica, em parte, o caráter massivo com que elas são propostas e aprovadas.

O fato de uma matéria ser de fácil aprovação não significa, por si só, que haja a motivação para sua proposição. Além de fazer parte de um *acordo*, ela deve interessar aos parlamentares. Recuperando a oposição entre dádiva e mercadoria como uma metáfora de controle, tentei realizar uma leitura que lança alguma luz à pragmática dos parlamentares com relação às homenagens. Na justificativa deles, expressões como *agrado*, *contentamento*, *reconhecimento*, *carinho* e *atenção* aparecem. São expressões que primeiramente denotam sentimentos nobres dos parlamentares com relação àqueles que devem ser *agradados* e *reconhecidos*. É o poder público por meio dos parlamentares dando *carinho* e *atenção*. Contudo, esses sentimentos aparentemente modestos e desinteressados carregam consigo uma contrapartida: a expectativa de reciprocidade. E, como procurei deixar claro, esta é uma expectativa que parece atuar mesmo à revelia daquele que homenageia.

Todo um complexo que invoca *interesse* e *desinteresse* é desembrulhado quando as justificativas dos parlamentares sobre as homenagens são levadas em consideração. Embora uns acusem aos outros de as utilizarem de forma inadequada, querendo “levar vantagem” ao propô-las de maneira *interessada* a homenageados sem o devido *merecimento*, todos estão convictos de que as suas proposições são *desinteressadas* e entregues a pessoas que *merecem* serem *agraciadas*, *agradadas* e *reconhecidas*. Toda homenagem carrega em si características muito comuns largamente conhecidas e debatidas em antropologia: elas não são dádivas, mas uma retórica semelhante pode ser ativada para esclarecer alguns de seus aspectos. *Carinho* e *atenção* podem remeter ao ato aparentemente desinteressado de dar,

ainda que o fato de o homenageado se sentir *agradado* e *contentado* pareça ser inevitável. Mesmo que dádiva e homenagem sejam coisas diversas e remetam a outros processos, ambos misturam e jogam o tempo todo com o interesse e o desinteresse, o *merecido* e o *mesquinho*. Se a metáfora da mercadoria se apoia primordialmente no interesse, afinal, quando se trata de mercadoria é justo que ele impere, nas operações cuja metáfora da dádiva pode operar, o binômio interesse/desinteresse aparece de forma embaralhada: os atos devem ser/parecer nobres e solenes.

Além das homenagens “servirem” para angariar, *agradar*, *contentar* e *reconhecer* aliados atuais e potenciais dos políticos (afinal, em política - assim como na vida - ter relações é fundamental), elas também servem para criar a vereança. Uma vez que o parlamentar é tido como um *representante*, as homenagens também esclarecem quais os grupos que ele pensa e pretende *representar*. É um momento no qual o parlamentar *aparece* para esses grupos e se mostra como defensor e *representante* de suas causas. Os parlamentares inventam a homenagem, mas estas também os inventam.

Esses aspectos são revelados devido a uma abordagem processual que leva a sério a microsociologia das homenagens (principalmente quando se observa a fase do jovem Jano). As observações destas em ato, quando ainda estão “quentes”, revelam termos que não aparecem em seu momento mais “frio”. No momento “quente”, observamos como uma homenagem é construída, que elementos e atores ela agencia. Ela sendo fabricada em consideração a atores de carne e osso revela que tanto homenageadores como homenageados possuem relações anteriores às proposições. São pessoas que se *conhecem* e se *reconhecem* antes mesmo de sua propositura.

Todo esse processo de *atenção*, *carinho*, *agrado* e *reconhecimento* sofre uma transformação após a concretização das homenagens. Conforme elas “esfriam”, transformam-se em substâncias que podem ser utilizadas para contar a História do município ou da câmara municipal. Os nomes de logradouros, por exemplo, são concebidos como patrimônio do lugar, como parte da identidade local, como sua História sendo contada nas ruas. As pessoas que são galardoadas com títulos de cidadão são *reconhecidas* como prestadores de serviços relevantes ao município, como parte importante de sua História, como elementos que contribuíram para a melhoria do local. De *agradados*, *contentamentos*, *carinho* e *atenção* de um vereador a uma pessoa específica, as homenagens são transformadas em História e patrimônio local – mais públicos, portanto. Neste processo, ela é *purificada*, a mistura de interesses e os elementos

concretos são apagados do processo. É aquilo que consta nos anais e diários oficiais dessas câmaras, a História escrita, que “sobrevive” ao tempo e que poderá ser contada.

Nas câmaras legislativas e nos processos aqui estudados, opera-se algo diferente da concepção de cidadania e seu corolário de igualdade. Como se depreende das homenagens, elas introduzem diferenças na concepção supostamente igualitária de cidadania. A pessoa homenageada detém “algo mais” frente aos cidadãos ordinários. Segundo a ótica do senso comum e da legislação sobre as homenagens, os galardoados detêm o *reconhecimento público* por terem prestado algum serviço *relevante*. Ou seja, o estado não apenas inventa o igualitarismo jurídico, ele também o faz com relação a hierarquias. As homenagens operam como mais uma forma de diferenciação diante do igualitarismo legal e formal da concepção de cidadão, usando recursos de distinção social advindos do próprio estado.

Diferentemente dos números dos documentos utilizados na classificação estatal dos cidadãos, que constroem as pessoas como entidades gerais, universais e abstratas, os títulos de cidadão estão entre as várias possibilidades de “melhoramento” de uma pessoa. Não é novidade que a democracia liberal apesar de postular a igualdade dos cidadãos diante da lei, também opera uma série de hierarquizações da cidadania, sejam elas de gênero¹, raciais² ou outras. O ordenamento diferencial dos cidadãos não é uma prerrogativa brasileira. A homenagem é um operador de distinção amplamente difundido em outras paragens. Considera-se aquele que recebe a medalha Pedro Ernesto como “um pedro ernesto”: “Fulano é pedro ernesto ou cidadão benemérito.” Os próprios políticos, muitas vezes, exibem as condecorações recebidas em seus *sites*, como uma forma de demonstrar o *reconhecimento* por “serviços relevantes prestados”. O deputado distrital Cristiano Araújo (PTB), por exemplo, exhibe suas condecorações: Mérito Segurança do DF; Grão-Mestre da Ordem do Mérito Brasília no Grau Comendador; Medalha da Defesa Civil do DF; Medalha Mérito Alvorada; Grão-Mestre da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí; Título Honorífico de Cidadão Valparaisense; Moção de Aplausos - Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás³. Deste modo, os títulos são uma demonstração de *reconhecimento público* de uma pessoa, um *upgrade* em sua cidadania, amparado nessa legislação laudatória.

Assim como o estado prescreve uma suposta igualdade individual, mas também admite e prescreve diferenciações entre esses iguais, ele também (alguns deles, o brasileiro em particular) estabelece e se autodeclara laico, mas utiliza-se amplamente de uma

¹ Como as apontadas por Gal e Kligman (2000) no processo de democratização de países do leste europeu.

² Para um leitura sobre a racialização da legislação migratória britânica, ver Hall (2002).

³ Fonte: <http://www.cristianoaraujo.com.br/>. Acesso em 10/07/2012.

linguagem religiosa. Basta perceber que as câmaras legislativas apresentam crucifixos nas paredes atrás da Mesa Diretora e em toda sessão a proteção divina é invocada. O elemento religioso se faz presente em muitas destas reuniões. Como pode ser observado, ele não se encontra apenas nos estados “desviantes” do Oriente Médio, no maior promotor da democracia, as campanhas presidenciais também são recheadas de discursos religiosos. Na campanha para sua reeleição em 2012, Barack Obama fez questão de incluir uma menção a Deus, posto que o candidato é sempre questionado por sua fé religiosa. Os presidentes americanos desde Ronald Reagan, na década de 1980, utilizam a frase “God bless America” no encerramento do discurso. Assim como no Brasil, um estado laico, os Estados Unidos possuem referências religiosas em prédios públicos e notas de dinheiro. Assim como na promoção da concepção de igualdade e também hierarquia, trata-se, mais uma vez, do estado atuando com polifonia, mas pública e purificadamente reconhecendo apenas uma dessas diversas vozes, naturalizante e essencializada.

Olhando com mais rigor sobre o objeto mais direto desta tese, há uma diferenciação em termos dos valores de cada homenagem, principalmente se atentarmos para o que dizem a legislação e os próprios parlamentares. As moções que configuram homenagens aos eleitores, à população em geral, entregues em grande número, *agradam* aos recebedores e sua família, denotam *proximidade* com o vereador (e com o estado), mas não passam muito disto. Já os Títulos de Cidadão e a Medalha Pedro Ernesto, na ausência de títulos de nobreza, são concebidos como *distinção*. Vários agraciados sempre se orgulham nas cerimônias por serem cidadãos honorários de diversos municípios. Como venho dizendo, não é “qualquer um” que os recebe, pois eles são limitados e mais valorizados. Se o estado individualiza, ele também pessoaliza.

Sem dúvida, a denominação é a homenagem de maior valor, principalmente quando dado a um logradouro *importante*. Não são muitos os logradouros de grande destaque na paisagem. Dar o nome a um aeroporto, uma grande avenida, a uma ponte, ou a uma medalha ou prêmio, é a maior das homenagens. Tanto é assim que, mais do que dar ou emprestar o nome, costuma-se dizer que uma pessoa *virou* nome, isto é, “venceu” o esquecimento e a morte: foi eternizada em um logradouro. Dar nome a uma medalha como a Pedro Ernesto ou a Chiquinha Gonzaga, ou a um prêmio como Mario Covas ou Herbert de Souza, é um grande *reconhecimento*. Anualmente, celebrar-se-á esses nomes que devem servir como modelos para os galardoados. Assim, Pedro Ernesto seria um grande exemplo

para os cidadãos cariocas; Chiquinha Gonzaga⁴ para “as personalidades femininas que reconhecidamente tenham se destacado em prol das causas democráticas, humanitárias, artísticas e culturais”; Herbert de Souza aos que se destacarem no combate à fome... De tão grandiosas, essas homenagens só podem ser realizadas após o falecimento do nomeador, pois só após a morte é possível “medir” a *grandeza dos feitos* realizados durante a vida.

A relação entre essas diversas homenagens extrapola uma comparação de valoração. As medalhas e os títulos potencializam a pessoa, agregando ao seu nome prestígio e *reconhecimento*. Já os logradouros e medalhas é que são potencializados pelas pessoas que o nomeiam, visto que não se dá um nome *pequeno* a um *grande* logradouro, e vice-versa. Não se pode nomear um beco na periferia de Chiquinha Gonzaga, a não ser que esse beco seja um lugar de grande *visibilidade*, por reunir tradicionalmente muitas pessoas por algum motivo ou por ser considerado de *importância* histórica. Desta forma, uma certa hierarquia de *importância* histórica, política, econômica e social encontrada na sociedade deve “espelhar” uma hierarquia dos espaços, o que contraria a suposta igualdade inerente a um espaço público. Em tese, todo logradouro é um número (o CADLOG⁵ paulistano, por exemplo), mas vai além desse aspecto burocrático, formal e impessoal: assim como a “sociedade”, os espaços estão permeados por relações pessoais (e vice-versa). Os *grandes nomes* dos *grandes logradouros* emprestam o nome de “superpessoas”, passando a constituir o que chamamos de patrimônio, seja local ou nacional. Os *grandes nomes* da História nacional repetem-se com grande frequência em muitas cidades brasileiras.

Se a malha urbana é hierarquizada pelas ruas, avenidas e grandes corredores, os próprios nomes também devem obedecer a essa diferenciação. Na verdade, não se trata apenas de uma relação de empréstimo, na medida em que (mesmo metaforicamente) uma superpessoa quando morre *vira* logradouro, potencializando o nome deste. Desta forma, no

⁴ Em 2008, **Edinha Diniz**, biógrafa de Chiquinha Gonzaga, foi homenageada juntamente com a bailarina Ana Botafogo, a repórter e jornalista Glória Maria e a atriz Dercy Gonçalves. No discurso, Edinha Diniz agradeceu à câmara por dar o nome de Chiquinha Gonzaga à medalha: “Gostaria de saudar a iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela instituição da medalha Chiquinha Gonzaga, cumprimentar todos os vereadores, em especial a vereadora Aspásia Camargo, e fazer alguns comentários sobre a patrona da condecoração. A mulher que hoje dá nome à medalha concedida por esta Casa Legislativa percorreu um longo trajeto antes de ter *reconhecimento público*. Sua memória, engrandecida por este ato, deve tributo de gratidão a inúmeras pessoas que vêm trabalhando e reclamando para ela uma posição de destaque na *memória coletiva* do povo brasileiro. Algumas dessas pessoas, da nova geração de admiradores de Chiquinha Gonzaga, estão aqui no plenário, a quem agradeço a presença. Mas, já nos alertou Machado de Assis, contra a conspiração do silêncio e da indiferença, os grandes têm um aliado invencível: a conspiração da posteridade. Este foi o caso de Chiquinha Gonzaga. Ela foi *resgatada*, redimensionada, e nessa redescoberta se revelou uma mulher contemporânea, exatamente por conta do que tentaram silenciar em sua biografia: o conflito com que viveu a maternidade e a sexualidade”. Fonte: <http://www.chiquinhagonzaga.com/>. Acesso em 06/07/2012. (grifos meus)

⁵ Sigla para Cadastro de Logradouros.

Rio de Janeiro, o Eixo Metropolitano Leste-Oeste em Jacarepaguá recebeu o nome Avenida Vice-Presidente José de Alencar, após a morte deste em março de 2011⁶. Durante a vida, uma pessoa tem a potencialidade de melhorar sua cidadania, aproximando-se do estado com os títulos, por exemplo, mas é só após o falecimento que uma pessoa pode *virar* nome, sendo estatizada em patrimônio.

Após a morte, um nome qualquer pode ter um destino curto e privado, esculpido em lápides ou homenageando familiares. Pode também “sumir”, como ocorre nas mortes de indigentes, pessoas que não são *reconhecidas*, sem documentos e sem família. Todavia, ele é capaz de ter um destino mais “espalhado”, público, visto que *vira* nome de rua, de praça e avenida, denotando uma distinção ao cidadão que o portou. Nesse processo pelo qual se confere um destino cívico aos nomes, os nominadores do estado, vereadores e prefeitos, ao *reconhecerem* a *relevância* do cidadão e de seu nome - por meio de uma metonímia na qual o nome o substitui (é a continuidade deste cidadão que não existe mais) - enfatizam seu caráter público com o controle que o estado estabelece sobre o estoque onomástico⁷: do nascimento e sua certidão ao óbito com seus respectivo documento e potencial patrimonialização na “rua”.

Nesse sentido, os documentos são provisórios, posto que não serão mais ativados (utilizados) após algum período depois do falecimento da pessoa que o portava. Os nomes e os documentos pessoais podem desaparecer com o fim da existência de um cidadão. Mas, se todo cidadão, ao término de sua vida, deve ter o nome esculpido numa placa, há

⁶ O falecimento em março de 2011 de José de Alencar, duas vezes vice-presidente (2003-2010), deve motivar homenagens semelhantes Brasil afora. Por exemplo, em maio de 2011, uma praça em Goiânia já havia recebido seu nome.

⁷ No Brasil, o tabelião como registrador dos nascimentos tem a prerrogativa de interditar nomes cuja escrita não seja a correta, bem como de se recusar a registrar nomes que, de muito “inventivos”, possam, segundo seu juízo, causar problemas aos nominados no futuro; entretanto, esse arbítrio por parte dele está longe de constituir uma lista de nomes permitidos e proibidos como no caso do conceito de patrimônio onomástico nacional (Pimenta, 1986) em Portugal, de acordo com a noção de que estes são *atributos culturais*, da mesma forma que a arquitetura pública e as artes o são (cf. Pina-Cabral, 2008). Com relação aos nomes próprios, estes possuem uma margem maior de escolha se comparados aos sobrenomes. Contudo, isso varia dentro do universo da lusofonia, como mostram os estudos de Pedrosa de Lima (2007), sobre o conservadorismo na escolha de nomes pela alta sociedade lisboeta, devido a uma alta taxa de repetição por meio da prática de homenagem, e de Pina-Cabral (2010), sobre a maior, porém também restrita, criatividade no Baixo Sul da Bahia. Tem-se de um lado uma lógica familiar, privada, na escolha desses nomes. A família escolhe um nome - a reificação de “uma alma” para esse indivíduo, muitas vezes marcado por um evento em diálogo com uma lógica local e familiar (como a visita de um político, uma homenagem a um ídolo ou um parente), a partir de um “estoque” abrangente, porém finito. Por outro lado, no limite desse processo quem autoriza a viabilidade do nome é o estado, uma vez que o tabelião, detentor de *fé pública*, pode se recusar a fazer o registro de um nome por considerá-lo inadequado. Nesse sentido, é o estado quem autoriza a reificação de uma “alma” por meio de um nome, ao controlar um imenso estoque de nomes adequados e interditando alguma diversidade criativa das famílias. Não seria exagero dizer que o estado é o detentor destes nomes, guardados pelos documentos públicos, que, justamente por serem públicos, vedam o anonimato quando se trata da identificação em relação às instituições públicas, como na escola, na prefeitura, no cartório ou em um hospital.

aqueles cujos nomes devem ter emplacements mais públicos, pois devem figurar no espaço e *memória coletiva*, o que configura uma divisão escatológica cívica, entre os dignos de *lembrança* e os cidadãos ordinários “esquecidos”. Se a palavra civil é relativa à cidadania, a igualdade de direitos, que diz respeito ao indivíduo como membro da sociedade, a palavra cívica ou civismo alude mais a um tipo de comportamento, uma espécie de patriotismo, de defesa de certos valores, de respeito às instituições, numa forma ufanista de se ler a cidadania. Se a cidadania transmite a ideia de igualdade individual, o civismo repercute a diferença, posto que alude ao culto dos heróis, das *peças importantes*, dos *merecedores* de *reconhecimento*, afinal, ainda que todos sejam iguais perante a lei, nem todos *merecem* ser *lembrados*. Por meio dessa economia da *lembrança*, as câmaras legislativas⁸ manuseiam nomes e pessoas, criando aliados, construindo relações particulares que se tornarão públicas.

Com este movimento, as câmaras podem atrair pessoas “para dentro”, acumulando-as com os títulos de cidadão e moções, como podem também espalhar aliados “para fora” com as denominações dos espaços públicos, as pessoas que *viram* nomes de ruas. Ao descrever historicamente os nomes de ruas da cidade de São Paulo,⁹ percebe-se que, anteriormente ao período de denominação de lugares oficializados, apareciam nomes como “Calçada do Lorena” ou “rua do defunto Dom Simão”, que remetiam a esses moradores, ou “rua das Casinhas” e “rua da Quitanda”, que aludiam a essas construções. O nome do lugar derivava de uma relação parte-todo: uma casa de um morador mais conhecido poderia ser o mote do nome da rua, uma construção significativa como um açougue, uma igreja, ou uma cadeia serviria como qualificativo à região. Atualmente, com a oficialização dos nomes, a dinâmica é outra, trata-se da projeção das relações dos políticos sobre os espaços públicos. Já que estamos observando uma mistura de elementos públicos e não públicos, que irão tornar-se “apenas” públicos, podemos inferir o quanto aqueles são constituídos por estes, ainda que posteriormente sejam separados e purificados.

Cabe aqui um esclarecimento: ainda que durante todo o texto tenha aparecido pares como público *versus* privado ou doméstico, oficial *versus* não-oficial, Jano jovem *versus* Jano maduro, o esforço empreendido foi sempre pautado na tentativa de escapar a esses binarismos, embora os reconheça como produtos do discurso e das práticas. Na verdade, o empenho foi na direção de demonstrar a pluralidade e a diversidade contidas nessas essencializações, tentando desnaturalizar as mais puras essências, as públicas e oficiais. Usei

⁸ E os executivos e judiciários que também prestam homenagens nomeando comendas e lugares.

⁹ Cf. Apêndice A.

alguns binarismos, pois são modos capazes de descrever aspectos e não essências, lembrando que o estado tenta produzi-las de maneira sobredeterminada sempre.

É pelo fato do olhar processual possibilitar a revelação de dois lados no processo (ao invés de apenas Um, o oficial e público)¹⁰ que, na Introdução, recorri ao modelo latouriano de caracterizar a ciência. Os processos simbólicos do estado evidenciam esta fórmula. Há uma transformação no discurso conforme se olha para o estado em ato ou para o estado contando seus atos. No momento da escolha e da realização das homenagens, é possível perceber o envolvimento de atores de carne e osso *reconhecendo* atores igualmente de carne e osso. É o *reconhecimento* de um parlamentar específico sobre uma pessoa ou instituição específica. Trata-se inevitavelmente de um *reconhecimento* particular, que se transformará em *reconhecimento* público. É o jovem Jano em ação denotando as relações particulares que envolvem o *reconhecimento*. Se, com muita paciência, esperarmos esse “jovem” Jano se tornar um Jano mais “maduro” e “antigo”, perceberemos que os elementos que envolviam aquela homenagem desaparecerão. Serão apagados os *carinhos*, os *agrados*, os *contentamentos*. O que ficará será a História escrita nos anais, o patrimônio local constituído, as “substâncias” de identidade de todo um povo. De um *reconhecimento* particular para um *reconhecimento* público a uma personalidade que “prestara serviços relevantes” para toda uma cidade, um estado ou uma nação. O Jano de barbas grisalhas é aquele que deve ser objeto de preservação.

Esses dois momentos observados na tese dizem algo sobre como podemos pensar o estado. É por isso que o estado aqui não está sendo classificado como o Estado reificado em outras análises. Chamar o estado de Estado significa corroborar apenas um lado das representações sobre ele, talvez justamente aquele que se “espera” dele, unitário, racional, funcional – apenas o lado do Jano “antigo”. Percebe-se com a etnografia que há dois processos, ou procedimentos, operando o tempo todo. Ainda que o foco da tese sejam os processos simbólicos do estado, é possível a partir destes afirmar o quão esta “entidade” estado é plural e fugidia.

Muitos autores que estudaram o estado apontaram práticas corriqueiras que o penetram. Deram a estas, por exemplo, o nome de patronagem ou clientelismo. A base da relação patrão-cliente é a constatação de que o patrão tem e controla recursos políticos, econômicos e culturais que o cliente quer e precisa. Ele não tem acesso a estes por meio de uma burocracia formal, mas pelo intermédio de relações pessoais de reciprocidade. Os

¹⁰ Na verdade, é uma pluralidade de processos que são melhores descritas recorrendo a esse modelo que divide duas temporalidades que operam a todo momento.

estudos das relações patrão-cliente¹¹ eram inicialmente mais comuns no sul da Europa e na América Latina,¹² embora também tenham sido observados em outras partes do mundo.¹³ Eles foram elaborados remetendo a falta de democracia e a um estado disfuncional. Onde o estado falha em prover o acesso universal aos recursos, os patrões os controlam¹⁴.

Os estados mais clientelistas (logo, tomados por uma extensa literatura como menos evoluídos ou modernos) seriam aqueles cujo espaço público não estaria separado adequadamente do espaço privado ou doméstico. Os antropólogos britânicos que estudaram culturas mediterrâneas frisaram a existência de coalizões, facções, estratégias e interesses particularistas atuando no núcleo público de decisões nestas sociedades. Ao se debruçarem sobre a circulação dos recursos públicos, enfatizaram o clientelismo, a invasão de redes, não-grupos ou quasi-grupos não-públicos e intersticiais, marginais e ilegais no escoamento dos recursos. Estudos sobre o clientelismo e patronagem espalharam-se pelo mundo frisando sempre seus aspectos marginais e ilegais. Estados menos modernos, periféricos e marginais seriam forjados mediante práticas também marginais e periféricas. As análises estariam trabalhando sempre no confronto de um ideal mais público e democrático com as situações encontradas na particularidade de cada caso. É o que acontece também com os estudos classificados como “antropologia da democracia” (Paley 2002)¹⁵ que mostram o confronto entre a situação endógena e autóctone no encontro com os postulados da democracia representativa vindos “de fora”. Trata-se sempre do mesmo conflito entre público, mais democrático, moderno *versus* privado, doméstico e atrasado.

Quando as análises identificam as corruptelas e desvios do ideal de estado e democracia, elas identificam o que faz parte e o que não faz, definem o que deve ser e o que

¹¹ Há ainda a questão dos *brokers* (Paine, 1971), que diferentemente dos patrões que adotam uma posição superior na defesa de seus interesses próprios, os *brokers* seriam mediadores que defenderiam uma terceira parte. De qualquer forma, este tipo de relação permanece sendo vista como disfuncional.

¹² Exemplos britânicos no mediterrâneo como Pitt-Rivers (1961) e Blok ([1974] 1988); e estadunidenses com foco na América Latina como Foster (1953) e Wolf (2003). Para uma instigante comparação conceitual entre casos mais “próximos”, ver Villela (2006) e seu levantamento sobre o Brasil e a Argentina.

¹³ Como alguns dos textos em Schmitd, et alli. (1977) que observa essas relações em África (Foltz, 1977) e Ásia (Landé, 1977).

¹⁴ Como Gellner (1977:4) pontuou: onde o poder está centralizado ou bem difundido, a patronagem é menos comum; e Blok ([1974] 1988) ligou o surgimento da máfia siciliana a aspectos marginais do estado, à mediação entre os proprietários de terra e os camponeses.

¹⁵ Neste rol de estudos, West (1998), por exemplo, demonstra como as eleições são reformuladas de acordo com o idioma da feitiçaria no Moçambique rural, e os Comaroffs (1997) argumentam que práticas à primeira vista antidemocráticas podem se apresentar como críticas democráticas ao regime representativo e a falta de responsabilidade dos governantes, um pleito para uma democracia mais “substantiva” que “procedimentalista”, como a que observaram no regime de partido único em Botsuana. De qualquer modo, os estudos classificados sob esta rubrica problematizam não os regimes de identidade nacional, mas os pressupostos universalistas das democracias ocidentais.

não deve ser o estado - um viés normativo, portanto. As próprias análises que pensam o nascimento dos regimes democráticos como transição são problemáticos, pois o termo implica uma condição temporária e um resultado inevitável (mais moderno e com procedimentos públicos mais claros), após a transição. Desta forma, excluem da análise aspectos que sempre aparecem, tratando-as como perturbações e poluições. A pergunta central é: e se esses aspectos não forem poluições, mas sim constituintes do *modus operandi* estatal?

Referindo-se a outros temas e problemas, Strathern (2006 [1998]:115-117), ao criticar autores (Sillitoe, 1979, por exemplo) que viam as trocas cerimoniais como instituições centrais e definidoras da sociedade em contraposição às práticas domésticas menos determinantes, explica que esse tipo de análise conduz à “dicotomia do que é a estrutura social e o que não é” (ibid: 117), desconsiderando a socialidade privada ou doméstica às expensas da pública ou coletiva, dividindo as relações em domínios, o doméstico-feminino e o público-masculino. Esta crítica feminista sugere que a invenção e a própria separação em domínios também estão enraizados no modo de pensar o estado e as diversas relações sociais pelas ciências sociais. A própria invenção do social em contraste com o individual (o controle daquele sobre este) faria com que o interesse e pressuposições analíticas recaíssem mais sobre o regular, o coletivo e homogêneo do que sobre o heterogêneo, pessoal e particular. Exemplo deste tipo de pensamento encontra-se na concepção do local de trabalho como algo autônomo com relação ao ambiente doméstico: a vida pública sendo distinta da doméstica e infantilizadora, esta como dependente daquela, já que quem não ganha salário, a criança ou a dona de casa, é o dependente em contraste com o provedor, o adulto, cujo trabalho se realiza fora da esfera doméstica.

A dicotomia implícita, entre cultura e natureza, torna-se altamente relevante para a formulação hegemônica ocidental dos domínios público/privado, não apenas como uma questão de conteúdo (o domínio doméstico é visto como o lugar da atividade de base biológica), mas também em termos da relação estruturada entre unidades dadas, refratárias, e o funcionamento de forças sociais que criam laços de superordenação e assim mantêm a socialidade entre entidades de outro modo autônomas. Dessa forma, a própria atividade de estabelecimento de domínios – a separação entre as questões públicas (“sociais”) e as privadas, domésticas – ocupa um lugar analítico similar ao tabu do incesto, uma separação que cria “cultura”. A divisão é postulada como um modelo da criação da própria sociedade. (ibid: 154)

De fato, esta separação corresponde a uma das maiores invenções da tradição¹⁶ operada pelos regimes ocidentais. Ela se deu entre os séculos XV e XVI, quando diversos

¹⁶ Esta sugestão encontra-se em Sahlins (2004 [1993]: 5).

pensadores, artistas e intelectuais fizeram uma escolha deliberada pelos seus ancestrais. Está evidente que estou a me referir ao período chamado de Renascimento, que restaurou deliberadamente as ideias e língua Greco-romana, de um passado efetivamente irrecuperável, mas que foi pintado como essencializado. O período deu “luz” à civilização moderna. Discussões sobre o conceito de liberdade, os desdobramentos gregos em Hegel, Marx e Sartre, a invenção da política, vinda da *polis*, organizada e formada pelos *politikos* (i.e. cidadãos), além da *Ta politika* e *res publica*, que correspondem imperfeitamente ao que se designa hoje por práticas políticas e públicas, isto é, aquelas que dizem respeito a todos como conjunto, que subordina os interesses individuais ao aristotélico Bem Supremo da *polis* - imperfeitamente o que temos visto como *bem* ou *interesse comum* cindido do individual, privado e doméstico.¹⁷

Esta cisão e criação do público ou comum foi visto por filósofos do político (Hobbes, principalmente) como obra do “contrato social”, a associação correspondendo a algo novo e maior que os indivíduos isolados. Não é a toa que a ciência política busca suas origens na definição de um contrato social, com a emergência do estado, quase que coincidindo com a emergência do humano¹⁸ contra uma era onde “o homem seria o lobo do homem”. De acordo com essa visão hegemônica, a separação entre o público e o doméstico cria a sociedade. É esse tipo de invenção purificadora que possibilita ver uma separação entre estado e sociedade, público e privado ou doméstico. A própria aceção de democracia como o regime que melhor atende as aspirações de igualdade, liberdade e *bem comum*, ainda que seja a pior forma de governo depois de todas as outras,¹⁹ são corolários desta invenção/purificação.

¹⁷ Para ir mais longe, esbarrando na invenção (e diferenciação) ocidental entre o intelectual e sensível, cito Lloyd (1983 *apud* Strathern, 2006 [1988]: 155): “O ideal de um domínio ordenado de pensamento no qual o intelecto pode refugiar-se da confusão da paixão e do sensível dominou as aspirações intelectuais do Ocidente desde a época de Platão. Desde suas origens na Grécia, nossos ideais de Razão têm sido associados com fuga do particular; e também com a ideia de um espaço público distanciado do domínio doméstico. A Razão é o pré-requisito e o ponto de acesso não apenas para o domínio público da vida política, mas também para um domínio público do pensamento – um domínio de princípios universais e ordenamento necessários de ideias. Na altamente influente representação da moralidade que encontra sua expressão mais completa na ética de Kant, esse domínio dos princípios universais era visto como o lugar distintivo da consciência moral; essa representação permanece conosco de muitas formas.”

¹⁸ É claro que a produção em ciência política possui muitos nuances que estão sendo achatados aqui. Por exemplo, o cientista político W. G. Santos (2006) atesta a universalidade de certos componentes como clientelismo e fisiologismo que eram remetidos apenas aos países pobres. De qualquer forma, não há como negar que esta é a ciência que se entende como a especialista na política moderna, e a separação entre estado e sociedade é constituinte e promotora de seu modo de perceber o mundo (cf. Sharma & Gupta, 2006).

¹⁹ Referência à famosa frase que Churchill proferiu na Câmara dos Comuns, em 11 de novembro de 1947, dois anos depois de vencer a Segunda Guerra Mundial: "Muitas formas de governo foram experimentadas e ainda o serão neste pecador e desafortunado mundo. Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou saiba tudo. Na verdade, já se disse que a democracia é a pior forma de governo, isso depois de todas as outras que foram testadas ao longo dos tempos".

Mais detidamente, a ciência política como a estudiosa do estado e da democracia partilha e promove todos esses pressupostos. Muitos dos seus teóricos no exame e qualificação das democracias espalhadas pelo mundo se utilizam, por exemplo, de uma metáfora computacional reveladora, isto é, dividem o entendimento destas em aspectos que consideram *hardware* - a realização de eleições regulares e competitivas, a existência de diversas instituições que se contrabalançam (Executivo, Legislativo e Judiciário, por exemplo) -, de outros que são tidos por *software* - a crença dos cidadãos no regime e o entendimento de seu funcionamento (cf. Lamounier, 2005 e Shin, 2005). Numa clivagem interna a esta seara, na observação do *software* democrático, surge o debate entre aqueles que advogam pelo conceito de cultura política contra aqueles que o fazem com relação ao desenvolvimento das instituições.²⁰ Para estes, a eficácia das instituições revelam o sucesso de determinada democracia. Comportamentos, decisões e o desenho das instituições são produtos da escolha racional de atores relevantes, assim como de avaliações coletivas do sistema político. O apoio dos cidadãos ao regime depende da avaliação de curto prazo, baseada no cálculo de custos/benefícios sobre o desempenho institucional (Braithwaite; Levi, 1998). Em síntese, trata-se da equação quanto mais modernizado e institucionalizado, mais democrático é o país. Já a outra vertente leva em conta a cultura política (Almond; Verba, 1963) considerando aspectos como a aceitação da autoridade do estado como um ente público, a crença na participação dos deveres cívicos, o orgulho nacional, o respeito pela lei, o interesse por política e a tolerância e confiança interpessoal e institucional. De todo modo, esses dois tipos de enfoques e outros como o da qualidade da democracia (Diamond; Morlino, 2004), onde ela é tratada como um produto cuja satisfação dos consumidores (i.e. os cidadãos são consumidores de democracia) pode ser medida, apresentam pressupostos comuns, como a separação “original” entre público e privado.

Isto posto, qualquer teoria em ciência política se atribui o papel de medição dos sistemas democráticos: se um sistema de governo é ou não uma democracia e quais os indicadores que podem aperfeiçoá-lo.²¹ Com os pressupostos de mensurar e normatizar, todas essas abordagens participam do que venho chamando de invenção e purificação dos domínios público e privado.

²⁰ Para um panorama inspirador da organização de campo de debate, ver Moisés (2008).

²¹ Rose e Shin (2001) compararam regimes da primeira e terceira onda de democratização e mediram a consolidação desses diversos regimes.

Se o individualismo metodológico e a teoria do ator racional já sofreu críticas contumazes, como as realizadas pelo Núcleo de Antropologia da Política,²² principalmente no que se refere ao voto racional, eu estou abordando criticamente o outro lado da oposição indivíduo-sociedade, colocando sob escrutínio etnográfico a invenção do lado público/coletivo. É por isso que recuperei breve - e até mesmo apressadamente - a discussão sobre a restauração dos ideais Greco-romanos, a invenção da tradição renascentista, a discussão da filosofia política e da ciência política. O que tenho observado etnograficamente é que há uma mistura entre lógicas particulares/domésticas/privadas e o coletivo/político/público, ainda que aqueles sejam apresentados como resíduo. Uma racionalidade eternamente válida, porque pública e estatal, esvai-se no exame etnográfico de qualquer ação desempenhada pelos agentes do estado²³.

Minha etnografia, portanto, é uma tentativa de desessencializar o estado, temporalizando todos os atos oficiais, mostrando sua provisoriedade e contingencialidade. Ainda que eles apresentem continuidade temporal, isto pode ser visto como um produto de estratégias duráveis, o que desmitifica a faceta de produção de uma ontologia primordial por parte dos estados. Com este intuito, trouxe à tona a agência nos atos oficiais, descrevendo como as tradições, os heróis, a História e toda uma simbologia de laudação é criada. Se a própria antropologia muitas vezes atuou como essencializadora, principalmente com relação a esquemas classificatórios (nacionalistas, colonialistas, etc.), o que tenho buscado realizar é demonstrar as estratégias oficializantes, a implantação criativa dos atores das regras e esquemas oficiais e públicos.

É nesse sentido que a noção de poética social em Herzfeld (2005 [1997]: 72) recupera os empregos práticos e estratégicos dos tipos ideais oficiais e desembrulha a intimidade cultural dos estados-nação e seus conteúdos necessariamente inconstantes. Ao invés de corroborar as versões oficiais, públicas e seu caráter homogeneizante, uma abordagem etnográfica, fundada no detalhe, que leva em conta uma diversidade de opiniões e práticas, não as caracterizando como mera anedota, revela como as ideologias oficiais e públicas são entendidas e vividas. Afinal, elas só “sobrevivem” se forem usadas. É sobre o seu uso que reside a atenção etnográfica. Todas as estruturas institucionais geram suas

²² O NUAP (Núcleo de Antropologia da Política), como relatado na Introdução, está sediado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e envolve o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da mesma instituição, além de outras universidades, como a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Ceará. Suas contribuições são inspiradoras para esta tese.

²³ “Os protestos do filósofo do século XVIII Giambatista Vico contra esta arrogância universalista baseiam-se precisamente no seu reconhecimento de que a ideia de pura abstracção era uma ilusão nascida da ideia de poder absoluto.” (Herzfeld, 2005 [1997]: 68)

particulares e próprias intimidades no contraste com a auto-representação oficial que tenta escondê-la. O contraste opinião de dado servidor, político ou dos cidadãos *versus* verdade oficial documentada e mais vinculante é um exemplo de como a dicotomia reificante, naturalizante e essencialista do estado opera. Nesta tese, estou tentando destratar este contraste, não no sentido de ignorá-lo, mas na intenção de não segui-lo. É isto que ocorre no campo retórico dos políticos que classificam suas próprias homenagens como *justas* e *merecidas* (assim como prescreve a lei) em contraste com os demais políticos *interesseiros*. Este contraste desnuda a intimidade de um poder que acumula gente, seja por meio da criação de muitos cargos e assessores, seja na forma homenagem, que “fagocita” pessoas para o legislativo. Esta é a forma do estado operar poeticamente sobre a rigidez da formalidade oficial e a etnografia não marginaliza as opiniões e experiências das pessoas envolvidas em favor de um modelo geral, público e oficial.

Permanecendo nesta ordem de problemas, vale recuperar um pouco da discussão de Scott (1998) e seu interessante título “Seeing like a State”. O autor assinala que a prática de estado consiste numa diligência de legibilidade e simplificação, que padroniza pesos e medidas, cria uma a linguagem e o discurso legal, “desenha” as cidades, a organização dos transportes, o cadastro da população, estabelece sobrenomes permanentes, legisla sobre a propriedade de terra, o que transforma práticas locais complexas e ilegíveis (como o costume de posse das terras ou a denominação das pessoas) numa grade padronizada que pode ser centralmente registrada e manipulada, moldando e adaptando tudo à maneira como o estado “deseja ver”: ajustando aos interesses oficiais, documentando, estabilizando fatos (colocando-os no papel), inscrevendo-os de uma forma que possam ser agregáveis, permitindo a formação de grupos classificatórios.

Contudo, todas essas medidas transformacionais do estado foram sempre seguidas de resistências por parte da população. A utopia imanente ao estado de tudo agregar, estabilizar e constituir um único ponto de vista, foi sempre frustrada, pois os procedimentos oficiais, a ordem, foram sempre construídos mediante procedimentos diversos, sem os quais, não funcionam. Uma série de práticas informais subscreve a sobrevivência dos esquemas oficiais. Scott mostra como funcionários com excesso de zelo pelas regras (*work-to-rule action*) mobilizam o discurso do público e oficial com o intuito de paralisar atividades. Quando os motoristas de taxi (*ibid*: 256) querem pressionar as autoridades municipais parisienses, eles as atacam seguindo estritamente as regras, agindo meticulosamente segundo todas as regulações do *Code Routier* e travam o trânsito do centro da cidade. Tiram vantagem

prática do fato de que a circulação do trânsito é possível somente porque estes motoristas são peritos num conjunto de práticas que são normalmente contraventoras das regras formais de trânsito.

Formal order, to be more explicit, is always and to some considerable degree parasitic on informal process, which the formal scheme does not recognize, without which it could not exist, and which it alone cannot create or maintain. (ibid: 310)

Nesse sentido, os tais “jeitinhos brasileiros”, não são, de forma alguma, uma prerrogativa nacional ou de estados ainda incompletos ou em desenvolvimento. Etnógrafos atentos a esses aspectos íntimos e a criatividade da poética social podem encontrar relações depurificadas “até mesmo” em conversas com burocratas da União Europeia, instituição mais que “central” e guiada por uma lógica pública, mas que não deixa nada a desejar com relação às muitas histórias acumuladas sob o guarda-chuva do clientelismo pela literatura antropológica (Shore, 2000:119).²⁴ Ainda que para uma lógica estatal o nepotismo, que é a mistura das lógicas, seja o equivalente à proibição do incesto (Herzfeld 2005 [1997]: 92), o que se observa é que práticas mais “domésticas” são realizadas o tempo todo, não sendo um desvio, embora apagadas conforme o estado essencializa e as transforma/purifica em públicas.

Assim, extensões da família em redes de patrocínio tornam-se formas de “corrupção” e “nepotismo” – termos simbólicos fortemente carregados de uma entidade preocupada essencialmente com a *ordem*; podemos ler o relato de Scott das obsessões modernistas por uma ordem estatal inteiramente legível como se descrevesse uma versão especialmente reveladora do simbolismo da pureza e conspurcação. Os padrinhos da Máfia simbolizam o falhanço do estado; o nepotismo é o equivalente do incesto. Não nos devemos surpreender por vê-lo associado na imaginação oficial à violência, crime, e mau comportamento simples. (ibid: 91)

Nota-se que a maior parte dos estudos referentes ao estado em geral, e a democracia, em particular, prestam muito a atenção nos desvios, arcaísmos e corruptelas sem simetricamente refletir sobre o outro lado. O moderno e o público são refrações de um binarismo ocidental refletido na classificação dos estados, por exemplo, quando se ordena as

²⁴ Neste livro, Shore, um especialista sobre a alta burocracia e os políticos da União Europeia, mostra como as evidências de fraude, nepotismo e corrupção no interior da Comissão Europeia em Bruxelas são operativas do ponto de vista do interesse particular dos burocratas. Ao se estabelecer esta instituição supranacional esperava-se criar uma identidade com os objetivos mais públicos e coletivos possíveis, mas o que se observa, mesmo no coração daquela que seria a instituição mais “moderna”, são os políticos e burocratas com práticas paroquialistas. Em outro contexto, Gupta (1995) ao analisar a corrupção na Índia, a qual sempre é ligada ao tipo de relação patrão-cliente intervindo em relações que deveriam ser anônimas, mostra que ela mais do que ser uma relação anti-política e menos funcional, na verdade, é um modo de ação política – o que também pode ser dito sobre outras relações tidas por clientelistas ou poluídas por relações privadas ou domésticas.

nações entre desenvolvidas e em desenvolvimento - uma acepção mais contemporânea das divisões entre primeiro, segundo e terceiro mundos. As “imperfeições” são objetos de reflexão enquanto a invenção da perfeição formal e ordeira se encontra obliterada: são dados da realidade pouco questionados, corroborando uma acepção purista do público e estatal. Os desvios são criações nativas sobre a democracia e o estado, mas o estado e o público também não seriam invenções? Se esses trabalhos operaram essas separações de princípio, minha tese se realiza em outro movimento: ao invés de quanto mais público, mais moderno (e melhor), resta dizer que, o público e o doméstico aparecem sempre em coexistência. Assim como o doméstico e privado são sempre objetos de estudo quando se trata do estado, como formas de corrompê-lo, convém dizer que o público é tão inventado quanto. A diferença é que essa mistura ou esses híbridos aparecem o tempo todo de forma purificada e essencializada. Acredito que esta tese e seu olhar sobre as duas (na verdade, várias) faces das produção estatal vem tentando demonstrar o quanto o público é particular, e vice e versa.

As entidades familistas que sobrevivem no meio de projectos municipais, regionais ou nacionais são lembranças inconvenientes do que foi ocultado, e uma representação demasiado visível do que se encontra na zona da intimidade cultural. (ibid: 94)

O que estou tentando fazer é desobliterar o estado e seus avatares público e democrático de uma posição irrefletida, um pano de fundo presente, mas nunca pensado nas análises (inclusive quando os objetos são outros - centralmente “mais antropológicos” ainda que sociologicamente mais “periféricos”²⁵). Desnaturalizá-lo enquanto entidade coerente e central devido a operações que dividem, por exemplo, o que é público do que é privado, e que fabricam o ponto de vista absoluto, diferente das opiniões e pontos de vista particulares, as chamadas versões. Deslocá-lo do “centro” implica em não observá-lo como algo completamente diverso, incomparável, com relação ao resto da “sociedade”, não transportar o interesse em seu estudo para às margens, seja de um estado-margem do sistema capitalista mundial, seja para as franjas da legalidade²⁶ como única forma de “etnografá-lo”, posto que

²⁵ Esta relação entre central e periférico é discutida e deslocada em Leirner (2012b: 2): “trata-se de indagar sobre o porquê nas ramificações temáticas da disciplina o estudo de objetos ditos “centrais” na nossa sociedade se tornam “periféricos” academicamente, ao passo que se coloca a “periferia sociológica” no “centro disciplinar”. Acredito que isso é parte de uma epistemologia política da disciplina, e não uma prerrogativa dos objetos. (...) Do meu ponto de vista, é notório que se o duo estado/centro tem papel coadjuvante na antropologia, isto não se deve a uma condição de imanência do estado à nossa existência, mas talvez a mais uma “obviação” (cf. Wagner, 2010 [1975]; Strathern, 2006 [1988]) dos próprios antropólogos a este tipo de objeto (...)” O autor também discorre sobre o fato de o antropólogo ser um braço do estado, embora este fato comumente passe “desapercebido” nas etnografias sobre os contextos mais tradicionais de pesquisa.

²⁶ Vide nota 39 na Introdução sobre a antropologia “at the margins of the state” (cf. Das; Poole, 2004).

esta condição de análise o recolocaria novamente no “centro”. Os estados mais modernos, seus aspectos mais centrais, seu núcleo duro ficariam à margem da análise. O ideal estado permaneceria sem escrutínio etnográfico. Note-se que não estou defendendo uma hierarquia de importâncias com relação à antropologia do estado, apenas sugerindo desafios à equação centro-periferia quando o objeto é o estado e sua invenção do público. Seguindo a sugestão de Leirner (2012b: 9):

(...) isto, ao que parece, replica a sina de que quando tratamos do estado, da formação nacional, da política governamental, também não respondemos a essas questões indo além de um certo ramo da sociologia política, ou pelo menos tendo esta como pano de fundo quando se pensa em termos de um “estado purificado” (processo civilizador completo, modernidade concluída, ocidentalismo centralizador), protoplasma simétrico e inverso de uma noção tão homóloga quanto a de “índios isolados”. É curioso que a antropologia tenha escapado da armadilha da “impureza indígena”, por exemplo, na crítica à ideia de “aculturação”, mas não tenha feito o mesmo em relação ao estado, do qual se também espera uma fórmula “single malted”.

São com estas reflexões em mente que nesta tese observo como, por meio de variados procedimentos, o estado vai inventando aquilo que chamamos de público: a etnografia das homenagens públicas do legislativo demonstra como os galardoados do *bem comum* são criados. Debruçando-se sobre problemas similares ainda que o objeto seja diverso, Latour (2002) elabora um interessante argumento também para demonstrar como um ponto de vista da Lei vai sendo construído. Mediante a participação de vários atores que atuam no processo legal, a utilização de um vocabulário esotérico, o efeito da vagarosidade dos procedimentos, o autor em sua etnografia sobre o *Conseil d’Etat* mostra como toda uma construção de imparcialidade, dessubjetivação e distanciamento vai sendo elaborada durante o processo legal, colocando-o longe do caso concreto e criando o chamado ponto de vista da Lei. Quanto mais um caso chega perto de seu desfecho, mais longe ele está das pessoas que o vivenciaram concretamente. Os papéis, os formulários acumulados e a busca do ponto de vista da Lei procura tirar os casos de seus contextos particulares colocando-os sob a rubrica do purificado e essencializado Direito. Este é um procedimento estatal corriqueiro: acumular os fatos concretos em papéis, dessubjetivá-los, remover sua autoria. Isto ocorre nos tribunais que fabricam performativamente a Lei, como também ocorre nas câmaras legislativas que o fazem com o *interesse e bem públicos*. Ao comparar o *Conseil d’Etat* que produz julgamentos e aplica a lei ao laboratório que produz ciência, dentre diversas características que se assemelham e se diferenciam, Latour ressalta o comportamento interessado e empolgado do cientista sobre suas alegações em face do esforço de indiferença diante dos fatos daqueles

encarregados de aplicar a lei. No caso das leis produzidas nas homenagens, observa-se que elas se parecem mais com a produção científica e o envolvimento dos cientistas do que com a indiferença dos agentes da lei – pelo menos no tempo caracterizado pelo jovem Jano. As leis de homenagens são “quentes” em sua produção, os parlamentares atuam como os advogados interessados em seus casos, ainda que essas possam “esfriar” com a passagem do tempo, tornando-se “apenas” um registro da tradição nos diários e anais.

Perceber o estado desta forma é tentar questionar a dicotomização público-estatal *versus* privado-doméstico, com o intuito de não começar fazendo antropologia e terminar concluindo com ciência política²⁷ (isto é, reificando o estado, separando-o da “sociedade”, produzindo institucionalismos e neo-institucionalismos) posto que estou questionando a existência pura desta esfera que se chama pública: ela só existe como purificação – pelo menos é o que a etnografia a partir desta porção bem específica do estado, as três câmaras legislativas, permite afirmar sobre o *público*. Esta crítica também acaba por incluir abordagens “mais antropológicas” que possam advogar a existência de duas éticas quando referentes a contextos cuja democracia ou o próprio estado “ainda” não se encontram consolidados, ou são vernacularizações destes. Da Matta (1997 [1979]), por exemplo, desenvolveu uma leitura sobre a realidade brasileira e a Pessoa como uma oposição dramática e dinâmica entre duas éticas: uma burocrática, universalizante e impessoal, que fabrica a noção de indivíduo ou cidadão; e outra, pessoal, relacional, familiar, amistosa, que é posta em prática para subverter a primeira, exemplificada pelas expressões “Você sabe com quem está falando?” ou “Aos inimigos a lei; aos amigos, tudo!”. Na dinâmica dessa oposição, “o dilema brasileiro” é supostamente criado: as regras universalizantes, ao invés de corrigir desigualdades, servem para legitimá-las, dado que as leis servem para aqueles que não têm *conhecidos* ou *amigos* junto ao estado, o que torna as relações pessoais mais operacionais diante das dificuldades das regras impessoais. As relações pessoais hierarquizam os cidadãos, aqueles que podem *levar vantagem*, dar um *jeitinho*, isto é, driblar a impessoalidade das regras.

De acordo com meu argumento, não se trata de duas lógicas definidoras do Brasil ou de qualquer estado periférico. O estado, em geral, parece atuar como uma máquina que produz igualdade e desigualdade – isso aqui e alhures. Esta ambiguidade não é uma

²⁷ Nas indagações do texto de Leirner (2012b: 7) que são compartilhadas pelas reflexões suscitadas nesta tese: “Como fazer para não começar fazendo antropologia e terminar realizando ciências política? É possível uma antropologia do “centro” não se tornar uma sociologia? Que tipo de repertório ela poderia usar? Como a pouca antropologia que se fez nesse registro produziu seus conceitos?”

prerrogativa nacional e as homenagens que são promovidas pelos mais variados tipos e instituições do estado estão aí para elucidar. Ao mesmo tempo que ideológica e praticamente o estado promove igualdade e cidadania, ele também diferencia os cidadãos, inclusive civicamente. Não são duas éticas, a pura e igualitária e a impura e hierarquizante. As homenagens públicas (práticas corriqueiras nada especificamente brasileira) são uma forma de diferenciar cidadãos ordinários dos exemplares. Elas não servem para *levar vantagem*, burlar as regras ou algo do tipo. Elas não estabelecem prerrogativas legais diferenciadas àqueles que as recebem, como é o caso da prisão especial²⁸, por exemplo. Não é o tipo de diferença que seja usada com o “você sabe com quem está falando?”. Não se ouve por aí “Você sabe com quem está falando? Eu sou cidadão benemérito dessa cidade!”, ou “Você sabe com quem está falando? Eu recebi uma moção de congratulação da câmara municipal!”. Ou seja, os homenageados não ludibriam regras impessoais por serem *reconhecidos*. As homenagens orgulham e deleitam parentes e amigos, ficam expostas nas paredes das casas ou do trabalho. São um atestado de “gente do bem”, benfeitora. Não se dá *carteirada*²⁹ com os títulos de cidadão ou com medalhas de mérito. Ninguém se sente o dono da rua, apenas por um parente ter dado nome a ela (embora eu tenha ouvido relatos de pessoas que cuidam das praças cujos parentes tenham nomeado). O máximo que essas homenagens podem denotar é a impressão de *proximidade* com o poder, com aqueles que o detém. Assim, o homenageado pode se colocar como alguém que tem *conhecidos*, que recebeu a moção porque é *próximo* do vereador, que foi galardoado com o título, pois é *chegado* da vereadora. Ou seja, além do orgulho por ser *reconhecido* publicamente, por oficialmente ter contribuído para o *bem comum*, como *cidadão de bem*, a homenagem também denota *proximidade* com os políticos e com o próprio estado. Ao inventar os heróis públicos, elas evidenciam relações particulares.

Mais uma vez, o que se observa é que não se trata de duas éticas uma universal e equalizante e outra pessoal e hierárquica – assim como o estado é laico e religioso, concomitantemente. Não é isto ou aquilo: é isso e aquilo, sempre. O próprio estado democrático inventa conjuntamente a concepção igualitária de cidadão e opera hierarquias³⁰ –

²⁸ Na Reforma do Código Penal em curso essa é uma questão aberta. O código confere o direito à prisão especial a pessoas pela sua suposta relevância de cargo, função, emprego, atividade ou grau de instrução. Ou seja, ele concede o privilégio a essas pessoas de ficarem presas em cela ou estabelecimento penal diverso do cárcere comum, até o julgamento final ou o trânsito em julgado da decisão penal condenatória.

²⁹ Prática difundida no Brasil. Documentos como a identidade funcional do policial ou do militar, e as carteiras de autoridades como vereador, senador, deputado, juiz ou promotor, são apresentadas para se obter vantagens, como os policiais e os vereadores, que o fazem para entrar gratuitamente em shows e casas noturnas, por exemplo.

³⁰ Assim como o faz com o laicismo e a religião, com o público e o doméstico.

e não estou a me referir às hierarquias reguladas de cargo e função que obviamente funcionam nas diversas instituições. As homenagens mostram que na sua concepção, no plano das ideias (e não somente nas práticas) o estado equaliza e hierarquiza. Ele faz as duas coisas sempre e em todo lugar. Assim como o estado é plural e múltiplo, ele é público e doméstico. Uma etnografia e microssociologia dele, que leva a sério os detalhes e aquilo que é construído *a posteriori* como resíduo e poluição, não poderia deixar de fora os aspectos domésticos e particulares, mesmo porque se tenta exorcizá-los. Como se trata de um exorcismo (algo que deve ser extirpado por incomodar) sem fim, sempre recriado, tudo se passa como a obsessão do jagunço Riobaldo (Guimarães Rosa, 2006 [1956]) pelo diabo, no qual ele dizia não acreditar, mesmo quando estremecia e o “arrenegava”. Ao longo da trama, ele também se coloca em dúvida sobre se teria ou não pactuado com este “um que não existe”. A dúvida sobre a pureza do protagonista permanece até o fim. Na verdade, ele é puro e impuro, conforme a relação estabelecida no contexto. A existência do diabo e o pacto com este só faz sentido momentaneamente, mas diferentemente dos aspectos descritos na tese, eles nunca são naturalizados e “absolutizados”. Nesse sentido, não estou dizendo que isto que é denominado por público não existe, é pura invenção (no sentido de invencionice). Se é sempre objeto de reflexão e desejo, e por isso um aspecto obliterado e inquestionado nas análises como dado, é por que também compõe aquilo que chamamos de estado, seu aspecto mais notado e desejado. Da mesma forma, as inúmeras reflexões empíricas sobre o estado demonstram o quão as relações pessoais (em sentido lato) constituem a invenção do público. É a invenção do público em pacto com doméstico e particular. Ainda que posteriormente purificado e essencializado, ambos dizem muito sobre o que é o estado com sua bula prescritiva pública. Conforme o contexto pode-se dizer que é uma prática mais pública ou mais privada, sem esquecer que são as duas. Reportando novamente a Guimarães Rosa: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia.” (ibid: 64)

Referências bibliográficas

ABÉLÈS, M. **Jours tranquilles en 89. Ethnologie et politique d'un département français.** Paris: Odile Jacob, 1989.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes in five Western democracies.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.** Lisboa: Edições 70, 1991 [1983].

AMES, B. **Institutions and Politics in Brazil.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

AMORIM NETO, O. Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. **Dados**, vol. 43, no 3, pp. 479-519, 2000.

BAILEY, F. **Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics.** Oxford: Basil Blackwell, 1980.

BAKHTIN, M. **The Dialogical Imagination: Four Essays.** Austin: University of Texas Press, 1981.

BALANDIER, G. **Antropologia Política.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, Edusp, 1969 [1967].

BASSO, K. **Wisdom sits in Places.** Albuquerque, University of New Mexico Press, 1996.

BENDER, B. (org.). **Landscape. Politics and Perspectives.** Oxford: Berg Publishers, 1993.

BEVILAQUA, C. Antropologia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. **Revista Campos.** Curitiba, 2001.

_____. **O consumidor e seus direitos: um estudo de conflitos no mercado de consumo.** Tese de Doutorado, Depto. Antropologia/USP, mimeo, 2002.

BEZERRA, M. O. **Em nome das “bases”.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BLOK, A. **Mafia in a Sicilian Village 1860-1960: a study of Violent Peasant Entrepreneurs.** Oxford: Clarendon Press, [1974] 1988.

BOAS, F. **The Religion of the Kwakiutl.** Nova Iorque, Columbia University, 1930.

BOAS, F. **Geographical Names of the Kwakiutl Indians.** New York: Columbia University Contributions in Anthropology. N. 20. 1934.

BOISSEVAN, J. Patronage in Sicily. **Man** vol.1 n.1. 1966.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático, In: _____. **Razões Práticas.** Campinas: Papirus, 1996 [1994].

BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. **Trust and governance.** Nova York, Russell Sage Foundation, 1998.

CALDEIRA, T. P. Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. **BIB (27).** Rio de Janeiro: Anpocs/Vértice, 1989.

CARSTEN, J. **After kinship.** Cambridge: CUP, 2004.

CASSARO, F. Bairros se descaracterizam com a mudança de nomes de rua. **O Estado de São Paulo.** 28/07/2006.

CASTRO, C. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. **O Mundo Invisível.** Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHAVES, C. de A. **Festas da política: uma etnografia da modernidade no Sertão (Buritis-MG).** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

CLAESSEN, H.; SKALNIK, P. **The Early State.** The Hague: Mouton, 1978.

CLASTRES, P. **A Sociedade Contra o Estado.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 [1974].

COLEMAN, J. **Education and Political Development**. Princeton: Princeton University, 1965.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF J. Postcolonial Politics and Discourses of Democracy in Southern Africa: an Anthropological Reflection on African Political Modernities. **Journal of Anthropological Research**, Vol. 53, No. 2, pp123-46, 1997.

COX, G.W. **The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 [1979].

_____. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press, 2004.

DELEUZE, G.; Guattari, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995[1980].

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 5**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997[1980].

DEL'ISOLDA, L. H. DE F. **Estudo sobre a concessão de Títulos de Cidadãos Honorários de 1991 até Outubro de 2000**. Estudo 1005/00. Brasília: Assessoria Legislativa da CLDF, 2000.

DIAMOND, L; MORLINO, L. (2004), The quality of democracy. In: **Journal of Democracy**, 15 (4): 20-31, 2004.

DICK, M. V. P. A. Toponímia e Cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 29, p. 83-92, 1987.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)**. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. **Os centros de São Paulo: associações intersemióticas no processo denominativo**. São Paulo: Humanitas, 2003.

DONZELOT, J. Uma Anti-Sociologia. In: CARRILHO, M. M. **Capitalismo e Esquizofrenia. Dossier Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999 [1957].

DUARTE, L. F. D. **Da Vida Nervosa** (nas classes trabalhadoras urbanas). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq. 1986.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp, 1992 [1966].

_____. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica**, Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1983].

ELIAS, N. Processes of State-Formation and Nation-Building. In: **Transactions of the 7th World Congress of Sociology, International Sociological Association**, vol. III. Genebra, 1972.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, Perspectiva: 2002 [1940].

EVANS, P. RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FAVRET-SAADA, J. Sorcières et Lumières. In: FAVRET-SAADA; CONTRERAS, J. **Corps pour Corps**. Paris: Gallimard, 1981.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, no 29, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: DIFEL, 1963.

FOLTZ, W. Social Structure and Political Behavior of Senegalese Elites. In: SCHMIDT, S. W. et alli (org.). **Friends, followers, and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.) **African Political Systems**. Londres: Oxford University Press, 1940.

FOSTER, G. M. The Dyadic Contract: a Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village. In: **American Anthropologist**, vol. 63, PP. 1173-1192, 1961.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. Governmentality. In: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect: studies in governmentality**. Hemel Hempstead, Herts: Harvester Wheatsheaf, 1991.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1983].

FRIED, M. **The Evolution of Political Society**. New York: Random House, 1967.

FROIS, C. Nome e anonimato nas associações de 12 Passos. In: CABRAL, J. de P; VIEGAS, S. de M. **Nomes: Género, Etnicidade e Família**. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2007.

GAL S.; KLIGMAN G. **The Politics of Gender After Socialism: a Comparative Historical Essay**. Princeton: Princeton Univ. Press, 2000.

GELLNER, E. **Thought and Change**. Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1964.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

_____. **Negara. O Estado –teatro no século XIX**. Lisboa: DIFEL, 1991 [1980].

GELLNER, E. Patrons and Clients. In: GELLNER, E.; WATERBURY, J (orgs.) **Patrons and Clients in Mediterranean Societies**. London: Duckworth, 1977.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2006 [1956].

GLUCKMAN, M. **Order and Rebellion in Tribal Societies**. Londres: Cohen et West, 1963.

GOLDMAN, M. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006.

GODELIER, M. **The Mental and the Material**. London: Verson, 1984.

GONÇALVES, M. A. T. Os nomes próprios nas sociedades indígenas das terras baixas da América do sul. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 33, p. 34-63, 1992.

_____. **O Significado do Nome**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

GOOD, J. **The Domestication of the Savage Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREGORY, C. **Gifts and Commodities**. Londres: Academic Press, 1982.

GUATTARI, F. Cultura: um conceito reacionário? In: Félix Guattari e Suely Rolnik. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Vozes, 1986.

GUEBEL, C. O Bar da Tita: política e redes sociais. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GUPTA, A. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. In: **American Ethnologist** 22 (2): 375-402, 1995.

HALL K. D. **Lives in Translation: Sikh Youth as British Citizens**. Philadelphia: Univ. Penn. Press, 2002.

HEREDIA, B. M. A. . Política, Família , Comunidade. In: M. Palmeira; Márcio Goldman. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

HERZFELD, M. **A Antropologia do outro lado do espelho**. Etnografia crítica nas margens da Europa. Lisboa: Difel, 2001 [1987].

_____. **Intimidade Cultural Poética Social no Estado-Nação**. Lisboa: Edições 70, 2005 [1997].

HEUSCH, L. de. **Sacrifice in Africa: a structuralist approach**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

HIRSCH, E.; O'HANLON, M. (orgs.), **The Anthropology of Landscape**. Perspectives on place and space. Oxford: Oxford University Press, 1995

HOBSBAWN, E.; RANGER T. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra., 1997 [1983].

HUGH-JONES, S. Nomes secretos e riqueza visível: nomeação no noroeste amazônico. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2002.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: EDUSP, 1975.

KRASNER, S. **Defending the National Interest: raw materials investments and U.S foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

KUSCHNIR, K. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

_____. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

KUNDERA, M. **A Insustentável Leveza do Ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1984].

LAMOUNIER, B. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium, 2005.

LANDÉ, C. The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, L.; GUASTI, C. H.; LANDÉ, C.; SCOTT, J. (orgs.) **Friends, Followers and Factions**. A reader in political clientelism. Berkeley: Univ. of California Press, 1977.

_____. LANDÉ, C.H. Networks and groups in Southeast Asia. In: SCHMIDT, S. W. et alli (org.). **Friends, followers, and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994 [1991].

_____. Como redividir a Grande Divisão. **MOSAICO Revista de Ciências Sociais**. Vitória: CEG Publicações. Departamento de Ciências Sociais, Ano 2, Nº. 2, Vol.1, 1999.

_____. **Ciência em Ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

_____. **La fabrique du droit: une ethnographie du Conseil d'Etat.** Paris: La Découverte, 2002

LAVAREDA, A. **A Democracia nas Urnas:** o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo, 1991.

LEACH, E. R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia:** um estudo da estrutura social kachim. São Paulo: Edusp, 1996 [1954].

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1949].

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média:** Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

LEIRNER, P.C. **O Sistema da Guerra.** Tese de Doutorado. DA/FFLCH/USP. Mimeo, 2001.

_____. **O Estado como Fazenda de Domesticação.** No prelo, 2012 a.

_____. **O Campo do Centro, na Periferia da Antropologia.** No prelo, 2012 b.

LERNER, D. **The Passing of Traditional Society:** Modernizing the Middle East. London: Free, 1958.

LÉVI-STRAUSS, C. O Feiticeiro e sua Magia. In: _____. **Antropologia Estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (1970[1958])

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.

_____. **O Pensamento Selvagem.** Campinas: Papyrus. 1989 [1962].

LIMA, E. C. de. A onomástica katukina é pano?. **Revista de Antropologia.**, São Paulo, v. 40, n. 2, 1997.

LIMA, C. A. **Nomes que marcam o Rio:** Quem são as personalidades que dão nomes aos logradouros públicos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

LIMA, T. S. Para uma Teoria Etnográfica da Distinção Natureza e Cultura na Cosmologia Juruna. **RBCS**, Vol. 14 n.40,1999.

LIMA Jr., O. B de. Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LLOYD, G. Reason, Gender, and Morality in the History of Philosophy. In. **Social Research**, 50, pp. 490-513, 1983.

MAGANANI, J. G. C., Discurso e Representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R., **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAINWARING, S. P. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MALINOWSKI, B. Os **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo. Abril Cultural, 1976 [1922].

MAUSS, M. Gift-gift In: _____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1924].

MAUSS, M. O Ensaio Sobre a Dádiva. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974a [1950].

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974b [1950].

MCCALLUM, C. Morte e pessoa entre os kaxinawá. **Mana** [online]. vol.2, n.2, 1996.

MILL, J. S. Sistema de lógica dedutiva e indutiva (Exposição dos princípios da prova e dos métodos de investigação científica). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1843].

MITCHELL, T. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, A.; GUPTA; A. **The Anthropology of the State**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: **RBCS**, vol. 23, n.º 66, pp. 11-202, 2008.

MOITA, I. A Influência da Política na Toponímia de Lisboa. In: **2ª Jornada de Toponímia de Lisboa**. Lisboa: CML, 1997.

MONTES, M. L. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia, In: SCHWARCZ; QUEIROZ (orgs.) **Raça e Identidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

PAINE, R. **Patrons and Borkers in the East Artic**. Newfoundland: University of Toronto Press, 1971.

PALEY, J. Toward an Anthropology of Democracy. In: **Annual Review of Anthropology**, Vol. 31, pp. 469-496, 2002.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.) **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PALMEIRA, M., Voto, racionalidade ou significado? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 20, p 26-30. 1992.

_____. Política, Facções e Voto. In: Palmeira, M.; Goldman, M. (orgs.), **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

_____. “Política e Tempo: nota exploratória”, In: PEIRANO, M (org.), **Dito e feito: ensaio de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. O Voto como Adesão. In: CANÊDO, L. B. **O Sufrágio Universal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

PEDROSO DE LIMA, A. Intencionalidade, Afecto e Distinção: as escolhas de nomes de famílias de elite em Lisboa. In: CABRAL, J. de P; VIEGAS, S. de M. **Nomes: Género, Etnicidade e Família**. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2007.

PEIRCE, C. S. Logic as Semiotic: The Theory of Signs. In: J. Buchler (org.) **The Philosophy of Pierce: Selected Writings**. Londres: **Routledge & K. Paul**, 1956.

PIMENTA, J. da C. **Filiação**. Coimbra, Coimbra Editora, 1986.

PINA-CABRAL, J. de. **Sons of Adam, Daughters of Eve: The peasant worldview of the Alto Minho (NW Portugal)**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

_____.Recorrências antroponímicas lusófonas. **Etnográfica**. vol.12, no.1, p.237-262, 2008.

_____.**Namesakes and co-responsibility in Mozambique, Portugal and Brazil**. Preliminary version to be delivered at the “Anthropology of Europe” Seminar, University of Chicago, 2010.

PINA-CABRAL, J. de P; VIEGAS, S. de M. Nomes e Ética: uma introdução ao debate. **Nomes: Género, Etnicidade e Família**. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2007.

PINTO, D. C. S. **A Burocracia vista do cartório: uma análise antropológica da burocracia estatal**. Dissertação de Mestrado. PPGCSO-UFSCar, São Carlos, 2007.

PITT-RIVERS, J. **The People of the Sierra**. Chicago: Chicago University Press, 1961.

PITT-RIVERS, J. **The Fate of Shechem or the Politics of Sex: Essays in the Anthropology of the Mediterranean**. Cambridge: CUP, 1977.

PORTO, A. R. **História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554-1988)**. São Paulo: Carthago, 1992.

_____. **História da Cidade de São Paulo através de suas ruas**. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

POURCHER, Y. **Les maîtres de granit. Les notables de Lozère du XVIII siècle à nos jours**. Paris: Olivier Orban, 1987.

RAMOS, A. Nomes sanumá entre gritos e sussurros, *in* **Simpósio Internacional Nomes e Pessoas: gênero, classe e etnicidade na complexidade identitária**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.

RIVIÈRE, C. **As Liturgias Políticas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

ROSA, S. C. **1001 Ruas de São Paulo: guia sobre a história dos homenageados nas placas da cidade São Paulo**: Panda Books., 2003.

ROSE, R; SHIN, D. C. Democratization and backwards: the problem of Third Wave democracies. In: **British Journal of Political Science**, 31 (2): 331-375, 2001.

RUSSELL, B. **The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays**. London: George Allen and Unwin, 1986.

SAHLINS, M. La Pensée Bourgeoise. In: _____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1976].

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 [1985].

_____. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial” (1988). In: _____. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, (2007 [2000]).

_____. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004 [1993].

SANTOS, F. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**, vol. 40, no 3, pp. 465-492, 1997.

_____. Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil”. **Dados**, vol. 42, no 1, pp. 111-138, 1999.

SANTOS, M. L. Teoria e método nos estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994-2005. **BIB** 66. ANPOCS, 2008.

SANTOS, W. G. **Crise e Castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

_____. **O Ex-Leviatã Brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado**. São Paulo: Record, 2006.

SCHMIDT, S. W. et alli (org.). **Friends, followers, and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977.

SCHWARCZ, L. K. M. **Os Guardiões da nossa história oficial**. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. *As Barbas do Imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, J. **Seeing Like a State**: how certain schemes to improve the human condition have failed . New Haven: Yale University Press, 1998.

SEEGER, A.; DA MATTA, R. & VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. **Boletim do Museu Nacional**. 32: 2-19, Rio de Janeiro, 1979.

SHIN, D. C. Democratization: perspectives from global citizenries. In: DALTON; KLINGEMANN (eds.) **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SHORE, C. **Building Europe: The Cultural Politics of European Integration**. Londres: Routledge, 2000.

SILLITOE, P. Give and take: Exchange in Wola Society. Canberra: Australian National University Press, 1979.

SILVA, V. H. F. R. da. **Cultura e nação brasileiras no discurso da reforma de Estado: a nova burocracia paulista e a modernização do Estado**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, 2010.

SILVERMAN, S. Patronage as Myth. In: GELLNER, E; WATERBURY (orgs.), **Clients in Mediterranean Societies**. Londres: Duckworth, 1970.

SKOCPOL, T. **States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SKOCPOL, T. Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal. **Politics and Society** 10: 155-201, 1981.

SOUZA, M. do C. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil** (desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1976.

STEWART, J. H. **Theory of Culture Change**. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

STEWART, J; STRATHERN, A. (orgs), **Landscape, Memory and History**. Anthropological Perspectives. Londres: Pluto Press, 2003.

STRATHERN, M. **After nature**: English kinship the late twentieth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas: Editora UNICAMP, 2006 [1988].

_____. (2004), **Partial Conections.** Lanham, EUA: Altamira Press, 2004.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Rethinking Theories of the State in an Age of Globalization. In: SHARMA, A. AND GUPTA, A. (orgs.) **The Anthropology of the State: A Reader.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

SHUGART, M. S. e CAREY, J. M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SWARTZ, M.; TURNER, V.; TUDEN, A. **Political Anthropology.** Chicago: Aldine, 1966.

TEIXEIRA, C. C. Das Bravatas. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya. In: PEIRANO, M. **O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

THOMAS, J. The Politics of Vision and the Archaeologies of Landscape. In: BENDER, B. (org.), **Landscape. Politics and Perspectives.** Oxford: Berg Publishers, 1993.

TILLEY, C., **A Phenomenology of Landscape.** Places, paths and monuments. Oxford, Berg Publishers, 1994.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** São Paulo: Editora da USP, 1996 [1990].

VILLELA, J. M. & MARQUES, A. C. D. R. Sobre a circulação de recursos nas Eleições Municipais no Sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, TEIXEIRA E BARREIRA (orgs.), **Como se fazem eleições no Brasil. Estudos Antropológicos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

VILLELA, J. M. Clientelismo e Patronagem. Reflexões sobre o tema no Brasil e na Argentina. In: Ayrton Fausto. (Org.). **Diálogos sobre a Pátria Grande.** v. II, pp. 42-67. Brasília: Abaré, 2006.

_____. **Política e Eleições no Sertão de Pernambuco: o povo em armas.** Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

VINCENT, J. **Anthropology and Politics: Visions, Traditions and Trends.** Tucson: University of Arizona Press, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Arawete: Os Deuses Canibais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C., 1985, Vingança e temporalidade: os Tupinamba. **Journal de la Société des Américanistes**, v. LXXI, n. 1-2, p. 191-208, 1985.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** Rio de Janeiro, CosacNaify, 2010 [1975].

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System: capitalism, agriculture and the origins of European world-economy in the sixteenth century.** New York: Academic Press, 1974.

WEBER, M. **The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Buddhism.** New York: Macmillan Publishing Company, 1967.

_____. **Ensaio de Sociologia,** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WEST, H. Traditional authorities and the Mozambican transition to democratic governance. In: Graybill; Thompson (orgs.) **Africa's Second Wave of Freedom: Development, Democracy, and Rights,** Lanham: University Press of America, 1998.

WOLF, E. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In FELDMAN BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.) **Antropologia e Poder.** Brasília: Editora UnB, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal.**

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.**

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.**

RIO DE JANEIRO (Município). **Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.**

RIO DE JANEIRO (Município) **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Ano XXXIII, nº 67 (16/04/2009).

RIO DE JANEIRO (Município) **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Ano XXXIII nº 68 (17/04/2009).

RIO DE JANEIRO (Município) **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Ano XXXIII nº 62(07/04/2009).

SÃO PAULO (Município). **Lei Orgânica do Município de São Paulo**.

SÃO PAULO (Município). **Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo**.

SÃO PAULO (Município). **Diário Oficial do Município**. 18/12/2008.

SÃO PAULO (Município). **Código de obras Arthur Saboya**. 19/11/1929.

Apêndice A: A Oficialização dos nomes dos logradouros em São Paulo

A presente pesquisa consistiu na observação do ato de denominação de logradouros e outros lugares públicos³²¹, bem como na reflexão sobre os nomes já consagrados há algum tempo, concomitantemente com um pouco da história de alguns desses nomes. Os locais escolhidos estrategicamente para observação foram as cidades de Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo – a ex-capital do país, a atual capital e a maior cidade, mas as reflexões apresentadas podem ser estendidas e adaptadas a um *modus operandi* de denominar lugares oficialmente no Brasil.

Com o objetivo de tentar elucidar um pouco do processo pelo qual as ruas passaram a ter nome de pessoas com maior intensidade, é necessário observar um pouco a forma como isto se deu no tempo. Um grande passo para uma leitura antropológica de contextos que nos são familiares consiste num olhar desnaturalizado sobre o objeto. Para tanto, um possível caminho compõe-se da tentativa de historicização, com o intuito de demonstrar que práticas tidas atualmente como naturais, na verdade possuem uma história, nem sempre foram realizadas dessa maneira. Tal historicização pode nos mostrar, ou pelo menos sugerir, como se deu a elaboração da prática de homenagear pessoas em nomes de ruas. Dito isto, procurarei discorrer sobre a história da cidade de São Paulo concernente à prática de denominação de seus logradouros públicos, levando em conta principalmente a documentação produzida na câmara municipal (leis) ao longo desses cinco séculos. Embora a pesquisa tenha sido realizada em outros dois contextos, os estudos que vêm sendo desenvolvidos em São Paulo, dentre os quais destaco Porto (1996), Dick (1996, 2003), e o excelente trabalho da Divisão do Patrimônio Histórico da Prefeitura em conjunto com a empresa Plamarc na elaboração do *site* Dicionário de Ruas, facilitaram e embasaram essa leitura em termos diacrônicos. Devido a essa disponibilidade de material é que escolhi refletir apenas sobre o contexto paulistano. Como não se trata de uma pesquisa historiográfica, não é este rigor que fundamenta a descrição, mas sim a capacidade heurística de contextualização e desnaturalização sobre a forma como os nomes de lugares vêm sendo denominados durante a história de São Paulo e de como o estado, por meio da câmara municipal, paulatinamente assumiu a incumbência da denominação.

É de conhecimento comum que a cidade que viria a ser São Paulo foi fundada no ano de 1554, e originou-se a partir da construção de um misto de colégio e igreja com a

³²¹ Como escolas, hospitais, pontes, viadutos, estradas e equipamentos esportivos.

função de catequizar indígenas. O primeiro, por assim dizer, logradouro público da futura cidade foi o Pátio do Colégio. A partir desse primeiro logradouro foram-se abrindo largos, travessas e becos. Durante os primeiros 250 anos da futura metrópole, os nomes de logradouros eram atribuídos pela população. Em 1558, São Paulo do Piratininga foi elevada à categoria de Vila, constituindo seu Conselho Municipal e Pelourinho. Esse nome, São Paulo do Piratininga, foi dado à vila porque a data da missa inaugural havia sido celebrada na data de conversão de São Paulo, enquanto Piratininga deveu-se à proximidade do campo do Piratininga, onde vivia Tibiriçá³²² e seu povo.

Durante os séculos XVI e XVII não havia grandes preocupações com urbanismo. As atas da Câmara Municipal de São Paulo mencionam com frequência a limpeza de ruas, o conserto de pontes e arruamentos. Os nomes dos logradouros eram atribuídos pela população e não sofriam nenhum processo de oficialização. Para os nossos propósitos, isso provoca a pergunta: como eram localizados os endereços na cidade? Os nomes eram dados com referência a igrejas, prédios públicos, algum morador famoso, etc. Uma mesma rua poderia receber distintos nomes dependendo da referência adotada. No século XVI, as ruas de São Paulo eram as seguintes:

(...) a de São Bento, a Direita, a de Manuel Paes de Linhares, a do Carmo e a Tabatingüera. A rua Direita chamou-se primitivamente de “rua direita para Santo Antônio” (uma antiga ermida, no local da atual igreja do Santo Antonio), depois “rua Direta” e, finalmente, “Rua Direita”. A rua Manuel Paes de Linhares passou a chamar-se, mais tarde, “rua do Rosário”, porque se dirigia a igreja do Rosário, que existiu na atual praça Antônio Prado, e depois foi “rua da Imperatriz”, e hoje é 15 de Novembro. (Porto, 1992: 12)

Por este trecho já é possível observar o quanto as denominações foram dinâmicas e mudaram ao longo do tempo. A câmara, nos primeiros 250 anos, não interferia com frequência nesse processo. O esquema mais frequente de denominação de ruas, pontes, largos, travessas e becos, operava por repetição denominativa referente a alguma construção importante que o endereço abrigava. Esse esquema é bem ilustrativo:

- 1- Hospital da Santa Casa: rua da Santa Casa;
- 2- Quartel: rua do Quartel;
- 3- Igreja da Boa Morte: Rua da Boa Morte;
- 4- Igreja de São Gonçalo: rua de São Gonçalo;
- 5- Igreja do Rosário: rua do Rosário;

³²² Tibiriçá foi o primeiro índio catequizado por José de Anchieta. Para maiores informações, ver Rodrigues (1954).

- 6- (Mosteiro de) São Bento: rua de São Bento;
- 7- Igreja da Consolação: rua da Consolação;
- 8- Convento de Santa Tereza: rua de Santa Tereza;
- 9- Convento de Nossa Senhora da Luz: bairro da Luz. (Dick, 1996: 310)

É também bastante esclarecedor observar como eram escritos os endereços nas correspondências:

E assim ficamos sabendo que os antigos paulistanos residiam “...pegado com Pedro Taques”, “junto a Casa de Fundação”, “junto aos muros dos frades de São Francisco”, “defronte do Colégio”, “defronte do Pelourinho”, ou “defronte a Cadeia””. Ou ainda: “a travessa que vai para as casas do defunto dom Simão”, a rua defronte João Paes”, a rua em que mora Marcelino Camargo”, “a rua em que tem casas Francisco Furtado. (DICIONÁRIO DE RUAS³²³)

Devido a essa profusão de nomes e ao seu caráter não oficial, uma mesma rua poderia apresentar dois ou mais nomes, de acordo com seu contexto de referência. Assim, a rua São Francisco também era chamada rua do Jogo da Bola, a rua do Comércio também era a rua das Casinhas, a rua da Quitanda também era conhecida como Cotovelo, e a São João poderia também ser a São José.³²⁴

As povoações brasileiras antigas desenvolvem-se segundo um padrão. O padrão brasileiro (cf. Scott, 1998: 120) informa que as cidades nascem a partir de uma praça central, onde se localiza geralmente uma igreja e, a partir desta praça formam-se corredores, onde são construídas as casas. Comércio, igrejas, prédios públicos como prefeitura e câmara localizam-se nesta região central, cujas praças e ruas tornam-se lugar de intenso fluxo de pedestres, com as ruas sendo concebidas como vias de acesso entre aparelhos públicos (igrejas, comércio, cadeia, pelourinho, câmara) e as residências. As praças são os pontos focais das cidades. São Paulo, por exemplo, obedeceu a esse padrão, a despeito de todo seu crescimento desde o século passado. A partir do Colégio e seu Pátio é que se concentrou grande parte de sua história de expansão. Nesse sentido, as ruas que se distanciavam um pouco mais desse centro constituíam acesso a outras vilas, bairros ou cidades, e recebiam o designativo “caminho”. Deste modo, havia o Caminho do Santo Amaro, o Caminho do Brás, o Caminho da Mooca e, ainda, o Caminho de Santos, o Caminho de Sorocaba e o Caminho de Campinas.

³²³ [Http://www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br). Acesso em 24/08/2012.

³²⁴ Dick, 1996: 309.

Um ponto interessante de se notar era o modo como se abriam as ruas. Geralmente, os próprios moradores é que faziam o trabalho. Grande parte das ruas abertas nos primeiros séculos provinham das iniciativas de particulares, ou com grande colaboração destes. Ruas, caminhos e obras públicas eram construídos e mantidos com seu próprio dinheiro. Cada morador era obrigado a calçar a frente de sua residência, o que dificilmente acontecia. Os alinhamentos permaneciam tortuosos e os passeios continuaram, em grande parte, sem calçamento. Contudo, já em 1639, observa-se a contratação de um arruador pela Câmara com a finalidade de fazer os alinhamentos das ruas. Em 1777, é criado o cargo de arruador oficial. Nessa época, a cidade contava, segundo o censo de 1776, com uma população de pouco mais de dois mil moradores, distribuídos em 534 casas³²⁵.

No ano de 1709, São Paulo é desligada do governo fluminense e é criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro³²⁶. E em 1711 a Vila de São Paulo tornou-se cidade, e o Conselho Municipal passou a ser chamado de Senado da Câmara. Digno de nota é a construção do Paço do Concelho em 1720, um sobrado, que em cima abrigava o Senado da Câmara, e embaixo a cadeia e o açougue. Uma grande tendência nesses primeiros séculos da cidade era a abertura de largos em frente aos grandes edifícios, principalmente os religiosos. A propósito, São Paulo surpreendia pelo número elevado de igrejas, o que pode justificar, em parte, o fato de essas serem os principais pontos de referência da cidade antiga. Em 1883, um observador relata seu espanto diante do elevado número de prédios religiosos. Com uma população de 35 mil habitantes, São Paulo contava com 19 igrejas, excetuando-se as que foram destinadas a prédios oficiais. O observador³²⁷ admirava-se: “(...) no coração da cidade, em uma distância de três quadras, se encontram sete igrejas, uma sempre olhando para a outra e às vezes nascidas aos pares e se tornando como irmãs siamesas.” (Koseritz apud Dick, 1996: 333).

Enfim, as estratégias de denominações de logradouros eram as mais diversas. Moradores ilustres e conhecidos acabavam por denominar suas próprias ruas. Destarte, por volta de 1780, quando o procurador da coroa Miguel Carlos Ayres de Carvalho foi proprietário de uma chácara no antigo caminho do Guaré, este logradouro passou a ser chamado pelo nome do procurador³²⁸. Outro caso emblemático é de Ângela Vieira³²⁹, que já

³²⁵ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 24/08/2011.

³²⁶ Mas volta a pertencer ao Rio de Janeiro entre os anos de 1748-1765.

³²⁷ O observador é Karl Von Koseritz, autor de “Imagens do Brasil”, citado na bibliografia.

³²⁸ Atualmente essa é a rua Florêncio de Abreu. Cf. Porto (1992: 29)

possuía uma rua com seu nome e, ao se mudar de rua, também acabou levando o nome consigo - isto é, apesar da mudança, seu novo endereço também passou a ser a Rua Ângela Vieira. Esse segundo endereço de Ângela Vieira é atualmente a rua Dr. Falcão Filho. Muitos desses moradores famosos no local, mesmo depois de mortos, ainda continuavam dando seus nomes aos locais, acrescidos do termo “defunto”. São exemplos “rua do defunto Dom Simão”, ou “junto ao beco da defunta Ângela Vieira”³³⁰. É merecedor de nota que esta senhora, que era capaz de dar seu nome às ruas onde morava, hoje não tem seu nome em nenhuma via da cidade. Outros casos de nomes de pessoas em logradouros podem ser encontrados nas obras do governador Lorena. Bernardo José de Lorena assumiu o cargo em 1788. Realizou várias obras na cidade e algumas delas acabaram por receber o seu nome, como “a ponte do Lorena” e a “a calçada do Lorena”.

Durante os primeiros 250 anos desta cidade que se transformaria em metrópole, os lugares públicos eram denominados em caráter extraoficial. As “pessoas comuns” nominavam os lugares. O estado se fazia ausente desse processo. Os nomes derivavam de aspectos da geografia local, de pessoas famosas no lugar, ou do tipo de atividade desenvolvida nos arredores. A cidade era pequena. Todos se conheciam. Não havia números nas casas, e nem um registro exato da situação dos imóveis urbanos. Nem era preciso. Era possível localizar um imóvel utilizando-se de poucas referências, já que tanto os locais como os seus respectivos moradores eram conhecidos. Bastavam indicações como “pegado com Pedro Taques”, “junto à Casa de Fundação”, “junto aos muros dos frades de São Francisco”, “defronte ao Colégio”, “defronte ao pelourinho”, “defronte a Cadeia”, ou melhores indicações como “a travessa que vai para as casas do defunto Dom Simão”, “a rua defronte de João Paes”, a rua em que mora Marcelino Camargo”, “a rua que tem casas Francisco Furtado”³³¹.

Os primórdios das denominações oficiais

O estado, por meio da Câmara Municipal, demorou quase três séculos para tomar para si a responsabilidade da denominação dos logradouros. A primeira câmara municipal foi instalada em São Paulo no ano de 1560. Esse era o órgão responsável pela administração da cidade, e o cargo de prefeito ainda não existia. O poder executivo só foi

³²⁹ Mulher casada com Luiz Róis Villares e que tinha várias querelas com o poder público municipal por construir em espaços públicos, sem os devidos documentos de propriedade. Fonte: <http://www.uesb.br/politeia/v6/artigo07.pdf>. Acesso em 20/10/2010.

³³⁰ Exemplos retirados de correspondências da época no www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 11/11/2011.

³³¹ Exemplos extraídos de www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 11/11/2011.

criado após a Proclamação da República (1889), e era exercido por um ou mais vereadores que ocupavam o cargo de Intendente. O primeiro prefeito de São Paulo só tomou posse em 1898. Portanto, durante quase a totalidade do século XIX o município foi administrado pela câmara municipal (assim como ocorre em Portugal até hoje). Logo, a incumbência de denominar lugares foi exercida, durante o século XIX, somente por ela.

O início da prática toponímica estatal na cidade se deu precisamente no ano de 1809, quando os vereadores receberam um ofício do Ouvidor da Câmara, que dizia:

Para a mais pronta expedição do lançamento da Décima que pretendo fazer nos prédios urbanos desta cidade, logo que me recolha da correição das villas do Norte, ordeno a Vossas Senhorias que sem perda de tempo passem a mandar escrever em cada princípio de rua na quina, ou canto de casa, que ficar mais commodo o nome da mesma rua, e consecutivamente em cada propriedade de casa os números por letras de algarismos desde um até ficarem numeradas todas as propriedades de casa da respectiva rua, começando novamente pelo mesmo número um na seguinte rua, tudo como na primeira, de maneira que em toda a cidade não fique rua, ou beco sem nome, assim com propriedade de alguma casa sem número no alto da porta, que der principal servidão a mesma casa, pela maneira que fica insinuada. Deus Guarde a Vossas Senhorias. Vila de Cunha em correição – agosto de 1809 – o Ouvidor da Comarca Miguel Antonio de Azevedo Veiga – Senhores juiz presidente e officiaes da Câmara da cidade de São Paulo.³³²

É interessante notar que a ordem de nomeação pública dos lugares públicos, bem como a organização dos imóveis segundo uma ordem legível, só tenha sido efetivamente dada e cumprida neste ano. Data de 1808 a vinda da família real ao Brasil. Esse é um episódio conhecidíssimo, que não necessita ser melhor narrado. O que interessa para os propósitos do texto é compreender o porquê de se exigir essa organização da cidade. O motivo pode ser depreendido da citação de outro alvará expedido no mesmo ano, pouco antes do documento supracitado:

Por Alvará da mesma data (03 de junho) é Sua Alteza Real igualmente servido mandar estabelecer nesta cidade, nas vilas, e logares notáveis de serra acima desta capitania a décima nos prédios urbanos para o que se há de proceder nos respectivos lançamentos e ser arrecadada a sobredita décima nos tempos determinados.³³³

Fica claro, a partir da citação, que o motivo para essa reorganização é a cobrança de impostos. Com a Corte instalada no país, era necessário um maior controle dos

³³² Fonte: www.dicionarioderuas.com.br.

³³³ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br.

impostos, uma arrecadação mais eficaz. Para tanto, passou-se a organizar as ruas de algumas cidades com o intuito de cobrar seus moradores. O papel de denominador perde seu caráter difuso e, paulatinamente, passa ser exercido monopolisticamente pelo estado. A denominação é tirada dos moradores e vira matéria pública controlada pelo estado, mais precisamente pelas organizações. É possível acompanhar como e em que sentido foram ocorrendo as mudanças.

No dia 04 de maio de 1831 foi encaminhada pelo vereador Cândido Gonçalves Gomide a primeira posposta de alteração de denominação dos logradouros. Ele desejava, com essa medida, homenagear o povo brasileiro pela abdicação ao trono por parte de Dom Pedro I. Entretanto, esta alteração não foi aceita. O próprio vereador, então, propôs uma denominação a logradouros que não estavam ainda denominados, o que, enfim, surtiu efeito³³⁴. Essa tentativa, portanto, refere-se aos primórdios das denominações públicas enquanto homenagens em São Paulo, ainda que essas remetam ao poder central e à independência do país, marcando a História nacional no espaço paulistano.

Uma viagem pela legislação nos permite perceber como o estado foi, cada vez mais, ocupando-se das denominações do espaço. Outros documentos revelam como foi o padrão de crescimento de São Paulo durante o século XIX e início do XX, bem como a forma pela qual os motivos toponímicos também foram se alterando. Saint-Hilaire³³⁵, em seus diários, nota o costume dos paulistanos possuírem chácaras e sítios ao redor da cidade. Em 1809, inicia-se a formação do que se convencionou chamar de “Cidade Nova”, isto é, o avanço da região urbana para o lado esquerdo do Anhangabaú. O marechal Arouche Rendon proveu o arruamento e loteamento de sua chacara. Esse foi o primeiro movimento, calcado num padrão que viria dar o tom da expansão urbana da cidade por mais de cem anos, qual seja, o loteamento de chácaras que faziam limite com a cidade. Nesse sentido, a chacara Glória, loteada nos fins do século XIX, deu origem ao bairro do Cambuci, situado entre os córregos de mesmo nome; ou ainda, a abertura e loteamento da Chacara do Chá, após o falecimento do proprietário Joaquim José Santos da Silva, executada por seus herdeiros. Observa-se, portanto, que a cidade iniciava seu crescimento, graças ao café (após 1860) e a uma incipiente industrialização (último decênio do século XIX), e a tônica dessa dilatação urbana era o loteamento de chácaras.

Assim, a partir de 1880, ocorreu a expansão urbana, através desses loteamentos de chácaras, como sejam: para o norte, as do Bom Retiro, de

³³⁴ Cf. www.dicionarioderuas.com.br.

³³⁵ Saint-Hilaire “Viagem a província de São Paulo”, *apud* Porto (1992).

Miguel Carlos e do Campo Redondo; para o oeste, as do General Arouche, do Senador Queiroz, de Martinho Prado e do Bexiga; para o sul, as do Barão de Limeira, de Ana Machado, do Fagundes, do Cônego Fidélis, da Glória, do Menezes e do Lavapés; para o leste, a do Ferrão, ou da Figueira. Além dos limites dessa chácaras, havia sítios extensos: o da Casa Verde, o Ipiranga, o Tapanhoin, o Caaguaçu, o do Anastácio, o da Freguesia do Ó. (Porto, 1992: 57)

Com relação aos nomes desses bairros, alguns ficaram conhecidos pelo nome dos antigos proprietários das chácaras; outros, tiveram origens diversas, como é o caso do “Campo dos Perdizes”, referência a uma senhora moradora do local, que criava essas aves no quintal de sua casa, ou o Bom Retiro, por ser um local procurado pelas famílias para passar o final de semana. Há ainda os nomes dados pelos responsáveis pelo loteamento, como “Campos Elísios”, referência a Paris e destinado à abrigar as mansões dos barões do café. Os nomes das ruas deste bairro faziam alusão à Guerra do Paraguai, como Triunfo, Vitória, Aurora, Duque de Caxias, ou a empresários e seus países de origem, como Alameda Glette e Alameda Cleveland, por exemplo. Outro loteador a dar nome a um bairro foi o açoriano Mariano Antônio Vieira, que nomeou Bela Cintra, por dizer que a paisagem lembrava Sintra, perto de Lisboa. Portanto, muitos dos bairros tiveram seus nomes dados por aqueles que os loteavam. Muitas vezes, as próprias ruas abertas já nasciam com nomes. A rua Barão de Itapetininga é um bom exemplo. A baronesa, após ficar viúva, concordou em fornecer um terreno para abertura de rua, desde que fosse dada a esta o nome de seu falecido marido. Ou mesmo os nomes dados por Mariano na Bela Cintra, como Santa Cruz, São Miguel, Açoriana, Maria Isabel e Espírito Santo. Presentemente, o nome dessas ruas foram todos alterados.

Há vários casos dignos de nota que nos ajudam a compreender a dinâmica de atribuição de nomes a partir do século XIX. Vale mencionar também que, em 1822, época da Proclamação da Independência, São Paulo ainda não era nem sombra do que viria a ser. Sua população girava em torno de pouco menos de sete mil pessoas (segundo o censo daquele ano).

Em 1824, por motivo da outorga da Carta Constitucional, a câmara mudou o nome da rua Miguel Carlos para rua da Constituição (a atual Florêncio de Abreu). Pouco tempo após o assassinato do jornalista Libero Badaró (1830)³³⁶, a rua em que ele fora morto recebeu seu nome. Também por ocasião da abdicação de D. Pedro I, algumas ruas mudaram

³³⁶ Jornalista liberal assassinado em 1830, que pregava total independência do Brasil com relação a Portugal e protestava contra os desmandos excessivos dos governantes. Tornou-se símbolo da liberdade de imprensa, ao morrer assassinado na atual rua Libero Badaró (em sua homenagem). Há historiadores que argumentam que a ordem para assassinar Libero Badaró poderia ter sido do próprio imperador D. Pedro I. Após sua morte, aumentaram os protestos contra o absolutismo de D. Pedro I, que culminaram em sua abdicação no ano seguinte.

de nome. Em 1831, a Câmara Municipal mudou o nome da ponte do Marechal para Ponte da Abdicação; a antiga ponte do Lorena, que recebera esse nome por ter sido construído por esse governador, tornou-se 7 de abril (data da abdicação). O chafariz do Curso Jurídico recebeu o nome de Liberdade. Este nome ainda passaria para uma rua (antigo morro da Forca), para uma praça e, enfim, acabou denominando todo um bairro.

Em 1864, foi aberta uma nova estrada para o litoral que ficou conhecida como Estrada do Vergueiro, ou Estrada Nova para Santos. José Vergueiro era filho do senador Vergueiro, e foi o responsável pela abertura da estrada. Em 1865, a câmara resolveu alterar diversas denominações de logradouros: por exemplo, a rua da Cruz Preta tornou-se rua do Príncipe; a rua do jogo da bola, rua da Princesa;

(...) a rua América passou para do Paraíso (hoje, Sebastião Pereira), a do Açú para Seminário das Educandas, a de Santo Elesbão para Aurora, a Bela para Timbiras, a do Meio para Amador Bueno, a do Campo Redondo para Guaianases, a Estreita para Bom Retiro, a detrás do Carmo para Carmelitas, a detrás do Quartel para do Trem, a detrás da Sé para Santa Teresa, a do Cônego Leão para Liberdade, a de Santa Teresa para do Carmo, a detrás da Cadeia para da Cadeia, a do Rego para Santa Cruz, a das Casinhas para do Palácio, a de Baixo para 25 de Março até a projetada praça do Mercado, e daí até a ladeira do Carmo, rua do Mercado; a da Freira para Senador Feijó; o beco 2º do Quartel para do Teatro, o beco do Inferno para travessa do Comércio, o beco das Sete Casas para da Caixa d'Água, o beco dos Sapos para travessa do Seminário, a ladeira do Bexiga para Santo Amaro, a ladeira Dr. Falcão para Santo Antônio, a da ponte do Açú para São João; as travessas entre as ruas da Constituição e do Bom Retiro para rua Episcopal e rua do Jardim Botânico. O beco do Mata-Fome foi unido à rua Alegria, com o nome comum de Ipiranga (...) (Porto, 1992: 49)

Percebe-se por essa mudança em massa dos nomes dos logradouros que muitos becos passam a se chamar travessas, e que as ruas que tinham por designativo “detrás” ou “baixo”, ou seja, nomes que aludiam a outros logradouros, passam a ter seu nome próprio. Assim, “detrás do Quartel” passa a ser “do Trem”, a “detrás do Carmo” se torna “Carmelitas” e, ainda, “a de Baixo” vira “25 de Março”. Depreende-se que não era comum, como hoje em dia, denominar logradouros com nomes de pessoas. O mais usual eram motivos religiosos e históricos, como datas ou lemas.

Na última década do século XIX, São Paulo já esboça sua função industrial, e a cidade passa a crescer rapidamente com o início da imigração europeia. Com a Proclamação da República, em 1889, várias ruas mudam de nome. Segundo Dick (1996), as ruas são tidas como uma espécie fóssil cristalizado da história municipal, nacional e, às vezes, mundial. Sendo assim, quando ocorre alguma mudança importante nos rumos do país, muitas vezes as

ruas são denominadas com o intuito de contar essa mudança. No império, muitos nomes de ruas aludiam à história imperial, e na república não foi diferente. Como aconteceu em vários lugares do mundo – e a França é o exemplo mais emblemático – os nomes das ruas foram alterados na passagem do império à república. E não se trata apenas de denominar novas ruas que contem essa história: deve-se buscar apagar o passado, reescrevendo-o.

Assim, em São Paulo, a rua da Imperatriz passou a ser conhecida por rua 15 de Novembro (em comemoração à Proclamação da República); a do Imperador, tornou-se Marechal Deodoro; a rua da Princesa virou rua Benjamin Constant; a do Conde d’Eu passou a se chamar rua do Glicério; a do Príncipe, Quintino Bocaiúva; a do Comércio da Luz, tornou-se Tiradentes; e o Largo 7 de Abril passou a se chamar praça da República³³⁷. Há também outros motivos que pautaram a alteração de nomes de ruas no final do século XIX (1897). A algumas ruas foram dadas nomes de militares que governaram o país num período que ficou conhecido como República da Espada: a Rua Direita recebeu o nome de Marechal Floriano Peixoto; a rua São Bento, Cel. Moreira César; e a rua das Flores tornou-se Cel. Tamarindo. Entretanto, esses nomes não vingaram, e os antigos foram restabelecidos em 1899.

Cabe observar que as ruas com nomes de pessoas ainda não eram as mais comuns e que, quando isso ocorria, não era raro as ruas receberem nomes de pessoas ainda vivas. Como ilustração, pode-se citar que, em 1905, o largo do Rosário passou a se chamar praça Antônio Prado, nome do prefeito à época, e a rua Episcopal recebeu o nome de Washington Luís, então deputado estadual³³⁸. Não havia muitas regras para a escolha de nomes, e as ruas, quando nomeadas por antropônimo, poderiam homenagear tanto pessoas vivas ou falecidas. Em 1898, quando morreu o jurista João Mendes de Almeida, foi dado o seu nome ao largo Municipal - que também já havia sido São Gonçalo, da Cadeia, do Teatro e da Assembleia. Ou ainda, em 1908, quando faleceu o político Afonso Celso Garcia, foi dado seu nome à Avenida da Intendência. Na verdade, só em 1929, com o Código de Obras Arthur Saboya, é que foi proibida a denominação de logradouros públicos com nomes de pessoas ainda vivas. Esse código foi a primeira regulamentação mais pormenorizada sobre a oficialização e denominação de logradouros públicos.

Homenageando pessoas e contando História nas ruas

³³⁷ Cf. Porto, 1996: 67.

³³⁸ Cf. Porto, 1996: 99.

Desde 1892, com a reorganização do poder municipal de São Paulo ocorrida devido à Proclamação da República (1889), houve modificações no que respeita à nomeação de logradouros públicos da cidade. Criou-se o cargo de Intendente, um encarregado do poder executivo. Havia vários intendentes, eleitos pela câmara, e responsáveis, cada um, por uma área específica. O incumbido da denominação dos logradouros foi o intendente de obras, que, em conjunto com a câmara, realizava a oficialização das denominações. Desde a Proclamação da República até 1898, houve diversas modificações da estrutura organizacional do poder municipal, até que se deu a criação do cargo de prefeito municipal. O primeiro prefeito de São Paulo foi Antônio da Silva Prado, escolhido pelos vereadores em eleição indireta.

Durante todo o século XX, com o processo de industrialização, São Paulo continuou sua expansão e acabou por se transformar na grande metrópole brasileira. Muitos bairros surgiram, e com eles muitas ruas já denominadas. O bairro Jardim América, de 1915, por exemplo, projetado pelo urbanista inglês Barry Parker, teve suas ruas e praças denominadas com nomes de países da América. Maria Carlota de Melo Franco Azevedo também comprou, em 1920, terras de duas fazendas, loteou-as e deu às ruas nomes de pessoas de sua família. O prefeito Washington Luís, em 1920, deu nomes ligados à independência do Brasil às ruas do bairro do Ipiranga. Em 1921, surgiu o loteamento Jardim Europa, e suas ruas tinham o nome de países daquele continente.

De 1925 em diante, a indústria passou a ser o grande motor da cidade de São Paulo. Se em 1900 a cidade tinha quase 250 mil habitantes, cinquenta anos depois a população da cidade já atingia mais de 2 milhões. Entre 1938 e 1945, São Paulo sofreu uma grande reforma urbanística, sob a gestão do prefeito Prestes Maia, “criando um “Perímetro de Irradiação”, fundamentado na estrutura radial concêntrica, colocando a área central dentro desse perímetro e fazendo-o atravessar pelo denominado “sistema Y”” (Porto, 1996: 140), o que promoveu uma maior integração centro-bairros. Prestes Maia também concluiu e inaugurou o Viaduto do Chá, que anteriormente possuía uma estrutura metálica, além de outros viadutos, o que mais tarde renderia a São Paulo o apelido de “cidade dos Viadutos”³³⁹. Hoje em dia, São Paulo é uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes³⁴⁰, sendo limítrofe a vários municípios³⁴¹ e formando a região metropolitana de São Paulo. A cidade

³³⁹ Cf. Porto (1996: 144).

³⁴⁰ 10.990.249 habitantes, segundo Censo do IBGE de 2008. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 09/09/2011.

³⁴¹ Oeste: Cajamar, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Osasco, Santana de Parnaíba e Taboão da Serra; Norte: Caieiras, Guarulhos e Mairiporã; Leste: Ferraz de Vasconcelos, Itaquatecetuba e Poá;

possui milhares de logradouros públicos oficializados³⁴² e, muitos ainda, por regularizar e oficializar.

Cabe ressaltar que a dinâmica dos nomes dados aos logradouros da cidade foi sofrendo transformações ao longo do tempo, especialmente no que concerne aos principais referenciais adotados. Se nos primórdios as principais referências toponímicas eram as religiosas, no século XIX, elas dividiram lugar com os referenciais de Estado (Cadeia, Palácio, Senado, etc.), e durante o século XX a tendência antroponímica dos logradouros, como forma de homenagem, estabelece-se definitivamente. Embora seja possível observar práticas semelhantes já em 1609, quando da visita a São Paulo do governador-geral do sul, D. Francisco de Souza, ocasião em que foi dado seu nome a uma rua, isto só se tornou frequente a partir do final do século XIX. A própria avenida símbolo de São Paulo, a Avenida Paulista, teve seu nome alterado para Carlos de Campos³⁴³, entre 1927 e 1930. Deste modo na planta geral da cidade, em 1897, já é possível observar o recrudescimento dessa tendência:

Nessa zona de antropotopônimos escalonam-se a Fernando de Albuquerque, a Antonio Carlos, a Elias Fausto, a Herculano de Freitas, a Barata Ribeiro, a Peixoto Gomide e um nome feminino, a rua Ester. (Dick, 1996: 343)
Partindo-se dos dois referenciais básicos da área, o Cemitério Municipal, que dá nome a Avenida Municipal (atuais avenidas Dr. Arnaldo e Cemitério do Araçá), e o Hospital do Isolamento (atual Emílio Ribas), as ruas que se sucedem trazem os mesmo topônimos pelos quais ainda são conhecidas, como Dr. Arruda Alvim, Dr. Capote Valente, Senador Alves Guimarães, Christiano Viana, João Moura, Lisboa, Henrique Schumann, Francisco Leitão, Cônego Eugênio Leite, Joaquim Antunes, cortadas transversalmente, pelas ruas Dona Amália Noronha, Dr. Galeno de Almeida, Joaquim Arco Verde (depois Cardeal Arco Verde), Dr. Theodoro Sampaio e Dr. Arthur (atual Arthur de Azevedo). Paralelamente à rua Dr. Arruda Alvim, encontrava-se a rua São José, cujo topônimo foi substituído por Oscar Freire. O característico principal do novo bairro que se formou na Estrada dos Pinheiros, apesar de sua origem remontar aos primórdios da colonização de São Paulo, foi, portanto, o nome de pessoas, figuras de vulto de sua história. (ibid.: 344)

Observa-se com esses breves exemplos a tendência antroponímica que viria a prevalecer. Outro dado interessante é que essa tendência, muitas vezes, mostra que os nomes

Sudeste: Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; Sul: Itanhaém e São Vicente.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_\(cidade\)#cite_note-13](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_(cidade)#cite_note-13). Acesso em 04/09/2011.

³⁴² Aproximadamente 70 mil.

³⁴³ Carlos de Campos foi o décimo segundo presidente do Estado de São Paulo onde governou de maio de 1924 até 27 de abril de 1927 – data de sua morte. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>. Acesso em 09/09/2011. Observa-se que a mudança do nome da Avenida Paulista ocorre no mesmo ano de sua morte, em sua homenagem. Atualmente, Carlos de Campos dá nome a uma rua no distrito de Vila Prudente.

acompanham títulos (Barão de Itapetininga, Marechal Deodoro, Dr. Álvaro de Carvalho, Coronel Xavier de Toledo, Senador Queiroz). Já havia se louvado datas e acontecimentos históricos (Independência, Abdicação, o Império e a República), já se louvara a corte (Princesa, Príncipe, Imperador, Conde d'Eu), e passa-se a exaltar também grandes figuras da história da cidade e do país, com seus títulos (axiotopônimos) de barão, marechal, coronel, doutor, como também pessoas que, a despeito de títulos, tenham se notabilizado e considerados como dignos de homenagem pelo poder público. Se no final do século XVI começa a se instalar uma tendência toponímica com referência aos templos religiosos, no século XIX se avolumam as referências à História da Pátria, ligadas a uma espécie de construção da memória nacional, juntamente com a irradiação de homenagens aos “heróis” de uma nação e de uma cidade que trabalhavam ativamente na construção de uma tradição e história sobre si.

Em 1909 foi promulgada a Lei 1193 de 09/03/1909³⁴⁴, a primeira a dispor em detalhes sobre a abertura de ruas. Nos início do século XX, a estrutura administrativa que colocava sob responsabilidade tanto dos vereadores como do prefeito a oficialização dos nomes das ruas, já estava consolidada. Este é o modelo que *grosso modo* persiste até hoje em São Paulo. Em 1914, devido ao seu crescimento e ao grande número de abertura de ruas sem a correspondente fiscalização e oficialização, o prefeito editou um ato (Ato n.º 671 de 14/03/1914³⁴⁵) que reconhecia, isto é, oficializava, todas as denominações de logradouros apontadas em plantas erguidas por engenheiros. Este foi um expediente muito utilizado por prefeitos para oficializar grande número de logradouros sem a necessidade de especificá-los pormenorizadamente.

Em 1929 foi promulgado um Código (Código de obras Arthur Saboya, Lei n.º 3427 de 19/11/1929) que estabelecia regras para a denominação de logradouros. Em 1936, um ato estabelece mais normas para a denominação de vias públicas e numeração dos imóveis. Esse ato também incumbe o trabalho de denominação ao Departamento de Cultura, na época, dirigido por Mário de Andrade, que acabou montando um acervo com a denominação e história dos logradouros públicos da cidade. Em 1946, uma nova reforma administrativa (Decreto Lei n.º 360 de 13/09/1946³⁴⁶) subdividiu o Departamento de Cultura, submetendo-o à nova Secretária de Cultura e Higiene (criada em 1945 pelo Decreto Lei n.º 332 de

³⁴⁴ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

³⁴⁵ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

³⁴⁶ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

27/12/1945³⁴⁷) em seis divisões. A divisão do Arquivo Histórico ficou encarregada da denominação dos logradouros.

Diante dessas mudanças nota-se como a prática de oficialização dos nomes de logradouros vai ganhando um caráter de patrimônio histórico-cultural do município e do país. O que era inicialmente uma prática para possibilitar o recolhimento eficaz de impostos acaba por se tornar um repositório histórico-cultural do município e da nação. A oficialização pelo estado é incorporada de uma maneira que cria e confirma uma herança histórica e cultural de um povo, possibilitando, assim, perceber como o estado-nacional entra na vida das pessoas (e estas na “vida” do estado) de um modo bem profundo. A denominação dos logradouros acaba indo além da simples eficiência de arrecadação.

Em 1953, o prefeito Jânio Quadros oficializou (Lei n.º 4371 de 17/04/1953) um grande número de ruas, praças e avenidas já existentes. Outra nova denominação em massa (Lei n.º 4663 de 03/05/1955) ocorreu em 1955, pelo prefeito William Salem. Em 1962 repetiu-se a oficialização e denominação de uma grande quantidade de logradouros, promovida na gestão do prefeito Francisco Prestes Maia e assinada pelo presidente da Câmara Municipal, Hélio Xavier de Mendonça. Em 1968 (Lei n.º 7180 de 17/09/1968, assinada pelo prefeito José Vicente de Faria Lima) e 1972 (Decretos de n.ºs 10102 de 16/08/1972, 10135 de 13/09/1972 e 10145 de 15/09/1972) aconteceram mais denominações em massa. Estes foram expedientes muito utilizados para abarcar o grande e rápido crescimento da cidade, processo no qual o Banco de Nomes e a CADLOG tiveram um grande papel.

Principalmente durante a década de 1970, com o vultoso crescimento da cidade, São Paulo se expandiu de uma maneira infinitamente maior que a capacidade do poder público em organizá-la segundo ruas e casas. Surgiram inúmeros loteamentos. Como nem prefeito, Câmara ou Arquivo Histórico conseguiam acompanhar essa expansão, foi criado no ano de 1975, na gestão do prefeito Olavo Setúbal, um grupo de trabalho para estudar e propor soluções para o problema. O resultado foi a criação do CADLOG (Cadastro de Logradouros). O Decreto n.º 28/03/1977³⁴⁸ subordinou o CADLOG ao Departamento do Cadastro Setorial (CASE) da Secretária da Habitação. O CADLOG está em vigor até os dias de hoje. A maior novidade deste cadastro é que a Secretaria de Habitação, por meio de portarias, poderia reservar nomes de logradouros ainda não oficializados. As placas destes logradouros seriam identificadas de forma distinta, na cor vermelha. Em 1979, o CADLOG também publicou uma lista com os nomes oficiais de todos os logradouros paulistanos.

³⁴⁷ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

³⁴⁸ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

Outra medida foi o Banco de Nomes. Ele foi implantado em 1977 e era composto, inicialmente, por vinte e cinco mil nomes sugeridos pela população. Esta foi a medida encontrada para tentar oficializar e denominar os muitos loteamentos clandestinos que surgiram na cidade. Para que o número de nomes sugeridos fossem muitos e variados, aceitou-se que os nomes não se restringissem a nomes de pessoas, fatos ou datas importantes. Os nomes sugeridos poderiam versar sobre nomes ligados à Arte, Ciência e Cultura³⁴⁹. Todavia, já no final da década de 80 os nomes foram se esgotando. Em 1990 foi lançado um projeto de Participação Popular incentivando aos munícipes a proporem nomes. No Diário Oficial de dezembro de 1990 (28/12/1990), foi lançado um caderno especial denominando mais de 500 logradouros. Ainda no final de 1992, para tentar solucionar essa escassez de nomes, o Arquivo Histórico Municipal, pela Seção de Denominação de Logradouros, incumbiu-se de também alimentar o Banco de Nomes.

A proliferação de ruas sem nome obrigou a gestão do prefeito Olavo Setubal (1975-1979) a criar um departamento específico para colher sugestões da população, em junho de 1975. A Prefeitura não acompanhava a velocidade da abertura de loteamentos nas zonas leste e sul. Das 45 mil ruas da cidade, 20 mil não tinham nome. Em 1977, o departamento já havia recebido 29 mil sugestões, cadastradas num "Banco de Nomes". Havia 26 temas - mineralogia, esoterismo, até homenagens a times de futebol. O Palmeiras foi campeão do banco entre os clubes da cidade, com 42 sugestões. O trabalho deu resultado. Em 1980, o número de "arruamentos clandestinos" caiu para 800. A Prefeitura usou o "Banco de Nomes" por 15 anos, até 1992.³⁵⁰

A denominação oficial de logradouros vem sendo considerada como tarefa de grande valor entre os mandatários do poder público municipal. Fato ilustrativos disto é o debate sobre os responsáveis pela atribuição. Em 1969, a Lei Orgânica do Município dispunha sobre as atribuições dos dois poderes no que se refere às denominações de logradouros.

Cabe a Câmara, com sanção do prefeito, dispor sobre as matérias de competência do município e especialmente: (...) XIV – autoriza a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos” (Capítulo II, artigo 24). “Ao Prefeito compete, entre outras atribuições: (...) XIX –

³⁴⁹ Lei Municipal 14454/2007. Seção IV, Artigo 9º. Serão escolhidos para a denominação de logradouros públicos: I. nome de pessoa, desde que comprovado, mediante atestado de óbito ou publicação na imprensa escrita, que se trata de pessoa falecida; II. Datas ou fatos históricos que representem, efetivamente, passagens de notória e indiscutível relevância; III. Nomes que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos; IV. Nomes de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas; V. nomes de personagens do folclore; VI; nomes de corpos celestes; VII. Topônimos; VIII. Nomes de acidentes geográficos. IX. Nomes de espécimes da flora ou da fauna.

³⁵⁰ <http://www.estadao.com.br>. Publicado em 29/08/2010. “Prefeitura usou banco de nomes por 15 anos”. Acesso em 10/10/2010.

oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, as vias e os logradouros públicos; e XX – dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos. (artigo 39).³⁵¹

Depreende-se da lei que o prefeito era o responsável pela oficialização e denominação dos espaços públicos, e os vereadores os encarregados das alterações destas. Entretanto, essa lei não era seguida. Ambos os poderes denominavam: os vereadores por meio de projetos de lei; o prefeito, por decretos.

Em 1987, tentou-se resolver esse problema de atribuição. Por intermédio da Lei Complementar (n.º 09 de 31/12/1987³⁵²), atribuiu-se aos vereadores a competência das denominações. Todavia, por atribuir essa competência ao legislativo, imaginou-se que a retirava do executivo, o que, mais uma vez, gerou discussões. Essa disputa e confusão teve mais um desdobramento em 1990. Naquele ano, a Assembleia Constituinte Municipal (abril de 1990) estabeleceu que:

Cabe à Câmara, com sanção do prefeito, dispor sobre as matérias de competência do município, especialmente (...) autorizar a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos” (artigo 13, inciso XVII); e “Compete privativamente ao prefeito, além de outras atribuições previstas nesta Lei: (...) oficializar e denominar as vias e logradouros públicos, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis (artigo 70, inciso 11).

Percebe-se que esta lei repete àquela de 1969 atribuindo diferenças, no que compete à denominação, entre o prefeito e os vereadores. Novamente, os vereadores apenas têm o direito de alterar as denominações, o que gerou acaloradas discussões. Esse problema foi resolvido em outubro do mesmo ano, com duas emendas (emendas 02 e 03 de 17/10/1990) que atribuíram a função de denominar e oficializar tanto ao prefeito como aos vereadores. Esta legislação, embora tenha resolvido o problema entre prefeito e vereadores, ainda carregou consigo outra disputa, pois retirava da população em geral a possibilidade de propor ou alterar nomes de ruas. Estes só poderiam propor alteração com anuência de dois terços dos moradores do logradouro se o motivo fosse a existência de denominações homônimas ou que apresentassem similaridades ortográficas ou fonéticas, isto é, fatores que causassem alguma ambiguidade na denominação e localização. Entretanto, os moradores reivindicavam a possibilidade de alteração não por estes motivos estatais de legibilidade. O motivo defendido para alteração de nomes de ruas referia-se à vergonha, ao ridículo a que algumas

³⁵¹ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

³⁵² Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

denominações expõem seus moradores. Este problema foi resolvido em 1993 (Lei 11419 de 29/09/1993³⁵³), quando se contemplou a possibilidade de alteração do nome quando dois terços dos moradores do logradouro considerassem que a denominação os expusesse ao ridículo.

Depreende-se que ao longo do tempo houve mudanças com relação às denominações de logradouros. De um período em que as denominações não eram oficiais, passou-se para outro, no qual os poderes estatais locais fizeram um esforço para oficializar essas práticas; de um momento em que os nomes serviam apenas para fins fiscais, para outro em que se passou a homenagear pessoas nos nomes das ruas, os quais se tornaram patrimônio do município, dignos de serem defendidos e preservados. Essa importância crescente dos nomes dos logradouros causou desentendimento entre os representantes dos poderes locais. De prerrogativa apenas do executivo, o poder de denominação passou a ser do legislativo e, finalmente, da população como um todo, desde que sob o escrutínio das organizações estatais. A relevância dessa prática fez com que vereadores e prefeitos disputassem tal prerrogativa. No final, os políticos da capital paulista acabaram por achar uma saída a seu modo: fizeram um *acordo* e compartilharam a prerrogativa das denominações de logradouros e equipamentos públicos.

³⁵³ Fonte: www.dicionarioderuas.com.br. Acesso em 10/03/2010.

Anexo A

As proposições dos vereadores cariocas do início do mandato em 2009 até o dia 12/01/2012

Fonte: <http://www.excelencias.org.br/@pls.php?cs=48>. Acesso em 02/05/2012.

Atualizada em 12/01/2012

Este sumário mostra o perfil das matérias propostas pelos parlamentares que estão em exercício em Casas que publicam tais dados. A informação inclui as matérias apresentadas em todos os mandatos exercidos por cada parlamentar na Casa a partir de 2002 ou da data em que a Casa passou a publicar a informação, mas não inclui matérias apresentadas por ele em outras Casas, em que tenha exercido mandatos anteriores.

As matérias legislativas são classificadas pela Transparência Brasil em diversas categorias temáticas. Tais categorias, por sua vez, são divididas em duas classes: sem relevância e outras. As categorias sem relevância são: Homenagens a pessoas e instituições; Batismos de logradouros, salas etc.; Simbologia; Cidades-símbolo, Cidades-irmãs; Pedidos de convocação de sessões solenes e especiais para comemorações e homenagens; Datas comemorativas; Criação de honrarias.		
Adilson Pires		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Álcool, Drogas, Fumo		1
Batismos	7	
Cidadania/Direitos Humanos		2
Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		1
Cultos Religiosos		1
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		2
Educação		3
Emprego/Desemprego		1
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		4
Homenagens	299	
Meio Ambiente/Lixo/Água		2
Miscelânea		12
Mulher		1

Saúde		2
Tombamento		1
Turismo		2
Utilidade/Interesse e Público		6
Totais	306	45
<i>%/total de matérias</i>	<i>87,2% (306/351)</i>	<i>12,8% (45/351)</i>
Alexandre Cerruti		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Educação		2
Habitação/Questões Urbanas		2
Homenagens	32	
Miscelânea		1
Olimpíadas 2016		1
Totais	32	6
<i>%/total de matérias</i>	<i>84,2% (32/38)</i>	<i>15,8% (6/38)</i>
Aloisio Freitas		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batismos	1	
Cidades Irmãs	1	
Comércio		1
Consumidor/Serviços Públicos		2
Contas Públicas, Orçamento		1
Criança e Adolescente		2
Cultos Religiosos		1
Cultura		1
Datas	3	

Comemorativas		
Defesa Civil/Segurança		1
Educação		1
Esporte		2
Habitação/Questões Urbanas		2
Homenagens	464	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		3
Miscelânea		4
Olimpíadas 2016		1
Saúde		2
Turismo		3
Utilidade/Interesse e Público		14
Vias Públicas		1
Totais	469	44
<i>%/total de matérias</i>	<i>91,4% (469/513)</i>	<i>8,6% (44/513)</i>
Andrea Gouvêa Vieira		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		7
Audiências Públicas		1
Batismos	1	
Cidades Irmãs	1	
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		3
Criação de	1	

honorarias		
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Educação		2
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		6
Homenagens	31	
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		3
Miscelânea		10
Mulher		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Tributos/Taxas etc.		2
Utilidade/Interesse Público		8
Totais	34	49
% /total de matérias	41,0% (34/83)	59,0% (49/83)
Argemiro Pimentel		
Categoria	Sem relevância	Outras
Animais		1
Batismos	3	
Cidades Irmãs	1	
Contas Públicas, Orçamento		1
Criação de honorarias	1	
Cultos Religiosos		4
Cultura		2
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		1
Educação		3
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		3
Homenagens	183	
Jogos Panamericanos		3
Meio		2

Ambiente/Lixo/Água		
Miscelânea		6
Mulher		2
Saúde		1
Transportes e Infraestrutura		1
Tributos/Taxas etc.		2
Vias Públicas		1
Totais	189	35
% /total de matérias	84,4% (189/224)	15,6% (35/224)
Bencardino		
Categoria	Sem relevância	Outras
Álcool, Drogas, Fumo		1
Alimentos/Nutrição		1
Batismos	4	
Cidadania/Direitos Humanos		1
Comércio		4
Consumidor/Serviços Públicos		3
Corrupção e Controle		1
Criação de honorarias	1	
Criança e Adolescente		3
Datas Comemorativas	4	
Defesa Civil/Segurança		2
Deficientes		5
Habitação/Questões Urbanas		22
Homenagens	520	
Idosos/Aposentados		2
Meio Ambiente/Lixo/Água		5
Miscelânea		4
Saúde		5
Tombamento		2
Trânsito (incl. multas, taxas)		4
Turismo		2

Utilidade/Interesse Público		1
Totais	529	68
% /total de matérias	88,6% (529/597)	11,4% (68/597)
Carlinhos Mecânico		
Categoria	Sem relevância	Outras
Comércio		1
Cultos Religiosos		1
Homenagens	281	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		4
Tombamento		1
Totais	281	8
% /total de matérias	97,2% (281/289)	2,8% (8/289)
Carlo Caiado		
Categoria	Sem relevância	Outras
Animais		1
Audiências Públicas		1
Batismos	17	
Cidadania/Direitos Humanos		4
Comércio		3
Corrupção e Controle		3
Criação de honorarias	2	
Criança e Adolescente		2
Cultura		5
Datas Comemorativas	6	
Defesa Civil/Segurança		2
Deficientes		7
Educação		2
Emprego/Desemprego		1
Esporte		4
Habitação/Questões Urbanas		26

Homenagens	722	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		10
Miscelânea		16
Mulher		2
Olimpíadas 2016		1
Saúde		5
Tombamento		15
Trânsito (incl. multas, taxas)		7
Transporte Coletivo e de Aluguel		2
Turismo		7
Utilidade/Interesse e Público		11
Vias Públicas		10
Totais	747	149
% /total de matérias	83,4% (747/896)	16,6% (149/896)

Carlos Bolsonaro

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		1
Cidadania/Direitos Humanos		2
Comércio		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Criança e Adolescente		1
Defesa Civil/Segurança		2
Educação		2
Esporte		1
Homenagens	68	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		9
Saúde		4
Trânsito (incl.		1

multas, taxas)		
Transportes e Infraestrutura		1
Utilidade/Interesse e Público		2
Totais	68	31
% /total de matérias	68,7% (68/99)	31,3% (31/99)

Carminha Jeromino

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Consumidor/Serviços Públicos		1
Corrupção e Controle		1
Homenagens	2	
Turismo		1
Totais	2	3
% /total de matérias	40,0% (2/5)	60,0% (3/5)

Chiquinho Brazão

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Animais		1
Batizados	7	
Comércio		6
Consumidor/Serviços Públicos		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Criança e Adolescente		2
Cultos Religiosos		1
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		1
Educação		2
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		2
Homenagens	42	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Licitações e Contratos		1

Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		12
Mulher		1
Olimpíadas 2016		2
Saúde		4
Trânsito (incl. multas, taxas)		10
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Transportes e Infraestrutura		2
Tributos/Taxas etc.		1
Turismo		2
Utilidade/Interesse e Público		5
Totais	50	63
% /total de matérias	44,2% (50/113)	55,8% (63/113)

Cristiane Brasil

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batizados	3	
Cidadania/Direitos Humanos		1
Cidades Irmãs	1	
Comércio		3
Consumidor/Serviços Públicos		2
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Datas Comemorativas	2	
Educação		2
Esporte		2
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	67	
Idosos/Aposentados		13
Meio Ambiente/Lixo/Água		3
Miscelânea		14
Mulher		5

Saúde		2
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Tributos/Taxas etc.		1
Utilidade/Interess e Público		5
Vias Públicas		1
Totais	73	59
% /total de matérias	55,3% (73/132)	44,7% (59/132)
Dr. Carlos Eduardo		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		3
Animais		1
Audiências Públicas		3
Batismos	1	
Comércio		2
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Cultura		3
Datas Comemorativas	4	
Educação		2
Habituação/Questões Urbanas		4
Homenagens	606	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		2
Miscelânea		8
Mulher		5
Saúde		9
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		3
Tributos/Taxas etc.		1
Turismo		1
Utilidade/Interess e Público		4

Vias Públicas		1
Totais	611	57
% /total de matérias	91,5% (611/668)	8,5% (57/668)
Dr. Edison da Creatinina		
Categoria	Sem relevância	Outras
Datas Comemorativas	1	
Deficientes		1
Homenagens	396	
Saúde		2
Utilidade/Interess e Público		1
Totais	397	4
% /total de matérias	99,0% (397/401)	1,0% (4/401)
Dr. Eduardo Moura		
Categoria	Sem relevância	Outras
Alimentos/Nutrição		1
Batismos	1	
Cidadania/Direitos Humanos		1
Consumidor/Serviços Públicos		2
Corrupção e Controle		1
Cultos Religiosos		3
Cultura		1
Datas Comemorativas	10	
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		1
Educação		1
Homenagens	462	
Idosos/Aposentados		1
Miscelânea		7
Publicidade		1
Saúde		3
Trânsito (incl. multas, taxas)		2
Turismo		1

Utilidade/Interess e Público		1
Totais	473	28
% /total de matérias	94,4% (473/501)	5,6% (28/501)
Dr. Fernando Moraes		
Categoria	Sem relevância	Outras
Consumidor/Serviços Públicos		2
Habituação/Questões Urbanas		1
Homenagens	113	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Mulher		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Utilidade/Interess e Público		2
Totais	113	8
% /total de matérias	93,4% (113/121)	6,6% (8/121)
Dr. Jairinho		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		7
Alimentos/Nutrição		2
Animais		1
Audiências Públicas		1
Cidadania/Direitos Humanos		1
Cidades Irmãs	1	
Circunscrições Administrativas		1
Comércio		5
Consumidor/Serviços Públicos		4
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		3
Criança e Adolescente		2

Cultura		2
Datas Comemorativas	1	
Deficientes		1
Educação		7
Esporte		3
Habitação/Questões Urbanas		2
Homenagens	389	
Idosos/Aposentados		5
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		4
Miscelânea		13
Mulher		3
Publicidade		2
Saúde		13
Tombamento		2
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Tributos/Taxas etc.		2
Vias Públicas		2
Totais	391	91
% /total de matérias	81,1% (391/482)	18,9% (91/482)

Dr. João Ricardo

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Cidades Irmãs	1	
Homenagens	364	
Utilidade/Interesse Público		1
Vias Públicas		1
Totais	365	2
% /total de matérias	99,5% (365/367)	0,5% (2/367)

Dr. Jorge Manaia

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		2

CPIs		1
Criança e Adolescente		1
Defesa Civil/Segurança		3
Emprego/Desemprego		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	396	
Meio Ambiente/Lixo/Água		3
Miscelânea		4
Saúde		3
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Vias Públicas		1
Totais	396	23
% /total de matérias	94,5% (396/419)	5,5% (23/419)

Eider Dantas

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		2
Batismos	6	
Consumidor/Serviços Públicos		3
Corrupção e Controle		2
Cultura		1
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		1
Educação		1
Energia		1
Homenagens	72	
Meio Ambiente/Lixo/Água		8
Miscelânea		8
Publicidade		1
Saúde		1
Tombamento		3
Trânsito (incl. multas, taxas)		3
Transporte Coletivo e de		1

Aluguel		
Tributos/Taxas etc.		1
Utilidade/Interesse Público		1
Totais	79	39
% /total de matérias	66,9% (79/118)	33,1% (39/118)

Eliomar Coelho

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		1
Animais		1
Batismos	8	
Comércio		1
Consumidor/Serviços Públicos		1
Cultos Religiosos		1
Cultura		5
Datas Comemorativas	2	
Defesa Civil/Segurança		1
Educação		6
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		5
Homenagens	186	
Meio Ambiente/Lixo/Água		3
Miscelânea		18
Mulher		2
Questões Raciais		1
Telecomunicações		1
Tombamento		5
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		3
Transportes e Infraestrutura		1
Turismo		2
Utilidade/Interesse Público		7
Totais	196	67
% /total de matérias	74,5% (196/264)	25,5% (67/264)

	3)	3)
Elton Babú		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agropecuária/Refoma Agrária		1
Consumidor/Serviços Públicos		2
Corrupção e Controle		1
Criação de honrarias	1	
Cultos Religiosos		1
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		2
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	209	
Meio Ambiente/Lixo/Água		2
Miscelânea		8
Olimpíadas 2016		2
Saúde		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Turismo		1
Totais	211	24
<i>% /total de matérias</i>	<i>89,8% (211/235)</i>	<i>10,2% (24/235)</i>
Guaraná		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		1
Álcool, Drogas, Fumo		1
Batismos	5	
Comércio		1
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Datas Comemorativas	2	
Deficientes		2

Educação		3
Esporte		3
Habitação/Questões Urbanas		8
Homenagens	49	
Jogos Panamericanos		1
Miscelânea		9
Tombamento		4
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Transportes e Infraestrutura		1
Utilidade/Interess e Público		7
Vias Públicas		2
Totais	56	47
<i>% /total de matérias</i>	<i>54,4% (56/103)</i>	<i>45,6% (47/103)</i>
Ivanir de Mello		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Corrupção e Controle		1
Homenagens	287	
Miscelânea		2
Olimpíadas 2016		2
Turismo		1
Totais	287	6
<i>% /total de matérias</i>	<i>98,0% (287/293)</i>	<i>2,0% (6/293)</i>
João Cabral		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batismos	3	
Comércio		1
Consumidor/Serviços Públicos		1
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Defesa Civil/Segurança		2
Deficientes		1

Educação		1
Habitação/Questões Urbanas		3
Homenagens	53	
Jogos Panamericanos		1
Licitações e Contratos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		4
Miscelânea		4
Mulher		2
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transportes e Infraestrutura		2
Utilidade/Interess e Público		2
Vias Públicas		1
Totais	56	29
<i>% /total de matérias</i>	<i>65,9% (56/85)</i>	<i>34,1% (29/85)</i>
João Mendes de Jesus		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		1
Homenagens	264	
Idosos/Aposentados		4
Miscelânea		3
Turismo		1
Utilidade/Interess e Público		1
Vias Públicas		1
Totais	264	13
<i>% /total de matérias</i>	<i>95,3% (264/277)</i>	<i>4,7% (13/277)</i>
Jorge Braz		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batismos	1	
Cultos Religiosos		2
Datas	2	

Comemorativas		
Homenagens	357	
Miscelânea		2
Vias Públicas		1
Totais	360	5
% /total de matérias	98,6% (360/365)	1,4% (5/365)
Jorge Felipe		
Categoria	Sem relevância	Outras
Animais		1
Batismos	5	
Comércio		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		1
Datas Comemorativas	2	
Defesa Civil/Segurança		1
Educação		3
Emprego/Desemprego		1
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		14
Homenagens	555	
Jogos Panamericanos		2
Meio Ambiente/Lixo/Água		2
Miscelânea		13
Mulher		2
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		3
Turismo		1
Utilidade/Interesse Público		5
Vias Públicas		1
Totais	562	54
% /total de matérias	91,2% (562/616)	8,8% (54/616)
Jorge Pereira		

Categoria	Sem relevância	Outras
Batismos	5	
Consumidor/Serviços Públicos		1
Corrupção e Controle		1
Cultos Religiosos		1
Educação		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	449	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Miscelânea		8
Tombamento		1
Utilidade/Interesse Público		1
Totais	454	17
% /total de matérias	96,4% (454/471)	3,6% (17/471)
Jorginho da SOS		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		1
Alimentos/Nutrição		1
Animais		1
Audiências Públicas		3
Cidadania/Direitos Humanos		2
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		3
Cultos Religiosos		1
Datas Comemorativas	9	
Educação		2
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	185	
Jogos Panamericanos		1
Miscelânea		10
Olimpíadas 2016		1
Saúde		1

Transportes e Infraestrutura		1
Turismo		1
Utilidade/Interesse Público		2
Totais	194	33
% /total de matérias	85,5% (194/227)	14,5% (33/227)
José Everaldo		
Categoria	Sem relevância	Outras
Batismos	1	
Corrupção e Controle		1
Homenagens	333	
Totais	334	1
% /total de matérias	99,7% (334/335)	0,3% (1/335)
Leonel Brizola Neto		
Categoria	Sem relevância	Outras
Alimentos/Nutrição		1
Batismos	2	
Criação de honrarias	1	
Criança e Adolescente		1
Defesa Civil/Segurança		1
Homenagens	585	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		2
Tombamento		1
Utilidade/Interesse Público		1
Vias Públicas		1
Totais	588	9
% /total de matérias	98,5% (588/597)	1,5% (9/597)
Luiz Carlos Ramos		
Categoria	Sem relevância	Outras

	<i>cia</i>	
Batismos	1	
Comércio		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Cultura		1
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		1
Educação		2
Habitação/Questões Urbanas		14
Homenagens	359	
Meio Ambiente/Lixo/Água		2
Miscelânea		8
Saúde		2
Utilidade/Interesse Público		10
Totais	361	42
% /total de matérias	89,6% (361/403)	10,4% (42/403)

Marcelo Piuí

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Comércio		1
Consumidor/Serviços Públicos		1
Corrupção e Controle		1
Deficientes		1
Homenagens	370	
Miscelânea		3
Saúde		1
Totais	370	8
% /total de matérias	97,9% (370/378)	2,1% (8/378)

Marcia Teixeira

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batismos	1	
Cidadania/Direitos Humanos		1
Cidades Irmãs	2	

Comércio		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Criança e Adolescente		2
Cultos Religiosos		3
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		1
Educação		3
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	171	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		5
Mulher		5
Publicidade		1
Saúde		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		2
Transportes e Infraestrutura		1
Utilidade/Interesse Público		1
Totais	174	34
% /total de matérias	83,7% (174/208)	16,3% (34/208)

Nereide Pedregal

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Alcool, Drogas, Fumo		2
Alimentos/Nutrição		1
Animais		2
Batismos	5	
Cidadania/Direitos Humanos		2
Comércio		3
Consumidor/Serviços Públicos		2
Criança e Adolescente		11
Cultos Religiosos		3

Cultura		8
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		1
Deficientes		3
Educação		1
Energia		1
Esporte		9
Habitação/Questões Urbanas		4
Homenagens	397	
Idosos/Aposentados		2
Jogos Panamericanos		3
Licitações e Contratos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		6
Miscelânea		6
Monumentos		2
Mulher		19
Saúde		8
Tombamento		2
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Transportes e Infraestrutura		1
Turismo		3
Utilidade/Interesse Público		11
Totais	403	118
% /total de matérias	77,4% (403/521)	22,6% (118/521)

Patrícia Amorim

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		2
Batismos	2	
Cidadania/Direitos Humanos		1
Cidades Irmãs	1	
Consumidor/Serviços Públicos		2
Corrupção e Controle		1
Criação de honrarias	1	

Cultos Religiosos		1
Cultura		1
Defesa Civil/Segurança		2
Deficientes		1
Educação		2
Esporte		3
Homenagens	90	
Jogos Panamericanos		1
Miscelânea		4
Mulher		3
Regulação do Trabalho		1
Saúde		3
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Utilidade/Interess e Público		4
Totais	94	33
% /total de matérias	74,0% (94/127)	26,0% (33/127)

Paulo Messina

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Audiências Públicas		1
Corrupção e Controle		2
CPIs		2
Criança e Adolescente		1
Cultura		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	387	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		5
Utilidade/Interess e Público		2
Totais	387	16
% /total de matérias	96,0% (387/403)	4,0% (16/403)

Paulo Pinheiro

<i>Categoria</i>	<i>Sem</i>	<i>Outras</i>
------------------	------------	---------------

	<i>relevância</i>	
Cidades Irmãs	1	
Consumidor/Serviços Públicos		1
Corrupção e Controle		1
CPIs		1
Homenagens	179	
Licitações e Contratos		1
Miscelânea		2
Olimpíadas 2016		2
Regulação do Trabalho		1
Saúde		7
Sessões Solenes/Especiais	2	
Utilidade/Interess e Público		1
Totais	182	17
% /total de matérias	91,5% (182/199)	8,5% (17/199)

Professor Uóston

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Audiências Públicas		3
Circunscrições Administrativas		1
Contas Públicas, Orçamento		4
Homenagens	79	
Miscelânea		4
Sessões Solenes/Especiais	1	
Turismo		1
Totais	80	13
% /total de matérias	86,0% (80/93)	14,0% (13/93)

Reimont

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Agentes Públicos		1
Audiências Públicas		2
Batismos	1	
Cidades Irmãs	1	

Comércio		2
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		1
Cultura		1
Datas Comemorativas	2	
Educação		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	140	
Miscelânea		9
Utilidade/Interess e Público		4
Vias Públicas		1
Totais	144	24
% /total de matérias	85,7% (144/168)	14,3% (24/168)

Renato Moura

<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Batismos	1	
Comércio		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		1
Cultura		1
Datas Comemorativas	1	
Educação		2
Esporte		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	337	
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		7
Olimpíadas 2016		2
Saúde		2
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1

Transportes e Infraestrutura		1
Turismo		1
Utilidade/Interesse Público		5
Totais	339	31
% /total de matérias	91,6% (339/370)	8,4% (31/370)
Roberto Monteiro		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		3
Álcool, Drogas, Fumo		1
Alimentos/Nutrição		2
Cidadania/Direitos Humanos		4
Cidades Irmãs	3	
Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		5
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		1
Cultura		3
Deficientes		2
Educação		2
Emprego/Desemprego		1
Habitação/Questões Urbanas		4
Homenagens	231	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		6
Mulher		4
Publicidade		1
Saúde		2
Sessões Solenes/Especiais	3	
Trânsito (incl. multas, taxas)		3
Transporte Coletivo e de Aluguel		2
Tributos/Taxas etc.		1
Utilidade/Interesse		2

e Público		
Totais	237	53
% /total de matérias	81,7% (237/290)	18,3% (53/290)
Rosa Fernandes		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		1
Batismos	4	
Cidades Irmãs	1	
Circunscrições Administrativas		1
Comércio		1
Consumidor/Serviços Públicos		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Habitação/Questões Urbanas		6
Homenagens	465	
Meio Ambiente/Lixo/Água		1
Miscelânea		5
Saúde		1
Sessões Solenes/Especiais	2	
Tombamento		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		3
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Tributos/Taxas etc.		1
Turismo		1
Utilidade/Interesse Público		4
Totais	472	29
% /total de matérias	94,2% (472/501)	5,8% (29/501)
Rubens Andrade		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		1
Batismos	4	
Cidadania/Direito		1

s Humanos		
Cidades Irmãs	1	
Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		1
Contas Públicas, Orçamento		1
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		3
Cultos Religiosos		1
Deficientes		2
Educação		5
Emprego/Desemprego		1
Habitação/Questões Urbanas		8
Homenagens	564	
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		5
Miscelânea		8
Mulher		1
Publicidade		1
Regulamentação de Profissões		1
Saúde		1
Tombamento		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		1
Transportes e Infraestrutura		1
Tributos/Taxas etc.		2
Turismo		1
Utilidade/Interesse Público		11
Vias Públicas		1
Totais	569	64
% /total de matérias	89,9% (569/633)	10,1% (64/633)
S. Ferraz		
Categoria	Sem relevância	Outras
Batismos	2	

Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		3
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		1
Cultos Religiosos		2
Datas Comemorativas	3	
Educação		3
Esporte		3
Habitação/Questões Urbanas		2
Homenagens	747	
Idosos/Aposentados		1
Jogos Panamericanos		1
Miscelânea		8
Saúde		1
Simbologia	1	
Tombamento		1
Turismo		1
Utilidade/Interess e Público		2
Totais	753	32
% /total de matérias	95,9% (753/785)	4,1% (32/785)
Sonia Rabello		
Categoria	Sem relevância	Outras
Batismos	1	
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	48	
Miscelânea		2
Turismo		1
Utilidade/Interess e Público		2
Totais	49	6
% /total de matérias	89,1% (49/55)	10,9% (6/55)
Tânia Bastos		
Categoria	Sem relevância	Outras
Batismos	1	

Criança e Adolescente		1
Habitação/Questões Urbanas		1
Homenagens	354	
Miscelânea		3
Mulher		2
Saúde		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		2
Utilidade/Interess e Público		2
Vias Públicas		1
Totais	355	13
% /total de matérias	96,5% (355/368)	3,5% (13/368)
Teresa Bergher		
Categoria	Sem relevância	Outras
Agentes Públicos		1
Álcool, Drogas, Fumo		1
Batismos	6	
Cidades Irmãs	3	
Comércio		2
Consumidor/Serviços Públicos		3
Corrupção e Controle		2
Criança e Adolescente		6
Cultos Religiosos		3
Cultura		5
Datas Comemorativas	2	
Defesa Civil/Segurança		4
Deficientes		3
Educação		3
Habitação/Questões Urbanas		3
Homenagens	364	
Idosos/Aposentados		2
Jogos Panamericanos		1
Meio Ambiente/Lixo/Água		5
Miscelânea		9

Mulher		2
Olimpíadas 2016		2
Saúde		5
Tombamento		1
Transporte Coletivo e de Aluguel		3
Transportes e Infraestrutura		1
Tributos/Taxas etc.		1
Turismo		3
Utilidade/Interess e Público		7
Vias Públicas		1
Totais	375	79
% /total de matérias	82,6% (375/454)	17,4% (79/454)
Tio Carlos		
Categoria	Sem relevância	Outras
Álcool, Drogas, Fumo		2
Consumidor/Serviços Públicos		4
Corrupção e Controle		1
Criança e Adolescente		5
Datas Comemorativas	1	
Defesa Civil/Segurança		2
Deficientes		1
Educação		1
Homenagens	842	
Licitações e Contratos		1
Miscelânea		5
Tombamento		1
Trânsito (incl. multas, taxas)		1
Turismo		1
Utilidade/Interess e Público		1
Vias Públicas		1
Totais	843	27
% /total de matérias	96,9% (843/870)	3,1% (27/870)

Vera Lins		
<i>Categoria</i>	<i>Sem relevância</i>	<i>Outras</i>
Corrupção e Controle		1
Homenagens	160	
Miscelânea		2
Totais	160	3
<i>%/total de matérias</i>	<i>98,2% (160/163)</i>	<i>1,8% (3/163)</i>

Anexo B

Propaganda que evoca a denominação de logradouros.

